

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A Associação dos Geógrafos Brasileiros  
(AGB) - origens, idéias e transformações:  
notas de uma história**

**Charles da França Antunes**

**Orientador: Prof. Dr. Ruy Moreira**

**Niterói, 2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A Associação dos Geógrafos Brasileiros  
(AGB) - origens, idéias e transformações:  
notas de uma história**

**Charles da França Antunes**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Ruy Moreira**

**Niterói, dezembro de 2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A Associação dos Geógrafos Brasileiros  
(AGB) - origens, idéias e transformações:  
notas de uma história**

**Charles da França Antunes**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ruy Moreira  
(orientador)

---

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves  
(Departamento de Geografia - UFF)

---

Prof. Dr. José Carlos Milléo de Paula  
(Departamento de Geografia - UFF)

---

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto  
(Departamento de Geografia - USP)

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto  
(Departamento de Geografia – FFP/UERJ)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano  
(Departamento de Geografia – FFP/UERJ)

**Esta tese é dedicada à memória de**

Martha Ramscheid Figueiredo  
Cláudio Barbosa da Costa  
Andréa Saleme Bertassoni

que existiram como pessoas daquelas que podemos chamar de **muito especiais**, e que, de maneiras bem diferentes, foram muito importantes para que eu chegassem, aqui, nesse momento.

Muito obrigado!

**A Minha família** (é muito bom poder fazer isso)...

Cristiano Tavares Santos da França Antunes, que com esse nome, só poderia ser meu filho (e da Eliete, é claro!), a minha “criatura de pouca sombra”, e que momento atual atende pela alcunha de “Cris-Pererê”;

Eliete Tavares dos Santos Jorge, minha esposa, companheira;

Mãe, pai, irmãos e sobrinhos

**A AGB** e aos homens e mulheres que estiveram ao longo dessas sete décadas trabalhando para que a Associação continuasse existindo.

## **Agradecimentos**

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), local de trabalho e de luta.

Ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), pelo acesso as informações e reprodução de material imprescindível para a pesquisa.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), objeto desta tese, que sempre esteve com suas portas abertas, tanto em São Paulo, quanto em Niterói, permitindo que seus arquivos pudessem ser mexidos e remexidos na busca daquele tesouro perdido, daquele “achado”.

Aos professores José Bueno Conti e Dora do Amarante Romariz pelas muitas horas de conversas sobre as histórias da AGB.

Aos amigos da turma do Doutorado, sempre trocando idéias e telefonemas recheados das mesmas perguntas – “E aí, já escreveu? “Quantas páginas?”, “Já entregou para o orientador?”; “E o prazo? Vai cumprir?“.

Ao Ruy Moreira, amigo e orientador desde os tempos da graduação, e que me acolheu no mestrado, e agora a confiança no doutorado.

Aos amigos que “viraram” banca – Carlos Walter, Paulinho “Chinelo”, Marcos Couto, José Carlos e Manoel Fernandes, que tiveram que ler esse monte de coisas bem rapidinho para avaliar e “bater” pouquinho.

Manoel Fernandes, amigo de quase vinte anos, parceiro e “leitor” atento das minhas reflexões quase nunca escritas.

Glauber, o nosso Diretor, o chefe, amizade das boas, que na calma de sempre deu a tranquilidade que o assessor (eu) precisava para terminar esta tese.

Mônica Saad, que segurou a assessoria do CEH quando eu, o outro assessor estava ausente; garantiu o suprimento de biscoitos e só reclamava porque eu escrevia demais.

Jorge Mitrano e Marcela Rangel, alunos que viraram amigos, que viraram padrinhos, que viraram compadres e que viraram padrinhos novamente, e que são amigos sempre... e que vão ter que me aturar por muito tempo.

Aos amigos paulistas – Douglas, Thomaz e Sônia, que mesmo à distância (agora encurtada pela internet), estiveram sempre perto.

Felipe e Astrogildo, alunos, amigos, companheiros de AGB e de conversas sobre a história do pensamento geográfico brasileiro.

Edy, sempre disponível para fazer as tarefas mais chatas e que tomavam muito tempo.

Felippe Rainha, pela disposição de fazer os mapas em poucas horas.

A Silvia, Cristiane, Eliane, minha segunda família que agora cresceu e está cheia de pequenas e lindas criaturas.

Aos AMIGOS de longa data e de SEMPRE: Karol, Santana, Ilana, Cláudia, Eusébio, Jorge Braga, Renato, Leon, Eduardo Maia, Amélia, Valter, Alexandre, Marcos César, Washington, João Luiz, Fabrícia, sem os quais nada disso estaria acontecendo.

Aviso importante: "tranquilinho vai voltar!!!"

Um trabalho como uma tese não pode ser realizado sem ajuda. Muitos amigos e familiares, presentes ou não no momento da escrita, colaboraram para sua produção. Mas a contribuição mais importante deles todos foi sem dúvida alguma, no suporte pessoal, emocional e afetivo... pelo menos nos últimos 41 anos... Assim... vão juntos nas páginas dessa tese.



"Nestes 30 anos de histórias da moderna geografia brasileira, a A.G.B. há de ter sempre um lugar de destaque. Ela o deve a metodologia que adotou, desde o começo, a qual lhe permitiu ser sensível às conquistas universais de nossa ciência, sem deixar de ser fiel as raízes em que plantou seu trabalho, a terra brasileira. Por isso, através mais de cinco lustros de atividade incessante a ambas tem servido, com igual desvelo e com tão bons resultados. Fazendo conhecidas, através, de trabalhos exemplares, as regiões do país, onde, ano apos ano, acampam suas Assembléias Gerais, vem por outro lado, dando contribuição substancial ao progresso da ciência geral. Esse sentido regional e, ao mesmo tempo, universalista da geografia brasileira encontra toda autenticidade na Associação dos Geógrafos Brasileiros e é uma das razões de sua força. Outro e o espírito que anima suas reuniões e atividades, onde o princípio da camaradagem é um dogma que ninguém contraria. Esse espírito facilita as transfusões de conhecimentos e experiências, o debate franco, vivaz e, as vezes, áspero das idéias, e até mesmo, o aprendizado, pois os mais jovens ombreiam com os mais calejados no trato dos temas da especialidade. Nesse sentido, a A.G.B. é uma escola, em que não poucos adquirem ou aperfeiçoam o gosto pela pesquisa, o amor a investigação e ao trabalho em equipe, com tudo o que ensina a disciplina e desprendimento, sem inibir o talento ou o brilho".

(apresentação do Boletim Baiano de Geografia n.1, 1960)

## RESUMO

A AGB surge num contexto da Geografia brasileira chamado por muitos de período de institucionalização da moderna ciência geográfica. A AGB, nascida durante a década de trinta do século passado é uma expressão recente do fenômeno da história social da geografia no Brasil. Ao lado de um conjunto de outras instituições já existentes ou ainda que surgiram logo após sua criação, vai conformar não só esse período, mas a possibilidade de produzir e pensar a Geografia no Brasil na perspectiva de uma dada modernidade científica. Nesse sentido, o que pretendemos com essa tese é recuperar e contar uma história sobre as origens, as idéias e transformações vividas e passadas na/da AGB entre 1934 e 1979, e assim, propor uma profunda mudança nos modos de olhar a Associação. E, modificando um pouco o nosso léxico, perceber seu papel na formação profissional, sua importância na elaboração, apropriação e disseminação de idéias da/na ciência geográfica no Brasil. Essas opções todas resultam, entretanto, daquilo que a própria história recente da Geografia nos legou – a imensa proximidade entre a AGB e as transformações percebidas na ciência geográfica e na sociedade brasileira nos anos posteriores a 1934. A teia que se foi urdindo, como poderemos perceber, entre os discursos presentes nos eventos e publicações da AGB, que reclamam uma investigação. Nesse sentido, acabar por discutir os modos, os meios e os processos, que consignaram à AGB um destacado papel no seio dessa comunidade científica no Brasil, e assim, buscar compreender em que medida e de que maneiras a AGB e o movimento em seu entorno foram responsáveis pela consolidação da Geografia no Brasil. Por tudo isso, a história da AGB pode confundir-se com muitas outras histórias contadas a partir das transformações ocorridas na sociedade e na geografia brasileira nos últimos decênios. A AGB, ao ser concebida e representada pelos sujeitos do campo, como o espaço oficial, legítimo, e um dos de maior representatividade, coloca-se como uma das instâncias fundamentais e própria para a compreensão da conformação do conhecimento da Geografia brasileira.

**Palavras-chave:** Associação dos Geógrafos Brasileiros; História do Pensamento Geográfico; História Institucional; Memória; Geografia Brasileira.

## **ABSTRACT**

The AGB appeared in a context of Brazil's Geography called the period of institutionalization of the modern geographic science by many. The AGB, which was born during the decade of thirty of the last century, is a recent expression of the social history of the Geography in Brazil as a phenomenon. Together with a range of other institutions that existed or that appeared after its creation, it will conform not only this period, moreover the possibility to think and produce Geography in Brazil according to the perspectives of a scientific modernity. According to this, in this theses we intend to recover and tell the history about the origins, ideas and transformations that happened in/at AGB during the years between 1934 and 1979, and them propose a very deep change in the way which the Association has been observed the last years. On the other hand, it can't be forgotten its importance to the formation of professionals and its contribution in the elaboration, appropriation and dissemination of ideas about the geographic science in Brazil. As the same time so many options are a result of the legacy left by the recent Geography – a very intense proximity between AGB and changes that happened to the geography and to the Brazilian society after the year of 1934. A web that is formed as we can see, in the speeches, events, and publications of AGB that complain for an investigation. With this purpose discuss the manners and processes that consigned a detached paper in the inner of the scientific community of Brazil, so as to comprehend in which ways the AGB and its movement were responsible for the consolidation of the Geography in Brazil. Accordingly AGB history may confuse with histories of the transformations that occurred in the Brazilian society and geography during the last decades. The AGB when conceived and represented by the subjects of the field, as the official, genuine very representative, constitutes as one of the most fundamentals instances and proper to the comprehension about the conformation of the knowledge of the Brazilian Geography.

**Key words:** Association of Brazilian Geographers; History of the Geographic Thinking; Institutional History; Memory; Brazilian Geography

## **LISTA DE ABREVIASÕES**

Assembléia Geral Extraordinária	AGE
Assembléia Geral Ordinária	AGO
Associação dos Geógrafos Brasileiros	AGB
Boletim Baiano de Geografia	BBG
Boletim Carioca de Geografia	BCG
Boletim Mineiro de Geografia	BMG
Boletim Paranaense de Geografia	BPRG
Boletim Paulista de Geografia	BPG
Congresso Brasileiro de Geógrafos	CBG
Conselho Nacional de Geografia	CNG
Encontro Nacional de Estudantes de Geografia	ENEG
Encontro Nacional de Geógrafos	ENG
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto de Estudos Brasileiros	IEB
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro	IHGB
Movimento Estudantil	ME
Seção Regional	SR
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	SGRJ
Universidade de São Paulo	USP
Universidade do Brasil	UB
Universidade do Distrito Federal	UDF

## LISTA DE FIGURAS

		<b>Página</b>
Figura 1	Ata de Fundação da AGB	49
Figura 2	Ata de Fundação da AGB	50
Figura 3	Fundadores da AGB	52
Figura 4	Diploma de Sócio da AGB	62
Figura 5	Estatuto da AGB - 1934	63
Figura 6	Carta de pedido de demissão de Abousse Bastide	79
Figura 7	Ofício da AGB para Diretor do Ensino Secundário do Distrito Federal	80
Figura 8	Capa da Revista "Geografia", nº 1 - ano I	100
Figura 9	Ofício das Edições Cultura Brasileira para a AGB	102
Figura 10	Expediente da Revista "Geografia", nº 1 - ano I	104
Figura 11	Capa e Sumário da Revista "Geografia", nº 2 - ano I	105
Figura 12	Panfleto publicitário das Edições Cultura Brasileira - frente	106
Figura 13	Panfleto publicitário das Edições Cultura Brasileira - verso	107
Figura 14	Capas das Revistas "Geografia", nº 1, 2e3, e 4 - ano II	108
Figura 15	Boletim da AGB - 1ª fase	111
Figura 16	Capa do Boletim da AGB, nº 2 - 2ª fase	114
Figura 17	Capa do Boletim da AGB, nº 5 - 2ª fase	116
Figura 18	Capa dos Anais da AGB - volume I	118
Figura 19	Primeira página do Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro - 1948	129
Figura 20	Capa do Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro (novo formato)	130
Figura 21	Capa do Boletim Carioca de Geografia, nº 1 - ano III - 1950	131
Figura 22	Capa e índice do Boletim Carioca de Geografia - ano XXXII - 1982	132
Figura 23	Capa do Boletim Paulista de Geografia, nº 1 - ano I - 1949	140
Figura 24	Capa do Boletim Mineiro de Geografia, nº 1 - ano I - 1957	152
Figura 25	Capa do Boletim Baiano de Geografia, nº 1 - ano I - 1960	158
Figura 26	Capa do Boletim Baiano de Geografia, nº 8 - ano II - 1961	159
Figura 27	Primeiro logotipo da AGB - 1935	183
Figura 28	Segundo logotipo da AGB - 1945	184
Figura 29	Terceiro logotipo da AGB - 1979	184
Figura 30	Presentes à assembléia de fundação da Seção Rio de Janeiro da AGB	199
Figura 31	Objetivos do Núcleo de Salvador da AGB	203
Figura 32	Canção da AGB	229
Figura 33	Abertura do I Congresso Brasileiro de Geógrafos (1954)	257
Figura 34	Mesa de trabalho no I CBG (1954)	257
Figura 35	Discurso de abertura do I CBG (1954)	258
Figura 36	Mapa dos trabalhos de campo do I CBG (1954)	261

## LISTA DE TABELAS

		<b>Página</b>
Tabela 1	Missão francesa universitária	42
Tabela 2	Primeiros sócios da AGB	57
Tabela 3	Indicação de novos associados da AGB	58
Tabela 4	Palestras nas reuniões da AGB (1934-1940)	75
Tabela 5	Presidentes da AGB (1934-2008)	83
Tabela 6	Artigos da Revista "Geografia" (1935-1936)	109
Tabela 7	Contribuições no Boletim da AGB (1935-1936)	112
Tabela 8	Anais da AGB (1946-1964)	120
Tabela 9	Artigos do Boletim Carioca de Geografia (1948-1982)	133
Tabela 10	Artigos do Boletim Paulista de Geografia (1949-1976)	143
Tabela 11	Artigos do Boletim Mineiro de Geografia (1957-1963)	154
Tabela 12	Artigos do Boletim Paranaense de Geografia (1960-1963)	156
Tabela 13	Artigos do Boletim Baiano de Geografia (1960-1961)	161
Tabela 14	Autores - Boletins Carioca e Paulista (1948-1982)	177
Tabela 15	Cursos de Geografia no Brasil (1934-1945)	186
Tabela 16	Assembléias Gerais Ordinárias da AGB (1945-1970)	208

## LISTA DE GRÁFICOS

		<b>Página</b>
Gráfico 1	Anais da AGB – proporção de publicação de teses (1946-1964)	165
Gráfico 2	Anais – relação entre nº de autores e nº de teses	166
Gráfico 3	Anais da AGB – proporção de publicação de Comunicações (1948-1964)	167
Gráfico 4	Boletim Paulista de Geografia – autores e artigos (1949-1976)	169
Gráfico 5	Boletim Paulista de Geografia – comparação entre nº de autores e nº de artigos (1949-1976)	170
Gráfico 6	Boletim Paulista de Geografia – artigos segundo a escala (1949-1976)	171
Gráfico 7	Boletim Mineiro de Geografia – nº de artigos por autor (1957-1963)	172
Gráfico 8	Boletim Mineiro de Geografia – artigos segundo a escala (1957-1963)	173
Gráfico 9	Boletim Paranaense de Geografia – artigos segundo a escala (1960-1963)	174
Gráfico 10	Boletim Carioca de Geografia – número de artigos por autor (1948-1982)	175
Gráfico 11	Boletim Carioca de Geografia – comparação dos artigos segundo a escala (1948-1982)	176

## LISTA DE MAPAS

		<b>Página</b>
Mapa 1	Presidentes da AGB	85
Mapa 2	Seções Regionais e Núcleos da AGB	205
Mapa 3	Assembléias Gerais Ordinárias da AGB	209
Mapa 4	Congressos Brasileiros de Geógrafos	252
Mapa 5	Encontros Nacionais de Geógrafos	269

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>Introdução...</b>	
E as razões de algumas escolhas .....	16
<b>1 – Origens: A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na Geografia Brasileira.....</b>	<b>27</b>
1.1. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): o contexto de seu surgimento na Geografia brasileira.....	32
1.2. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): origens e personagens.....	48
1.3. Algumas controvérsias sobre a origem: AGB ou AGBs?.....	65
1.4. AGB: primeiros encontros da comunidade.....	72
1.5. Propostas de periodização da história da AGB na Geografia brasileira .....	86
<b>2 – Idéias: os primeiros debates e as publicações pioneiras da AGB.....</b>	<b>94</b>
2.1. A Revista Geografia e o Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros: pioneirismo na publicação acadêmica geográfica.....	99
2.1.1. A Revista “Geografia”.....	100
2.1.2. O Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros.....	110
2.2. As Novas Publicações: ampliando a divulgação da produção acadêmica da emergente geografia brasileira.....	117
2.2.1. Os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.....	117
2.2.2. O Boletim Carioca de Geografia.....	128
2.2.3. O Boletim Paulista de Geografia.....	140
2.2.4. O Boletim Mineiro de Geografia.....	152
2.2.5. O Boletim Paranaense de Geografia.....	155
2.2.6. O Boletim Baiano de Geografia.....	158
2.3. Publicações da AGB: autores e temas recorrentes num momento de conformação do <i>campo</i> científico na geografia brasileira.....	162
<b>3 – Transformações: da construção da institucionalidade à renovação em movimento.....</b>	<b>179</b>
3.1. A reforma estatutária de 1945: projetando a instituição nacional.....	185
3.1.1. A criação das seções regionais: ampliando as bases da comunidade e iniciando de um projeto nacional de entidade.....	195
3.1.2. As Assembléias Gerais Ordinárias: os encontros da Associação e seus associados.....	206
3.1.3. Os Congressos Brasileiros de Geógrafos: afirmação de uma identidade.....	248
3.2. As Reformas Estatutárias de 1963 e 1970: primeiro, ajuste no percurso e depois, mudanças de rumo.....	262
3.3. 1978 e a ruptura: somente a ponta do iceberg.....	270
3.3.1. Movimento Estudantil de Geografia e AGB: os novos atores entram em cena.....	276
3.4. A Reforma Estatutária de 1979: a democratização da AGB.....	284
<b>4 – Concluindo .....</b>	<b>292</b>
<b>5 – Bibliografia.....</b>	<b>299</b>

# **Introdução**

**... e as razões de algumas escolhas**

**A** história do pensamento geográfico<sup>1</sup> produzido no Brasil não costuma ser um tema freqüente em eventos científicos organizados por geógrafos, em dissertações e teses apresentadas nos programas de pós-graduação em Geografia, e também nas páginas das revistas e periódicos de Geografia<sup>2</sup>. Este fato, conforme analisa Pereira (2000)<sup>3</sup>, chega mesmo a surpreender quando se considera, numa perspectiva histórica, a centralidade da discussão geográfica nas interpretações e propostas de organização da sociedade brasileira. Uma história ainda não escrita nos leva a pensar em qual história se deve escrever ou qual história merece ser escrita e, por outro lado, qual deve ser a escrita dessa história. A primeira questão levanta o problema da validade e da legitimidade dos eventos, evidências, fatos, indícios, vestígios<sup>4</sup>, que podem ser apropriados como históricos pela sua relevância. A segunda questão diz respeito ao modo como uma mesma história pode ter muitas versões, a depender de quem a escreve, dos documentos dos quais se utiliza, do método do qual se apropria. A não-escrita, até então, dessa história da Geografia poderia se explicar, em grande parte, pela pequena importância dada à história das Associações Científicas em geral e, de modo mais específico, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Foram poucos até agora os

---

<sup>1</sup> "Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc." (Moraes, 1989:32)

<sup>2</sup> Situação contraria a avaliação e a expectativa de Horacio Capel quanto a presença do campo no interior das pesquisas geográficas: "Con toda esta evolución, la historia de la geografía es hoy un campo extraordinariamente rico y diverso, con una larga tradición de investigaciones realizadas desde el interior de la disciplina. Desde el primer Congreso Internacional de Geografía, realizado en Amberes (1871) prácticamente todas las reuniones han dedicado atención a estos temas, generalmente en secciones específicas dedicadas a «Historia de la Geografía y Geografía Histórica». Más recientemente desde 1968, se ha creado en el seno de la Unión Geográfica Internacional una comisión dedicada a la «Historia del pensamiento geográfico», que ha estimulado nuevas investigaciones y en el seno de la cual se han debatido comunicaciones sobre los temas más variados: viajes, historia de las ideas, marcos filosóficos, biografías de científicos, historia del lenguaje y de los métodos geográficos, instituciones, etc. Como era de esperar, en todos estos trabajos se mezclan, a la vez, los que acuden a la historia desde las preocupaciones surgidas de la práctica científica o profesional actual, y los que se interesan por el pasado en sí mismo; los que utilizan técnicas históricas tradicionales, y los que buscan nuevos caminos con el empleo de técnicas filológicas, bibliométricas, o iconográficas; o los que tratan de situar sus investigaciones en el campo más general de la historia de la ciencia, junto a los que las conciben todavía como trabajos con una finalidad legitimadora y dignificadora de la disciplina" (Capel, 1989:9).

<sup>3</sup> Questão apresentada durante mesa redonda "História do Pensamento Geográfico: instituições, institucionalização e produção do conhecimento", realizada no XII Encontro Nacional de Geógrafos – Florianópolis/2000, e que foi depois publicada na Revista Terra Brasilis, nº2, jul-dez de 2000, pág.113.

<sup>4</sup> Ver Ginzburg, 1989

trabalhos<sup>5</sup> realizados sobre a AGB, ou que pelo menos fizessem referências consistentes a ela. Como também foram poucas as pesquisas voltadas exclusivamente à história da geografia universitária<sup>6</sup>.

Esta “pequena importância” ou ausência historiográfica propõe que a história da AGB interessa bem pouco ou é plenamente dispensável para a compreensão da Geografia brasileira e seus novos rumos. Diríamos, então, que o primeiro obstáculo é o de convencer as pessoas da necessidade, da validade, da legitimidade dessa história.

As dificuldades, entretanto, não pairam nem param apenas no campo historiográfico, quando esse trabalho se pretende uma tese de doutorado na área de Geografia e não de História. E aí é fundamental convencer a comunidade dos geógrafos de duas coisas, ao menos: a importância da Associação que reúne profissionais e estudantes de uma ciência para aqueles que a fazem, e a relevância da AGB na formação de uma comunidade científica e de um campo epistemológico no Brasil.

O desenvolvimento de pesquisas historiográficas sobre o processo de institucionalização de um determinado campo de saber científico-disciplinar, indiscutivelmente, coloca-se como estratégia vital para que tais comunidades possam conhecer não apenas suas tendências científicas, mas, sobretudo seus limites e potencialidades no domínio político-cultural (Machado, 2002).

Figueirôa (2000) apresenta importante contribuição quando destaca a forma reduzida com que historicamente as instituições científicas vêm sendo tratadas no interior da história das ciências, onde sua atuação e importância são desconsideradas como *locus* de produção do conhecimento.

“(...) a história das instituições científicas, durante muito tempo, esteve reduzida a uma dimensão comemorativa. Decênios, jubileus, cinqüentenários e centenários constituíam ocasiões propícias à produção de textos normalmente elogiosos, às vezes ufanistas, em que história da instituição era expurgada dos problemas cotidianos “menores” e exibiam-se apenas as contribuições à ciência, concebida, unicamente, como um conjunto de conhecimentos, aplicáveis ou não. Nem de longe esses espaços institucionais foram reconhecidos como locais privilegiados para a atividade

---

<sup>5</sup> Dissertações de Mestrado, como a de Zuzmam (1996), Scarim (2000) e Barcellos (1996); coletânea de artigos, como a Revista Terra Livre nº 22 (AGB,2004).

<sup>6</sup> Tese de Doutorado de Mônica Sampaio Machado, apresentada no Programa de pós-graduação em Geografia da USP em 2002, é talvez o único estudo sobre o assunto.

científica, cada qual, a um só tempo, produto e produtor de seu momento histórico" (Figueirôa, 2000:118)

As instituições científicas devem ser observadas como portadoras e resultantes de formas históricas de institucionalização de saberes, como produtoras e produtos de determinados tempos e locais, culturas e sociedades, visceralmente conectadas a demandas, grupos, influências, indivíduos, visões de mundo e utopias. Com essa dimensão ampliada poderemos melhor compreender as questões que herdamos, juntamente com nossas instituições e práticas (Figueirôa, 2000).

A história de uma ciência se faz necessária ao próprio processo de fazer ciência. Para Sousa Neto (2000:138) "a história de uma ciência ou disciplina científica não é resultado apenas de processos estritamente científicos, mas produto de uma série de opções interpretativas dos mesmos fatos que foram jogados no esquecimento".

As histórias disciplinares desempenham um papel importante na estruturação e reestruturação constante dos campos de saber proporcionando aos profissionais que trabalham com a ciência uma visão de si mesmos, da comunidade à qual pertencem e o sentido de seu trabalho. Através da história da disciplina se forjam e difundem as ideologias que dão coesão à comunidade científica: que são seus fundadores, suas figuras mais destacadas, os objetivos e relevância social de seu trabalho e as relações de cooperação, diálogo ou mesmo conflito com outras disciplinas ou campos de conhecimento (Capel, 1989). A história nos ajuda a compreender nossa identidade, como *sujeitos de e sujeitados a certos processos*, como membros participantes de uma comunidade científica (Sousa Neto, 2000).

Nesse sentido, o que pretendemos com este trabalho é propor uma profunda mudança nos modos de olhar a AGB. E, modificando um pouco o nosso léxico, perceber seu papel na formação profissional, sua importância na elaboração, apropriação e disseminação de idéias da/na ciência geográfica no Brasil.

Essas opções todas resultam, entretanto, daquilo que a própria história recente da Geografia nos legou – a imensa proximidade entre a AGB e as transformações percebidas na ciência geográfica e na sociedade brasileira nos anos posteriores a 1934. A teia que se foi urdindo, como poderemos perceber, entre os discursos presentes nos eventos da AGB, que reclamam uma

investigação. Nesse sentido, acaba por discutir os *modos*, os *meios* e os *processos*, que consignaram à AGB um destacado papel no seio dessa comunidade científica no Brasil, e assim, buscar compreender em que medida e de que maneiras a AGB e o movimento em seu entorno foram responsáveis pela consolidação da Geografia no Brasil. Por isso, vez ou outra vão se cruzar os caminhos entrelaçados da AGB, dos professores, dos estudantes e dos cursos de Geografia. É possível até afirmar que sem a existência, idéias e práticas, e intervenções e transformações da AGB, a partir de 1934, a história da Geografia no Brasil teria sido outra.

A história da ciência teve, desde o princípio, uma forte ligação com a realização de certo projeto de modernidade que estava colado, de modo inextricável, com a formação dos Estados Nacionais e todos os antecedentes colonialistas europeus, sendo um campo intrinsecamente excludente. Em princípio, em função de uma forte tradição epistemológica, a história das ciências se resumiu a investigar as mudanças ocorridas em seu interior no âmbito das transformações de seus paradigmas<sup>7</sup>.

A nova historiografia em história social da ciência busca romper com essa leitura, propondo haver uma ciência a se estudar também a partir de comunidades científicas<sup>8</sup> que a seu tempo, em seus países, a partir da conjuntura que viveram e sob as condições sociais, políticas e econômicas às quais estiveram submetidas local e internacionalmente, produziram um corpo de métodos, campos de investigação, objetos de pesquisa e verdades resultantes desses processos. Desse modo, a nova historiografia propõe que para além do velho mundo há uma história da ciência a ser contada (Sousa Neto, 2001).

Nas duas últimas décadas e mais nomeadamente no decênio final do século XX, a crítica a essa historiografia ganhou um forte impulso, qualificando-se por uma excepcional pesquisa de fontes e respaldada pela crítica à

---

<sup>7</sup> Neste sentido um exemplo é o trabalho de KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo:Perspectiva, 1996. O trabalho de Kuhn alcançou o mérito fundamental de apontar a relação inextricável de fatores científicos e extra-científicos na própria formulação e validação do conhecimento científico, abrindo uma linha de investigação bastante profíqua que permitiu que à História da Ciência viesse associar-se outras disciplinas (como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia etc).

<sup>8</sup> A existência de uma comunidade científica especializada modela o pensamento de seus integrantes e, com o tempo, origina o que tem denominado estilos de pensamento que determinam a eleição de problemas científicos, as perguntas que são feitas, guiam as observações, estabelecem regras para se trabalhar e ainda predeterminam o vocabulário que se há de utilizar. (Capel, 1999)

historiografia mimética<sup>9</sup>. As investigações começaram a voltar suas atenções para instituições científicas e/ou profissionais e, ainda, para períodos que antecedem os marcos da interdição historiográfica a que fomos submetidos (Sousa Neto, 2001).

Ao estudar-se a história de uma instituição que é ao mesmo tempo cultural, científica e profissional, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), deve-se levar em consideração alguns elementos que são essenciais. Em princípio, ela é feita por pessoas, umas fartamente nomeadas e outras absolutamente anônimas que, juntas, no caldo do cotidiano institucional, dão àquilo que produzem um sabor coletivo. Esse sabor coletivo é passível de ser apreciado por intermédio de documentos datados – escritos, fotografias, cartazes, sons – e de versões orais que a memória de indivíduos e grupos documenta. Depois as relações se dão mediante rituais, com suas exigências materiais e produções simbólicas. E, por fim, há sementes que são espalhadas pelos periódicos e textos avulsos, em maior ou menor escala, sendo mais ou menos eficientes e que são responsáveis por propagandear as idéias hegemônicas em dada conjuntura, além de certas matrizes teóricas e científicas. Tudo isso, claro, no interior de um contexto histórico mais amplo que o de uma instituição, comunidade profissional e mesmo Estado Nacional. Assim

“a história deve contribuir para que os sujeitos se conscientizem do papel desta no passado, para, a partir daí, conquistar a liberdade. Ou seja, a atitude contemplativa sobre uma história cristalizada contribui para sua reprodução ou para sua eternização nos moldes em que foi estruturada. Deste modo aos estudar um campo, deve-se tomar o cuidado de não reproduzir acriticamente a história. Toda história deve ser analisada de forma a captar e compreender qual a sua contribuição para se fazer avançar o conhecimento”. (Daher, 2003:36)

Estudar a história de uma disciplina, ou mesmo, as histórias das instituições presentes nessa história, pode contribuir de maneira significativa para o debate epistêmico dessa disciplina. Estudar a episteme de uma dada ciência implica em fazer história.

---

<sup>9</sup> “No caso do Brasil e da América Latina, particularmente, essa abordagem teórica da História das ciências acarretou, além do anacronismo e da descontextualização, um segundo e grave problema. Ou seja, ao partir de um referencial essencialmente eurocêntrico e positivista, forjado para outras realidades – e, por tanto, adotado pela via de um “mimetismo historiográfico” (ef. SALDAÑA, 1993:74-78) – conduziu a uma visão estreita de passado, não tendo dado conta de uma prática científica concreta que, embora tivesse existência material nos arquivos, bibliotecas e museus, não podia e não conseguia, dessa forma, encontrar seu lugar” (Figueirôa, 2000:119)

Por tudo isso, a história da AGB pode confundir-se com muitas outras histórias contadas a partir das transformações ocorridas na sociedade e na geografia brasileira nos últimos decênios. Porém algumas e importantes diferenças parecem marcar a singular história dessa Associação de Geógrafos.

A AGB, nascida durante a década de trinta do século passado é uma expressão recente do fenômeno da história social da geografia no Brasil. O seu surgimento e posterior desenvolvimento, inclusive, é decorrente de uma dada concepção de geografia. A AGB, portanto, é resultado de uma história institucional muito mais longa no âmbito da geografia brasileira, e é não apenas portadora de certa institucionalidade profissional, mas chanceladora de modos de produzir conhecimento e do conhecimento que produz. Em outras palavras sua epistemologia, enquanto portadora da epistemologia de uma ciência, não está descolada da história social da comunidade científica, de suas instituições, dos ritos simbólicos que determinam ingresso e permanência, das políticas de fomento, dos círculos de afinidades<sup>10</sup>, etc. Dessa forma, para Escolar (1996)

"Em Geografia, consequentemente, como em qualquer outra ciência social, não basta deixar de lado questões psicológicas e/ou sociais, com o propósito de isolar o processo de produção de conhecimento e indagar dele de maneira asséptica; pela simples razão que não haveria o que indagar. Não esqueçamos que as ciências sociais orientam-se em conhecer objetos psicológicos e/ou sociais. Ou, portanto, o epistemólogo que deixa de lado ambas as questões não contaria (sem ter que rotular-se como isento de preconceitos) com nenhum objeto científico sobre o qual trabalhar; ou, em prejuízo próprio, seria obrigado a incorporar à análise condições sociais que determinam, de certa forma, o desenvolvimento desse tipo de conhecimento científico, onde a identidade parcial sujeito-objeto da investigação é evidente". (Escolar, 1996:23)

Aqui a discussão busca perceber a validade epistemológica impressa pelas instituições aos saberes e como o conhecimento encontra uma comunidade que o veicula e que o legitima, sendo produtora de problemas que só encontram solução no interior de uma certa prática profissional (Bourdieu, 2000). Em outras palavras os saberes não se desvinculam das instituições que o pronunciam, o produzem, o sacramentam.

Ao pensar uma associação de geógrafos no seu sentido amplo, pode-se dizer que em um país onde a universidade era incipiente e os cursos de geografia

---

<sup>10</sup> Berdoulay, 1999.

estavam nascendo, era exatamente nessa instituição que se conformava uma institucionalização profissional e científica.

O processo de acompanhamento ao longo do tempo, de uma parte da memória institucional de uma grande e complexa associação científica como a AGB, exigiu que recorressemos a alguns materiais formadores de memória coletiva. Em primeiro lugar o *documento*, definido em sua forma mais ampla, assumido aqui como material impresso, que determinou a representação da publicação da AGB e de seus associados, as resoluções e anais de seus eventos, suas revistas, seus estatutos, suas imagens, além de outros meios de informação e divulgação da Geografia na AGB. Em segundo, a memória, tanto individual como coletiva de um conjunto de associados, que desempenharam funções importantes na associação e que recordam seletivamente suas respectivas trajetórias e rumos, tanto da AGB quanto da Geografia brasileira, através de depoimentos orais obtidos a partir de entrevistas abertas e livres. Neste sentido, o principal mérito da relação *documento* e *memória* foi poder comparar seletivamente algumas linhas de tensão entre fatos e versões nas diferentes fases porque passaram a Geografia e a AGB nos anos que foram analisados. Portanto, a palavra seletividade representa um papel fundamental na relação entre *documento* e *memória* e é perfeitamente claro que este processo nunca contemplará a todos, pois seria extremamente difícil escrever a história total da AGB, vista por todos os ângulos. Esta é apenas uma das possíveis visões que este assunto evocará.

Os *documentos* de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas (Spink, 2000). São produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos, como registros são produtos da interação com o outro desconhecido, porém significativo e freqüentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. Sua presença reflete o adensamento e ressignificação do processo que tem em seu foco recente a própria construção social do espaço. São elementos/processos sócio-históricos de construção de saberes e fazeres, assim

"Os documentos são produtos sociais tornados públicos. Podem refletir as transformações lentas em posições e

posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas. Para os grupos profissionais, situados simultaneamente no institucional e no cotidiano, o mundo das publicações é igualmente rico, permitindo acesso às coalizões de pensamento e diálogo" (Spink, 2000:136)

Como práticas discursivas, os documentos assumem diferentes formas. Arquivos diversos, diários oficiais e registros, jornais e revistas, publicidade, relatórios e anais são algumas das possibilidades. Tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir. Nas palavras de Spink "o acaso é um elemento importante e nunca dever ser descartado; os pesquisadores no campo da produção de sentidos aprendem a ser catadores permanentes de materiais possivelmente pertinentes" (Spink, 2000:137). O domínio do documento, e do que ele pode conter permite uma leitura mais completa e profunda do historiador (Thompson, 1992). A escolha de material foi feita a partir de uma análise inicial do campo. Assim para o geógrafo que se dispõe a fazer uma pesquisa no campo da história da Geografia, e mais detidamente, na história da Geografia brasileira, é muito importante, tal como, para o historiador, o domínio sobre a essa metodologia que permite o trabalho com os documentos impressos e, sobretudo, na sua relação com a memória.

Estas opções permitiram entender de que forma a escolha do instrumento se relaciona com os propósitos do pesquisador e ao mesmo tempo como os pressupostos teóricos nortearam as interpretações. Sem dúvida a forma escolhida para a discussão é parte de posicionamento que privilegia a pesquisa qualitativa com todas as implicações metodológicas pertinentes ao campo. Esta interação se dá em certo contexto, numa relação constantemente negociada. No relato está em foco o que a pessoa traz, os argumentos utilizados e a explicação dada para torná-los plausíveis, ou seja, o que ocorre numa dada situação, dentro de uma seqüência de atividades. Numa conversa o locutor posiciona-se e posiciona o outro, ou seja, quando falamos selecionamos o tom, as figuras, os trechos de história, os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele. As posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas. Em outras palavras "o sentido é produzido interativamente e a interação presente não inclui apenas alguém que

fala e outro que ouve, mas todos “os outros” que ainda falam, que ainda ouvem ou que, imaginariamente, poderão falar ou ouvir. É sob esse ângulo que o diálogo amplia-se, incluindo interlocutores presentes e ausentes” (Pinheiro, 2000:194)

Muitas das questões - talvez sua maioria - tenham se formulado no decorrer da pesquisa e do trabalho em arquivos documentais. Disso evidencia-se a importância dada aos projetos coletivos como espaço ou fórum de debates e construção do nosso conhecimento sobre história oral.

Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, idéias e transformações: notas de uma história; é um estudo dessa associação, ao longo de sua existência, desde seu nascimento até aproximadamente o final da década de 1970. A proposição é a da apresentação dessa história no interior da Geografia brasileira a partir da estruturação, do que aqui estaremos chamando de **Notas Históricas**, que são núcleos de articulação de idéias, forma e conteúdos, e que, articuladas em si e entre si, possibilitam a arrumação de uma dada história institucional, valorizando os temas, as ações dos sujeitos que fazem essa história, e combinando tempos distintos e interdependentes nesse processo de recomposição.

**A primeira Nota** refere às **origens**, onde trataremos o contexto do surgimento da AGB, enquadrando-a como uma das bases da institucionalização da geografia brasileira pós-1930, juntamente com os cursos universitários, o IBGE e o ensino da disciplina na chamada rede de educação básica. Ainda explorando essa nota, serão destacados os primeiros passos dados pela associação e seus personagens pioneiros. Serão tratadas nessa nota também as “diversas origens” da AGB, desde a controvérsia sobre a origem/criação até as suas origens/recriações ao longo de sua história de existência. A inserção da AGB numa possível periodização da geografia brasileira também será elemento de tratamento.

**A segunda Nota** contém as **Idéias**. Na construção desse núcleo de articulação serão destacadas as publicações pioneiras da AGB. Produções que ocorreram a partir de 1934, e serão avaliados até a década de 1970, e que foram produzidos na recém formada associação e, posteriormente, em suas seções regionais. Os elementos da construção da referida nota, são as revistas, boletins e anais das reuniões. Os produtos das publicações serão posteriormente

analisados na perspectiva da compreensão da contribuição da AGB para a formação/conformação do campo científico da geografia no Brasil.

**A terceira Nota** a ser desenvolvida nesse trabalho é a das **Transformações**. A AGB, ao longo de sua história de existência e atuação como a mais importante associação científica da geografia brasileira, experimentou uma série de reformas estatutárias e organizacionais. A segunda dessas reformas vai assinalar na história da AGB o início da construção de seu projeto de consolidação enquanto uma associação de caráter nacional. O conjunto dos elementos e das ações, parte implementada, por reforma estatutária, vai cimentar o caminho para efetivação de seu projeto nacional. Nesse núcleo, as reformas estatutárias serão tratadas como exponenciais transformações na estrutura política e organizacional da AGB e com significativas repercuções na geografia no Brasil. Para entendermos esse caminhar, apresentaremos a criação das seções regionais, suas características gerais e singulares enquanto ampliação das bases da comunidade agebeana; a realização das Assembléias Gerais Ordinárias, que durante muito tempo se constituíam nos encontros da associação e de seus associados, e um pouco da história de cada uma delas – seus estudos, participantes e decisões. Merecerá destaque nesse estudo sobre a AGB, a criação dos Congressos Brasileiros de Geógrafos, que será tratado enquanto afirmação de uma identidade de geógrafo e de um projeto de geografia que vinha sendo germinado por aqueles que se organizaram no interior da associação e nas principais instituições que conformavam a chamada base da moderna geografia brasileira. O movimento de renovação crítica da geografia brasileira e sua relação de alimentação recíproca com a AGB, a criação das seções locais, a ação/movimento dos estudantes e professores da educação básica são os novos agentes dessa transformação.

# **Capítulo 1**

**Origens:  
A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)  
na Geografia Brasileira**

**T**oda história tem o seu começo, e o começo da história associativa, que reúne estudiosos e interessados no pensamento geográfico brasileiro, embora seja breve, não começa com a AGB. Sabemos que a história da AGB confunde-se com a história da institucionalização da Geografia universitária no Brasil pós-1930, e depois, portanto, com a própria geografia brasileira. No entanto, estamos buscando nesse trabalho, trazer á lume a idéia de que a história associativa [na] geografia, ou melhor dizendo, no tocante ao pensar/produzir conhecimento geográfico no Brasil, diferente assim da idéia de uma geografia brasileira ou [da] geografia brasileira, tem seu início, mesmo que bastante embrionário, nas chamadas sociedades geográficas.

Toda tentativa de realizar uma reconstrução do processo de autonomização temática e metodológica da Geografia enquanto disciplina através de um levantamento das instituições que se vinculam à produção deste conhecimento em qualquer que seja o recorte nacional-estatal escolhido, encontra seu primeiro antecedente histórico na formação das chamadas Sociedades Geográficas<sup>11</sup>.

As sociedades de geografia são instituições do século XIX e estão ligadas de modo inextricável à ação colonialista e imperialista ocorrida durante esse período, mais marcadamente ainda entre o último quartel dos oitocentos e as duas décadas iniciais do século XX, com forte predominância européia e entre os europeus com marcada hegemonia da França, Alemanha e Inglaterra (Zusmam, 1996). A primeira dessas sociedades foi fundada em 1821 em Paris, seguida pela de Berlim em 1828 e a de Londres em 1830. As primeiras entre as latino-americanas foram a do México, em 1833, e a do Brasil, em 1838<sup>12</sup>. Entretanto, embora o surgimento desse tipo de instituição tenha sido lento em seus cinqüenta anos iniciais (1820-1870), pode-se dizer que nos anos subsequentes elas cresceram de modo vertiginoso, principalmente no período que vai de 1870 a 1914<sup>13</sup>, por coincidência o mesmo apontado por Hobsbawm (1997) como aquele em que se dá o surgimento dos Estados nacionais em escala

<sup>11</sup> Numa primeira aproximação é possível distinguir dois tipos de instituições: aquelas formadas no século XIX que apareceriam como centros eminentemente culturais agrupando “exploradores” e “aficionados” e aquelas associações do século XX cujas atividades têm seu centro de interesse na formação e o aperfeiçoamento dos professores. (Capel, 1977 apud Zusmam, 1996)

<sup>12</sup> Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ)

<sup>13</sup> Segundo Capel (1981:183) entre 1821 e 1878 foram criadas cerca de 50 sociedades geográficas, já em 1885 existiam 94 delas, em 1897 elas eram 107. A maioria dessas sociedades, membros associados e revistas, é claro, estavam na Europa (cerca de 85%).

planetária. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as sociedades estão associadas a dois fenômenos inseparáveis: o imperialismo europeu e a conformação do mundo a partir de recortes territoriais nacionais.

Considerar as Sociedades Geográficas como instituições, significa conceituá-las como estruturas materiais e organizativas, onde se constituem relações sociais e, portanto, relações de poder (Zusmam, 1996). As instituições devem ser estudadas tanto na sua função social explícita – o que se estabelece em seus objetivos formais (estatutos) – quanto naquelas nunca expressadas claramente (Escolar, 1996).

Realizar uma leitura destas instituições a partir do contexto histórico nas quais se constituíram apresenta-se como uma tarefa relevante – poucas vezes empreendida. Isto permite não só ressignificar o seu papel em relação a problemática acima apresentada mas também em relação aos projetos políticos em curso, nas conjunturas históricas nas quais elas se constituíram.

No âmbito da história das ciências, as sociedades representam, por sua vez, uma riquíssima possibilidade de investigação. Inicialmente, porque muitas das controvérsias científicas, de mais de uma área do conhecimento, vão estar no seu interior. Controvérsias que vão desde o estabelecimento de autonomias disciplinares até as questões relacionadas a problemas teóricos e metodológicos.

Para Capel (1989)

"La institucionalización y la profesionalización, con la consiguiente formación de comunidades científicas, ha desempeñado, en efecto, un papel esencial en la constitución y en el desarrollo de las disciplinas científicas. A través de dichas comunidades, apoyadas en instituciones docentes e investigadores, ha avanzado el proceso de especialización que tan decisivo ha sido para el progreso científico desde los siglos XVIII y XIX.

La sociología de la ciencia ha puesto claramente de relieve la importancia de los foros comunitarios y de los aspectos institucionales en los procesos de socialización académica y en la selección y aceptación de conceptos científicos. A través de la creación y potenciación de comunidades científicas es como normalmente se deja sentir la acción social sobre el desarrollo del pensamiento científico (Capel, 1989:18)".

Depois, em uma época em que as instituições científicas como um todo estavam adquirindo novas formas, para vir depois conformar universidades e modernos institutos de pesquisa. Foi nesse tipo de sociedade que funcionaram verdadeiras escolas, se constituíram redes de pesquisa, publicações de

periódicos, guias de instrução para exploradores, dicionários geográficos, realização de congressos e amplos processos de difusão e propaganda ante a opinião pública.

Capel (1979), com propriedade, destaca a relação entre a Geografia e as Sociedades de Geografia.

"En el proceso de institucionalización de la geografía en la universidad incidieron también, de forma secundaria, otros factores. Conviene volverse ahora hacia ellos. Entre estos factores destacaremos la presión de las sociedades de geografía en favor del reconocimiento de un estatus universitario a la ciencia geográfica (Capel,1979:10).

Um estudo de sociedades geográficas pode revelar uma história social da ciência geográfica. Pode revelar por dentro das controvérsias, quais eram as principais questões científicas, pelo menos no âmbito da Geografia, naquele contexto histórico. Outra importante leitura a ser feita diz respeito ao próprio modo como, de dentro das chamadas Sociedades de Geografia e suas comissões científicas, é possível perceber o modo como as disciplinas científicas foram se tornando autônomas, consolidando campos próprios e estabelecendo outras formas de institucionalização profissional.

O professor Pasquale Petrone, em entrevista concedida a Revista Estudos Avançados da USP, ressalta o lugar destacado da AGB na Geografia brasileira, sem deixar de considerar as associações de existência anterior.

"A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, foi a primeira entidade voltada para uma Geografia científica. Não se trata, com a afirmação acima, de menosprezar ou menoscabar o que já existia, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro, em São Paulo, ou em outras partes do país. Mas é que as atividades dessas entidades tinham outro significado, embora freqüentemente de inegável importância, e sobre isso parece que não caibam dúvidas. Porém, dentro de uma perspectiva rigorosamente científica, a Associação dos Geógrafos Brasileiros inovou. Como organização foi pioneira, sob vários aspectos, dado que posteriormente outras entidades, voltadas para outros campos científicos, surgiram a partir do paradigma representado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Parece-me importante, também, o fato de tal entidade ter surgido em São Paulo, de certa forma no bojo da Faculdade de Filosofia, e que tenha crescido sempre estreitamente vinculada à Universidade. Cabe insistir, embora autônoma, entidade particular e, portanto, não oficial, a Associação dos Geógrafos Brasileiros funcionou sempre em

sintonia com a USP. Foram muitos os alunos da Universidade que tiveram a oportunidade de crescer intelectualmente freqüentando a Associação" (Petrone, 1994:6)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), podem ser entendidos como o início da história associativa da geografia no Brasil. Entendidas como aquelas instituições que reuniram, num primeiro momento, os estudiosos e interessados em geografia, carregando ou não em si o título e a denominação de geógrafos. Afinal o que existia e era produzido antes de 1930, quando do surgimento do IBGE, da AGB e dos cursos de graduação no cenário da Geografia, também era geográfico.

No entanto, é a AGB, objeto desse estudo, que vai fazer, no nosso entendimento, a diferença nessa história associativa na geografia brasileira. Primeiro porque a AGB vai viver em seu início a fase de transição entre o fim século XIX e início do XX, assumindo heranças e ao mesmo tempo ultrapassando os limites dessas instituições existentes no Brasil. Segundo, porque é a AGB a associação que vai efetivamente se articular com as outras instituições que vão formar as bases da geografia brasileira no pós-1930, e que alguns autores vão chamar de "moderna". Depois, porque é a AGB que vai ao longo de sua história, articular a base da chamada comunidade de geógrafos no Brasil (estudantes, professores e técnicos), desde sua fundação até os dias atuais.

## **1.1**

### **Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): o contexto de seu surgimento na Geografia brasileira**

A AGB surge num contexto da Geografia brasileira chamado por muitos de período de institucionalização da ciência geográfica, ao lado de um conjunto de outras instituições já existentes ou ainda que surgiram logo após sua criação, vai conformar não só esse período, mas a possibilidade de produzir e pensar a Geografia no Brasil na perspectiva de uma dada modernidade científica. O período da institucionalização da geografia no Brasil se revela altamente interessante. A armação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina data da década de 1930 com a organização dos cursos universitários de Geografia em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935), a normatização da disciplina no ensino básico de alguns Estados, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934), a criação, pelo Estado, do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). É correto afirmar que a criação dessas instituições se coloca como estratégia utilizada na busca da cientificidade, da legitimidade e da inserção da profissão na modernidade. Tais atos, interligados, rapidamente conformam uma comunidade de geógrafos no país.

A criação da AGB vai combinar com a criação dos primeiros cursos de graduação em Geografia no país, e também com alterações no ensino dessa disciplina nas escolas no nível do que hoje chamamos de Educação Básica. Esse cenário é que tentaremos construir nas próximas páginas, de forma possibilitar a compreensão do processo de formação/consolidação inicial AGB.

As primeiras tentativas para a consolidação de uma tradição de ciência estabelecida surgiram por volta do fim do século XIX. Porém, não se pode entender essa questão separada dos condicionamentos sociais que influenciaram tanto a atividade científica quanto a vida e carreiras dos pesquisadores. Assim, merecem destaque os condicionamentos relativos ao ambiente cultural mais amplo e as próprias instituições de pesquisas e associações científicas. Para se tentar entender de que forma os fatores e valores culturais facilitam ou inibem o

trabalho científico faz-se necessário uma reflexão sócio-histórica que permita compreender a dinâmica e a complexidade da relação entre ciência e sociedade.

A relação entre a institucionalização da geografia e a construção de uma base política de massas, com uma larga ampliação do mercado cultural, não conheceu ainda um tratamento mais sistemático. A idéia de institucionalização associa-se a noção de profissionalização, quando se fala em institucionalização da Geografia, na realidade está sendo mencionado o processo de formação de seu campo científico-disciplinar, que por sua vez está diretamente relacionado à implementação de novas instituições de ensino e pesquisa que possibilitaram a formação de profissionais especializados em Geografia orientados pelas modernas concepções e práticas científicas (Machado, 2002).

Um dos mais conhecidos entre os que escreveram uma história da Geografia no país é José Veríssimo da Costa Pereira, responsável pelo capítulo “A Geografia no Brasil”, que compõe o primeiro volume da obra de Azevedo (1955, p. 349-460) *As ciências no Brasil*<sup>14</sup>. José Veríssimo situa o nascimento científico da Geografia no Brasil por volta dos anos 30 do século XX e em torno do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e da Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil, dando ao primeiro o título de “órgão oficial máximo da ciência geográfica no país”. Destaca entre outras coisas uma fase fortemente marcada pela influência das ciências matemáticas, físicas e naturais na geografia brasileira, que vai até a primeira década do século XX e estaria soldada pela forte influência da leitura de naturalistas estrangeiros. Após esse período destaca mudanças metodológicas decorrentes da influência da sociologia, da história, da economia e da estatística.

Andrade (1982) considera que nos primeiros anos do século XX tenham surgido no Brasil, trabalhos de interesse geográfico bastante relevantes, embora ressalte que não metodologicamente geográficos. No entanto, considera também que foi com Delgado de Carvalho, que se iniciou a implantação do pensamento geográfico científico no país.

Embora não se possa deixar de reconhecer a existência de importantes idéias geográficas no país no período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Machado (2002), destaca com muita propriedade que

---

<sup>14</sup> Para essa tese estamos trabalhando com a versão editada em 1994 pela Editora da UFRJ.

“o verdadeiro impulso de modernização do saber geográfico é recebido com a implantação das instituições mencionadas<sup>15</sup> e das relações estabelecidas entre seus profissionais. Diversos geógrafos<sup>16</sup> que dedicaram estudos à historiografia da geografia brasileira, guardando as devidas especificidades de seus trabalhos, apresentam também sua modernização a partir do processo institucional” (Machado, 2002:14)

É certo também, como nos adverte Quaini (1996), que não se pode confundir a história de uma disciplina com a da sua institucionalização. Advertidos, no entanto, a escolha que fizemos para esse trabalho foi a de trabalharmos justamente com o processo que conhecemos como institucionalização, uma vez que entendemos que a história de uma disciplina não define o entendimento sobre ela, mas dá grandes elementos para sua compreensão.

A história da Geografia no Brasil não foge àquilo que foi a regra historiográfica para as demais ciências no país e padece, nesse sentido, das mesmas interdições conceituais e ideológicas. A história da Geografia no Brasil, produto de uma certa forma de fazer a história da ciência no país elegeu como data natal, a década de 1930 (Sousa Neto, 2002).

Presente, formalmente, nos currículos escolares desde o século XIX, a Geografia só vai conhecer sua formação no âmbito universitário a partir da terceira década do século XX com o surgimento dos primeiros cursos de formação de professores (as) de geografia. Através do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, Francisco Campos renovava o ensino superior brasileiro com a introdução do sistema universitário. Segundo a nova organização, a fundação de uma universidade no país exigiria a incorporação de, pelo menos, três institutos de ensino superior, dentre os quais deveriam estar incluídos os de Direito, Medicina e Engenharia, ou, em substituição a um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Rocha, 1994).

Foi em São Paulo que primeiramente surgiu uma instituição de nível superior organizada sob as regras do novo sistema. Em Decreto datado de 25 de janeiro de 1934, o Governador Armando Sales de Oliveira fundou a Universidade de São Paulo. Em continuidade a esse processo de criação de universidades e

---

<sup>15</sup> CNG/IBGE, AGB, USP, UDF/UB

<sup>16</sup> Moraes (1982), Machado (1995), Andrade (1982), Monteiro (1980), Pereira (1955), para lembrar alguns.

criação de cursos de formação em Geografia, em 1935, também seria criada no Rio de Janeiro, tendo como idealizador Anísio Teixeira, a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil. Em ambas instituições, estava presente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passou a se constituir, segundo Azevedo (1971), na medula do novo sistema.

Azevedo afirma ainda que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras tinham como proposta, ao serem criadas, o "duplo fim de desenvolvimento da cultura filosófica e científica e de formação de professores secundários."(1971:700). É interessante que lembremos que até então, os(as) docentes(as) que atuavam no ensino secundário eram oriundos ou de outras profissões (advogados, sacerdotes, etc) ou então autoditadas, isto quando não eram apenas profissionais em início de carreira que exerciam o magistério até encontrar uma boa posição nas suas profissões de origem (Rocha, 1994).

Nos anos 30, com a institucionalização da Geografia no ensino superior brasileiro, o princípio de produção de conhecimento geográfico passou a ser o acadêmico. Isso equivale a dizer que a academia direcionou os critérios e regras para elaboração da linguagem, para a diferenciação disciplinar e a formulação da identidade profissional na área. Foi, pois, nas instituições superiores que se estruturou a carreira do professor de Geografia. A universidade passou a ser o *locus* privilegiado para a profissionalização, para a produção do conhecimento geográfico, para a institucionalização de regras legítimas do campo científico. Pelas razões a que nos referimos acima, sobretudo, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal (depois Universidade do Brasil), tornaram-se proeminentes nesta tarefa.

"A universidade erigiu (...) uma nova modalidade cultural, implicando num tipo de reflexão constante e pontuado de exigências próprias, respaldado tanto na produção de um conhecimento voltado para a carreira, quanto num saber que exigia as preocupações com a transmissão. O profissional universitário é, ao mesmo tempo, professor. A transmissão dos conteúdos gera o esforço de sistematização dos sistemas de pensamento expresso em grandes sínteses, frequentemente apoiado em grandes discursos sobre o método. Procedimentos desta natureza são típicos da academia: o 'homo academicus' gosta do acabado. Daí a permanente discussão teórica como resultado do papel professoral". (Arruda, 1995: 116)

A contribuição desses cursos de Geografia e História (à época encontravam-se ainda juntos), ministrados por professores contratados na Europa, seria inquestionável em se tratando da difusão da orientação moderna, tanto no campo da pesquisa geográfica quanto para o ensino secundário de geografia.

"Ao movimento de renovação ligaram-se estreitamente diversos especialistas estrangeiros, que foram ativos transmissores da cultura geográfica moderna. Imprimindo a orientação científica dos métodos de pesquisas geográficas, introduzindo ou aperfeiçoando a técnica das observações sobre o terreno, estimulando as pesquisas iniciais, divulgando os processos modernos do ensino geográfico, estabelecendo e sistematizando as normas de elaboração e de redação de um trabalho geográfico, descendo, posteriormente, ao esclarecimento de pormenores técnicos relacionados com o trabalho de campo, nas pesquisas originais de geografia regional, debatendo, em seminários ou em tertúlias, temas e questões da maior importância geográfica, os professores estrangeiros imprimiram, efetivamente, uma grande orientação ao movimento renovador da geografia no Brasil. Pela primeira vez no país, os estudos geográficos e as pesquisas realizadas foram levados a efeito ou tiveram a orientação de geógrafos propriamente ditos" (Pereira, 1994:439-440).

A importância da instituição curso universitário vai aparecer de maneira bastante clara, porém ortodoxas, nas palavras de José Veríssimo da Costa Pereira. O professor apresenta seu ponto de referência para refletirmos sobre o processo de criação dos cursos universitários de Geografia no Brasil e sua importância na consolidação dessa ciência dentro dos marcos institucionais modernos. Para Pereira (1994), a inexistência dos cursos superiores de Geografia limitava ou mesmo impedia a realização de pesquisas ou trabalhos geográficos em acordo com os princípios que se construía para a ciência de modo geral e, em especial, para a Geografia. Não é difícil perceber a importância dada à criação dos cursos superiores de Geografia em suas palavras, mesmo mostrando compreender a importância da obra daqueles que se intitulavam geógrafos, reconhecendo o valor de seu trabalho. No entanto, afirmava a necessidade de legitimação desse saber a partir de uma formação universitária específica, considerando a referida formação imprescindível ao trabalho, tanto no magistério, como nas pesquisas e preparação de teses.

"Em consonância com os princípios geográficos gerais estabelecidos pelos fundadores da nova ciência, princípios,

aliás, refundidos e ampliados pelos grandes mestres que se lhes seguiram, os estudiosos da Geografia do Brasil, em sua maior parte, não puderam até o terceiro decênio do século atual, realizar pesquisas, bem assim elaborar e apresentar trabalhos à altura dos requisitos exigidos pelo importante ramo do saber humano. Imbuídos do espírito da Geografia, mas não realmente penetrados de ciência, aos diletantes brasileiros faltou, por infelicidade, uma boa formação geográfica. Imprescindível ao magistério e ao preparo de trabalhos, teses e pesquisas, tal formação, no Brasil, somente poderia assegurar-se, como sucedeu na Europa, através do ensino da Geografia em grau superior e mediante o desempenho de um programa bem definido, ministrado dentro das universidades. Nesse sentido, entretanto, não havia universidade no Brasil. As investigações científicas de caráter ou de interesses geográficos, sem método seguro e objetivo específico, se processavam nas instituições ou nos organismos técnico-administrativos, oficiais ou particulares, que, desde a Comissão Geológica do Império até o advento do Conselho Nacional de Geografia, foram fundados e criados para atender aos imperativos do desenvolvimento econômico do país.

Do exposto, quanto ao ponto de vista técnico legal, se infere que, até o início do quarto decênio do corrente século, não existiam *geógrafos* no Brasil, isto é, profissionais oficial e convenientemente preparados para conseguirem, do melhor modo, auscultar, em contato com a natureza e a vida humana e social, a trama de combinações inerentes ao fato geográfico e, em escala progressiva, sentir e registrar, numa síntese expressiva, viva e documentada, todo o dinamismo e a riqueza total da complexa realidade que a Geografia estuda” (Pereira, 1994:437)

Andrade (1982:185), quando reflete sobre as questões que envolvem a formação e a institucionalização da geografia na dimensão do pensamento científico corrobora a avaliação feita por José Veríssimo sobre a importância da formação de Geografia no nível superior para a realização plena da pesquisa geográfica. Para o autor “sendo a Geografia apenas uma matéria ensinada no nível secundário e que ainda não adquirira o prestígio de cátedra universitária, era colocada em um segundo plano, dificultando o acesso aos meios necessários às pesquisas”.

Mas, se, no Brasil, até as primeiras décadas<sup>17</sup> do século XX, de fato, ainda não se implantara a Universidade, contudo, nele já existiam instituições, práticas

---

<sup>17</sup> “Em 1920, o governo federal declarou instituída a Universidade do Rio de Janeiro, resultado da junção da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de duas faculdades livres de Direito pré-existentes. O projeto não preconizava atividade de pesquisa ou qualquer investigação científica e

e experiências, que conformaram uma atmosfera de possibilidades ao surgimento da Geografia como saber universitário.

Uma indispensável sede de saber efetivamente invadia os espíritos; e por seu turno, uma renovação educacional – em bases amplas – atormentava uma vigorosa minoria de intelectuais, sobretudo de educadores<sup>18</sup>. Excepcionalmente dominante, essa minoria passou a reclamar, com veemência, a reforma integral do sistema educativo no país. Em conseqüência, a implantação, na década de 1930, do sistema universitário, condicionado pelo estatuto das universidades brasileiras, ao pôr em equação e ao solucionar o problema da formação técnica e científica dos futuros mestres e pesquisadores, veio resolver, também o importante caso da formação dos geógrafos e professores de geografia no Brasil.

A criação dos cursos de Geografia no Brasil, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro têm na presença de profissionais estrangeiros, e em especial os franceses<sup>19</sup>, uma indisfarçável marca de influência que se constituiu através de diversas “missões” que chegaram ao Brasil, na década de 1930, ora contratada por aqueles que estão no governo, ora por integrantes da elite econômica regional, que por vezes se colocavam em situação de divergência com o projeto político e econômico em curso.

As missões científicas dos anos 30 não constituem um caso excepcional da presença francesa em território brasileiro. O século XIX, especialmente, assiste à chegada de um número impressionante de estrangeiros ao Brasil, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1808). O país se abre como campo de investigação para os cientistas europeus<sup>20</sup>. O Brasil começa a ser visitado por toda a sorte de viajantes: pintores, botânicos, zoólogos, etnógrafos,

---

pedagógica. Assim, as demandas de criação de uma verdadeira universidade permaneciam questão central entre as elites intelectuais do país (Ferreira:1999:278)”

<sup>18</sup> “A década de 1920 constituiu um momento de reflexão e de debates entre os intelectuais e educadores brasileiros acerca da educação nacional. Os debates – que se realizaram sob inspiração da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 – continham críticas que em grande parte, se dirigiam as limitações do sistema universitário existente (Vicenzi, 1986:17 apud Ferreira,1999:278)”.

<sup>19</sup> “Do ponto de vista dos professores estrangeiros, foram os franceses que impulsionaram a Geografia universitária no Rio de Janeiro. Estes já traziam consigo toda uma consolidada formação em Geografia, inspirada nos então grandes mestres franceses tais como Jean Brunhes, Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon, todos de alguma forma influenciados por Paulo Vidal de La Blache” (Machado, 2002:48).

<sup>20</sup> No que diz respeito aos franceses podemos destacar a presença do naturalista Saint-Hilaire, que desembarca no Brasil em 1816 e aqui levanta material para uma importante obra científica (*Flora Brasiliæ Meridionalis*, 1822), além de deixar registradas as andanças pelo país em nove volumes. Nessa mesma época, ainda sob os cuidados da Coroa portuguesa, vem ao Rio de Janeiro uma missão cultural francesa, convocada por D. João VI, para a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. O mestre mais importante do grupo é Jean-Baptiste Debret, que permanece quinze anos no Brasil (Peixoto, 1995).

geólogos e comerciantes. As Academias científicas européias induzem os governos a mandarem expedições ao Brasil.

Mas não apenas os franceses e, com eles, a França vêm até o Brasil; brasileiros também saem para estudar em Paris. Alguns grandes nomes do café se formam em Paris, ou pelo menos, estabelecem fortes ligações com a cidade. No século XX, essa relação se intensifica, quando membros de uma certa elite vão estudar na França ou em outras Universidades européias, com destaque para a história da AGB, de Rubem Borba de Moraes<sup>21</sup> (Peixoto, 1995).

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX podem ser descritos como momento de intenso contato com a França, tanto no plano científico, quanto no plano cultural.

Os anos 20 merecem particular destaque quando falamos em relações culturais franco-brasileiras, pois em 1925 um importante passo é dado no sentido da intensificação destas relações. Trata-se da criação, por iniciativa do grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, do *Liceu Franco-Brasileiro*, considerado um embrião da futura Universidade de São Paulo (Cruz Costa, 1945 apud Peixoto, 1995). Segundo Cruz Costa, aqui estiveram o psicólogo Pierre Janet (1920); o psicólogo Henri Pierón (1925); Fauconnet (1927); o padre Yves de la Bière (1927); Paul Rivet (1928); e também o médico e psicólogo George Dumas (1926). George Dumas, eminente médico e professor da Faculdade de Paris, formado também em Filosofia e Doutor em Letras, e que tinha também a qualidade de ser profundo conhecedor da realidade brasileira, é quem preside a instalação dos institutos franco-brasileiros de alta cultura em São Paulo e no Rio de Janeiro, que mantinham estreitas relações com a Universidade de Paris (Lefévre, 1993)

P. Fauconnet e Georges Dumas, já na segunda metade de 1927, enfatizavam a necessidade de criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São Paulo. Neste sentido, Dumas, teria se comprometido a enviar, anualmente, ao Brasil professores de várias Universidades francesas (Cardoso, 1982 apud Peixoto, 1995). Georges Dumas (1886-1946), é, então, nesse contexto de aproximação, o elo com o Brasil, tornando-se figura chave na organização da vinda dos franceses para a FFCL da USP e para a Faculdade Nacional de Filosofia, principalmente pelo excelente transito entre as autoridades

---

<sup>21</sup> Rubem Borba de Moraes foi, em 1934, um dos fundadores da AGB, e nos anos que seguiram à fundação, um dos sócios mais ativos.

diplomáticas francesas e, ao mesmo tempo, uma inserção importante no campo intelectual e acadêmico francês. O fato de ser *normalien* e professor *Sorbonne* lhe franqueava o acesso a uma rede de nomes respeitados, espalhados por diferentes instituições francesas (Ferreira, 1999). Nomes esses que depois foram contatados para virem para o Brasil.

O que diferenciou o processo de contratação em São Paulo e no Rio de Janeiro foi que, o primeiro se deu a partir de uma articulação da elite paulista<sup>22</sup>, e na segunda empreitada houve o convite por vias oficiais, com a autorização direta de Getúlio Vargas<sup>23</sup>. Para Machado (2002:57) “De fato, as missões universitárias francesas no Brasil foram orientadas a partir de duas vertentes ideológicas distintas, uma de ordem anticlerical e outra católica<sup>24</sup>. Essas vertentes irão também refletir na Geografia universitária brasileira, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro”.

Para São Paulo, vieram entre tantos outros, professores como: Émile Coornaert (Historiador); Paul Arbousse Bastide (Cientista Social); Pierre Deffontaines (Geógrafo); Etienne Borne (Filósofo); Fernand P. Braudel (Historiador); Lévi-Strauss (Cientista Social); Pierre Monbeig (Geógrafo); François Perroux (Economista); Roger Bastide (Cientista Social); Pierre Frammont (Economista); Roger Dion (Geógrafo); Pierre Gourou (Geógrafo).

Entre os professores que vieram para o Rio de Janeiro, destacam-se: Poirier (Filosofia); Onbredonne (Psicologia); Jacques Lambert (Sociologia);

---

<sup>22</sup> “Agindo de maneira independente, em 25 de janeiro de 1934, o governo de São Paulo criou a USP, mediante a incorporação de algumas escolas superiores já existentes, de diversos institutos técnicos-científicos mantidos pela administração estadual e ainda a recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Enfraquecidos pelo movimento que em 1930 tinha trazido Vargas ao poder, os paulistas desejavam recuperar sua posição hegemônica no quadro nacional. Uma formação intelectual apurada e que privilegiasse as ciências sociais despontava como meta fundamental para a constituição de uma nova elite política paulista (Freitas, 1992 apud Ferreira, 1999:279)”.

<sup>23</sup> Para Machado (2002:6) “É importante registrar que o estabelecimento da Geografia universitária na década de 1930 foi produto da modernização política e institucional promovida pelo Governo Vargas, que acabou atingindo diversos setores da sociedade e se manifestando na criação de inúmeros órgãos administrativos de caráter regulador, com objetivos centralizadores, desenvolvimentistas e nacionalistas. Não apenas o ensino superior recebe grande impulso mas a vida política, econômica e cultural do país”.

<sup>24</sup> A instalação do Estado Novo em 1937 permitiu a eliminação da UDF. O projeto original da UDF, que contrariava a orientação oficial de subordinação ao Governo Federal, pretendia uma formação de um novo tipo de intelectual, iniciado na pesquisa científica e crente na ação diretiva da educação, e referenciado numa educação laica, ia de encontro aos interesses de alguns grupos dirigentes no poder. Com a eliminação da UDF, os seus quadros foram integrados a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil em 1939. O intelectual católico Alceu de Amoroso Lima foi um dos responsáveis pela orientação impressa a nova faculdade, exercendo os grupos católicos um papel relevante na definição dos cursos e na contratação de professores (Ferreira, 1999).

Fortunat Strowski (Literatura Francesa); André Gros (Política); Gilbert (Geografia Humana); Antoine Bom (História Antiga e Medieval). Antes, em 1936, coube a um outro grupo de franceses iniciar as atividades da Universidade do Distrito Federal: Émile Brehier (Filosofia); Eugène Albertini (História); Henri Hauser (História); Henri Tronçon (História); Gaston Leduc (Lingüística), Pierre Deffontaines (Geografia), Francis Ruellan (Geógrafo) e Robert Garric (Literatura). Pierre Deffontaines, Robert Garric e François Perroux foram os únicos que lecionaram tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo (Peixoto, 1995).

As missões universitárias dos anos 30 devem ser entendidas como um desdobramento desse intercâmbio que se intensifica com a criação dos Liceus no Brasil. A criação da Universidade com missões francesas atende a um duplo interesse: por um lado, o interesse francês na “conquista da América (e do Brasil); por outro lado, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, de modernizar-se, de formar quadros” (Peixoto, 1995:5). A criação das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal aqueceu as relações culturais já então estabelecidas entre o Brasil e a França.

O conjunto de professores franceses que vieram para Brasil, tanto para a USP, quanto para a UDF (depois, UB), era bastante heterogêneo. A diversidade se dava pela idade com que chegavam aqui, suas formações e titulações, experiências profissionais, tempo de permanência e até mesmo, opção religiosa. O quadro<sup>25</sup> a seguir (adaptado de Peixoto, 1995), mostra um resumo da vida desses franceses e sua permanência, onde podemos destacar alguns com influência direta na formação dos cursos de Geografia no Brasil.

---

<sup>25</sup> O quadro foi produzido a partir de informações apresentadas por Peixoto (1995) e Lefebvre (1993) sobre a permanência dos professores franceses no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

**Tabela 1**  
**Missão Francesa Universitária**

Nome	Nascimento	Formação	Chegada e Saída do Brasil	Idade	Permanência	Instituição
Émile Coornaert	1886	Historiador	1934-1935	48 anos	1 ano	USP
Paul Arbousse Bastide	1889	Cientista Social	1934-1945	35 anos	11 anos	USP
Pierre Deffontaines	1894	Geógrafo	1934-1935	40 anos	1 ano	USP
			1936-1939		3 anos	UDF
Etienne Borne		Filósofo	1934-1935		1 ano	USP
Jean Maugué	1904	Filósofo	1935-1944	31 anos	9 anos	USP
Fernand P. Braudel	1902	Historiador	1935-1938	33 anos	3 anos	USP
Claude Lévi-Strauss	1908	Cientista Social	1935-1938	27 anos	3 anos	USP
Pierre Monbeig	1908	Geógrafo	1935-1946	27 anos	11 anos	USP
François Perroux	1903	Economista	1936-1937	32 anos	1 ano	USP
René Courtin		Economista	1937-1938		1 ano	USP
Jean Gagé	1902	Historiador	1938-1945	33 anos	8 anos	USP
Roger Bastide	1896	Cientista Social	1938-1954	40 anos	16 anos	USP
Pierre Frammont	1896	Economista	1938-1939	42 anos	1 ano	USP
Paul Hugon	1903	Economista	1938-1972	35 anos	34 anos	USP
Georges Gurvitch	1894	Cientista Social	1947-1949	53 anos	2 anos	
Gilles G. Granger		Filósofo	1947-1953		6 anos	
Roger Dion		Geógrafo	1947-1948		1 ano	UB
Émile G. J. Léonard	1891	Historiador	1948-1950	57 anos	2 anos	
Martiel Guérout		Filósofo	1948-1949		1 ano	
Pierre Gourou	1900	Geógrafo	1948-1950	48 anos	2 anos	USP
Charles Mozaré	1913	Cientista Social	1949-1951	35 anos	2 anos	USP
Jean Glénisson	1921	Historiador	1957-1958	36 anos	1 ano	
Paul Rivet		Cientista Social	1951-1952		1 ano	
Francis Ruellan		Geógrafo	1940-1956		16 anos	UB
			1951-1952		1 ano	USP
Philippe Wolf		Historiador	1951-1952		1 ano	
Maurice Lombard		Historiador	1954-1955		1 ano	
Frédéric Mauro		Historiador	1953-1955		2 anos	
M. Bataillon		Historiador	1953-1954		1 ano	
Jacques Godechot		Historiador	1953-1954		1 ano	
Robert Garric		Letras	1934-1935		1 ano	USP
			1936 - ?		?	UDF
Philippe Arbos		Geógrafo	1937-1939		2 anos	UDF
André Gilbert		Geógrafo	1939-1945		6 anos	UB
Henri Hauser		Historiador	1936-1939		3 anos	UDF
Eugene Abertini		Historiador	1936-1939		3 anos	UDF
André Gros		Economista	1939-1945		6 anos	UDF
Jacques Lambert		Cientista Social	1937-1938		1 ano	PA
			1939-1945		6 anos	UB
Henri Poirier		Filósofo	1939-1945		6 anos	UB
Gaston Leduc		Economista	1936-1939		3 anos	UDF
Etienne Souriau		Filósofo	1936-1939		3 anos	UDF

Fonte: Peixoto (1995) e Lefebvre (1990), adaptado por Charles da França

A criação das faculdades de filosofia, onde o ensino geográfico em grau superior passou a ser professado e orientado com o sentido da pesquisa, teve, pois, decisiva influência na qualidade dos trabalhos geográficos, posteriormente levados a efeito no país. Através dos cursos de graduação e de especialização, à que se seguiram medidas complementares outras, estimulando os jovens pesquisadores, foi possível aos referidos institutos universitários fornecerem às exigências brasileiras certo número de profissionais aptos ao empreendimento da tarefa no campo específico da Geografia. Esse contorno institucional outorgou à Geografia brasileira, possibilidades e condições concretas de seu desenvolvimento, permitindo a constituição da profissão do geógrafo e do professor de Geografia para o ensino fundamental, médio e superior.

Para Abreu (2006:131), é possível concluir que a chegada dos mestres franceses, em meados dos anos 30, em vez de detonar um processo inteiramente novo, veio dar impulso a um movimento que já havia se iniciado nas décadas anteriores e que, "tal como ocorrera na Alemanha e na França do século 19, teve sua origem nas pressões, estímulos e demandas provenientes do ensino médio". Entretanto, não há dúvida de que, com os cursos universitários e a com a chegada dos mestres franceses, a chamada "Geografia moderna" se instalou com solidez no Brasil.

Há um certo consenso sobre definição das instituições que, de alguma forma, participam, ou mesmo definem o inicio da chamada "Geografia moderna" brasileira – IBGE, USP e UDF (com seus cursos de graduação) e a AGB. Nesse rol comum de instituições não tem lugar para o ensino de geografia enquanto disciplina no ensino do que hoje chamamos de escola básica. A ausência para alguns autores aparece como algo justificado pela própria explicação do que pode ser considerado como geografia moderna. Se um dos pilares dessa geografia é a criação de cursos de graduação em geografia, justamente para formar os profissionais que iriam atuar na área, considerar-se-ia o ensino dessa disciplina na sua versão escolar, realizada por profissionais oriundos das mais diferentes áreas do conhecimento – entre eles, engenheiros, médicos, militares, advogados, como um período que antecede a moderna geografia. Consideração deve ser feita ainda sobre as referências teórico-metodológicas dessa geografia que seguia sendo ensinada nos ginásios brasileiros como forma de não reconhecê-la como aquela que recebeu a denominação de moderna.

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a Geografia tenha atingido um novo patamar em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar exclusivamente seu nascimento em meados da década de 1930 acaba por encobrir a importância do ensino de Geografia nas escolas e o papel que vinha desempenhando alguns professores, como, por exemplo, já há 25 anos - Carlos Delgado de Carvalho<sup>26</sup>, com um trabalho consistente sobre ensino de Geografia, que amparado na distribuição dos conteúdos desta disciplina fundamentados em métodos de pesquisa e ensino<sup>27</sup> no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, fazia críticas a forma como esse conteúdo era ensinado.

Ao final do século XIX, a Geografia estava começando a garantir um lugar nos currículos das escolas<sup>28</sup>, em alguns países da Europa com mais força, mas também no Brasil, só que de maneira mais tímida. Wooldridge (apud Goodson, 1990:240) afirma que "se a Geografia deve ser ensinada nas escolas, ela deve ser aprendida nas universidades". A afirmação sugere a importância da formação universitária da disciplina em questão, sugere também a aceitação da importância do ensino da geografia nas escolas, e mais, a relevância da "base" escolar na conformação da ciência geográfica como campo de saber<sup>29</sup>.

Para Goodson (1990), quando analisa o caso da Inglaterra e também Capel (1977), quando relata o caso espanhol, a geografia escolar aparece como a responsável pela implementação do ensino universitário da disciplina. Resolvemos, então aqui, também assumir o ensino da geografia nas escolas

---

<sup>26</sup> Em 1910, Delgado de Carvalho publica *Lê Brésil Meridional*. Durante a década de 1930, Delgado de Carvalho irá travar uma verdadeira guerra contra o ensino descritivo e encyclopédico então reinante nas escolas de nível elementar e médio do país. Nesse período empenha esforços para mudar o currículo do Colégio Pedro II. Publica compêndios escolares (1913) e importante obra metodológica (1925).

<sup>27</sup> "Talvez influenciado pela Escola Nova, que promovia um ensino que levava o aluno a aprender a pensar, Delgado de Carvalho aponta a necessidade de novos pressupostos pedagógicos para o ensino de Geografia. Defendia que o professor deveria auxiliar os alunos na construção do conhecimento por meio de estímulo da observação empírica. Assim, acreditava que o meio no qual vivesse o aluno deveria se tornar, em qualquer tema abordado, o assunto principal do estudo. Todos os conceitos da Geografia física deveriam ser referenciados na realidade brasileira, e aqueles que não o fossem não deveriam exigir estudos aprofundados. Criticou o ensino mnemônico e execrou a mera nomenclatura de lugares e dados estatísticos. Sustentou um estudo que partisse da Geografia elementar, pois o objeto da Geografia era a Terra como habitat do homem" (Campos, 2005:80-81)

<sup>28</sup> Para Goodson (1990:236), "matéria estava emergindo das dores iniciais do parto, quando parecia ser apenas um pouco mais que uma monótona coleção de fatos e cifras".

<sup>29</sup> Mackinder (apud Goodson 1990:237) formula uma questão em 1897, na Inglaterra: "como a Geografia pode se tornar uma disciplina?". Mackinder estava consciente de que a demanda por uma Geografia acadêmica a ser ensinada nas universidades podia ser gerada apenas através do estabelecimento de uma posição mais creditada nas escolas.

como uma das referências da institucionalização da chamada geografia moderna no Brasil.

Capel (1977), quando vai tratar da institucionalização da Geografia e da formação da comunidade científica de geógrafos, destaca a importância da presença da geografia no ensino primário e secundário daquele país, onde a criação das cátedras universitárias permite seguir o ritmo desse processo de institucionalização, e que existira uma correlação estreita entre o crescimento da escolarização básica e a correspondente demanda de professores de Geografia, e a criação das cátedras universitárias. Ainda que o tema exija maior investigação, os dados e informações disponíveis parecem indicar que esta correlação existe.

"Los factores que condujeron a la existencia institucionalizada de esta comunidad, están directamente relacionados con la presencia de la geografía en la enseñanza primaria y secundaria en el momento en que los países europeos iniciaron el rápido proceso de difusión de la enseñanza elemental, fue la necesidad de formar profesores de geografía para las escuelas primarias y medias el factor esencial que condujo a la institucionalización de la geografía en la universidad y a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos" (Capel, 1977:1)

O mesmo Capel (1977) ao tratar da institucionalização da "nova geografia", frente ao panorama que apresenta frente aos expostos na metade do século XIX, quando a geografia aparece "*extraordinariamente pujante e expansiva em muitos países cincuenta anos depois*", sendo ensinada em grande número de universidades e presente em todos os programas de educação elementar e secundário, recebendo contribuições teóricas por parte de uma ativa comunidade de cientistas e editando revistas especializadas, destaca novamente a importância do ensino de geografia nas escolas no processo relatado.

"El factor esencial que conduce a **la institucionalización de la geografía y a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos es la presencia de esa ciencia en la enseñanza elemental y secundaria a mediados del siglo XIX**. La tradición de enseñar a los niños las nociones elementales acerca de nuestro planeta a través de la "Geografía" y la relación antigua entre Geografía e Historia, contribuyeron probablemente a que la asignatura "Geografía" figurara en los programas de la enseñanza primaria y secundaria, de forma residual y generalmente unida a la historia, en el momento en que comienza el gran proceso de difusión de la enseñanza elemental en toda Europa (Capel, 1977:8)". [grifos nossos]

No Brasil, a partir de 1936, formar-se-iam os(as) primeiros(as) professores(as) licenciados para atuar no ensino secundário, oriundos das novas faculdades criadas poucos anos antes.

"Com êsse acontecimento inaugurou-se, de fato, uma nova era do ensino secundário, cujos quadros docentes, constituídos até então de egressos de outras profissões, autodidatas ou práticos experimentados no magistério, começaram a renovar-se e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de Filosofia que, além, do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo, o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário" (Azevedo, 1971:761).

Petrone (1993), comentando o ensino de geografia no período anterior ao surgimento dos cursos de formação de professores(as), confirma que a regra mencionada por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo se aplicava perfeitamente também para esta disciplina.

"Realmente Geografia era 'feudo' do bacharel em Direito ou do cidadão curioso que gostava de 'pedras' ... e que pensava em formar museus de curiosidade da Terra, inclusive porque gostava de olhar os astros... Assim, na primeira série do ginásio estudava-se cosmografia: o que é planeta, o sistema solar, etc. (...) O conjunto do corpo docente desse período não era bem formado, mas havia excelentes professores auto-didatas. Apenas eles constituíam as exceções. Mas as coisas não devem funcionar à base de exceções, mas sim de regras." (1993:13)

Pela primeira vez, surgiam professores (as) que haviam tido uma formação que os (as) qualificava para o exercício do ensino de geografia, formação esta assentada numa concepção científica dessa ciência.

Para Rocha (1994)

"A importância deste acontecimento é significativa para a propagação da orientação moderna de geografia escolar. Devemos lembrar que vários autores responsáveis pela historiografia existente sobre a ciência geográfica no Brasil são categóricos ao afirmar que a criação dos cursos de geografia, em nível superior inauguraram a fase moderna da geografia no país. Podemos perfeitamente afirmar que os(as) novos(as) professores(as) eram formados à luz dessa nova orientação e por ela muito foram influenciados quando assumiram postos nas salas de aulas, além do que, naquele período, começaram a surgir também manuais didáticos veiculadores dessa nova orientação.

Não queremos com isso afirmar de forma determinista que todos os(as) egressos(as) dos cursos de formação de professores de geografia passaram a ser seguidores da nova orientação, porque outros fatores continuaram a contribuir para a manutenção, ainda, de um ensino assentado na orientação mais tradicional. Porém é inquestionável o fato desses cursos terem começado a lançar no mercado de trabalho profissionais minimamente dotados de uma formação científica de geografia, e que, de forma mais ou menos intensa, passaram a reelaborar os conhecimentos adquiridos na academia, transpondo didaticamente essa nova concepção para suas aulas". (1994 :177)

A Geografia ensinada nas escolas foi, em última análise, uma peça importante no processo de disseminação e popularização dessa disciplina na sociedade brasileira, de uma certa forma de pensar/fazer/ensinar a ciência geográfica, com seus novos métodos, conceitos e conteúdos. Dessa forma consideramos essa modalidade de ensino de Geografia como parte integrante da chamada fase de institucionalização da geografia no Brasil, e em consequência, da compreensão do contexto de surgimento da AGB.

Assim chegamos ao fim da construção desse quadro que serve de referência sobre as condições que haviam, ou que estavam se formando, quando do momento de criação da AGB. As relações que se estabelecem na Geografia no Brasil a partir dessas instituições anteriormente abordadas, e somando a elas o IBGE, foram fundamentais para, num primeiro momento, o nascimento, e depois, o crescimento e a expansão da AGB. A relação também é de reciprocidade, quando essas instituições também se desenvolvem a partir da comunicação institucional estabelecida com a AGB, seus personagens e suas práticas. Contudo, esse processo de institucionalização, onde AGB, universidades, escolas e IBGE, nascem e amadurecem, e com elas a Geografia brasileira, somente foi possível pelas condições históricas de produção do conhecimento geográfico que se mantinha no Brasil nas décadas anteriores a 1930.

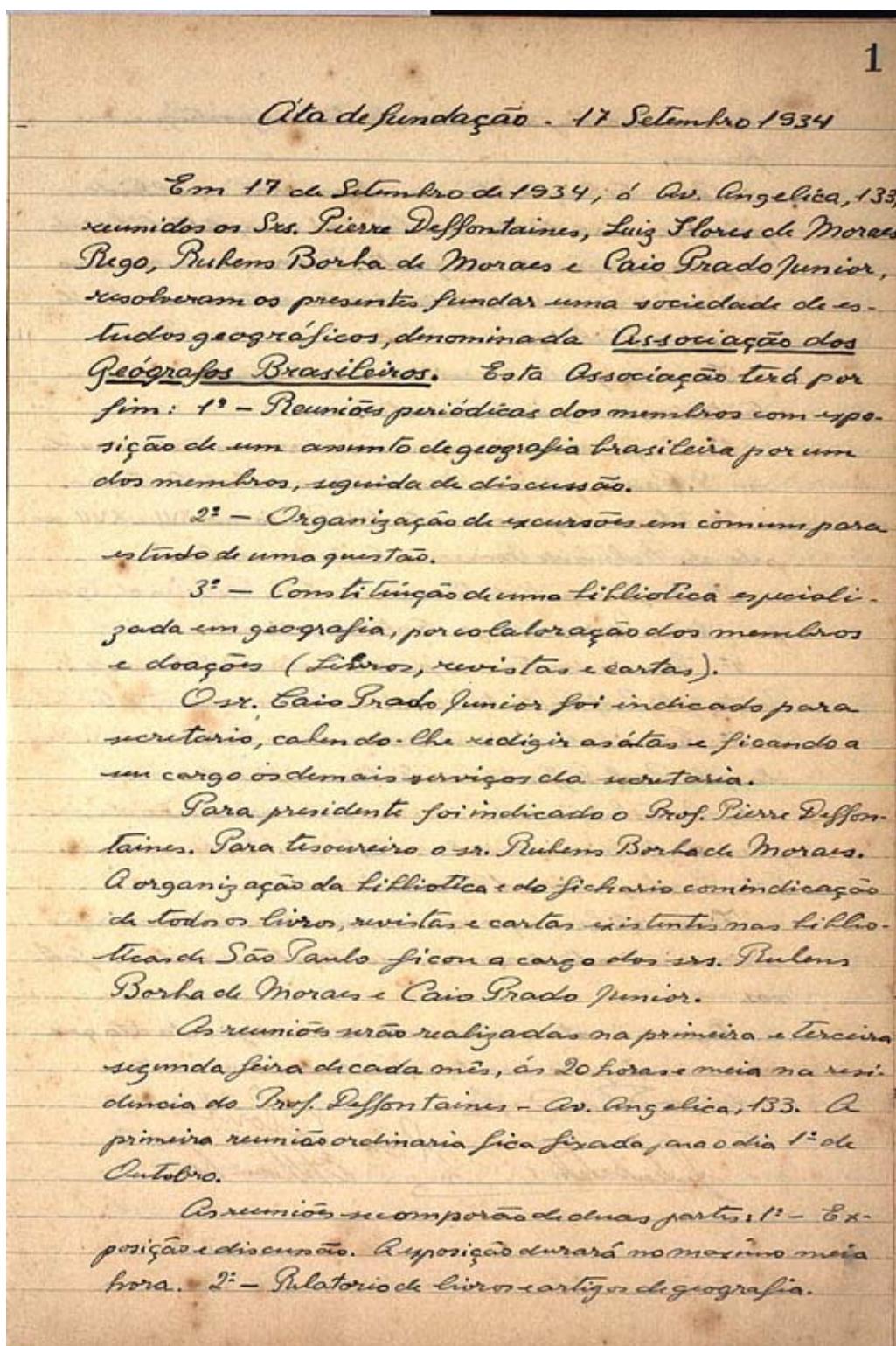
## **1.2**

### **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): origens e personagens**

Mas qual a motivação para a criação de associação científica de Geografia? Algumas possibilidades de avaliação podem ser tentadas nesse momento. Podemos inicialmente perguntar o por quê do surgimento de associações, de qualquer tipo que sejam. Em primeiro lugar podemos pensar na reunião de um determinado grupo de afinidades, que tenham alguns elementos em comum, como por exemplo, a sua formação profissional. As afinidades podem ser outras, como a identificação de uma dada origem nacional, ou mesmo regional, de um estado ou de uma cidade; podem ser afinidades de gostos ou mesmo de torcida por algum evento ou agremiação. Outra possibilidade de formação de associação é a necessidade de se reunir em torno de alguma reivindicação, alguma necessidade coletiva ou mesmo a partir de uma pauta específica. Diante dessas possibilidades, ou mesmo de outras, qual foi a motivação para a fundação da AGB?

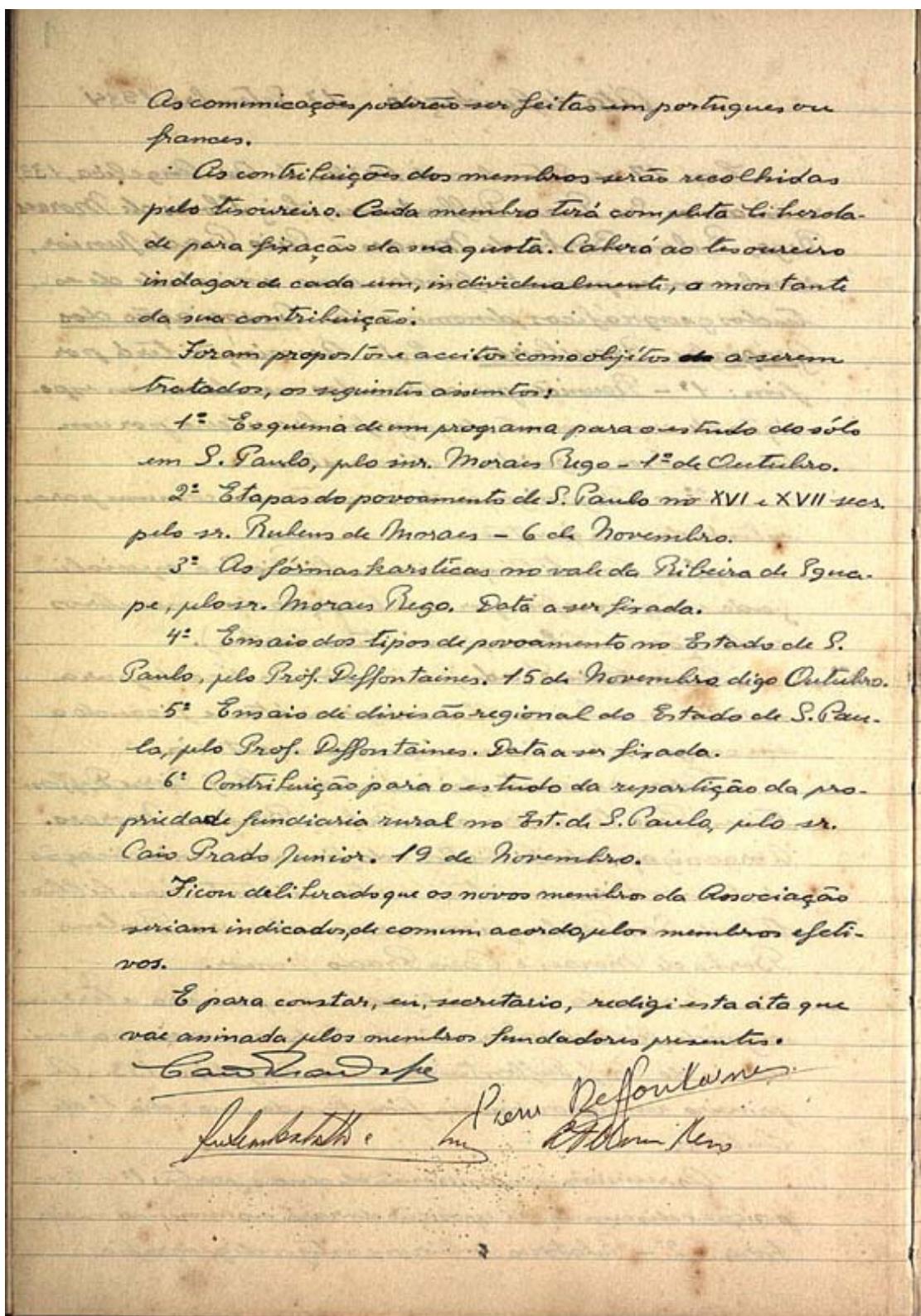
Estamos aqui apresentando um entendimento sobre o surgimento da AGB que ultrapassa o limite dado pela cronologia de criação de uma associação. O surgimento da AGB não se limita ao tempo de sua formação inicial, daqueles primeiros momentos, semanas ou mesmo meses, após a sua fundação. Preferimos considerar, pelo menos nesse momento, que o surgimento da AGB vai durar pelos menos os seus primeiros dez anos de vida, e em consequência disso, o contexto social e científico desse surgimento deve ter igual período de avaliação. Importante pensar que a construção da AGB ao longo desses anos é também uma importante transição entre o que já havia de instituições geográficas no Brasil e o que viria a ser as possibilidades associativas da Geografia no Brasil.

**Figura 1**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

**Figura 2**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Em 17<sup>30</sup> de setembro de 1934, o professor Pierre Deffontaines<sup>31</sup> reuniu em sua casa da Avenida Angélica n.133, na cidade de São Paulo – SP, estudiosos de procedências políticas diferentes e formações profissionais dispare. São eles: o geólogo e professor da Escola Politécnica da USP, Luis Flores de Moraes Rego<sup>32</sup>; o historiador e bibliotecário e, a partir de 1935, Diretor da Biblioteca Municipal, Rubens Borba de Morais<sup>33</sup> e o advogado e estudante do curso de História e Geografia, Caio Prado Junior<sup>34</sup>; e juntos fundaram formalmente a

---

<sup>30</sup> Em muitas publicações da própria AGB, aparece o dia 7 de setembro como a data de sua fundação e não o dia 17 como está registrado na Ata de Fundação. Parece, ao nosso entendimento, que essa pequena diferença justifica-se pelo não conhecimento durante muito tempo da Ata de Fundação da Associação devido ao seu desaparecimento. Assim, a informação que a AGB havia sido fundada no dia 7 de setembro, acabou sendo disseminada e publicada em vários documentos, boletins e anais, sendo, inclusive declarada no registro dos Estatutos que foram reformados em 1945. Talvez a simbologia da data em referência à Independência do Brasil tenha estimulado tal informação, como também a proximidade de representação dos números "7" e "17".

<sup>31</sup> Pierre Deffontaines nasceu em Limoges em 21 de fevereiro de 1894 e morreu em Paris em 5 de novembro de 1978. Desde muito cedo demonstrou interesse pela geografia e acabou por dedicar toda a sua vida ao desenvolvimento desse campo de conhecimento. Seus primeiros estudos foram, contudo, no campo do Direito, em que se licenciou em 1916, em Poitiers. Em seguida mudou-se para Paris e passou a freqüentar a Sorbonne, onde obteve o diploma de estudos superiores de Geografia e História em 1918.

Nos anos seguintes, Deffontaines seguiu as etapas usuais da carreira do magistério na França: agrégé d'histoire et géographie em 1922, bolsista da Fundação Thiers (1922-1925), professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille (1925-1939), chargé de cours de geografia pré-histórica na Ecole d'Anthropologie de Paris. Obteve o título de doutor em geografia pela Sorbonne em 1932 e foi secretário geral da Sociedade de Geografia de Lille de 1932 a 1937.

Deffontaines chega ao Brasil, em 1934, com 40 anos de idade onde funda e assume a Cadeira de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Nos anos seguintes, mesmo sem se fixar de maneira definitiva no país, manteve contatos regulares com o Brasil. Foi o criador da cadeira de geografia na UDF, e aí lecionou de 1936 a 1938. Foi também um dos principais responsáveis pela criação do Conselho Nacional de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia. Promoveu, igualmente, a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia. Além de sua intensa atividade intelectual, era um militante católico extremamente atuante.

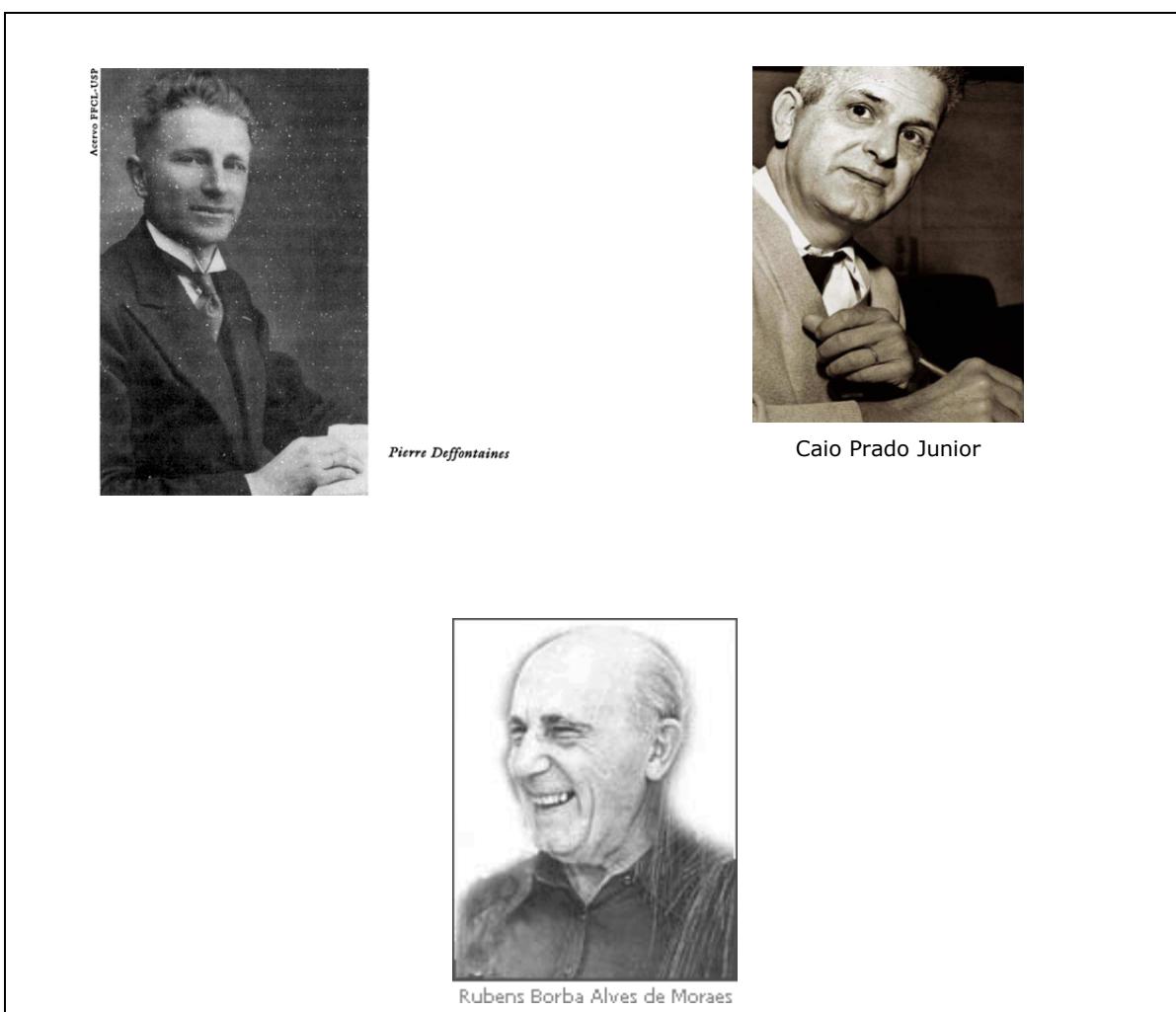
<sup>32</sup> Nasceu no dia 9 de agosto de 1896, na cidade do Rio de Janeiro, nesta cidade cursou o Colégio militar e ingressou na Escola de Minas de Ouro Preto, tendo concluído o curso em 1917 como um dos alunos mais brilhantes que já haviam passado pela referida escola. Ministrou aulas de graduação na Escola Politécnica e de pós-graduação no Instituto de Engenharia com temática em Geologia de São Paulo. Realizou, juntamente com Ribeirão Costa, a criação dos cursos de Engenheiros de Minas e Metalurgistas em 1939. Faleceu no dia 25 de julho de 1940, com apenas 43 anos.

<sup>33</sup> Nasceu em Araraquara, SP, em 23 de janeiro de 1899. Estudou Biblioteconomia nos Estados Unidos, como bolsista da Fundação Rockfeller. Em 1940 fundou o Curso de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que dirigiu e onde lecionou por vários anos. Foi um dos fundadores da Associação Paulista de Bibliotecários. Na década de 50, atuou com destaque em organismos internacionais na Europa e Estados Unidos, tais como a Biblioteca da ONU e o Centro de Informações da ONU. Faleceu em 2 de setembro de 1986.

<sup>34</sup> Nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro de 1907. Pertencia à aristocrática família Prado, de certa tradição na sociedade paulista, dona de riquezas e importante participação na economia local. Estudou Direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde formou-se em 1928. Mantendo-se ativo na militância comunista (ainda que restrita) elegeu-se deputado estadual por São Paulo em 1947, mas foi cassado no ano seguinte quando o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade. Homem de negócios, fundou a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês. À primeira, fundada com Monteiro Lobato, em 1944. Pela editora publicou de 1955 a 1964 a Revista Brasiliense, editada por vários intelectuais.

Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e segundo o próprio Deffontaines, sobre o modelo da *Association de Géographes Français*.

**Figura 3**  
**Fundadores da AGB<sup>35</sup>**



Reunidos numa pensão de uma rua da capital paulista, quatro homens, de formações distintas e de idades diversas – o mais velho tinha 40 anos e o mais novo apenas 27; reuniram-se para fazer uma história ter início. Eram quatro homens reunidos por um deles e que se juntaram naquele momento para fundar uma associação. Um deles era francês e os outros três brasileiros. Um apenas era geógrafo, um outro era geólogo, outro advogado, e o último era bibliotecário.

Em 1934, Caio “descobriu” a geografia e sua utilidade, mérito que sempre atribuiu a Pierre Deffontaines. Dessa forma a geografia tornou-se seu instrumento de trabalho para o conhecimento do país e para a elaboração da própria História, produzindo importantes estudos na disciplina. Caio Prado Júnior morreu em 1990.

<sup>35</sup> As fotos não correspondem a data em que foi fundada a AGB. Não foi possível encontrar nenhuma fotografia do sr. Luiz Flores de Moraes Rego.

Juntos resolveram fundar a Associação dos Geógrafos Brasileiros, pretensiosa iniciativa diante a presença minoritária dos formados em Geografia, contudo, sob forte influência daquele único, até o momento, com formação na referida ciência.

Terminado o dia dezessete de setembro de 1934, estava fundada a AGB. Para fundá-la, diz Claire Deffosse (1998 apud Seabra, 2004:14), interpretando Monbeig: Deffontaines, "[...] reuniu junto a si algumas pessoas das quais nenhum geógrafo, mas notáveis locais, todos francófonos. [...] Ele apóia-se, pois, no modelo das sociedades francesas que tinham permitido a institucionalização da Geografia na França<sup>36</sup>".

Em princípio, como já dito anteriormente, a história de qualquer associação é feita por pessoas, umas fartamente nomeadas e/ou outras absolutamente anônimas que, juntas, no caldo do cotidiano institucional, dão àquilo que produzem um sabor coletivo. No caso da AGB, foi formada, pelo menos em seu início de vida e atividades por pessoas que ou eram fartamente nomeadas ou viriam a ser muito em breve durante a própria existência da associação. Interessante é que apenas o professor Pierre Deffontaines, o único geógrafo do grupo formador inicial, vai fazer sua história de destaque profissional no âmbito da Geografia, os demais a farão em diferentes áreas do conhecimento, algumas inclusive, não coincidentes com sua formação inicial.

Visando reunir-se para palestras e debates e organizar-se para a realização de estudos e pesquisas interessando à Geografia, assim a associação teria por fim: 1. reuniões periódicas dos membros, com exposição de um assunto de Geografia brasileira por um dos membros, seguida de discussão; 2. organização de excursões em comum para estudo de uma questão; 3. constituição de uma biblioteca especializada em Geografia, por colaboração dos membros e doações (livros, revistas e cartas) (Zusmam, 1996) e (Seabra, 2004).

Os então presentes à reunião que formou a AGB, dividiram-se nas atribuições e tarefas para construir a associação, o que foi registrado na ata de fundação em sua primeira página:

"O sr. Caio Prado Junior foi indicado para secretário, cabendo-lhe redigir as atas e ficando a seu cargo os demais serviços de secretaria".

---

<sup>36</sup> Vale importante ressalva quanto a diferença da natureza do Estado francês e do Estado brasileiro – o primeiro unitário e o segundo federativo.

"Para presidente foi indicado o Prof. Pierre Deffontaines. Para tesoureiro o sr. Rubem Borba de Moraes. A organização da biblioteca e ao fichário com indicação de todos os livros, revistas e cartas existentes nas bibliotecas de São Paulo ficou a cargo dos srs. Rubem Borba de Moraes e Caio Prado Junior". (AGB,1934:1)

Entre os quatro presentes, somente Luis Flores de Moraes Rego, não assumiu formalmente nenhum cargo ou atribuição que fosse registrada na ata de fundação da associação, no entanto teve expressiva participação nos primeiros anos da AGB, com presença sempre constante nas reuniões, nas tarefas e indicações de futuros sócios. Ficou decidido a realização de reuniões periódicas, com datas e horários definidos, e ainda o seu formato, a fim de dar conta das finalidades da associação.

"As reuniões serão realizadas na primeira e terceira segunda-feira de cada mês, às 20 horas e meia, na residência do prof. Deffontaines – avenida Angélica n. 133." A primeira reunião ordinária fica fixada para o dia 1º de outubro.

As reuniões se comporão de duas partes: 1. exposição e discussão. A exposição durará no máximo meia hora; 2. relatório de livros e artigos de Geografia. As comunicações poderão ser feitas em português ou francês". (AGB,1934:1)

A reunião de fundação tratou ainda da necessidade de uma contribuição financeira para sustentação da associação, o que ficaria a cargo do tesoureiro seu recolhimento. No entanto o valor da contribuição ficaria a cargo de cada um dos membros da AGB.

"(...) Cada membro terá completa liberdade para fixação da sua cota. Caberá ao tesoureiro indagar de cada um, individualmente, o montante de sua contribuição". (AGB,1934:1)

Demonstrando muito entusiasmo com o projeto de criação da associação, os membros presentes a esse momento histórico, já definiram o calendário de reuniões e os temas e sócios que iriam tratá-los, anotando tudo isso na ata de fundação, o que registra, mesmo que de maneira muito simples e formal, uma certa disposição daqueles quatro indivíduos, de realização desses momentos de discussão e de funcionamento da associação<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> As reuniões que inicialmente aconteciam na casa do professor Pierre Deffontaines, com a adesão do Dr. Geraldo Horácio Paula Souza, então Diretor do Instituto de Higiene, que passou a ser um dos membros mais assíduos, passaram a se realizar na sede do referido Instituto, depois de animadora acolhida pelo mesmo.

"Foram propostos e aceitos como objetos a serem tratados, os seguintes assuntos:

1º. Esquema de um programa para o estudo do solo em São Paulo, pelo sr. Morais Rego - 1º de outubro.

2º. Etapas do povoamento de São Paulo nos XVI e XVII séculos, pelo sr. Rubens de Morais - 6 de novembro.

3º. As formas kársticas no vale da Ribeira de Iguape, pelo sr. Moraes Rego. Data a ser fixada.

4º. Ensaios dos tipos de povoamento no Estado de São Paulo, pelo prof. Deffontaines -15 de outubro.

5º. Ensaio de divisão regional do Estado de São Paulo, pelo prof. Deffontaines . Data a ser fixada.

6º. Contribuição para o estudo da repartição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo, pelo sr. Caio Prado Júnior - 19 de novembro.

A forma bastante simples de criação da AGB mereceu destaque e foi lembrada, mesmo quinze anos após aquele 17 de setembro, na apresentação dos Anais da II Assembléia Geral da associação, realizada em 1946, em Lorena, São Paulo; e no discurso proferido pelo professor Aroldo de Azevedo na abertura da V Assembléia Geral Ordinária, em 1950, na cidade de Belo Horizonte.

"A fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros não teve a cercá-la nenhum formalismo, nem repercutiu no noticiário da época. Processou-se num ambiente de extrema simplicidade, na residência do Prof. Pierre Deffontaines, à avenida Angélica, na capital paulista, em setembro de 1934. Além do eminentíssimo mestre francês, apenas um reduzido grupo de estudiosos de assuntos brasileiros assistiu ao nascimento de nossa agremiação" (AGB, 1949:3)

"Assim reunidos, fundaram sem nenhum alarde a então modestíssima ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS" (AGB, 1953:8)

Além dos sócios fundadores – prof. Pierre Deffontaines, prof. Luiz Flores de Morais Rego, Dr. Rubens Borba de Morais e Dr. Caio Prado Júnior, passaram a figurar no quadro da AGB, em sua fase inicial, nos seus primeiros meses de funcionamento, ainda no ano de 1934, mais os seguintes<sup>38</sup>: srs. **Eddy Crissiuma** (engenheiro químico e estudante de Geografia e História da FFCL-USP); **Carlos Wright** (Técnico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e aluno de Historia Natural); **Paul Arbousse Bastide** (Sociólogo); **Geraldo Horácio de Paula Sousa** (Medico Sanitarista, Diretor do Instituto de Higiene); **Antônio Carlos Couto de Barros**; **Antonieta de Paula Souza**

<sup>38</sup> Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da AGB (1934) e Seabra(2004)

(estudante de Geografia e Historia); **Maria Conceição Vicente de Carvalho** (química industrial e estudante de Geografia e História da FFCL-USP); **Agenor Machado** (Engenheiro do Instituto Geográfico e Geológico – IGG); **Affonso Antonio Rocco** (estudante de Geografia e Historia); **Astrogildo Rodrigues de Mello** (estudante de Geografia e História da FFCL-USP); **João Dias da Silveira** (estudante de Geografia e História da FFCL-USP); **Edmond Dufond e Teodoro Knecht** (Geólogo), **todos sócios efetivos, e ainda o sr. Jean Vellard**, morador de Niterói, RJ, como o primeiro sócio correspondente da Associação. Esses senhores e essas senhoras representam na história da AGB o seu primeiro grupo de associados. Podemos assim dizer, que esse foi seu corpo associado fundador. A esses pioneiros, no ano de 1935, juntaram-se outros que, como sócios efetivos ou sócios correspondentes, ao término do ano, consolidaram o corpo de associados da AGB. São eles: **John Lane, Guilherme Wendell, Pierre Monbeig, Eurípedes Simões, Major Mario Travassos, Levy-Strauss, Pierre Mangue, Ferdinand Braudel, Nelson Camargo, Rozendo Sampaio Garcia, José Orlandi, José Bonifácio de Souza Amaral, Henrique Dal Pagetto, Carlos Amadeu de Camargo, Aroldo de Azevedo, Fernando Guedes Galvão e Ruy Calazans**, como sócios efetivos; **e o General Moreira Guimarães, Alberto Betim Paes Leme, Everardo Backheuser, Estanislau Bousquet, Cyro Berlinck, Teodoro Sampaio, Pedro de Araújo, Theodoreto de Camargo, Domingos Ruffolo, Hildebrando Siqueira, Pedro Bernardo Guimarães, General Luis Sombra, Leônidas de Castro Lessa, Franz Messner**, como sócios correspondentes.

Fato importante dessa lista de primeiros associados é a presença de vários estudantes, fato possível na AGB desde sua criação até a reforma estatutária de 1936 (direito que só vai ser recuperado em 1979). Vale lembrar, ainda sobre essa fundamental questão que, Caio Prado Júnior - fundador da Associação e seu Secretário-Geral dos primeiros anos, era estudante do curso de Geografia e História da USP.

Na tabela a seguir montamos uma exposição dos dois primeiros anos de reuniões<sup>39</sup> da AGB, destacando o momento de aceitação de cada sócio, sua categorização, bem como a presença ao longo desses 14 meses, em 22 reuniões.

---

<sup>39</sup> As vinte e duas Reuniões Ordinárias ocorreram no período 1935-1936, e foram relatadas em sua maioria por Caio Prado Junior, que ocupava o cargo de secretário-geral da AGB. O livro de atas, onde estão registrados os relatos dessas reuniões, encontra-se sob os cuidados do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

**Tabela 2**

	1 <sup>a</sup> 01/10 1934	2 <sup>a</sup> 15/10 1934	3 <sup>a</sup> 05/11 1934	4 <sup>a</sup> 19/11 1934	5 <sup>a</sup> 03/12 1934	6 <sup>a</sup> 17/12 1934	7 <sup>a</sup> 07/01 1935	8 <sup>a</sup> 04/02 1935	9 <sup>a</sup> 18/02 1935	10 <sup>a</sup> 18/03 1935	11 <sup>a</sup> 01/04 1935	12 <sup>a</sup> 15/04 1935
Pierre Deffontaines												
Luiz Flores Moraes Rego												
Rubens Borba de Moraes												
Caio Prado Junior												
Eddy Crissiuma												
Carlos Wright												
Paul Arbousse Bastide												
Geraldo H. de Paula Souza												
Antonio C. Couto de Barros												
Reinhard Maack												
Theodoro Knecht												
Antonietta de Paula Souza												
Maria da C. Vicente de Carvalho												
Agenor Machado												
Affonso Rocco												
Astrogildo R. de Mello												
João Dias da Silveira												
Edmond Duffond												
Jean Vellard												
General Moreira Guimarães												
Alberto Betim Paes Leme												
Everardo Backheuser												
Estanislau Bousquet												
John Lane												
Cyro Berlinck												
Guilherme Wendell												
Pierre Monbeig												
Eurípedes Simões												
Teodoro Sampaio												
Pedro de Araújo												
Major Mario Travassos												
Levy-Strauss												
Pierre Mangué												
Ferdinand Braudel												
Theodoreto de Camargo												
Domingos Ruffolo												
Nelson Camargo												
Rozendo Sampaio Garcia												
Hildebrando Siqueira												
José Orlandi												
Sra. Monbeig												
Sra. Levi-Strauss												
Sra. Bastide												
Sra. Braudel												
Sr. Berveler												
Pedro Bernardo Guimarães												
José Bonifácio de Souza Amaral												
Henrique Dal Pagotto												
Carlos Amadeu de Camargo												
Aroldo de Azevedo												
General Luis Sombra												
Leonidas de Castro Lessa												
Franz Messner												
Fernando Guedes Galvão												
Ruy Calazans												

Todos os sócios citados foram, como determinavam os estatutos da Associação, apresentados por um membro efetivo, onde por vezes, o próprio indicado estava presente a Reunião Ordinária que avaliava a solicitação. Os relatos apresentados nas atas dos dois primeiros anos não indicavam nenhuma recusa de indicação feita pelos sócios. A formação do corpo de associados da AGB, reforçado pelas exigências estatutárias, estabelece-se pela conformação do que podemos chamar de “circulo de afinidades”<sup>40</sup>. A indicação dos novos sócios pelos já então sócios efetivos dá corpo a essa composição. Assim, e o individuo da relação direta de outro individuo, seja por motivo acadêmico, político, ou mesmo meramente pessoal que vai garantir a possibilidade de indicação para pertencimento a esse novo grupo social, e também a garantia de sua aceitação. A tabela a seguir mostra as indicações de sócios ocorridas nos dois primeiros anos de vida da AGB.

**Tabela 3**

Candidato a Sócio	Sócio responsável pela Indicação	Categoria
Ruy Calazans	Agenor Machado	Efetivo
Theodoro Knecht	Caio Prado Junior	Efetivo
Edmond Duffond	Caio Prado Junior	Efetivo
John Lane	Caio Prado Junior	Efetivo
Pierre Monbeig	Caio Prado Junior	Efetivo
Eurípedes Simões	Caio Prado Junior	Efetivo
Major Mario Travassos	Caio Prado Junior	Efetivo
Domingos Ruffolo	Caio Prado Junior	Correspondente
José Orlandi	Caio Prado Junior	Efetivo
Pedro Bernardo Guimarães	Caio Prado Junior	Correspondente
Aroldo de Azevedo	Caio Prado Junior	Efetivo
Franz Messner	Caio Prado Junior	Correspondente
Leonidas de Castro Lessa	Carlos Amadeu de Camargo	Correspondente
Teodoro Sampaio	Geraldo Horacio de Paula Souza	Correspondente
Pedro de Araújo	João Dias da Silveira	Correspondente
Carlos Amadeu de Camargo	John Lane	Efetivo
General Moreira Guimarães	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
Alberto Betim Paes Leme	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
Everardo Backheuser	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
Estanislau Bousquet	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
Guilherme Wendell	Luiz Flores Moraes Rego	Efetivo
Theodoreto de Camargo	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
General Luis Sombra	Luiz Flores Moraes Rego	Correspondente
Jean Vellard	Paul Arbousse Bastide	Correspondente
Levy-Strauss	Paul Arbousse Bastide	Efetivo
Pierre Mangué	Paul Arbousse Bastide	Efetivo
Cyro Berlinck	Rubens Borba de Moraes	Efetivo
Ferdinand Braudel	Rubens Borba de Moraes	Efetivo

<sup>40</sup> Ver Berdolay, 1999

José Bonifácio de Souza Amaral	Rubens Borba de Moraes	Efetivo
Henrique Dal Pagotto	Rubens Borba de Moraes	Efetivo
Fernando Guedes Galvão	Rubens Borba de Moraes	Efetivo

Fonte: Atas das Reuniões da AGB/1934-1936, adaptado por Charles da França

Quais motivos levaram à reunião de três profissionais, que até então, tinham pouca ou mesmo nenhuma vinculação com a Geografia, com outro profissional, que embora formado em Geografia, havia chegado a poucos meses no Brasil, para a formação de uma associação geográfica de cunho cultural e científico?

A AGB, segundo o próprio professor Deffontaines (1935 apud AGB,1949:3), ressaltando a oportunidade do aparecimento da nova entidade cultural, explica que a mesma "foi fundada em redor da cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo, e que reúne estudiosos e amadores da Geografia, animados da mesma paixão de descobertas e compreensão do seu país". Ainda, segundo Deffosse (1998), Deffontaines para estabelecer esta Cadeira ele funda em São Paulo a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Assim, desde o início, a Associação e a Cadeira, uma alimenta a outra, mas a criação de uma associação de geógrafos brasileiros não se limita ao alcance de uma cadeira de uma instituição universitária: é aqui preciso considerar tanto ou mais as intenções dos fundadores brasileiros (Seabra, 2004).

Zusman (1996; 2000), em sua dissertação e em artigo publicado no Boletim Paulista de Geografia<sup>41</sup>, respectivamente, apresenta o debate sobre a relação entre a AGB e a elite paulista então dominante na década de 1930, e o entrosamento da Associação com o projeto político-econômico do Estado. A Geografia teria um papel importante na execução do projeto de modernização e progresso do país, e em especial do Estado de São Paulo, onde "abrigada na sua particularidade epistemológica (enquanto saber globalizador) e apoiada na científicidade garantida pela adscrição a Escola Francesa (enquanto marco conceitual com legitimidade apoiada na tradição disciplinar) (Zusman, 2000:19-20)", se apresenta como um saber com potencialidade para dar legitimidade processo de valorização territorial e do desenvolvimento regional. Nesse contexto, a existência de uma associação que reunisse em seu corpo associado professores franceses da disciplina e articulasse representantes de outras áreas do conhecimento, mas que tivessem em comum o referido projeto para o Estado

<sup>41</sup> Boletim Paulista de Geografia (BPG), n.78 , 2000, p.7-32.

de São Paulo, poderia ser entendida como uma possibilidade de dar conjunto a esses agentes e ser mais uma envolvida no processo de desenvolvimento do projeto de modernização em pauta.

Moraes Rego (1935 apud Zuzman, 1996), sinaliza alguns dos objetivos da AGB que não estão reproduzidos nos escritos de suas atas ou estautos. São afirmações que revelam muito mais o objetivo daqueles que estavam no seu processo inicial de construção. O sr. Luiz Flores de Moraes Rego, sócio ativo e sempre presente nos primeiros anos da AGB em São Paulo, sendo inclusive responsável pela indicação de um número bastante significativo de novos associados, busca demonstrar a importância das tarefas que lhe correspondem realizar à AGB, principalmente das tarefas a serem desenvolvidas dentro de todo o quadro de transformações e mudanças econômicas que vivenciava o Estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940, e que redefiniria os objetivos desta instituição geográfica.

"A Associação de Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, tem por objetivo geral o desenvolvimento dos estudos geográficos do paiz, especialmente São Paulo e das regiões adjacentes (...).

Promoverá o conhecimento dessas regiões sobre diversos pontos de vista mas com orientação essencialmente geográfica, isto é, sem perder de vista o methodo geográfico baseado nos princípios bem conhecidos de extensão, da coordenação e da causalidade.

Servirá como coordenadora e animadora dos esforços no sentido de valorizar vastos territórios brasileiros.

A Associação, além de ser orgão de desenvolvimento da cultura paulista, desempenhará um papel relevante de caráter prático na evolução moderna da vida econômica do Brasil.

De um lado fará a propaganda das regiões a desenvolver junto ao capital e sou commercio, tornando conhecidos seus recursos e suas possibilidades. De outro cooperará com os governos da União e estaduais para a resolução das questões ligadas ao progresso desses territórios.

A influência da Associação fara-se-à sentir junto às populações locais, mostrando-lhes o interesse que dedicam ao melhoramento de suas condições econômicas as classes esclarecidas do Brasil."

Nesses fragmentos de artigo<sup>42</sup> publicado no Jornal “O Estado de São Paulo”, Moares Rego transparece o entrosamento da AGB com o projeto político-econômico do Estado de São Paulo.

Esta apresentação de Moraes Rego é mais explicativa e clara em relação aos objetivos da AGB que os próprios estatutos da associação. Nela é possível ver a inter-relação entre a associação e o projeto político-econômicos da elite dirigente do Estado de São Paulo. Apoiada em sua particularidade epistemológica como saber globalizador e na científicidade garantida pela inscrição da Escola Francesa cujo marco conceitual estava legitimado por uma tradição disciplinar, a Geografia se apresenta como um saber com características adequadas para justificar a tarefa política de modernização e progresso do Brasil e, em particular de São Paulo, especialmente naqueles aspectos vinculados a valorização territorial e o desenvolvimento regional (Zusman, 1997).

Ainda para Zusman (1997)

“El carácter históricamente globalizador del conocimiento geográfico permite que en un ámbito institucional reconocido como una Asociación de Geógrafos se agrupen especialistas en diferentes áreas: historiadores, geólogos, médicos, políticos. La conjunción de esta heterogeneidad de saberes aparecía como requisito para tematizar de diferentes maneras el proyecto territorial y legitimarlo. Podríamos preguntarnos si, por ejemplo, una asociación de geólogos podría haber reunido a intelectuales formados en tan diversas áreas sin cuestionarse la legitimidad de esta institución. El carácter globalizador del conocimiento geográfico no permite la efectivización de tal tipo de cuestionamiento. A su vez, a pesar de los vínculos de AGB con la USP ella consigue salvar algunas de las restricciones establecidas por las propias exigencias académico-universitarias. Ella podía agrupar miembros de la Escuela Politécnica con miembros de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras, por ejemplo”.

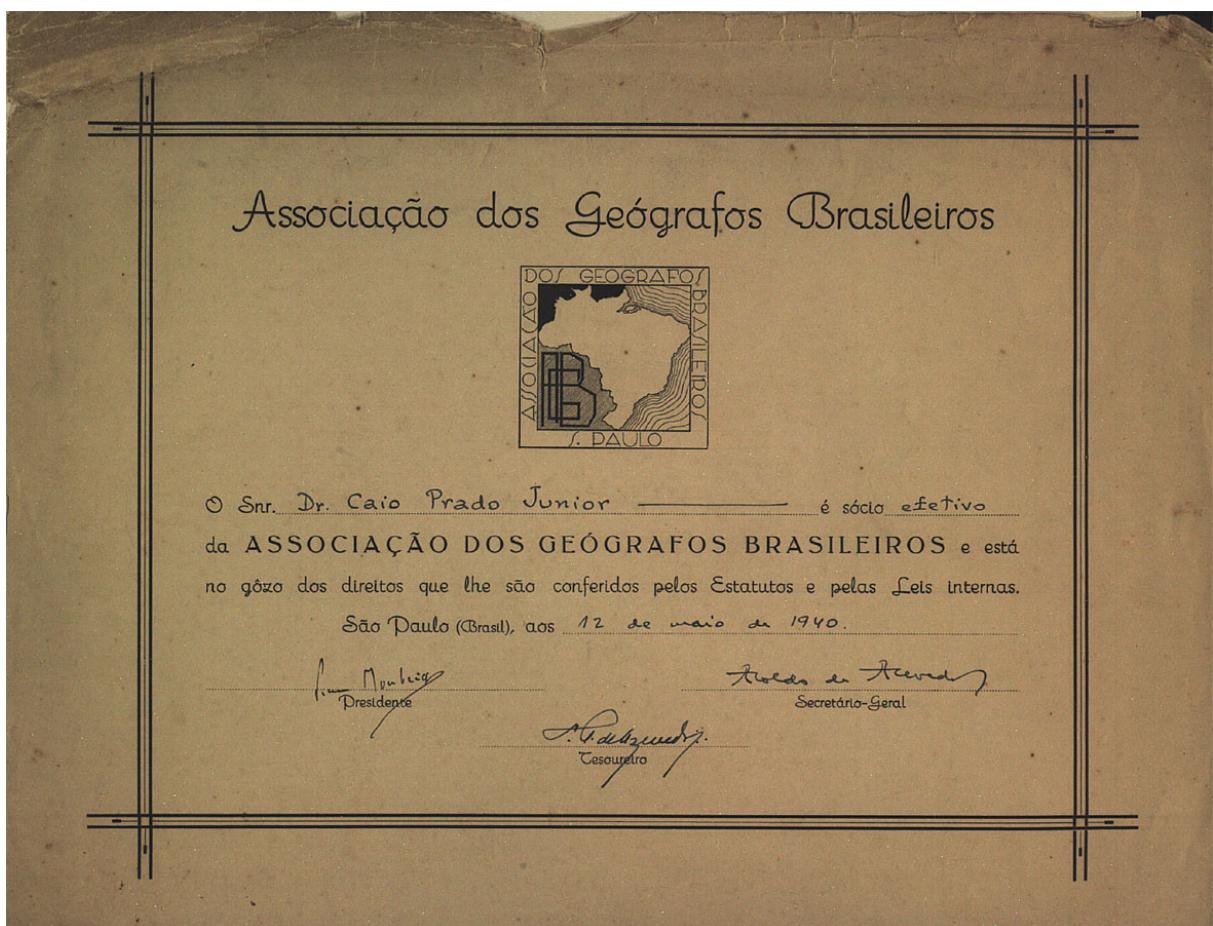
A diferença entre os objetivos apontados por Moraes Rego e os Estatutos da AGB tem entre eles um enorme fosso. A intensidade e a intencionalidade das proposições publicadas pelo Dr. Luiz Flores contrastam enormemente com a simplicidade dos sete artigos que compõem o estatuto proposto e aceito pelos sócios da Associação, o que, no entanto, não retira da pauta, nem estabelece contradições definitivas entre o que de fato foi proposto e as intenções do

---

<sup>42</sup> Artigo publicado em outubro de 1935, e que segue em anexo nessa tese.

mesmo. As primeiras dezenas de associados à AGB, identificados e lidos de seu lugar de origem social, suas ocupações e rede de relações, no mínimo mostram que objetivos mais ampliados e qualificados estariam motivando a participação nesse novo lugar de constituição de relações associativas, sejam elas científicas, culturais ou políticas.

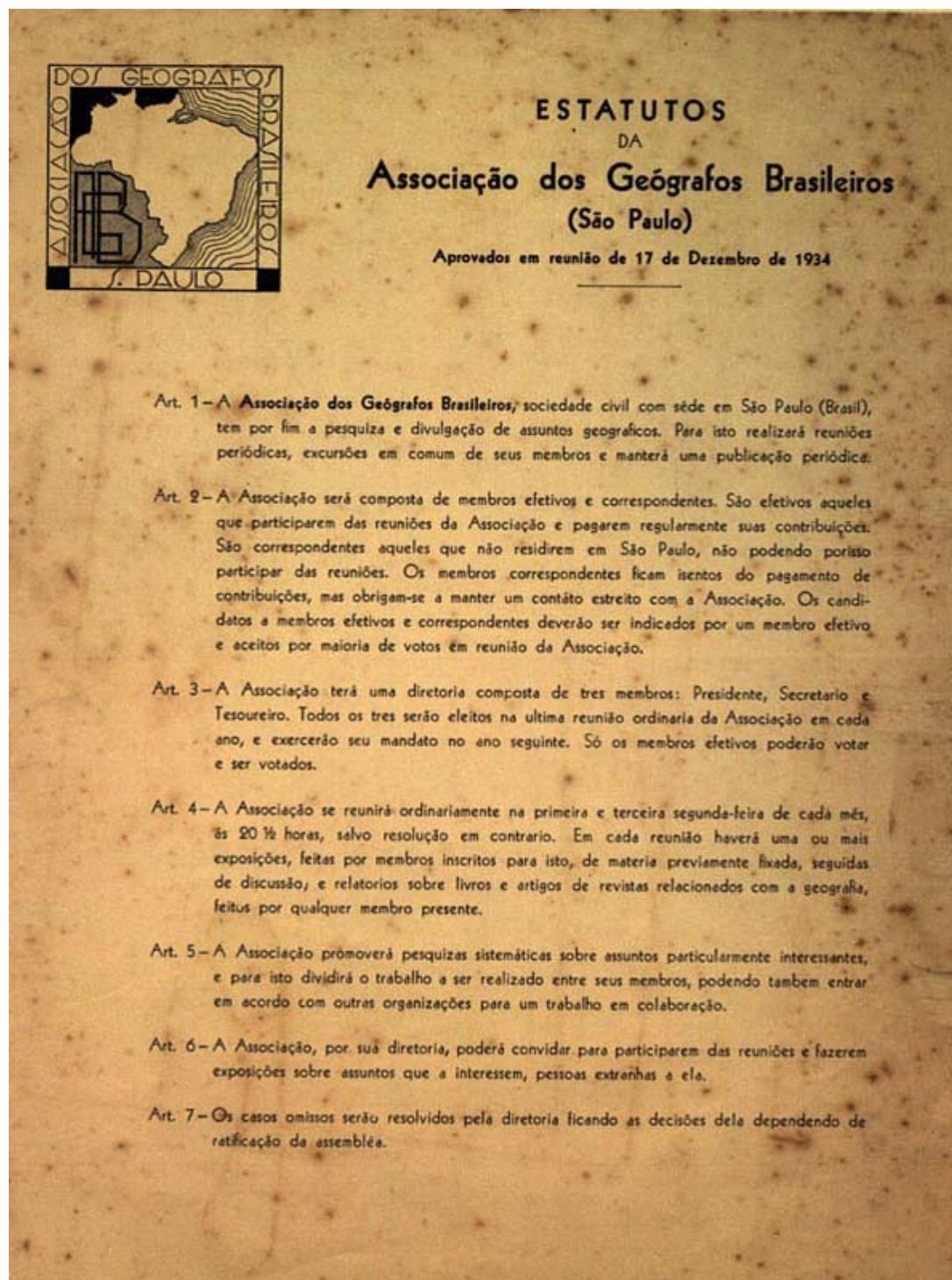
**Figura 4**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Os estatutos da AGB foram definidos pouco tempo depois de sua criação. No dia dezessete de dezembro de 1934, com a presença de P. Arbousse B'Astide, Luiz Flores Moraes Rego, Geraldo H. Paula Souza, Rubens Borba de Moraes, Carlos Wright, Eddy Crissiuna, Astrogildo de Melo e Caio Prado Júnior, realizou-se a sexta reunião ordinária da Associação, quando a Diretoria provisória apresentou um projeto de Estatutos. Posto em discussão o assunto, foram, depois de debates, aprovados os seguintes artigos, que vieram a compor o primeiro estatuto da AGB.

**Figura 5**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

O estatuto apresentado e aprovado era bastante simples e de poucos artigos, que nas palavras de Aroldo de Azevedo (1950:6) "mais faziam lembrar

um simples regulamento das tarefas domésticas do que a magna-carta de uma sociedade científica”, mas que de alguma forma já começava a definir o status da associação. O primeiro artigo apresentava não somente o objetivo mais geral da associação – “*tem por fim a pesquisa e divulgação de assuntos geográficos.*”, como também sinalizava a forma de realização concreta desses objetivos, ou seja, através de “*reuniões periódicas, excursões em conjunto de seus membros*”. A importância dada a publicação/divulgação do que efetivamente fosse produzido pelos membros, individualmente ou coletivamente, aparece na determinação/desejo de uma publicação periódica. Aqui vale uma ressalva sobre a enorme dificuldade de publicação e manutenção de um periódico, principalmente diante as condições técnicas e materiais disponíveis nos anos da década de 1930, principalmente para uma incipiente associação, mesmo esta disposta de articulação com representantes da elite local.

A definição de categorização de sócios é outra importante definição do presente estatuto. Essa questão vai ainda ser muito debatida no interior da associação. Nessa primeira versão de regramento da entidade aparece apenas uma categoria dos denominados **membros efetivos**, a outra categorização diz respeito ao que foi chamado de **membros correspondentes**. Essa distinção não se faz pelo mérito, titulação ou mesmo condição social ou acadêmica; fez-se pela condição de residente ou não na cidade de São Paulo ou proximidades. A categorização por mérito é assunto que vai ser tratado nas próximas reformas estatutárias. No entanto, a possibilidade de participação como membro da associação estava anotada no artigo 2º do estatuto que assim definia – “*Os candidatos a membros efetivos e correspondentes deverão ser indicados por um membro efetivo e aceitos por maioria de votos em reunião da Associação*”. Assim, mesmo não havendo ainda nenhuma clara distinção entre os membros que residissem na cidade de São Paulo, a participação na associação somente se daria diante a apresentação e aceitação da maioria dos então sócios efetivos, o que poderia de alguma forma indicar as preferências por alguns a detrimentos de outros. Outra questão que emerge dessa definição do tipo de associado diz respeito as atribuições e possibilidades dos tipos de sócios. Os membros correspondentes estavam isentos do pagamento de sua contribuição, mas também não poderiam indicar ou votar a indicação de um novo membro, seja ele efetivo ou correspondente, como também não poderiam votar ou serem votados para a composição da diretoria da associação.

O estatuto também define parte dos objetivos da AGB, pensados pelos seus fundadores e presentes na ata de fundação e nas atividades realizadas e seus primeiros anos de existência. A realização de reuniões periódicas para a discussão de temas relevantes, artigos e livros produzidos e a promoção de pesquisas, com articulação entre seus próprios membros ou em parceria com outras instituições<sup>43</sup>.

### 1.3

#### **Algumas controvérsias sobre a origem: AGB ou AGBs?**

A literatura disponível sobre a Associação dos Geógrafos - os livros e textos que versam sobre a história do pensamento geográfico brasileiro, e em especial, sobre as primeiras décadas do século XX dessa história, são unâimes em dizer que a AGB foi fundada em 1934, em São Paulo, a partir da articulação de Pierre Deffontaines com alguns eminentes personagens da elite paulistana. Até aí não encontramos nenhum problema, e até arriscamos dizer que não há discordância alguma na composição dessa história. No entanto, não podemos dizer que essa é a única história de criação da AGB. Podemos dizer, isto sim, que talvez existam outras histórias **da criação**, ou melhor, outras histórias **de criação**, de origem de outras AGBs, ou por assim dizer, de um único agrupamento de geógrafos, numa dada associação, carregando o nome de AGB. E isso tudo ainda nos anos que se seguem a 1934 e que antecedem 1945.

Afinal quantas AGBs existiram nos primeiros anos de história da associação? Eram duas AGBs? Três ou mais AGBs? Ou uma única. Afinal quantas eram nesse período?

É inegável a articulação da formação da AGB com a criação dos cursos universitários de Geografia. Se por um lado a AGB nasce em São Paulo articulada ao recém criado curso de Geografia na USP; por outro, o Brasil conhece até o final da década de 1930 a criação de mais dois cursos superiores de Geografia – o da extinta UDF, em 1936; e a da atual UFPR (Curitiba), em 1938<sup>44</sup>. As informações disponíveis nos permitem afirmar uma relação bastante estreita, mas não exclusiva, entre a criação desses cursos e de outros, com a criação dos

<sup>43</sup> Ver artigos 4º, 5º e 6º do Estatuto da AGB de 1934.

<sup>44</sup> Censo do Ensino Superior, INEP, 2002.

então denominados núcleos e seções regionais da AGB, principalmente durante as décadas de 1940, 1950 e 1960.

Durante o período compreendido entre a fundação da AGB, em 1934 e a sua segunda grande reforma em 1945, e principalmente no período mais incipiente, que são justamente seus primeiros seis ou sete anos de vida, tem-se notícia da existência de quatro lugares onde a “marca AGB” estava sendo registrada como lugar de articulação e/ou de reunião de interessados na ciência geográfica e em seus saberes e fazeres – São Paulo, Curitiba, Amparo (SP) e Rio de Janeiro. Uma rápida leitura dessas histórias nos deixa com poucas certezas e muitas dúvidas sobre o processo de criação da AGB. Então, passamos a pesquisar um pouco mais os documentos da Associação, de forma a tentar, senão resolver a questão, pelo menos dirimir algumas dúvidas e jogar um pouco mais de luz sobre a criação da AGB, e quem sabe denominá-lo, a partir de então como um processo de criação. Passamos, assim, a tentar desvendar o que de fato foi, no período em questão, cada presença da AGB nessas cidades diferentes de São Paulo.

A presença da AGB em Curitiba se deu a partir da criação de um núcleo municipal da associação. Isso se fez, em sua primeira versão em 23 de agosto de 1936, “por iniciativa do antropólogo José Loureiro Fernandes e seu amigo Francisco Beltrão, que freqüentavam as reuniões da AGB em São Paulo (... )” (Crocetti, 2004:127-128).

Ainda, segundo Crocetti (2004), o núcleo não funcionava como uma seção corporativa de geógrafos, e sim, como uma espécie de extensão da AGB que funcionava em São Paulo, mas assumindo um caráter mais parecido com um fórum científico de reuniões acadêmicas livres, ou seja

“não se discutiam somente a ciência geográfica, mas faziam-se seções para discutir saúde pública, questões de direito, edificações populares, saneamento, etc., já que os perfis de seus sócios eram diversos, médicos, engenheiros, advogados, filósofos, e não existiam profissionais de Geografia, uma vez que o curso de geografia em Curitiba ainda não havia sido criado, fato que só ocorreu em 26 de fevereiro de 1938, na recém fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná” (Crocetti, 2004:128).

Somente na década de 1950, após a reforma dos estatutos ocorrida em 1945, é que o núcleo municipal de Curitiba vai dar lugar na Seção Regional do Paraná. As informações contidas no texto de Zeno Crocetti, preparado para a

publicação na Revista Terra Livre, nº 22, que foi editada em comemoração aos setenta anos da AGB, não deixam dúvidas que, pelo menos em Curitiba, a presença da AGB se fazia a partir de um núcleo, ou como o próprio autor revela, uma extensão da AGB que existia em São Paulo. Posição confirmada a partir das palavras do próprio presidente da AGB, o professor Pierre Monbeig, quando, por volta de 1943, avaliava a existência da AGB: "modestamente, uma AGB que funciona em São Paulo, com filial em Curitiba, mantém reuniões regulares e uma publicação irregular (revista Geografia)"<sup>45</sup>.

Referências a presença da AGB na cidade de Amparo (SP) aparecem no Boletim da AGB. No entanto, as principais referências são feitas à cidade, e não a existência de um núcleo da AGB, constituído e organizado. As referências a cidade aparecem desde o primeiro ano da AGB, quando da realização da 10ª Reunião Ordinária, em 18 de março de 1935, em que o professor João Dias da Silveira indica o sr. Pedro de Araújo, morador da referida cidade, como sócio-correspondente da associação.

Quando o assunto é a existência de uma AGB ou coisa do gênero no Rio de Janeiro antes de 1945, o debate fica então um pouco mais complexo. Poderíamos dizer que havia uma AGB São Paulo e outra, Rio de Janeiro? Para Mauricio de Almeida Abreu (1994), a AGB Rio de Janeiro só surgiu em 1945, quando a reforma estatutária ocorrida nesse mesmo ano vai conceber a existência das Seções Regionais<sup>46</sup> e de um corpo Diretor de caráter mais amplo, ocupando a função de uma espécie de Diretoria Nacional. Para Orlando Valverde (1991, 1992 e 1996), existia outra AGB, no Rio de Janeiro, desde 1936. Essa questão vai ganhando em polêmica e em dúvidas a cada leitura feita.

Partindo da premissa da consistência das informações do professor Orlando Valverde, podemos dizer que a AGB teve **histórias** de criação nos seus anos iniciais. Para Valverde (1992), Pierre Deffontaines, da mesma forma que articulou a criação da AGB em São Paulo, em 1934, e após ter deixado o Estado de São Paulo e a USP, em 1935, foi para o Rio de Janeiro para trabalhar na criação do curso de Geografia da UDF, onde articulou também a criação de outra AGB, agora em 1936. Ainda, segundo Valverde, duas são as explicações possíveis para a iniciativa de Deffontaines de criar outra AGB: uma, seria o

<sup>45</sup> Geografia. In: Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Rubens Borba de Moraes, 1949:329.

<sup>46</sup> Inicialmente foram fundadas as Seções Regionais de São Paulo (1945) e do Rio de Janeiro (1945). Posteriormente foram criadas as Seções Regionais de Minas Gerais (1955), de Pernambuco (1955) e do Paraná (1953).

temor de que a repressão política da ditadura estadonovista acabasse com a AGB “paulista”; e outra, a inspiração no modelo da *Association des Géographes Français*, mas com caráter federativo.

O histórico da AGB redigido para o Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em seu primeiro número, publicado na Seção “*Boletins de Associações Integradas no Conselho Nacional de Geografia*” da Revista Brasileira de Geografia ano III, nº1, janeiro-março do ano de 1941, parece contribuir para reforçar a tese da existência de uma “AGB”, no Rio de Janeiro, anterior a 1945.

“Na verdade, em grande parte graças ao dinamismo do professor Pierre Deffontaines (que se passou da Universidade de São Paulo para a do Distrito Federal), **o movimento geográfico tomou corpo no Rio de Janeiro**. Lá, também, um grupo de geógrafos de boa vontade começou a reunir-se periodicamente; e, assim, **teve a “Associação” o seu primeiro e promissor núcleo filiado**.

**Atualmente, nas duas grandes metrópoles do litoral e do planalto brasileiro**, trabalha-se com o mesmo desejo de colaboração: a concretização a mais perfeita de tal objetivo se encontra precisamente neste “Boletim”, que acaba de aparecer. Graças à compreensão total e à gentileza do Presidente do “Conselho Nacional de Geografia” e de seu secretário-geral, tornou-se possível a publicação de um “Boletim” da “Associação dos Geógrafos Brasileiros”, no qual serão resumidas as “comunicações” feitas, **tanto no centro fundador paulista, como no núcleo do Rio de Janeiro.”** [grifos nossos]

O texto do Boletim também faz importante referência ao professor Pierre Deffontaines, creditando a ele a centralidade, o incentivo e a criação do, então denominado “núcleo filiado”. As expressões “núcleo filiado” e “núcleo do Rio de Janeiro”, que aparecem nesse documento oficial da Associação dos Geógrafos Brasileiros pode reforçar os indícios que havia de fato, na história agebeana anterior a 1945, um núcleo na cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo, conforme Valverde, uma “outra” Associação dos Geógrafos Brasileiros. A presença das expressões destacadas reforça a tese de que havia alguma organização que reunia geógrafos (uma vez que já haviam formados na disciplina a partir do curso de Geografia da UDF e depois da UB), e interessados na ciência ou no conhecimento produzido a partir dela. O texto sugere também uma articulação, mesmo que frágil, de colaboração e de conhecimento entre os dois centros. A expressão “núcleo” sugere uma centralidade a partir de São Paulo, onde existiria a matriz da AGB, esse fato [da existência de um núcleo] difere das referências

mais contundentes de Valverde, mas não invalida, pelo menos *a priori*, sua afirmação.

Outros indícios da questão apresentada por Orlando Valverde estão presentes na suas falas, quando da entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996, e acessada por nós através da tese de doutoramento de Sérgio Adas (2006). Nessa entrevista, Valverde (1996) destaca a existência de uma AGB carioca, e em atividade na segunda metade da década de 1930:

"A AGB carioca, durante muito tempo funcionou em sala do Edifício Iguacu, portanto era prestígio total. Entre a representação do IBGE havia as chamadas associações doutas. Eu vou ver se consigo reproduzir: Academia Brasileira de Ciências, Clube de Engenharia, Instituto Histórico Geográfico, Sociedade Brasileira de Geografia e Associação dos Geógrafos Brasileiros". (Valverde, 1996 apud Adas, 2006:28)

Valverde continua na entrevista detalhando os participantes da Associação e algumas particularidades de sua ação, como por exemplo, o distanciamento durante alguns anos frente a AGB existente em São Paulo, fato que ocorre até o início da década de 1940, mas que demonstra de certa forma a existência de grupos articuladores da Geografia e da AGB nos dois principais centros formadores.

"Eu me lembro, vários professores estrangeiros e nacionais vieram lá, eu assisti palestras de Otton Leonards, do Josué de Castro, do Preston James, lá, e eram dirigidas primeiro pelo professor Deffontaines. Quando Deffontaines foi embora, Silvio Fróes de Abreu continuou como presidente da AGB carioca. São Paulo e Rio trabalhavam paralelas sem ter contato. Lá em São Paulo, quem salvou, quem ressuscitou a AGB, foi Pierre Monbeig com seu grupo, o Aroldo de Azevedo, o Araújo [José Ribeiro de Araújo Filho], Dirceu Lino de Matos, o... enfim aquele grupo... Ari França, eles criaram o grupo de lá, mas ficavam duas AGBs e sem contato. Foi em 1943, que se realizou então, por iniciativa de Monbeig, veio ao Rio de Janeiro, propôs fazer uma reunião conjunta e criar a AGB nacional." (Valverde, 1996 apud Adas, 2006:29)

Valverde quando destaca a existência de uma presidência formal da associação no Rio de Janeiro, que antes ocupada por Pierre Deffontaines, passa com sua partida para a França à Silvio Fróes de Abreu, alimenta ainda mais a sua versão sobre a existência de uma "AGB-Carioca", e em consequência disso, a

controvérsia entre a existência dessa outra AGB ou de um núcleo articulado a AGB de São Paulo.

Em entrevista a Revista GeoSul, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, publicada na edição de número 11, ano VI, 1991, e depois re-publicada no número 12/13, ano VI de 1991, edição especial de entrevistas, o professor Orlando Valverde fala da criação da AGB Carioca em 1936, e dá detalhes

"A AGB em São Paulo foi criada por um grupo de discípulos e admiradores de Pierre Deffontaines, entre eles, o mais notável foi Caio Prado Júnior (...). Após a quartelada em 1935, Caio Prado Júnior foi preso (...) Pierre Doffontaines veio antes para o Rio de Janeiro, onde começou o curso, eu me matriculei logo no ano seguinte (1936). Deffontaines promoveu reuniões estimulantes, feitas no Instituto Nacional de Tecnologia, na avenida Venezuela, e a maioria dos elementos que a elas aderiram era de geólogos. Não havia então geógrafos no Rio de Janeiro nem no Brasil. (...) **O fato é que a AGB do Rio de Janeiro nada tinha a ver com a de São Paulo.** Deffontaines queria era fundar um núcleo de estudos geográficos. Eu me lembro de várias conferências realizadas no Rio, como a de Josué de Castro, Otto Henry Leonards, Silvio Fróes de Abreu e pelo próprio Deffontaines, eram reuniões noturnas. (...) Eu coletava inclusive as mensalidades, que custavam três mil réis. Quando entreguei a tesouraria, dei como legado para outra diretoria a "fabulosa" quantia de 15 mil réis, em dinheiro (naquele tempo, não havia transações em cheques; era tudo "ao vivo"). Minha sucessora foi Dora Romariz. Que fim levaram as atas que fiz, não sei; isso pertence ao passado (1991:239)".  
**[grifos nossos]**

Valverde ao detalhar o processo de criação da AGB do Rio de Janeiro, revela informações não apenas sobre a existência de duas AGBs, como também, a pouca relação entre elas. Sobre esta informa a movimentação de ambos os lados para não só afinar a relação, mas sobretudo, a proposta de fazer existir uma só associação.

"Só em 1943, Pierre Monbeig substituindo Deffontaines em São Paulo, decidiu, combinando conosco no Rio, fazer uma assembléia conjunta, da AGB, na qual se elaborou um novo estatuto, unificando a entidade (1991:239)".

E, finalmente, a quais conclusões chegamos sobre a controvérsia sobre a existência de uma ou mais AGBs no período que antecede a reforma estatutária de 1945?

As informações originadas nas entrevistas e artigos do professor Orlando Valverde nos levam a crer sobre a existência sim de uma AGB no Rio de Janeiro, criada também por Pierre Deffontaines, nos anos entre 1936 e 1945, assim como uma AGB em São Paulo. No entanto, os documentos que dispomos, aqueles emitidos pela AGB, nesse caso a de São Paulo, apontam para a existência de uma AGB no Rio de Janeiro, mas a tratam como um núcleo da AGB, e que foram regulados a partir de uma reunião da AGB, ocorrida no dia 19 de fevereiro de 1940.

A existência de um núcleo da AGB, tal qual no regulamento da AGB pressupõe a existência dessa fração da Associação e ao mesmo tempo um certo controle por parte da AGB em São Paulo. No entanto, a existência de uma outra AGB pode parecer a garantia de uma certa independência frente aquela de São Paulo, com rumos próprios e pouca ou nenhuma articulação entre elas.

Assim, pelo menos por enquanto, vamos aceitar a explicação mais ampla para essa questão, qual seja: a existência de alguma forma de organização mais sistemática da AGB no Rio de Janeiro, não importando, nesse momento de nossa pesquisa, afirmar se era uma espécie de núcleo ou mesmo uma outra AGB. Muito embora, saibamos que a diferença é significativa, e que extrapola o simples debate semântico ou de natureza organizacional. As respostas necessitam de pesquisa mais aprofundada nesse específico episódio da história da AGB.

## 1.4

### **AGB: primeiros encontros da comunidade**

"Para professores e alunos ou ex-alunos universitários, a AGB constituía um lugar que oferecia algumas vantagens para a complementaridade das atividades de ensino e pesquisa da universidade. Facilitava o contato entre professores e alunos de disciplinas afins e o contato destes com quadros técnicos ou intelectuais ligados a outros setores públicos ou não existentes na cidade de São Paulo ou fora dela ou, ainda, em visita à universidade ou à cidade. Para estes a AGB oferecia uma possibilidade de contato com pessoas da universidade, inclusive vindas do exterior, dentro de uma área de conhecimento bastante abrangente, pouco configurada em suas "delimitações" e que era acessível a contribuições muito variadas, indo desde a Geologia até a etnogeografia ou dos estudos mais próximos dos relativos rigores da "Geografia Científica", que os professores franceses estavam trazendo, aos relatos de "impressões de viagens" em que, mesmo os não geógrafos, cientistas ou não, podiam esforçar-se por apresentar, também, abordagens daquilo que se consideravam "geográfico"" (Seabra, 2004:39)

A AGB em sua fundação tinha como um dos principais objetivos, reunir os geógrafos (os poucos que já o eram), os estudantes do curso de Geografia e Historia (recém-criado) e os demais interessados no estudo da ciência geográfica. As reuniões acadêmicas e administrativas, primeiros encontros da nascente comunidade, foram fundamentais para sua constituição. Nos primeiros anos, a AGB, foi o lugar do debate e do encontro entre profissionais e estudantes (muitos já profissionais com outra formação). Constituídos a partir de uma rede de afinidades, esses encontros da "comunidade geográfica", debateram sobre temas diversos, mas, sobretudo, sobre o Estado de São Paulo (no caso, nos dois primeiros anos, sem nenhuma controvérsia sobre a existência de outra AGB,

diferente daquela fundada em São Paulo), e tomaram muitas decisões acerca dos rumos da Associação.

Nos primeiros dois anos de existência da AGB as sessões de apresentação de trabalhos e palestras tratavam na maioria das oportunidades de resultados de estudos realizados pelos sócios ou por pessoas sem vínculo com a Associação. Nesse período foi possível através das atas das reuniões fazer um levantamento dos temas e autores dessas comunicações, que foram algumas publicadas como artigo na Revista Geografia, outras como relatos na seção intitulada “Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros” (dentro da Revista Geografia), e por fim, outras que apenas ficaram no registro de sua ocorrência no livro de atas. Nos anos que seguem ao final de 1935, quando não encontramos mais os registros detalhados das reuniões através dos livros de atas da Associação, as sessões de debates culturais e científicos e as decisões administrativas continuaram a ocorrer. Um levantamento dessas atividades foi possível através do Boletim da AGB (no ano de 1936, ainda como parte da Revista Geografia, e depois como publicação isolada nos anos de 1941 a 1944), e de preciosa pesquisa feita pelo professor Manoel Seabra, da Universidade de São Paulo, para seu artigo publicado na Revista Terra Livre, da AGB, no ano de 2004.

As reuniões eram realizadas à noite, de início na av. Angélica, onde morou Deffontaines; depois, desde 1935 até o começo da década de 1940, no Instituto de Higiene, do qual Horácio Paula Souza, sócio da AGB, era o Diretor; em seguida, no Instituto de Educação Caetano de Campos, na Praça da República; e finalmente, na Biblioteca Municipal de São Paulo, que era dirigida por Rubens Borba de Moraes, um dos fundadores da Associação.

Por decisão de seus fundadores, registrada na sua Ata, teria a AGB duas reuniões mensais (as primeiras e terceiras segundas-feiras), divididas em duas partes: uma exposição, em português ou francês, de no máximo meia hora, seguida de discussão, e relatório de livros e artigos de Geografia, tendo sido, inclusive, na própria ata de fundação, explicitados as primeiras seis sessões, com seus respectivos responsáveis, e que assim, fechariam o ano de sua fundação.

As sessões eram realizadas a partir da apresentação dos sócios, mas também contavam com a participação de pessoas estranhas ao quadro de associados, quando ratificadas pela assembléia. O procedimento de convite acabava sendo uma restrição e um problema, o que foi resolvido passando os oradores a serem convidados a fazer parte da Associação.

As reuniões ordinárias vão se seguindo e dando os contornos do corpo inicial da AGB. As reuniões realizadas durante os primeiros anos, apontam para uma vida de muita riqueza de debates entre os associados e a tomada de importantes decisões, principalmente para uma associação que acabara de nascer. Alguns associados começam a fazer sua história, e que vai ser longa, na associação já nesses primeiros meses. E fazem isso principalmente com a presença nas reuniões e participação nas comunicações de cunho acadêmico apresentadas. Entre eles podemos destacar: Caio Prado Junior, que foi o principal articulador da associação nos dois primeiros anos, estabelecendo a comunicação entre os associados, correspondendo-se com Pierre Deffontaines, que havia ido para o Rio de Janeiro, e acima de tudo, fazendo os registros da Associação e garantindo a publicação da revista “Geografia”; Pierre Monbeig, que tendo chegado em São Paulo em 1935 com a tarefa de substituir o professor Pierre Deffontaines, participa logo das primeiras reuniões da AGB, e em 1935 assume sua presidência, cargo que vai ocupar até 1946, transformando-se no presidente que mais tempo ficou no cargo, e estando a frente da AGB no seu difícil período inicial, e no seu primeiro momento de transformação estrutural, ocorrido em 1945, com a reforma estatutária; Aroldo de Azevedo, que vai ser um dos principais articuladores da AGB em São Paulo e responsável pela publicação do Boletim Paulista de Geografia nas suas primeiras décadas.

No conjunto das reuniões, além dos muitos debates sobre as apresentações de trabalhos de pesquisa e relatos de viagem, inúmeras decisões foram tomadas sobre diferentes questões tratadas pelos sócios que a frequentavam, e lá tinham o importante papel de definir rumos, da associação, da Geografia e do lugar político que ocupariam a partir da existência e ação da AGB. Nos anos de existência da AGB, as palestras estiveram quase sempre ligadas a uma e até duas apresentações por reunião de resultados de estudos de associados ou de pessoas convidadas. Depois as palestras ficaram mais escassas e dificilmente aconteciam na quantidade inicial, mas, mesmo com dificuldades elas continuaram a acontecer nos anos que seguiram até 1945, quando a reforma dos estatutos muda a estrutura organizacional da Associação.

**Tabela 4**  
**Palestras e Trabalhos apresentados nas reuniões da AGB**  
**(1934-1940)**

Data	Título da Palestra	Nome do Palestrante
1934	Esquema de um programa para o estudo do solo em São Paulo	Luiz Flores de Moraes Rego
1934	Ensaios sobre os tipos de povoamento no Estado de São Paulo	Pierre Deffontaines
1934	Geografia da Citricultura em São Paulo	Carlos Wright
1934	Etapas do povoamento de São Paulo	Rubens Borba de Moraes
1934	Estudos geográficos e geológicos no Estado do Paraná	Reinhardt Maak
1934	Contribuição para o estudo da repartição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo	Caio Prado Júnior
1934	Ensaio de divisão regional do Estado de São Paulo	Pierre Deffontaines
1934	A colonização japonesa no Estado de São Paulo	Eddy Crissiuma
1935	Regiões naturais do Estado de São Paulo	Luiz Flores de Moraes Rego
1935	Regiões do Estado de São Paulo	Carlos Wright
1935	A região de Ponce na chapada do Mato Grosso	John Lane
1935	A região do vale da Ribeira de Iguape	Theodoro Knecht
1935	A Chapada Diamantina	Luiz Flores de Moraes Rego
1935	A distribuição da população no Brasil	Caio Prado Júnior
1935	Viagem ao Espírito Santo; vale do Rio Doce - e Baia:capital e região de Ilhéus	Geraldo Horácio de Paula Souza
1935	A cartografia paulista	Luiz Flores de Moraes Rego
1935	Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado de São Paraná	Caio Prado Júnior
1935	O Chaco Boreal	Jean Albert Vellard
1935	À margem de fatos geográficos sulamericanos	Mário Travassos
1935	Notas de viagem no interior da Baía	Carlos Amadeu de Camargo Andrade
1935	Colonização no Norte do Paraná	Pierre Monbeig
1935	A indústria salineira no Estado do Rio de Janeiro	Caio Prado Júnior
1935	A aerofotogrametria no levantamento cartográfico	Agenor Machado
1935	Aspecto geral e fisiografia do Nordeste do Brasil	Luiz Flores de Moraes Rego
1936	A zona do cacau no sul do estado da Baía	Pierre Monbeig
1936	O Valle do Tocantins - Araguaya	Luiz Flores de Moraes Rego
1936	Os Guayaqui do Paraguai	Jean Albert Vellard
1936	Entre os Bororós no Mato Grosso	Claude Lévy-Strauss
1936	A região de Cabo Frio	Pierre Deffontaines
1936	Estrada Mairynk - Santos	João Dias da Silveira
1936	Ensaio de aplicação do método cartográfico para pesquisas sociais	Bruno Rundolfer
1936	Um assunto de geografia econômica de São Paulo	François Perroux
1936	Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná	Antonieta de Paula Souza
1936	A geografia e a geologia de Roraima	Glycon de Paiva
1937	Geologia da Serra do Mar no Estado de São Paulo	Theodoro Knecht
1937	Plano de levantamento do Estado de São Paulo	Agenor Machado
1937	Observações sobre o desenvolvimento das vias de comunicações do Estado de São Paulo	Pierre Monbeig
1937	Considerações geográficas sobre a febre amarela silvestre	Geraldo Horácio de Paula Souza
1937	O relevo do Rio Grande do Sul	Luiz Flores de Moraes Rego
1937	Homenagem a Emmanuel de Martonne	Luiz Flores de Moraes Rego

1937	A organização da cartografia na França e a possibilidade de desenvolvimento da cartografia no Brasil	Emmanuel de Martonne
1937	Evolução do povoamento de São Paulo	João Dias da Silveira
1938	Homenagens ao General Couto Magalhães e a Theodoro Sampaio	Luiz Flores de Moraes Rego
1938	Alguns problemas do povoamento e da ocupação do solo da região de Piracicaba	Alice Piffer Cannabrava
1938	Algumas regiões do Ceará	Luiz Flores de Moraes Rego
1938	Homenagem a Euclides da Cunha	Luiz Flores de Moraes Rego
1938	Mato Grosso	Milton Vargas
1938	Aspectos geográficos da cultura do algodão em São Paulo	Garibaldi Dantas
1938	Aspectos geográficos e geológicos do Mato Grosso	Aníbal Alves Bastos
1939	A região do Brasil Central e Acre	Claude Lévy-Strauss
1939	O Nordeste brasileiro	Luiz Flores de Moraes Rego
1939	O problema da criação em Mato Grosso	Ruy Cardoso
1939	Os Mocambos do Nordeste	Josué de Castro
1939	A região da Noroeste em São Paulo e no sul do Mato Grosso	Pierre Monbeig
1939	A Baixada Fluminense	Renato Silveira Mendes
1939	Casa Branca - aspectos da história e geografia com ênfase no estudo da cidade	Maria Aparecida Pantoja
1939	Nossa guerra atmosférica	Sampaio Ferraz
1939	O atlas geológico do Brasil	Luiz Flores de Moraes Rego
1940	Homenagem à memória do General Moreira Guimarães	Aroldo de Azevedo
1940	Alguns problemas brasileiros em face da Geografia Humana	Sálvio de Almeida Azevedo
1940	Influências estruturais sobre o revelo das regiões cristalinas de São Paulo	Luiz Flores de Moraes Rego
1940	Uma viagem ao Canal do Panamá	Geraldo Horácio de Paula Souza
1940	Estudos sobre um trecho da Mantiqueira	João Dias da Silveira
1940	Paisagens rurais do Estado de São Paulo	Pierre Monbeig
1940	Reflexões sobre a fitoecologia do Brasil	Félix Rawitscher
1940	Impressões de viagem ao norte do Brasil	Rafael Rocha Campos
1940	Homenagem à memória do professor Moraes Rego	Pierre Monbeig
1940	Primeiras conclusões de uma excursão ao Itatiaia	João Dias da Silveira
1940	Imigração e colonização no Estado de São Paulo	Sálvio de Almeida Azevedo
1940	Evolução ferroviária de São Paulo	Odilon Nogueira de Matos
1940	A zona cacaueira do sul da Baía	Júlio de Abreu Filho
1940	Uma viagem ao sul do Mato Grosso	Antônio Cândido Vicente de Azevedo
1940	Levantamento agrogeológico do Estado de São Paulo	José Setzer
1940	Estudos sobre o Vale do Paraíba	Caio Dias Batista
1940	Geomorfologia da Bacia Platina	Fernando Flávio Marques de Almeida
1940	A vida das Saúvas	Amêis Pinto Viegas
1940	O ensino da Geografia no curso secundário	Pierre Monbeig

Fonte: Seabra, 2004, adaptado por Charlles da França

A continuidade da existência da AGB não foi tarefa fácil, como hoje também não é. Apesar do natural impulso inicial, a manutenção de uma

associação científica disciplinar e sempre mais difícil quando a comunidade que, pelo menos em tese, vai sustentar ou mesmo ser sua motivação, ainda não existe, ou como no caso da AGB e da Geografia, estão de certa forma nascendo juntos e coexistindo. Algumas análises podem apontar para uma relação de alimentação recíproca. Algumas dificuldades sinalizadas vão desde a inexistência de uma referência de sede e localização, até a participação dos associados nas reuniões. Caio Prado Junior, em sua atividade como Secretário, muitas vezes explicitava suas preocupações sobre a ausência dos associados nas reuniões, como na carta-circular enviada aos associados em 29 de janeiro de 1935:

“Saudações,

Na ultima reunião da Associação, 21 do corrente, compareceram apenas cinco membros. Devido a este exíguo comparecimento, não se realizou a reunião, ficando adiada para a seguinte a matéria inscrita na sua ordem do dia. Quero crer que este fato não signifique um desinteresse dos membros pela vida da Associação. E contudo um mal sintoma. A nossa Associação vive das suas reuniões e do trabalho em colaboração de seus membros. Caso estes não se esforcem por acompanhar com assiduidade as reuniões, a Associação estará totalmente condenada ao desaparecimento. Não queremos crer que esta hipótese se realize; mas precisamos da boa vontade de todos. Temos deante de nós um vasto campo de estudos, quase inexplorado, e que merece um esforço, não só pelo alto significado científico que encena, como ainda pelo interesse prático que representa. E portanto de esperar que a Associação continue, tornando assim possível a realização do programa que traçou. A proxima reunião realiza-se na primeira segunda-feira de fevereiro, dia 4. Contamos firmemente com a sua presença”.

Logo na primeira reunião, após a criação da AGB, os sócios da associação deliberaram sobre a realização do primeiro estudo sistemático que a mesma faria – no terreno dos vários tipos de solos paulista, ficando ainda combinada uma primeira excursão para estudo dos solos graníticos de São Roque/SP.

Em reunião ocorrida ainda no ano de fundação da AGB (dezembro de 1934), o professor Pierre Deffontaines apresentou um projeto de divisão regional do Estado de São Paulo, e que segundo o próprio, serviria de base de estudos para um plano definitivo. Deffontaines sugeriu ainda que a AGB se dedicasse inteiramente a este trabalho. Assim ficou decidido que cada membro presente, na reunião seguinte fizesse a escolha do assunto que, dentro desse trabalho, quisesse particularmente pesquisa. Caio Prado Junior, quando convocou a

primeira reunião do ano de 1935, alertou os associados da importância da empreitada assumida pela AGB: “Além disso, será nesta reunião assentado definitivamente o plano de trabalho para o estudo da divisão regional do Estado de São Paulo, que é, como o prezado consócio sabe, a tarefa que a associação propôs como programa imediato de trabalho<sup>47</sup>”.

Na mesma reunião em que foi apresentado e aprovado o projeto de estatuto para a AGB, Luiz Flores de Moraes Rego propôs que fosse escolhida a nova diretoria da associação, uma vez que essa seria a ultima reunião do ano. Apesar de aprovada a proposta de Moraes Rego, a nova diretoria apenas foi eleita na reunião ocorrida em 07 de janeiro de 1935, quando o sociólogo francês Paul Abousse Bastide assumiu a presidência da AGB, tendo Caio Prado Junior e Rubens Borba de Moraes como Secretário e Tesoureiro, respectivamente.

Nas reuniões eram tomadas decisões sobre as mais diferentes propostas levadas pelos associados. Uma dessa propostas foi apresentada por Moraes Rego, que propôs que a AGB fosse responsável pela erguimento de marcos em dois pontos da cidade de São Paulo por onde passasse o Trópico de Capricórnio. O próprio Moraes Rego, com o apoio de Agenor Machado, ficou com a incumbência do proposto, que a executou, segundo relato em reunião posterior.

Outra questão importante nesse primeiros meses de existência e atividades da AGB foi proposta por Moraes Rego, que sugeriu que fosse criada na associação, a categoria de “Sócio-Honorário”<sup>48</sup>, para atender e homenagear nomes importantes da sociedade paulista. Esse foi um dos primeiros pontos de conflito e divergência entre aquele pequeno grupo de associados. A proposta foi combatida por Rubens Borba de Moraes e Caio Prado Junior, que alegavam que o espirito que deveria nortear a AGB era o da participação na associação e do compromisso com a ciencia geográfica, o que acabou, após debate e votação, com a rejeição da proposta.

Ainda no ano de 1935, mais precisamente no dia 30 de outubro, o professor Paul Abousse Bastide, alegando a necessidade de se dedicar a Sociedade de Sociologia, cuja relação se fazia com sua formação inicial, envia

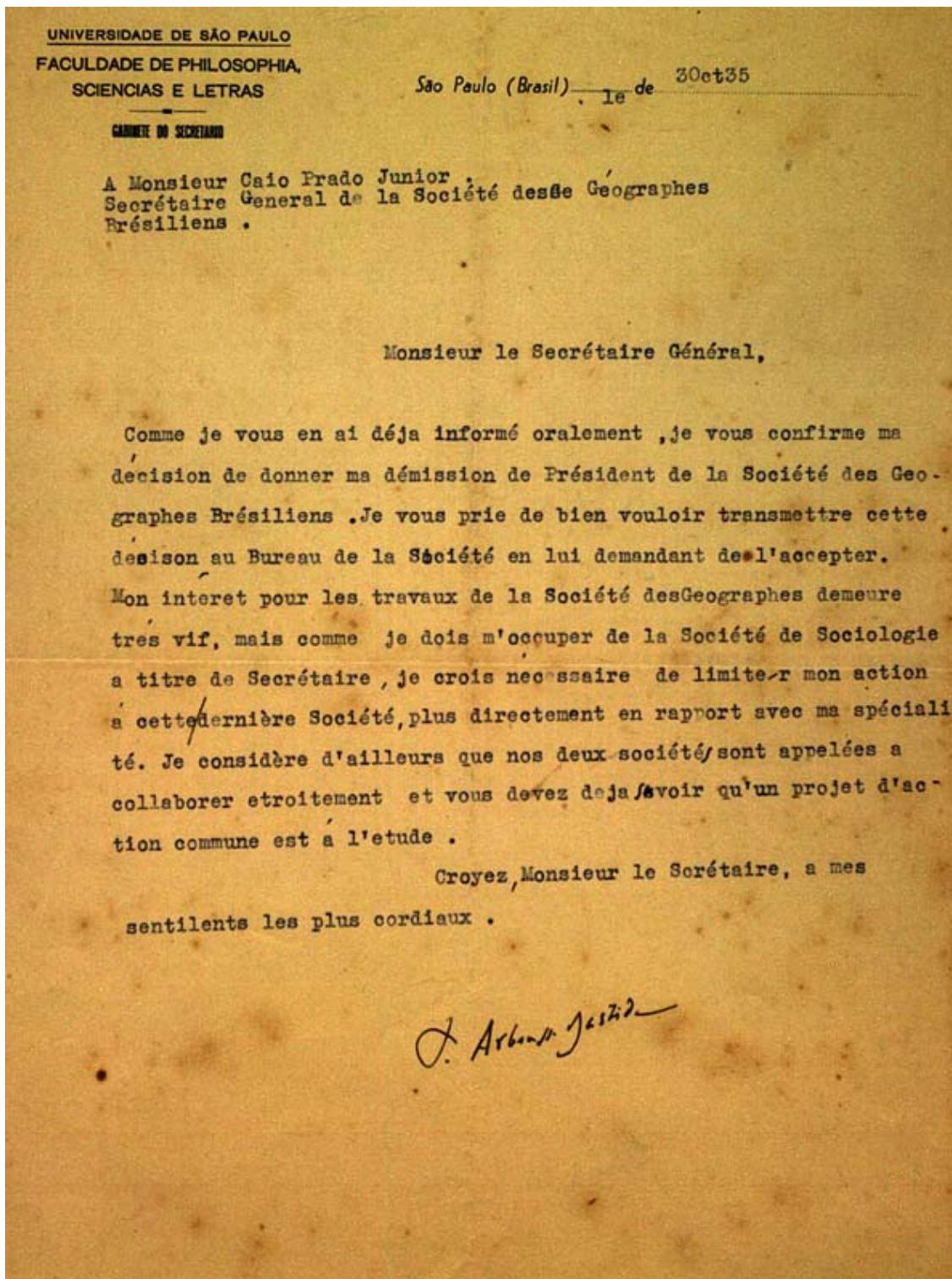
---

<sup>47</sup> Carta-Circular enviada aos sócios da AGB em janeiro de 1935, assinada por Caio Prado Junior, então Secretario da Associação.

<sup>48</sup> A categoria Sócio-Honorário vai aparecer após a reforma estatutária realizada em 1945. Os Estatutos de 1936, traziam referências a uma categoria de associado denominado “sócio de honra”, que, ao fim, representam a mesma coisa, apenas com nomes diferentes.

carta ao Secretário da AGB, comunicando seu desligamento do cargo de Presidente da Associação.

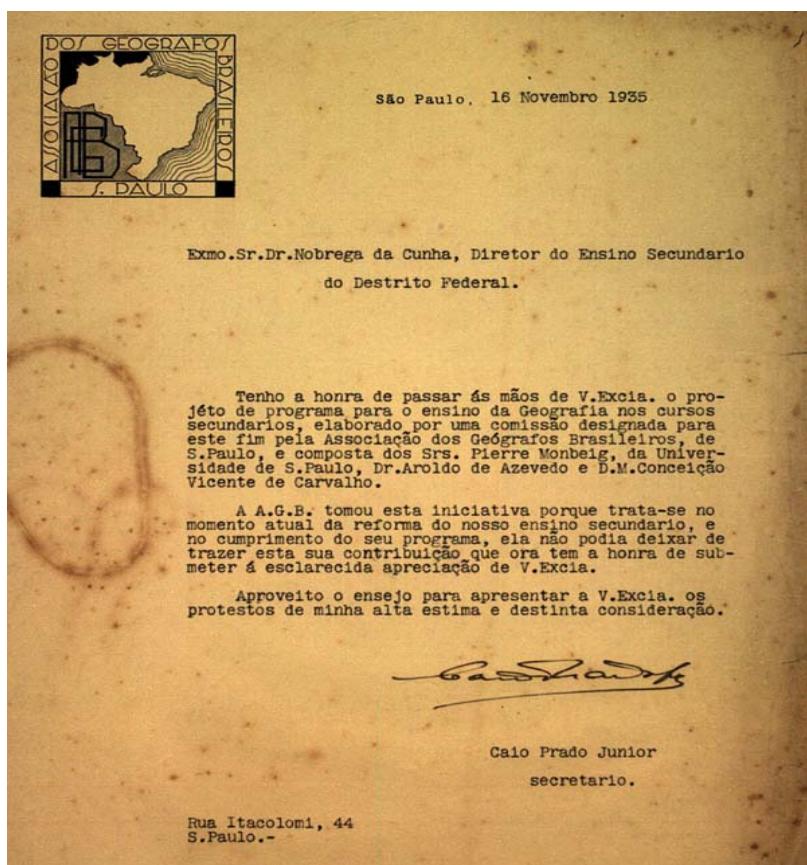
**Figura 6**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Outro importante assunto tratado nas reuniões da AGB, e que vai, de alguma forma definir um perfil de atuação não só de alguns dos seus associados, mas como também da própria associação, foi a proposta feita na reunião do dia 04 de novembro de 1935 pelo professor Aroldo de Azevedo para a criação de uma Comissão para a elaboração de um programa para o ensino de Geografia. A Comissão foi constituída pelo próprio Aroldo de Azevedo, pela sra. Maria da Conceição Vicente de Carvalho e pelo professor Pierre Monbeig, que em um tempo bastante curto, fizeram uma proposta que foi enviada ao sr. Dr. Nóbrega da Cunha, então Diretor de Ensino Secundário do Distrito Federal, através de carta<sup>49</sup> datada de 16 de novembro de 1935, assinada por Caio Prado Junior, e que seguiu com cópia para o sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública; sr. Cantidio de Moura Campos, Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo e para o professor Fernando de Azevedo, Diretor do Instituto de Educação de São Paulo.

**Figura 7**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

<sup>49</sup> Carta que faz parte do acervo de Caio Prado Junior, disponível no IEB-USP.

Ao final do ano de 1936 a AGB aprovou um novo estatuto, agora mais detalhado que aquele primeiro de 1934. Os estatutos foram formalmente registrados em junho de 1938, pelo então presidente Pierre Monbeig, no Registro de Títulos e Documentos do Cartório Arruda, sob número 130.034. Esses estatutos eram formados por sete (7) títulos, que divididos em trinta e três (33) artigos, versavam sobre as seguintes questões: Das Finalidades e do Patrimônio (4 artigos); Dos Associados (5 artigos); Da Diretoria (7 artigos); Da Comissão Consultiva (2 artigos); Das Reuniões (6 artigos); Da Revista (3 artigos); e Disposições Gerais e Transitórias (6 artigos). Entre inúmeros assuntos tratados nos sete títulos e trinta e três artigos desse estatuto destacamos: **1- a definição de categorização entre os sócios**, que os estatutos em questão apresentam que a AGB possuiria sócios efetivos, que seriam propostos por no mínimo três outros sócios, depois de ouvida a Comissão Consultiva; e sócios de honra<sup>50</sup>, que seriam os grandes beneméritos da associação, propostos em reunião por cinco sócios efetivos e aceitos por pelo menos  $\frac{3}{4}$  dos sócios presentes a reunião. A categoria sócio correspondente continua existindo conforme definição dos estatutos anteriores; **2- a composição e a eleição da Diretoria e da Comissão Consultiva**, onde um Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro formariam a Diretoria da AGB por um mandato de um ano, três outros sócios efetivos formariam a Comissão Consultiva; **3- a definição das reuniões**, onde a AGB realizaria reuniões ordinárias a cada 15 dias (divididas em expediente e comunicações), duas reuniões administrativas anuais (inicio da gestão, onde seria apresentado o plano de ação, e encerramento da gestão, onde seria apresentado o relatório da Diretoria); **4- a Revista**, onde a publicação da Revista Geografia ficaria sob a responsabilidade de uma direção científica (um Diretor da AGB), coadjuvado por uma Comissão de quatro membros, todos eleitos pelos sócios efetivos, por ocasião da eleição da Diretoria. Os assuntos comerciais e administrativos referentes a revista ficariam a cargo de um Redator-Secretário, nomeado anualmente pelo Diretor. Outra importante questão tratada nesse estatuto (na seção das Disposições Gerais e Transitórias), diz respeito aos Núcleos Filiados, quando determina que os mesmos deveriam obedecer ao regulamento interno no que concerne as suas relações com a sede da associação e as disposições dos estatutos que foram aprovados em 1936.

---

<sup>50</sup> Essa categoria de sócio havia sido rejeitada em reunião da AGB pouco mais de um ano antes.

Interessante a referência as esses núcleos em um estatuto datado de 1936, quando esse assunto só vai fazer parte efetiva do corpo da AGB, pelo menos do ponto de vista da formalização, a partir de 1945, ou pelo menos tratado mais precisamente a partir de 1940 quando foram motivo de atenção e de regulamentação aprovada e publicada em fevereiro desse mesmo ano.

Essas são apenas algumas dentre as muitas questões que foram tratadas nas reuniões entre os associados da AGB, mas que infelizmente, a indisponibilidade das Atas dessas reuniões não nos permite fazer um quadro mais apurado dessas questões.

Ao longo de sua história de mais de 70 anos a AGB foi dirigida por muitas profissionais e de diferentes lugares e vinculações. A história que começa em 1934 e que se estende até os dias atuais, revela algumas particularidades na ocupação do principal cargo da Associação – sua presidência, como: 59 exercícios de presidência, alguns com dois anos de mandato, outros com poucos dias; 42 presidentes diferentes, onde 34 eram homens e apenas 8 mulheres (sendo que seis foram eleitas para o cargo, uma que era vice-presidente, assumiu após renúncia do presidente eleito e outra assumiu alguns dias a presidência em função também de renúncia). No período entre a fundação e a primeira reforma estatutária (1934-1936), ocuparam o cargo 3 presidentes diferentes; entre a primeira e a segunda reforma estatutária (1936-1945), o cargo foi ocupado por uma única pessoa; entre a segunda e a quarta reforma dos estatutos (1945-1970), 16 profissionais ocuparam o principal cargo da AGB; entre a quarta e quinta reforma estatutária (1970-1979), 5 presidentes diferentes estiveram à frente da associação; e por fim, da reforma ocorrida em 1979 até os dias de hoje<sup>51</sup>, o cargo de presidente da AGB foi ocupado por 18 pessoas diferentes.

Nas tabelas a seguir é possível ver os profissionais que ocuparam o principal cargo da AGB ao longo de sua história de pouco mais de 70 anos. Nessa lista destacam-se: Pierre Monbeig, que ocupou o cargo por 11 anos; José Veríssimo da Costa Pereira, que presidiu a AGB em três ocasiões, ficando no cargo 4 anos; João Dias da Silveira, que esteve na presidência em quatro ocasiões, onde se destaca a diferença de tempo entre uma presidência e outra, tendo sido aquele que ocupou o cargo com maior diferença entre os mandatos,

---

<sup>51</sup> Não estaremos considerando para esta periodização a reforma ocorrida em 1992, por não ter ocorrido mudanças significativas na organização da AGB

sendo o primeiro no período 1947-1948 e o último no período 1969-1970. Destacam-se também, Aroldo de Azevedo<sup>52</sup>, Dirceu Lino de Mattos e Ney Strauch e Carlos Walter Porto-Gonçales, com dois mandatos cada um. Os demais presidentes, em toda história da Associação, ocuparam apenas um mandato cada. A diferença se faz a partir de 1970, quando após a reforma estatutária, o mandato passa a ser dois anos e não mais renovado anualmente.

**Tabela 5**  
**Presidentes da AGB – 1934-1945**

<b>Período</b>	<b>Presidente</b>	<b>Instituição de Origem</b>
1934-35	Pierre Deffontaines	USP
1935	Paul Arbousse Bastide	USP
1936-37	Pierre Monbeig	USP
1937-38	Pierre Monbeig	USP
1938-39	Pierre Monbeig	USP
1939-40	Pierre Monbeig	USP
1940-41	Pierre Monbeig	USP
1941-42	Pierre Monbeig	USP
1942-43	Pierre Monbeig	USP
1943-44	Pierre Monbeig	USP
1944-45	Pierre Monbeig	USP

Fonte: Anais e Atas da AGB / adaptado por Charles da França.

**Presidentes da AGB – 1945-1970**

<b>Período</b>	<b>Presidente</b>	<b>Instituição de Origem</b>
1945-46	Pierre Monbeig	USP
1946-47	Pierre Monbeig (e, interinamente, Aroldo de Azevedo)	USP
1947-48	João Dias da Silveira	USP
1948-49	José Veríssimo da Costa Pereira	IBGE/PEDRO II
1949-51	José Veríssimo da Costa Pereira	IBGE/PEDRO II
1951-52	João Dias da Silveira	USP
1952-53	José Veríssimo da Costa Pereira	IBGE/PEDRO II
1953-54	Aroldo de Azevedo	USP
1954-55	Mário Lacerda de Melo	UFPE
1955-56	Dirceu Lino de Mattos	USP
1956-57	Dirceu Lino de Mattos	USP
1957-58	Ary França	USP
1958-59	Nilo Bernardes	IBGE/UFRJ
1959-60	Gilberto Osório de Andrade	UFPE
1960-61	Paquale Petrone	USP
1961-62	Manoel Corrêa de Andrade	UFPE
1962-63	Milton Santos	UFBA
1963-64	José Francisco de Camargo	USP

<sup>52</sup> No caso do professor Aroldo de Azevedo uma das vezes em que ocupou a Presidência da AGB (1946-1947), foi interinamente, em substituição ao Professor Pierre Monbeig.

1964-65	Lúcio de Castro Soares	IBGE
1965-66	Victor Antônio Peluso Junior	UFSC
1966-67	João Dias da Silveira	USP
1967-68	Ney Strauch	IBGE / ESCOLA NAVAL
1968-69	Ney Strauch	IBGE / ESCOLA NAVAL
1969-70	João Dias da Silveira	USP

Fonte: Anais e Atas da AGB / adaptado por Charles da França.

### Presidentes da AGB – 1970-1979

Período	Presidente	Instituição de Origem
1970-72	José Ribeiro de Araújo Filho	USP
1972-74	Lísia Maria Cavalcanti Bernardes	IBGE/UFRJ
1974-76	David Márcio Santos Rodrigues	UFMG
1976-78	José César de Magalhães Filho	IBGE
1978-79	Marcos Alegre	UNESP

Fonte: Anais e Atas da AGB / adaptado por Charles da França.

### Presidentes da AGB – 1979-2006

Período	Presidente	Instituição de Origem
1979 (jul-dez)	Armem Mamigonian	UFSC
1979 (dez)	Beatriz Pontes	UNESP
1980 (jan-jul)	Carlos Walter Porto Gonçalves	Seção Rio de Janeiro
1980-82	Ruy Moreira	Seção Rio de Janeiro
1982-84	Sheila Bitencourt Salek Spada	UFF
1984-86	Orlando Valverde	IBGE
1986-88	José Borzacchiello da Silva	UFC
1988-90	Arlete Moysés Rodrigues	UNICAMP
1990-92	Armando Correa da Silva	USP
1992-94	Zeno Soares Crocetti	Seção Curitiba
1994-96	Odette Seabra	USP
1996-98	Antônio Thomaz Junior	UNESP
1998-2000	Carlos Walter Porto Gonçalves	UFF
2000-2002	Dirce Maria Suertegaray	UFRGS
2002-2004	Bernardo Mançano	UNESP
2004-2006	Jorge Luiz Borges	Seção Rio de Janeiro
2006 (mai-jul)	Marisia Buitoni	PUC-SP
2006-2008	Edvaldo Moretti	UFGD
2008-2010	Alexandrina Luz	UFSE

Fonte: Anais e Atas da AGB / adaptado por Charles da França.

O mapa mostra a distribuição dos ocupantes do cargo de presidente da AGB, segundo o Estado da Federação de origem dos mesmos.

**Mapa 1**  
**Presidentes da AGB**  
**1934 - 2008**



Fonte: Atas da AGB / 1934 - 2008 - Organizado por Charles da França Antunes e Felipe Andrade Rainha (LEME).

## 1.5

### **Propostas de Periodização da História da AGB na Geografia Brasileira**

A história da AGB no interior da história da geografia brasileira pode ser contada de diversas formas e a partir de também diversas matrizes de inserção e influência no cenário nacional de produção dessa ciência.

Alguns autores que se dedicaram, ou que ainda se dedicam a história do pensamento geográfico brasileiro apresentaram algumas propostas de periodização da Geografia brasileira. Periodizações essas que vão desde a explicitação de um panorama da história dessa ciência desde os tempos mais distantes no Brasil, como o precioso trabalho de José Veríssimo da Costa Pereira (1953); até os mais, digamos assim, contemporâneos em suas análises e propostas, como o trabalho do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980). Alguns outros geógrafos também fazem parte da lista de produtores de idéias sobre a Geografia brasileira e sua possível periodização histórica, e entre eles podemos destacar, Aroldo de Azevedo, Nilo Bernardes, Manuel Correia de Andrade, Lia Osório Machado. No entanto, apesar de a AGB aparecer citada em por esses autores, em poucas a Associação apareceu destacada com uma periodização própria que avaliasse sua presença na construção da Geografia brasileira.

Tentando dar voz a participação da AGB no cenário de construção dessa Geografia brasileira, apresentaremos, a seguir, as propostas de três entre esses diversos autores - dois consagrados e outro bem mais jovem, de periodização dessa história de presença da AGB.

Para Scarim (2000), se procurássemos dividir o percurso da construção da geografia acadêmica brasileira, mesmo que de uma maneira um tanto linear, poderíamos chegar a importantes propostas. Primeiro, se procurássemos dividir esse percurso em períodos, teríamos duas opções básicas. Uma seria aquela que buscara o entendimento das chamadas *escolas de pensamento hegemonic* em cada período, e dessa maneira teríamos uma primeira classificação em quatro grandes períodos, iniciando nossa análise em 1934: o primeiro período que vai de 1934 até a década de 1960 com a hegemonia da *escola francesa*; outro entre a década de 1960 e 1970 com a disputa, entre a escola francesa e quantitativista, com ganho de terreno para a segunda; um terceiro que vai do

final da década de 1970 até o início da década de 1990, com hegemonia das tendências marxistas; e por fim após a década de 1990, um pluralismo com retornos, descobertas, recuos e novas descobertas. A partir dessa primeira proposta poderíamos, no interior desse percurso, compreender a inserção da AGB como elemento importante dessa história e da disseminação dos projetos de cada uma dessas chamadas (com muitos cuidados e ressalvas), “escolas de pensamento hegemonic”. A primeira fase de influência no percurso é bastante clara, quando tratamos da influência francesa na geografia no Brasil e, por conseguinte, na AGB. A AGB foi fundada sob direção de Pierre Deffontaines e inspirada no modelo da Associação dos Geógrafos Franceses, e mais do que isso, passou os seus primeiros dez anos de existência sob domínio de um outro francês – Pierre Monbeig, que fortemente influenciado por Vidal de Lablache, não só controlou a AGB como influenciou uma geração inteira de geógrafos formados, principalmente na USP. Uma análise bastante preliminar dos artigos e estudos publicados pela AGB, e as sessões de estudos e palestras organizados, principalmente em São Paulo, mostram uma clara e evidente influência da geografia francesa no Brasil, e no caso em questão, na AGB. A segunda fase descrita por Scarim encontra na AGB, principalmente no embate entre os geógrafos organizados nas duas principais seções regionais da associação – São Paulo e Rio de Janeiro, manifestação significativa daquilo que podemos chamar de “disputa de hegemonia”. Nas Assembléias da AGB, nas apresentações dos estudos/teses nesses eventos e daquilo que era publicado nos principais boletins da AGB – Paulista e Carioca de Geografia, manifestava-se a tal “disputa de hegemonia”, servindo a AGB e suas instâncias como um dos seus lugares de consagração. As outras fases propostas por Scarim também têm na AGB lugar/palco de realização/vizualização de suas diferenças, desde as rupturas epistemológicas levadas a cabo na década de 1970, com incríveis repercussões nas formas de organização e atuação da AGB, até a incrível (por vezes dispersa) diversidade que se apresenta a partir da década de 1990.

Scarim (2000), apresenta ainda em seu trabalho uma outra periodização que leva em consideração a política acadêmica, essa sim, mais centrada na AGB. A partir dessa proposta teríamos três grandes períodos. Um primeiro que vai da

criação da AGB, em 1934, até 1946, marcado por ser essencialmente paulista<sup>53</sup>; um segundo de 1946 a 1978/79, na busca da construção de uma entidade nacional, mas com o centralismo nos catedráticos, marcado por um domínio paulista na primeira década e depois por um revezamento entre Rio de Janeiro e São Paulo; e por fim o terceiro, que vai de 1978/79 até os dias atuais, não mais caracterizado por esse perfil catedrático/regional, mas sim pelo perfil teórico/ideológico definido a partir do movimento de renovação crítica.

Outra proposta de periodização apresentada por Scarim (2000), é a possibilidade de pensar a partir da idéia de gerações. Partindo da idéia de Ortega y Gasset, que apresenta a formação de gerações de quinze anos, teríamos, na geografia brasileira, de seu início até os dias atuais, cinco gerações. A primeira que iria de 1934 a 1949, marcada pela influência quase total da geografia francesa, pela construção do tripé AGB-CNG/IBGE-Universidades, centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e pela difusão da concepção de geografia moderna; a segunda geração, de 1949 a 1964, marcada pela perspectiva de integração do território brasileiro e pela construção do conhecimento sobre esse território através das assembléias anuais da AGB, realizadas em diferentes lugares do país, e pela iniciativa de intercâmbio com centros de pesquisa na Europa (principalmente a França) e EUA; a terceira geração, de 1964 a 1979, vive o embate com a ditadura militar (ou seu consenso, segundo alguns intelectuais), a influência marcante da geografia quantitativa, principalmente a partir do IBGE, UNESP-Rio Claro e setores da UFRJ, e o refluxo da influência da geografia francesa, com um racha no seio da comunidade onde o questionamento da hegemonia norte-americana é levado para esses Centros, e o questionamento ao autoritarismo político é levado à crítica a cátedra e às lideranças da AGB; a quarta geração, de 1979 a 1994, é aquela que inicia com um discurso de crise, que vive a construção de uma perspectiva crítica para a geografia brasileira, com ampla participação dos estudantes e professores do ensino fundamental e médio nos encontros da AGB, com, também, grande perspectiva de transformação social no Brasil; a quinta geração é aquela posterior a 1994, que pouco sente a influência do clima político efervescente da década de 1980, somente pelos livros, filmes e histórias contadas por aqueles

---

<sup>53</sup> Ressalva deve ser feita frente a existência de uma AGB carioca. No entanto, não impede a pertinência da proposta uma vez que o autor deixa clara a noção de primazia e não de exclusividade.

que dela participaram mais ativamente, mas que já presencia um debate desconexo entre inúmeras perspectivas teóricas, há vários encontros temáticos/disciplinares, há uma AGB existente em quase todo território nacional com inúmeras seções locais (municipais) ativas, encontros nacionais com mais de três mil participantes, mas também um sentimento de crise, derivado da crise do emprego, do sucateamento das universidades públicas e de um projeto de forte referências neoliberais e de presença marcante na produção e na forma de organização da sociedade brasileira.

Bernardes (1982) apresenta uma periodização da Geografia brasileira dividida em cinco fases, a contar de 1934, quando da criação do primeiro curso de graduação em Geografia. A primeira fase seria marcada pelos trabalhos precursores de Delgado de Carvalho e que, a partir de 1934, sofreu um forte predomínio da influencia do pensamento da chamada escola francesa Lablachiana.

Com os trabalhos de Preston James, e principalmente de Leo Waibel, em especial no Rio de Janeiro, com a ida de um pequeno grupo de geógrafos brasileiros, em meados da década de 1940, para estudar em universidades norte-americanas, inicia-se a segunda fase. Essa segunda fase, para Bernardes, não eliminou a influencia anterior na produção de muitos geógrafos.

A terceira fase teria se iniciado com a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1956, com a difusão de novos métodos e novos temas em Geografia Física (com Tricart), Geografia Urbana (com Rochefort) e Regionalização, além do aumento da influencia francesa, agora com a Geografia Social de Pierre George. Essa fase se consubstancia melhor na década de 1960, “marcada pelo desenvolvimento da Geografia Tópica e pela difusão da nova teoria de regionalização (...). Ela culmina com os primeiros estudos de regiões polarizadas e outra sobre regiões homogêneas do Brasil, realizadas no IBGE” (1982:526). A quarta fase ocorre ao longo da década de 1970 com a propagação dos métodos quantitativos e com a preocupação com as teorias e os modelos. Essa fase resultou, para Bernardes (1982:526) “numa segunda aproximação com a Geografia de alguns centros norte-americanos e foi inicialmente inspirada por Brian Berry (1968) e muito influenciada por John Cole”. A quinta e última fase da proposta de periodização elaborada pelo professor Nilo Bernardes, inicia-se com o advento da Geografia Radical e com a realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (Fortaleza-CE, 1978) e o

surgimento dessa corrente no interior da AGB. Para Bernardes (1982:526) “a aplicação do marxismo na explanação geográfica foi, inicialmente, resultado de uma reação de alguns ao quantitativismo e ao corpo teórico desenvolvido no contexto da realidade do hemisfério norte”. Ao finalizar a construção dessas cinco fases, o professor Nilo Bernardes ressalta que refere-se “as cinco tendências principais como “fases” da Geografia brasileira porque cada uma delas surge de maneira clara em determinados momentos. Mas, tais tendências coexistem ainda no momento atual<sup>54</sup>” (Bernardes, 1982:526).

Outra proposta de periodização é apresentada por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, em obra intitulada “A Geografia no Brasil (1934-1977) – Avaliação e Tendências”, publicada pelo Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, em 1980. Nesse trabalho, Monteiro, apresenta como primeiro capítulo uma “tentativa de periodização na evolução da pesquisa geográfica no Brasil a partir de 1934”, onde ressalta que o levantamento da produção geográfica brasileira a partir de 1934 constitui-se num objeto de pesquisa considerável não só pelo volume do acervo e complexidade de sua classificação como também pela apreciação crítica do ponto de vista metodológico.

Para Monteiro (1980), ponto de partida foi o levantamento da produção contida nos anais da AGB, não só por se tratar do próprio organismo aglutinador da nossa comunidade de pesquisadores como pelo seu caráter nacional; o conteúdo da Revista Brasileira de Geografia (RBG), editada pelo IBGE a partir de 1939; e o acervo de teses defendidas na Universidade de São Paulo no setor de Geografia, processo iniciado em 1944. A partir desses levantamentos e dentro do segmento temporal 1934-1977, foram esboçados pelo autor, quadros cronológicos nos quais se procurou ordenar: os eventos políticos-institucionais básicos ligados à geografia; as entradas de subsídios externos; as reuniões e certames geográficos nacionais e internacionais e seu impacto efetivo sobre a análise geográfica brasileira e as reuniões da AGB. Assim, os cruzamentos dessas informações levaram a caracterização de quatro períodos na geografia brasileira. O primeiro, de 1934 a 1948, chamado de “A implantação da geografia científica”, processo iniciado pela criação da Universidade de São Paulo e especialmente de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, logo seguida pela do Rio de Janeiro, pela fundação da AGB e pela criação do IBGE. A orientação metodológica

---

<sup>54</sup> A proposta do professor Nilo Bernardes tem forte foco, na explicitação de algumas das fases, na Geografia desenvolvida no Rio de Janeiro, e em especial, no IBGE.

que se reflete nesse período, e subsequente, é aquela da escola francesa sobre a égide lablachiana, com presença de De Martonne, Brunhes, Lucian Febvre e Demangeon. A influência norte-americana menos clara, não é desprezível, com Hartshorne e Preston James. Ainda, nesse primeiro período ocorre a primeira década de existência da AGB e seus primeiros passos rumo ao seu crescimento nacional.

O segundo período vai de 1948 a 1956, chamado de "*A cruzada agebeana de difusão nacional*", onde a AGB, com o entusiasmo após a reformulação dos estatutos em 1945, e principalmente após as assembléias de Lorena (1946) e Rio de Janeiro (1947) vai iniciar seu processo de nacionalização com a criação de seções regionais, realização de reuniões em diferentes estados da federação e produtivos trabalhos de campo. A importância, para a AGB, desse período é expressa com muita clareza nas palavras de Monteiro (1980:15) "Não se pode dizer que nesse período estão contidas as mais memoráveis, ou mais importantes para os rumos da jovem geografia brasileira, mas parece certo admitir que entre Goiânia (1948) e Garanhuns (1955), houve um estilo peculiar e inconfundível de reuniões agebeanas". Durante esse período dá-se a saída dos orientadores básicos da geografia no Brasil, que em caráter permanente aqui haviam atuado: Waibel, Monbeig e Ruellan, que retornaram aos seus países de origem.

O terceiro período, definido por Monteiro (1980:18), intitulado "*A caminho da afirmação: 1ª época*", vai de 1956 à 1968, assim "O XVII Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro (8 a 18 de agosto) é o marco de transição da fase de formação para aquela em direção à afirmação, onde se imagina sejam colhidos frutos evidenciadores da existência de uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores". Onde a própria preparação e a realização do Congresso já foram uma prova da capacidade dessa comunidade de geógrafos em se organizar e de pesquisar.

Outra importância dada por Monteiro ao Congresso no caminho da afirmação da geografia brasileira foi a da contratação de vários professores universitários de geografia para cursos especiais aos docentes universitários e ao corpo técnico. Entre eles destacam-se: Jean Tricart, Jean Dresh e Orlando Ribeiro.

No tocante a AGB, Monteiro (1980), destaca que nesse período, principalmente a partir da Assembléia realizada na cidade de Colatina-ES (1957), a comunidade geográfica participante desses eventos da associação, começa a esboçar sinais de insatisfação e desejo de mudança nos rumos da entidade e principalmente, de suas assembléias. Nessa assembléia, a primeira após a realização do Congresso Internacional, absorveu-se “algumas normas internacionais, notadamente a realização de um “simpósio”, onde temas relevantes eram destacados e os estudos eram mais aprofundados”.

Ainda sobre a AGB, Monteiro (1980:23), destaca a crescente influência da associação nos doze anos de duração desse período, que segundo o autor “é fruto da cruzada do período anterior”, onde se chegou a formação do que vai chamar de “*novos grupos regionais*”. Monteiro ainda chama a atenção para o crescimento da participação das Assembléias de AGB, fato que vai ser tratado pela própria associação em momentos posteriores.

Monteiro (1980:25), conclui sobre a apreciação do período ressaltando que

“essa fase inicial de afirmação de novos estudos geográficos contrapôs do lado interno – uma série de profundas transformações em nosso meio geográfico e sócio-econômico. Do exterior vieram novas tendências e feições trazendo a esse período substanciais transformações tanto nos temas quanto nos paradigmas usados para alguns desses temas. **Acrecenta-se a isso o crescimento de nossas comunidades regionais de geógrafos.** Tudo isso nos trouxe uma indisfarçável diversificação de centros de interesse, de tendências e sobretudo de receptividade aos novos fluxos de informação e difusão das inovações” **[grifos nossos]**.

Ainda sobre a apreciação realizada por Monteiro destacamos a referência feita pelo autor no tocante ao crescimento das por ele chamadas “*comunidades regionais de geógrafos*”, onde, através da combinação – criação de cursos de graduação; formação de seções regionais ou núcleos municipais da AGB e a criação de boletins de divulgação da produção científica, foi possível conformar as referidas comunidades. A partir disso, temos não só a ampliação da comunidade geográfica no Brasil, como também a criação e ampliação de uma comunidade agebeana. Essas comunidades, elementos desses recém criados centros de formação e difusão científica, vão, mesmo que de maneira bastante preliminar, constituir lugares de diversificação da produção geográfica no Brasil.

O quarto e último período proposto por Monteiro é intitulado "*A Caminho da Afirmação: 2ª época (1968-1977)*". Neste período o autor destaca como marcas importantes a realização da 1ª Conferência Nacional de Geografia – CONFEGE, patrocinada pela Fundação IBGE, no Rio de Janeiro, em 1968, e que serviu de palco para a "proclamação oficial" da adoção de novas práticas de análise geográfica, a partir da chamada "Revolução Quantitativa". Dois outros conjuntos de acontecimentos marcam esse período, segundo Monteiro. O primeiro diz respeito a presença da chamada Geografia Quantitativa no Brasil - quando em 1971 ocorre no Rio de Janeiro a reunião da Comissão da UGI para estudo de Métodos Quantitativos e a criação, em Rio Claro – SP, da Associação de Geografia Teorética, com a publicação do primeiro número de seu Boletim. O segundo conjunto de acontecimentos diz respeito a AGB – quando da realização da XXIII Assembléia Geral Ordinária, em Montes Claros (1968), quando se propõe substancial maneira de trabalhar, propondo-se estudos de temas mais específicos; e quando, em 1970, a AGB procede reforma de seus estatutos, substituindo a realização de assembléias anuais por Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG), a cada dois anos.

Levando em consideração o esforço de cada um dos autores, anteriormente mencionados empreenderam para a realização dessas propostas de periodização da história recente da geografia no Brasil e, em alguns casos, da presença da AGB como parte desse processo de construção da ciência e apesar das diferenças existentes entre as proposições de Scarim (2000) e Monteiro (1980) e Bernardes (1982)- a primeira parte de um conjunto bastante amplo de idéias de combinações e articulações de fatos, acontecimentos e escolhas; enquanto as duas outras, são de fato, mais centradas numa forma de visualizar a própria história oficial da ciência geográfica e de suas instituições, vale o esforço e contribuição de cada um e vamos considerá-las para nossa posterior construção propositiva. E que será apresentada ao final desse trabalho.

# **Capítulo 2**

**Idéias:  
os primeiros debates e as  
publicações pioneiras da AGB**

***“... dia virá em que no Brasil haverá de,  
indubitavelmente, surgir uma modalidade brasileira  
de tratar os assuntos geográficos...”***

José Veríssimo da Costa Pereira (1953)

**N**o Brasil, o surgimento de uma divulgação científica própria relaciona-se com a produção científica no país, evidenciando uma mobilização e interesse da comunidade científica em divulgar suas atividades. Em parte, a ação de divulgar ciência insere-se nas discussões internas à comunidade científica sobre seu papel social e político, tornando-se um instrumento junto ao público de legitimidade do papel da ciência e do cientista.

A ação de difusão e de divulgação pelos cientistas, no início do século XX, precisa ser inserida no contexto histórico marcado pela institucionalização e pela profissionalização da ciência no Brasil. A divulgação científica parece assumir um novo papel social relacionado às atividades dos cientistas e passa a ser percebida como indispensável tanto para divulgar novos conhecimentos como para evitar um isolamento da comunidade científica em relação à sociedade (Mendes, 2004).

Capel (1981) destaca a importância das revistas científicas como lugar de realização das discussões das comunidades ligadas às diversas ciências e como prova da vitalidade de uma disciplina.

*"En la ciencia contemporánea los congresos especializados y las revistas científicas constituyen los lugares en los que esta discusión comunal se realiza. Su existencia es una prueba de la vitalidad de una disciplina y un requisito indispensable para su crecimiento. El estudio de la historia del pensamiento geográfico no puede realizarse sin aludir a estas estructuras organizativas que, además de contribuir a la difusión y contratación de las ideas científicas, son también ocasión para crear y afianzar prestigios profesionales y, en muchos casos, un excelente mercado de trabajo"* (Capel, 1981: 207).

No que se refere à Geografia, as palavras de Capel são reafirmadas pelas inúmeras publicações e, principalmente, quando essas se ampliam a partir da criação dos Boletins das Seções Regionais e dos Anais da AGB.

As revistas periódicas específicas de diferentes áreas contribuem para criar ou reafirmar um campo, estabelecer ou manter dominação, passar ideologia e manter viva a memória do campo.

Daher (2003), aprofunda o debate sobre a importância e o papel dos periódicos ao se referir a eles como "instâncias de consagração", porque são únicos em seus campos.

*"As Revistas periódicas ao socializarem os produtos dos agentes dos específicos campos, contribuem para a*

conformação da cultura desse campo e da conquista de visibilidade no âmbito científico, cultural e social, funcionando, deste modo, como “instâncias de consagração”. (Daher,2003:48).

Sendo assim, o estudo de periódicos é uma das formas mais privilegiadas de apreensão dos modos de funcionamento e pensamento de um campo. Quais os temas mais recorrentes? Quais os autores que mais publicaram? Esses autores e seus temas permitem visualizar a formação de uma forma própria de pensar/fazer a Geografia no Brasil? Alguns desses questionamentos podem ser tentados respostas através da análise dos periódicos publicados pela AGB e suas Seções Regionais, tendo como referência algumas das reflexões de sobre o assunto feitas por Bourdieu (1994), onde mostra que a escolha de temas se relaciona às chances de reconhecimento e legitimação das áreas de conhecimento e de seus produtores.

“O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (Bourdieu, 1994:125).

Um grande número de revistas, boletins, jornais impressos, jornais eletrônicos, artigos na internet das seções locais e da nacional indicam a importância da AGB na construção da Geografia. Escritos e lidos, em sua maioria, por geógrafos, demonstram uma das formas pelas quais se constrói, se modifica, se altera ou se reconstrói a Geografia. Ressalte-se, contudo, que não apenas as publicações da AGB contribuiram com este processo, pois textos e livros foram e são editados pelas universidades e por outros agentes sem a participação da AGB ou dos geógrafos associados. No entanto, analisando os textos das revistas da AGB, verifica-se que, em geral, são instigantes e demonstram as pesquisas em andamento, em fase de conclusão ou já concluídas; permitem a circulação das idéias, dos conceitos, do arcabouço teórico e da metodologia utilizada; retratam as condições, contribuições, questões e problemas encontrados na vida de trabalho, estudo e pesquisa. É preciso ter clareza que a própria AGB<sup>55</sup> não realiza pesquisas acadêmicas no sentido restrito

---

<sup>55</sup> Podemos fazer uma pequena ressalva a título destaque para os Trabalhos de Campo realizados durante as Assembléias Anuais da AGB no período 1946-1969 e a alguns projetos desenvolvidos pela AGB em determinados momentos de sua história.

do termo, mas as difunde. A ação política realizada pelos sócios ou pela direção da AGB implica em realização de pesquisas no sentido amplo e em divulgação da Geografia e dos geógrafos.

## 2.1

### **A Revista Geografia e o Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros: pioneirismo na publicação acadêmica geográfica**

A divulgação da produção de uma dada ciência seja em qualquer tempo, sempre foi uma possibilidade a ser buscada. A possibilidade de fazer chegar aos seus pares o artigo produzido, o estudo feito, a descoberta ou o ensaio, mas também um veículo de legitimação de um determinado campo ou grupo associado. Não foi diferente na Geografia brasileira e não poderia ser também diferente na AGB. O pioneirismo da AGB nas publicações de revistas e boletins é não só marcante para a própria associação, quando publica sua primeira revista a pouco mais um ano de sua própria fundação, como também para a Geografia brasileira, quando se torna o único e depois<sup>56</sup>, um dos dois principais órgãos de divulgação dessa mesma ciência e seus primeiros estudiosos. As palavras de Aziz Ab' Saber, quando faz um balanço dos vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo (1934-1959), em artigo publicado na seção "Comentário", do Boletim Paulista de Geografia, número 34, de março de 1960, deixam bastante claro a importância dessas pioneiras publicações.

"Duas publicações geográficas, modernas pelo seu espírito e pelo caráter de suas colaborações, serviram de órgãos de divulgação para a primeira geração de estudiosos de Geografia que gravitaram em torno da recém-criada Universidade de São Paulo, ambas publicadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros: entre 1935 e 1936, a revista *Geografia*, e, entre 1941-1944, o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*" (BPG, 1960:79).

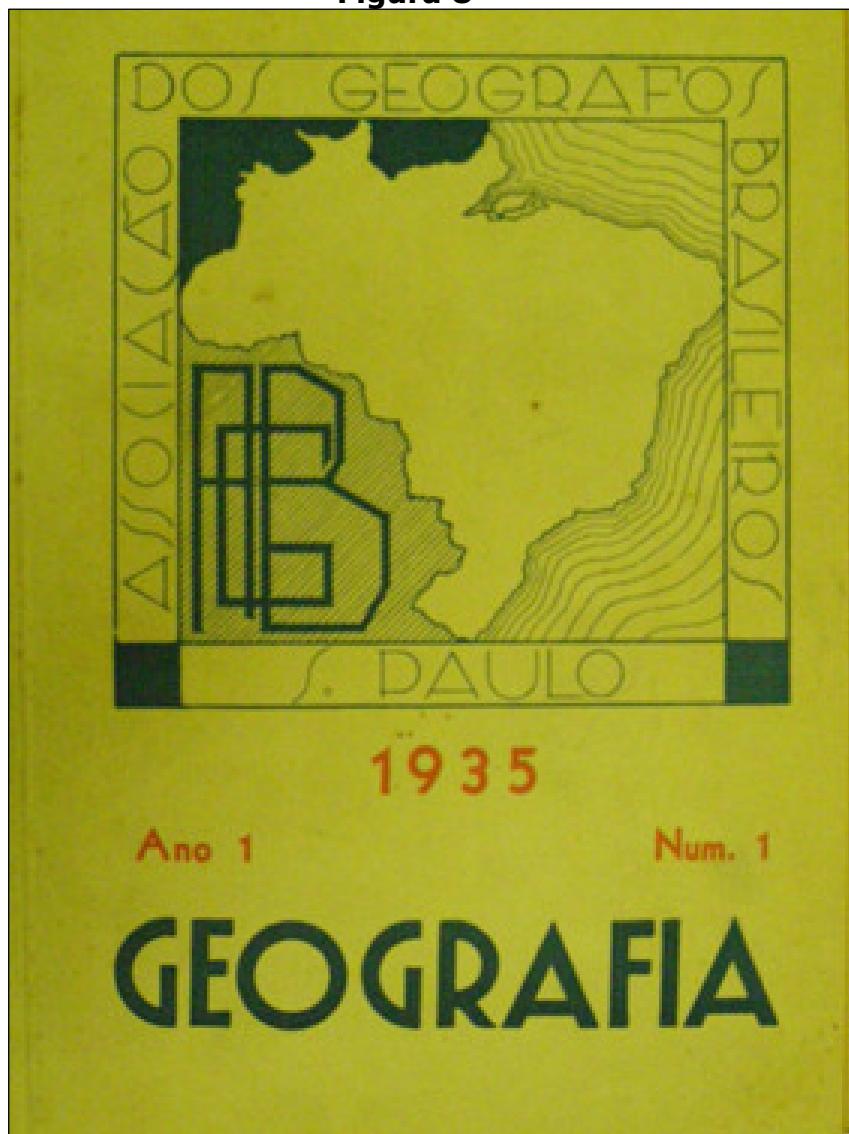
O período entre 1934 e 1945, corresponde para a AGB o seu momento mais difícil depois da sua fundação. Mas se esse momento foi difícil para a sua existência diante as maiores dificuldades, foi também um importante período enquanto uma associação promissora. Foram nesses difíceis anos que foram editadas as primeiras e sistemáticas publicações, não só da própria associação, como também da Geografia brasileira. Essas publicações foram a importante *Revista Geografia e o Boletim da AGB*.

---

<sup>56</sup> Em 1939, criada a Revista Brasileira de Geografia, que é editada pelo IBGE

**2.1.1  
A Revista “Geografia”**

**Figura 8**



Fonte: IEB/USP

Desde a fundação da AGB, a idéia de uma publicação regular foi objeto de consideração. Em 1935, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, através de reconhecido empenho do então secretário da Associação, o Dr. Caio Prado Júnior, conseguiu publicar a "Revista Geografia", que foi a primeira revista da moderna ciência geográfica no Brasil.

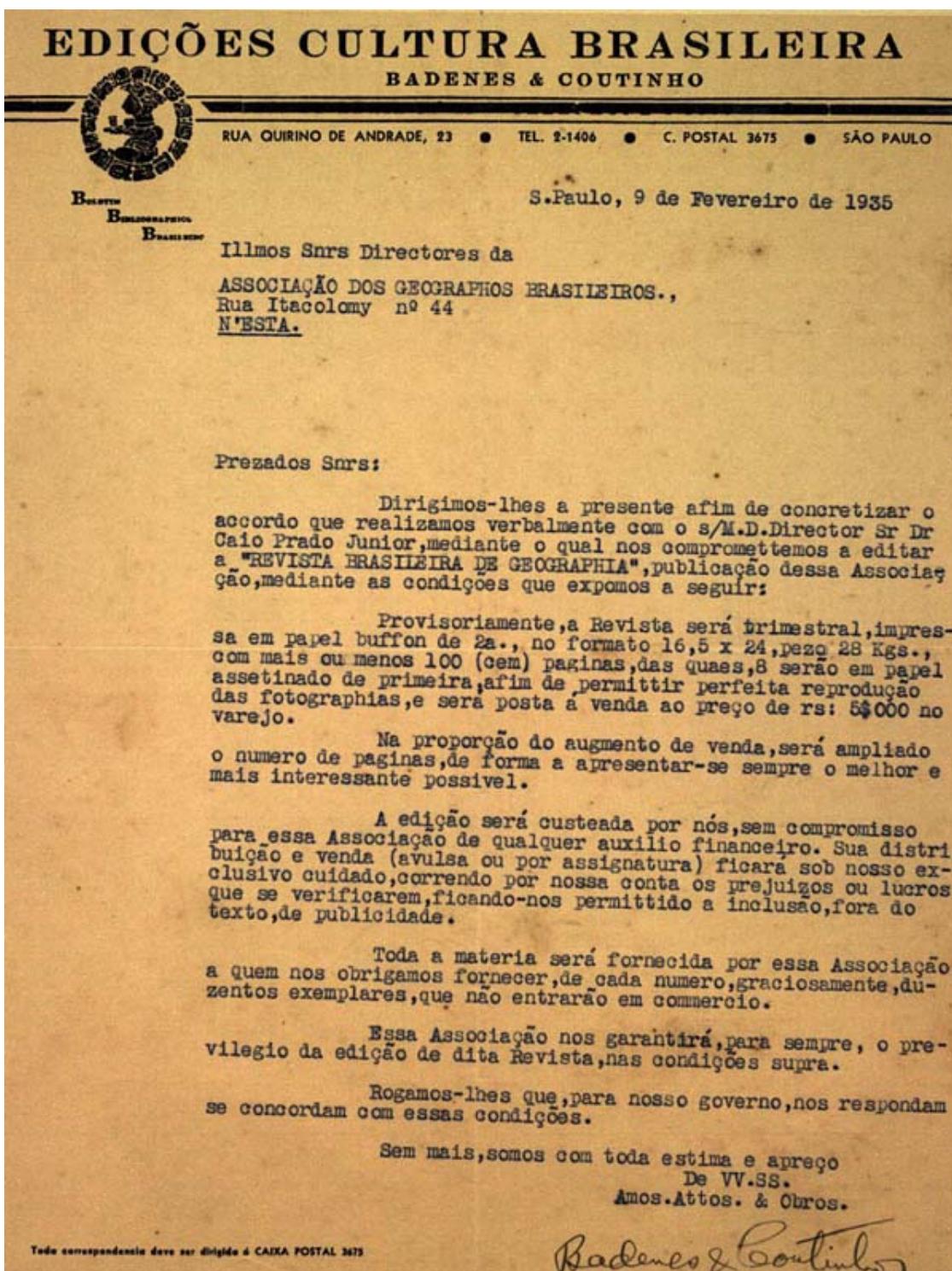
A revista "Geografia" foi gestada nos primeiros meses de existência da AGB. Caio Prado Junior, empenhou-se profundamente para que a mesma pudesse de fato acontecer, sendo, sem dúvida, seu principal articulador. Graças

ao empenho e as relações sociais do Secretário da Associação, nos dois anos de edições (1935 e 1936), foram postos em circulação oito números de "Geografia".

Durante as primeiras reuniões ordinárias da AGB, realizadas a cada 15 dias, a Revista, entre outras ações da Associação foram sendo tratadas e consolidadas. As correspondências entre Caio Prado e o professor Pierre Deffontaines, também importantes para a concretização da revista, uma vez que Deffontaines era um grande entusiasta da idéia de a Associação ter um órgão de divulgação científica e era uma importante referência para Caio Prado.

A realização da Revista Geografia e o seu projeto de chegar aos professores de Geografia e aos interessados na ciência, e sobretudo de fazer difundir um certo tipo de conhecimento, levou Caio Prado Junior, a partir de suas articulações e conhecimento da sociedade paulistana a estabelecer contatos para a publicação de maneira profissional da Revista através de uma editora que não só pudesse fazer a impressão do material como também distribuí-la. Em correspondências trocadas entre o Secretário Caio Prado Junior e a Direção das Edições Cultura Brasileira, podemos identificar esse esforço levado a cabo para a efetivação do projeto de publicação da revista. Em fevereiro de 1935, em carta assinada por *Bandesse & Coutinho*, endereçada a AGB, aos cuidados de Caio Prado Junior, a Cultura Brasileira, apresenta a proposta para concretizar o já acordado verbalmente entre eles. Nessa correspondência a editora informa que a revista teria uma periodicidade trimestral, que não teria custos para a Associação, que os mesmos seriam de responsabilidade da Editora, e que seriam cobertos pela publicidade presente na revista. A Editora informa ainda que faria a distribuição da revista por assinatura e também por venda avulsa. Em correspondência datada de 14 de fevereiro de 1935, Caio Prado Junior, em nome da AGB, comunicou aceitar todos os termos do acordo proposto pelas Edições Cultura Brasileira, o que de fato, viabilizaram a publicação da revista Geografia.

**Figura 9**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Em carta-circular enviada aos membros correspondentes, datada de 25 de março de 1935, e assinada por Caio Prado Junior, a AGB, informa sobre a brevidade do lançamento da revista Geografia, e do objetivo da publicação em sua articulação com os princípios da Associação.

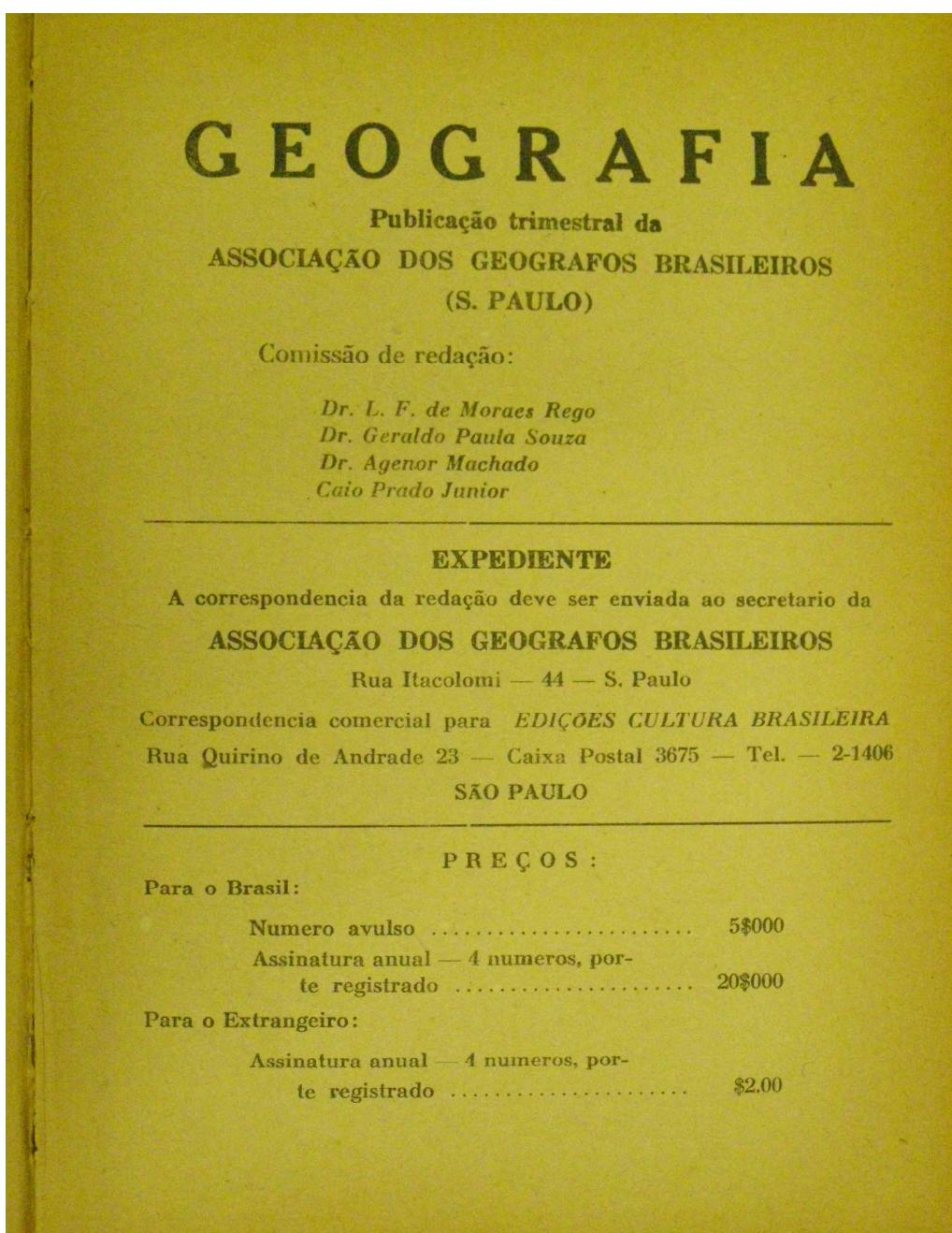
"Acha-se no prelo, devendo brevemente sair a publicidade o primeiro número de Geografia, publicação trimestral da nossa Associação, que assim, apesar das dificuldades e obstáculos que teve de vencer, vem preencher um dos pontos fundamentais do seu programa: divulgar os conhecimentos geográficos e interessar o público por uma ciência da maior importância cultural e prática" (Circular-AGB, 25 de março de 1935)

Continua na Circular, a AGB a destacar a importância do projeto e a necessidade do apoio e empenho de todos os associados para que a Revista Geografia se realize enquanto projeto de divulgação da ciência geográfica.

"Precisamos nesta emergência do apoio de todos os membros da Associação. Vimos por isso solicitar-lhe com empenho que contribua com o seu esforço para que possamos fazer de GEOGRAFIA uma publicação digna da nossa Associação e da ciência brasileira. Esta contribuição poderá ser sob a forma de sugestões, notas, artigos, ou qualquer outra da sua conveniência. Em todo caso, de uma colaboração constante com a qual contamos, na certeza de que o prezado colega compreenderá o alcance deste empreendimento" (Circular-AGB, 25 de março de 1935)

A diretoria da AGB definiu a Comissão de Redação da revista Geografia composta pelos seguintes sócios: Luiz Flores de Moraes Rego, Geraldo Horacio de Paula Souza, Agenor Machado e Caio Prado Junior. Essa Comissão era responsável pela edição da revista, desde o recebimento dos textos e contribuições até o envio dos mesmos para a confecção da revista na Cultura Brasileira. A partir do segundo número da revista, a Comissão de Redação passou a contar também com a participação do professor Pierre Monbeig, recém chegado da França para substituir o professor Deffontaines.

**Figura 10**



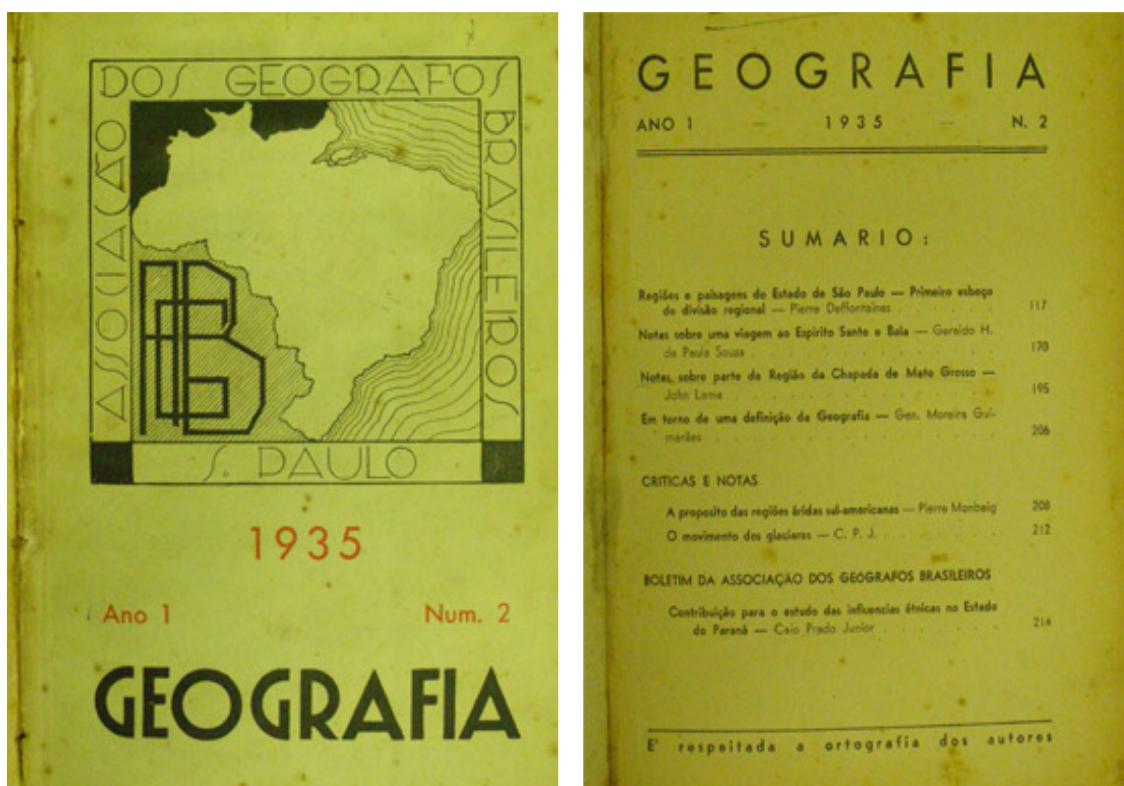
Fonte: IEB/USP

No primeiro número da revista Geografia é possível encontrar sete artigos, sendo o primeiro, de autoria do professor Pierre Deffontaines, uma espécie de apresentação, intitulada "A Associação dos Geógrafos Brasileiros (introdução)", onde o autor apresenta o Brasil destacando sua grandiosidade e diversidade geográfica, a importância dos estudos geográficos e o papel da AGB e da revista Geografia nesse cenário. Os outros seis artigos, alguns dos quais, já

apresentados e discutidos nas reuniões ordinárias da AGB, por seus associados, completam a revista (ver tabela 6).

O segundo número da revista em seu primeiro ano apresenta algumas alterações na estrutura interna em relação ao primeiro numero já editado. Nesse segundo número além dos artigos, duas outras seções estão presentes: Críticas e Notas; Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Na primeira nova seção será "feita a revista dos livros e artigos de maior interesse aparecidos no Brasil e no estrangeiro", por diversos autores (quase sempre sócios da AGB), incluem-se, também nessa seção outras notas de interesse geográfico; na segunda, figuram pequenos textos sobre assuntos diversos, apresentados nas reuniões da AGB.

**Figura 11**



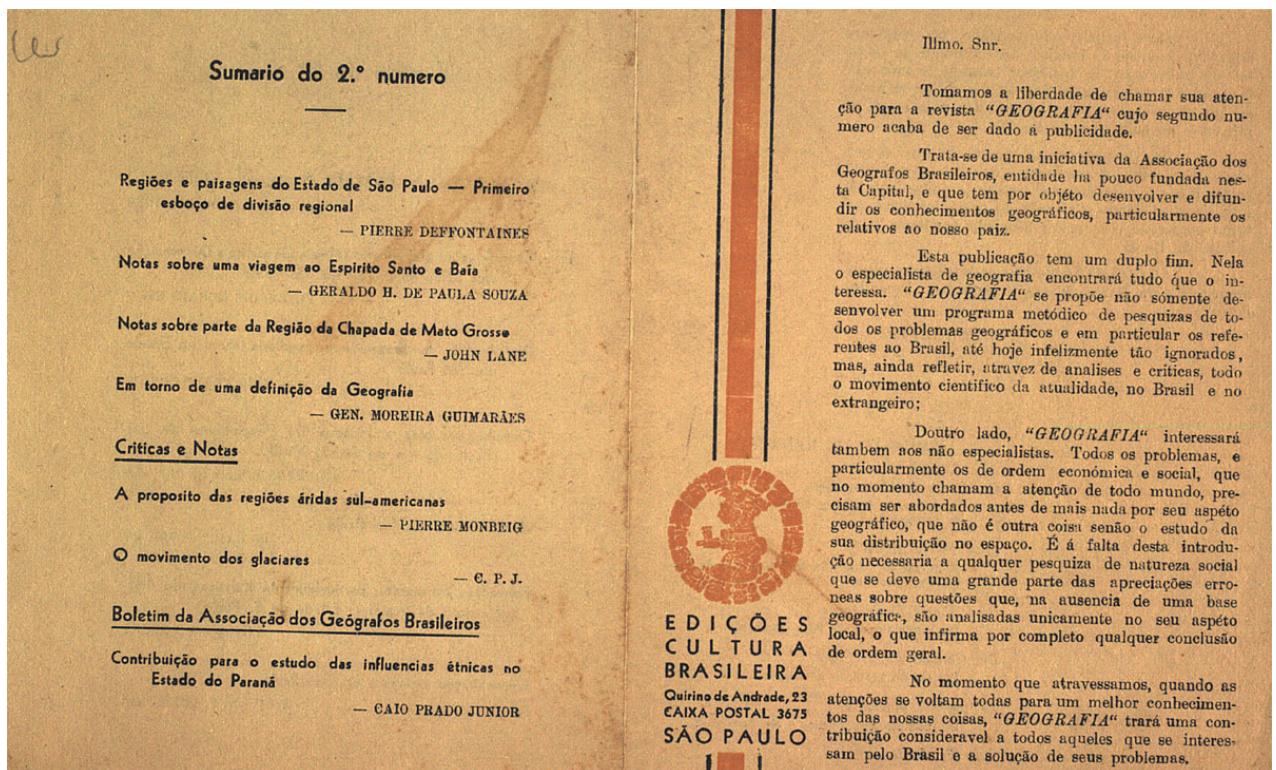
Fonte: IEB/USP

A apresentação do segundo número da revista Geografia, evidencia a importância dessa revista numa Geografia brasileira que estava dando seus primeiros passos em uma nova fase.

"GEOGRAFIA obteve do público brasileiro uma acolhida inesperada. Isto prova que a lacuna preenchida era deveras sensível. Sobretudo entre os membros do magistério secundário foi grande o sucesso. Recebemos deles grande numero de cartas solicitando informações e animando-nos a persistir em nossos propósitos. Explica-se. Os professores de geografia do paiz não podiam deixar de sentir a falta de um órgão especializado; as revistas estrangeiras são praticamente inacessíveis a maioria deles. Faltava-lhes assim toda e qualquer informação regular sobre assuntos geográficos. Quanto ao grande público, "GEOGRAFIA" provou que já existe da parte dele um enorme interesse por assuntos técnicos desta natureza" (AGB, 1935:2).

A parceria com as Edições Cultura Brasileira prossegue nesse segundo número. Material impresso é preparado pela Editora para fazer a divulgação da Revista Geografia.

**Figura 12**



Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Ilmo. Sr.

Tomamos a liberdade de chamar sua atenção para a revista "GEOGRAFIA" cujo segundo número acaba de ser dado à publicidade.

Trata-se de uma iniciativa da Associação dos Geógrafos Brasileiros, entidade há pouco fundada nesta Capital, e que tem por objeto desenvolver e difundir os conhecimentos geográficos, particularmente os relativos ao nosso paiz.

Esta publicação tem um duplo fim. Nela o especialista da geografia encontrará tudo que o interessa. "GEOGRAFIA" se propõe não sómente desenvolver um programa metódico de pesquisas de todos os problemas geográficos e em particular os referentes ao Brasil, até hoje infelizmente tão ignorados, mas, ainda refletir, através de análises e críticas, todo o movimento científico da atualidade, no Brasil e no estrangeiro;

Doutro lado, "GEOGRAFIA" interessará também aos não especialistas. Todos os problemas, e particularmente os de ordem econômica e social, que no momento chamam a atenção de todo mundo, precisam ser abordados antes de mais nada por seu âspero geográfico, que não é outra coisa senão o estudo da sua distribuição no espaço. É a falta desta introdução necessária a qualquer pesquisa de natureza social que se deve uma grande parte das apreciações errôneas sobre questões que, na ausência de uma base geográfica, são analisadas unicamente no seu âspero local, o que infirma por completo qualquer conclusão de ordem geral.

No momento que atravessamos, quando as atenções se voltam todas para um melhor conhecimento das nossas coisas, "GEOGRAFIA" trará uma contribuição considerável a todos aqueles que se interessam pelo Brasil e a solução de seus problemas.

### Figura 13

Para realizar este trabalho, não contamos senão com o apoio do público. Não gozamos de favores ou subvenção de qualquer natureza, e tudo que fazemos é fruto exclusivo do esforço e boa vontade de um grupo de estudiosos interessados unicamente no progresso da cultura brasileira.

Não nos movem tão pouco intuições comerciais. Nossa fim é puramente cultural, e por isso sentimos-nos à vontade para apelar a todos aqueles que, compreendendo o alcance da nossa iniciativa, saberão ampará-la para maior benefício das letras e da cultura do Brasil.

"GEOGRAFIA" é publicada trimestralmente, aparecendo em Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

#### "GEOGRAFIA"

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO:

*Dr. L. F. de Moraes Rego*  
Professor de Geologia da Escola Politécnica de S. Paulo.

*Prof. Pierre Monbeig*  
Professor de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Univ. de S. P.

*Prof. Pierre Deffontaine*  
Da Universidade de Síle (França)

*Dr. Geraldo Paula Souza*  
Diretor do Instituto de Higiene de S. Paulo

*Dr. Agenor Machado*  
Do Instituto Astronómico e Geofísico de S. P.

*Caio Prado Júnior*

#### Sumário do 1.º número

A Associação dos Geógrafos Brasileiros - (Introdução)  
— PIERRE DEFFONTAINES

Considerações preliminares sobre a Genesis e a Distribuição dos Sólos no Estado de São Paulo  
— LUIZ FLORES DE MORAES REGO

Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo  
— CAIO PRADO JUNIOR

Contribuições para a História do Povoamento de São Paulo até fins do Século XVIII  
— RUBENS BORBA DE MORAES

A Citricultura em São Paulo  
— CARLOS WRIGHT

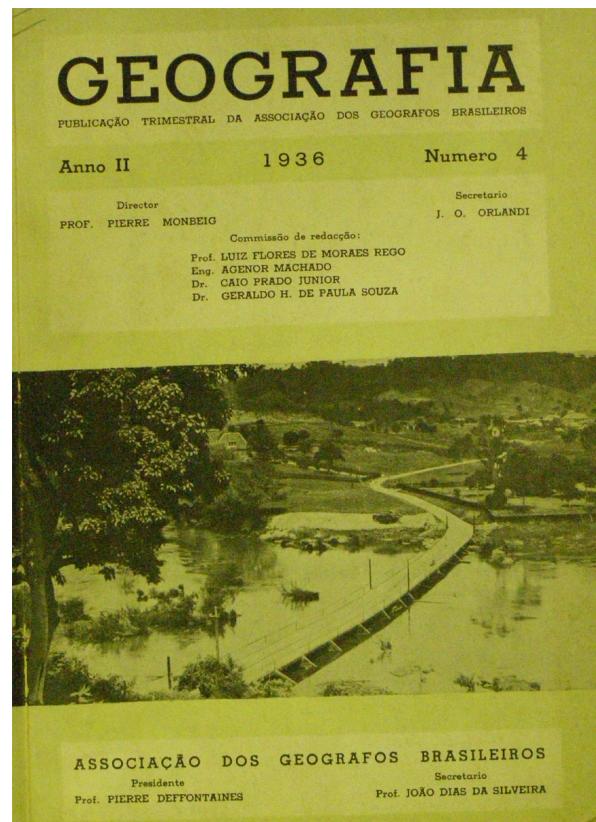
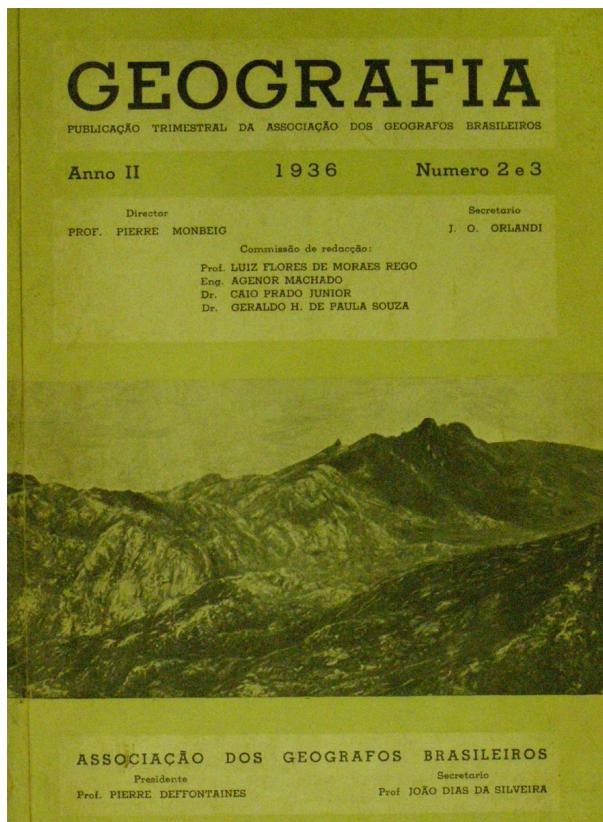
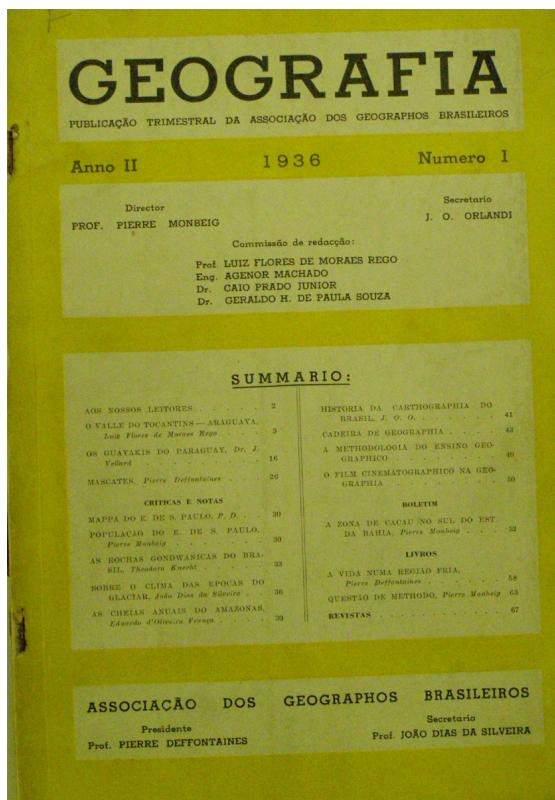
Formações Estruturais, particularmente Karsticas, do Município de Apiaí - (Estado de S. Paulo)  
— THEODORO KNECHT

Concentração Japonesa em São Paulo  
— EDDY DE F. CRISSUMA

Fonte: IEB/USP – Acervo Caio Prado Júnior

Após quatro números editados pela Comissão original, é criada pela AGB, uma espécie de Coordenação da Revista, que era formada por um Diretor – Pierre Monbeig; por um Secretário – José de Oliveira Orlandi; e por uma Comissão de Redação – Luiz Flores de Moraes Rego, Agenor Machado, Caio Prado Júnior e Geraldo Horácio de Paula Souza. Essa última composição foi a responsável pelos 4 números (em três edições), da revista Geografia, no ano de 1936.

**Figura 14**



Detalhe curioso na capa dessas três edições é a presença do nome do professor Pierre Deffontaines ainda como presidente da AGB (completa a informação da capa o professor João Dias da Silveira, como Secretário). O que pode ter sido feito com a intenção de homenagem ao professor Deffontaines, pode também se constituir num erro histórico, uma vez que já no ano de 1935 o referido professor não ocupava mais o cargo em questão, sendo substituído, primeiro pelo sociólogo Paul Abousse Bastide, e depois pelo geógrafo Pierre Monbeig.

Na tabela abaixo é possível encontrar os oito números da Revista Geografia, com os trabalhos publicados e seus respectivos autores.

**Tabela 6**

<b>Título do Artigo</b>	<b>Autor</b>	<b>Número</b>	<b>Volume</b>	<b>Ano</b>
A Associação dos Geógrafos Brasileiros (Introdução)	Pierre Deffontaines	1	I	1935
Considerações preliminares sobre a gênese e a distribuição dos solos no Estado de S. Paulo	Luiz Flores de Moraes Rego	1	I	1935
Contribuição para história do povoamento de São Paulo até o fim do século XVIII	Rubem Borba de Moares	1	I	1935
Distribuição da propriedade fundiária rural do Estado de São Paulo	Caio Prado Júnior	1	I	1935
A Citricultura em S. Paulo	Carlos Wrigth	1	I	1935
Formações estruturais, particularmente Karsticas, do município de Apiaí (Estado de S. Paulo)	Theodoro Knecht	1	I	1935
Concentração japonesa em São Paulo	Eddy de Freitas Crissiumma	1	I	1935
Regiões e paisagens do Estado de São Paulo - primeiro esboço de divisão regional	Pierre Deffontaines	2	I	1935
Notas sobre parte da Região da Chapada de Mato Grosso	John Lane	2	I	1935
Notas sobre uma viagem ao Espírito Santo e Baia	Geraldo H. de Paula Souza	2	I	1935
Em torno de uma definição da Geografia	General Moreira Guimarães	2	I	1935
O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de S. Paulo	Caio Prado Junior	3	I	1935
A zona pioneira do norte do Paraná	Pierre Monbeig	3	I	1935
As feiras de Burros de Sorocaba	Pierre Deffontaines	3	I	1935
A Serra de Cubatão: comparação com um canto das Cevences Francesas	Emmanuel de Martonne	4	I	1935
Guyana Maranhense	Clycon de Paiva	4	I	1935
Immigracao e Colonisacao	Astrogildo Rodrigues de Mello	4	I	1935
A Industria Têxtil Paulista	Branca da Cunha Caldeira	4	I	1935
O valle do Tocantins - Araguaya	Luis Flores de Moraes Rego	1	II	1936
Os Guayakis do Paraguai	J. A Vellard	1	II	1936
Mascates	Pierre Deffontaines	1	II	1936

A vida no Pantanal	Capitao Frederico Rondon	2 e 3	II	1936
A Região do Itatyiaia e as Agulhas Negras	Americo R.Netto	2 e 3	II	1936
A Industria metallurgica no Estado de Minas Gerais	Pierre Monbeig	2 e 3	II	1936
Os Guayaki no Paraguai	J. Vellard	2 e 3	II	1936
"Cornélio Procópio"	Euripedes Simões de Paula	2 e 3	II	1936
Problemas econômicos nacionais (o porto do Rio Grande)	Sud Mennucci	2 e 3	II	1936
Excursão ao Roraima	Glycon de Paiva	4	II	1936
Subdivisão do município de Blumenau	Sud Mennucci	4	II	1936
Pequeno guia do viajante activo	Pierre Deffontaines e C. Barbosa de Oliveira	4	II	1936

### 2.1.2 O Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros

O Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros teve dois momentos na história da Associação. O primeiro remete-se ainda a 1934, quando da realização da 6ª Reunião Ordinária da AGB, Caio Prado Junior propos que a Associação publicasse um Boletim; os sócios presentes aprovaram a publicação que deveria ser editado trimestralmente e que deveria ser chamado de Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e que deveria ainda, a Diretoria ficar incumbida de dar os passos necessários para que isso ocorresse. De acordo com a discussão ocorrida na reunião, o Boletim deveria trazer em seu conteúdo principalmente as sínteses das apresentações das comunicações feitas pelos associados e convidados nas reuniões da AGB. O primeiro número veio à lume na segunda edição da Revista Geografia (ano 1, nº 2, 1935), trazendo o texto da comunicação apresentada por Caio Prado Junior intitulada "*Contribuições para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná*". A partir desse número da revista Geografia, todos os seguintes trouxeram no seu interior a seção denominada de Boletim da AGB.

**Figura 15**

## Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros<sup>(1)</sup>

### Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná

A intensa corrente imigratória que procurou o Brasil Meridional no último e neste século, trouxe para cá um grande contingente étnico estranho e influiu profundamente em nossa cultura. Ninguém o ignora. Contudo a questão não foi ainda analisada com vagar. O que possuímos são apenas considerações gerais sobre o assunto, e não estudos detalhados. Tendo eu percorrido uma parte do Paraná, quero trazer uma pequena contribuição para tal estudo.

A zona percorrida é o chamado Planalto de Curitiba. É a parte do Estado compreendida entre a Serra do Mar e a Serrinha, onde se acha a capital, Curitiba, e que constitui um dos principais centros imigratórios do Estado.

Geologicamente, esta região constitui um prolongamento do complexo cristalino do Estado de São Paulo, caracterizado por formações graníticas e rochas metamórficas da Série de São Roque, na base, recobertas em parte por depósitos lacustres, provavelmente terciários, isto é, contemporâneos aos depósitos análogos do vale do Paraíba e da zona da capital de São Paulo.

A região apresenta uma topografia acidentada nas zonas de serras cristalinas, ao N. e a E., e ligeiramente ondulada nas redondezas de Curitiba e daí para o S., onde se situam os terrenos sedimentares terciários argilosos.

Alternam-se aí campos e florestas, em que predominam as araucárias, já grandemente reduzidas por efeito das devastações que vêm sofrendo de

(1) Publicamos nesta seção o resumo das comunicações e discussões havidas nas reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

As contribuições publicadas no Boletim da AGB em seus dois anos de existências foram as seguintes:

**Tabela 7**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Data</b>	<b>Número</b>
A margem de factos Geográficos Sul-Americanos	Major Mario Travassos	1	1935	3
A Industria Salineira no Estado do Rio de Janeiro	Caio Prado Junior	1	1935	3
O levantamento aerofotogramétrico da cidade de S. Paulo	Agenor Machado	1	1935	4
Aspectos geológicos e fisiográficos gerais do nordeste do Brasil	Moraes Rego	1	1935	4
A Zona de cacau no sul do Est. da Bahia	Pierre Monbeig	2	1936	1
Entre os Bororós em Mato Grosso	Levy-Strauss	2	1936	2 e 3
Estrada Mairynk-Santos	João Dias da Silveira	2	1936	2 e 3
A Região de Cabo-Frio	Pierre Deffontaines	2	1936	2 e 3
Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná	Antonietta de Paula Souza	2	1936	4

Fonte: Revista "GEOGRAFIA" (AGB, 1936-1936)

Num segundo momento, o Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros veio suceder a Revista *Geografia*, que foi extinta em 1936, dois anos após sua primeira edição. O Boletim da AGB, nessa segunda fase, e que passou a ser numerado como inicial, teve seu primeiro número editado em 1941 e o último em 1944, resultando num total de cinco edições. O Boletim da AGB, em seus primeiros números era uma espécie de relatório das atividades desenvolvidas pela associação e seus "núcleos filiados"<sup>57</sup> no período correspondente.

O primeiro número do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros foi publicado sob os cuidados do Conselho Nacional de Geografia, vindo a aparecer nas páginas da Revista Brasileira de Geografia, nº1 do ano III, referente a janeiro-março de 1941, na seção da referida revista intitulada "Atividades Geográficas", ocupando um total de dez (10) páginas. Nessa seção eram publicados outros boletins de outras associações e institutos integrados ao Conselho Nacional de Geografia, como, por exemplo, o Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A expressa gratidão ao CNG está nas páginas do Boletim, que "graças à compreensão total e à gentileza do Presidente do

---

<sup>57</sup> Grupos de interessados na Geografia, localizados em cidades diferentes de São Paulo, poderiam constituir um núcleo filiado à AGB. Têm-se notícias da existência de três núcleos filiados na história da AGB no período compreendido entre os anos de 1934 e 1945, a saber: Curitiba, Amparo e Rio de Janeiro. Muito embora, para esse último permanece a dúvida se era um núcleo filiado ou outra AGB. Em 19 de fevereiro de 1940, em reunião, a AGB leu, discutiu e aprovou o projeto de autoria do prof. Aroldo de Azevedo, que tratava da regulamentação dos núcleos filiados.

Conselho Nacional de Geografia e de seu secretário-geral, tornou-se possível a publicação de um “Boletim” da “Associação dos Geógrafos Brasileiros”. (IBGE, 1941:181)

A primeira edição do Boletim se encontra dividido em quatro seções, a saber: I-*Histórico*; II-*Os Atuais Associados*; III-*Resenha dos Últimos Trabalhos e IV-A AGB e o Nono Congresso de Geografia*. Na primeira seção, apresenta um histórico que trata da criação da AGB, dos primeiros elementos que constituíram a associação e das comunicações que foram apresentadas nos primeiros anos de sua existência. O histórico apresenta ainda, informações sobre a revista Geografia e sua importância, nascimento e prematuro fim. A segunda seção apresenta uma lista dos associados à AGB tendo como referência os inscritos até 31 de agosto de 1940, o que resultava num total de 79 sócios, onde, dentre eles, é possível destacar a presença dos franceses, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Paul Arbousse Bastide, Juliet Monbeig, Claude Levi-Strauss; e dos brasileiros Caio Prado Junior, Armando Sales de Oliveira, Julio de Mesquita Filho, Geraldo Horácio de Paula Sousa, Rubens Borba de Moraes, Aroldo de Azevedo, Ary França, Cristóvão Leite Castro, Silvio Fróis de Abreu, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, entre muitos outros. A terceira seção apresenta um resumo das atividades realizadas na AGB, no período entre 20 de novembro de 1939 - quando se deu a eleição da Diretoria da associação, até 25 de fevereiro de 1940.

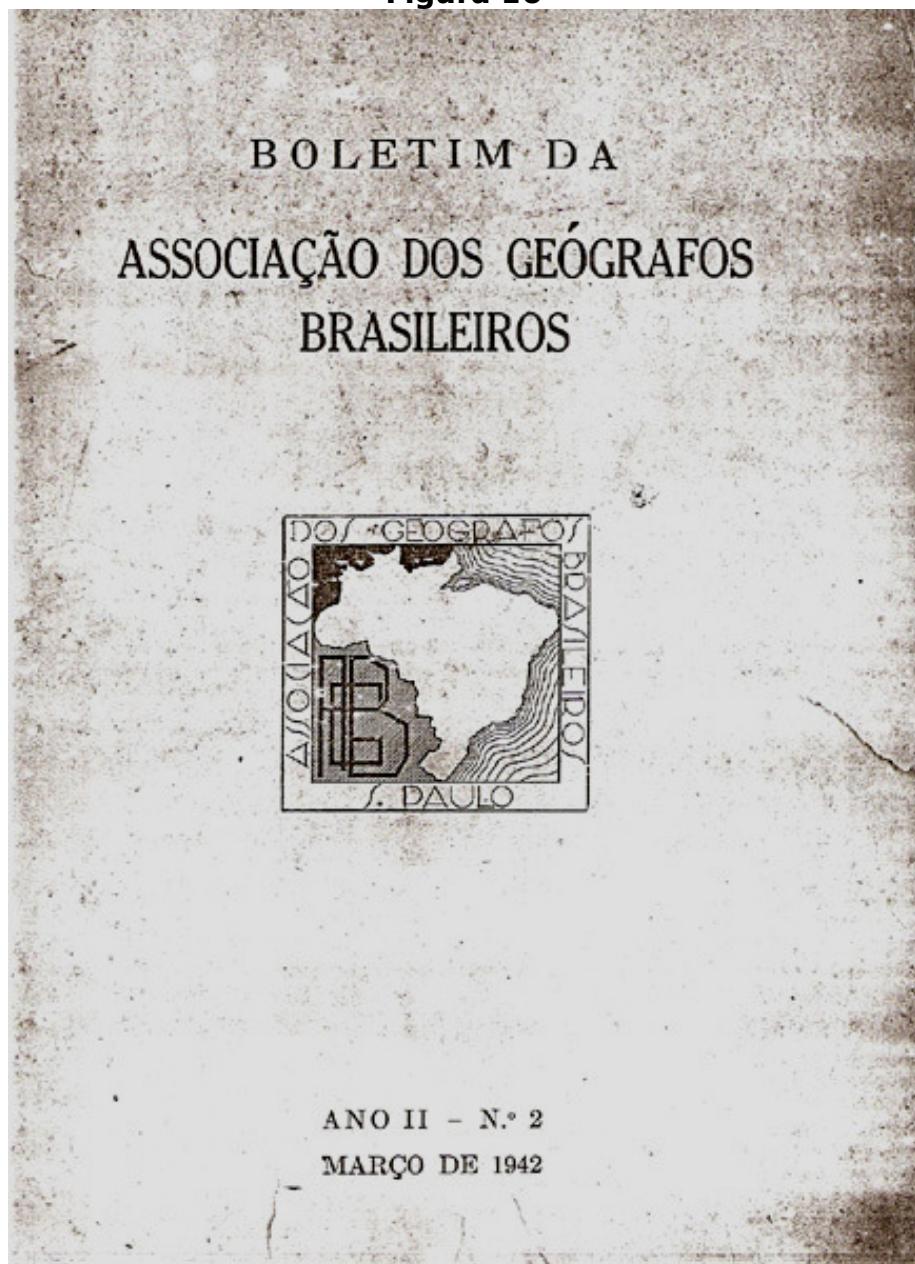
A quarta e última seção trata da participação da AGB no 9º Congresso de Geografia, onde a associação deliberou pela organização de uma “verdadeira Geografia de São Paulo”, divida em diversos temas. É informado ainda nessa seção a não realização plena do trabalho, o que resultou no envio para o Congresso de apenas os trabalhos que puderam ser concluídos e não da obra completa como pretendido.

A segunda edição do Boletim da AGB (ano II, nº2) é datada de março de 1942. Essa edição, diferentemente da primeira edição, não foi publicada como parte integrante da Revista Brasileira de Geografia. A partir desse número, o Boletim da AGB passou a ser publicado pela própria associação e em formato específico e próprio. Nas palavras da pequena apresentação do Boletim, a direção da AGB, assim anuncia

“Com o presente, inicia a A.G.B. a sua publicação em caráter autônomo, afim de melhor atender aos objetivos que a levaram à criação deste pequeno espelho de suas atividades sociais e culturais.

Ao entregá-lo aos seus associados, a Diretoria da A.G.B. cumpre o grato dever de agradecer o apoio recebido, até aqui, por parte do Conselho Nacional de Geografia, bem como espera corresponder à confiança nela depositada pelos prezados consócios"

**Figura 16**



Esse segundo número do Boletim foi publicado com um total de vinte páginas e dividido da seguinte forma: *Apresentação; Atividades Sociais; Atividades Culturais; Informações do Núcleo Curitiba.* Na primeira seção, a Diretoria da associação apresenta as razões da publicação do Boletim no então formato e do caráter autônomo assumido. Na segunda seção é informada a

eleição dos novos dirigentes da AGB, da inclusão de novos associados, onde se destacam Nice Lecocq, Dirceu Lino de Matos e José Ribeiro de Araújo Filho. Na terceira seção são apresentadas as atividades realizadas pela AGB no período entre 24 de março e 17 de novembro de 1941. Na última seção, o Boletim apresenta informações sobre o Núcleo de Curitiba da AGB, com destaque para a constituição de seu quadro social, as atividades desenvolvidas e para a eleição da primeira Diretoria, agora adaptada ao regulamento elaborado pela AGB, ficando assim constituída: Diretor – Dr. José Loureiro Fernandes; Secretário – Dr. Osvaldo Pilotto; Tesoureiro – Dr. Osvaldo Lacerda.

O Boletim de número 5<sup>58</sup>, editado em novembro de 1944, foi o último dessa pequena série da então principal publicação da AGB. A apresentação desse número registra algumas informações para entendermos não só a importância da publicação para a AGB, como também as dificuldades encontradas (e que não eram poucas), para a garantia da existência e periodicidade do Boletim.

"O número 5 do Boletim reúne, como as anteriores, comunicações feitas nas sessões quinzenais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A publicação deste número tem significado especial, por duas razões:

1º. – Sai a lume ao completar a A.G.B. 10 anos de existência. Neste sentido é uma afirmação mais da vontade de prosseguir no trabalho geográfico;

2º. – pela primeira vez são publicados 2 números no espaço de um ano, tendo sido também aumentada a tiragem, para 1.000 exemplares. Pretendemos publicar nos anos vindouros, a exemplo do que foi feito em 1944, um número em Maio e outro em Novembro.

Lutando a Associação dos Geógrafos Brasileiros, como todas as sociedades não oficiais que trabalham desinteressadamente no terreno científico, com carência de recursos para manter publicações, só o apoio decidido e sobremodo honroso para o nosso grupo de estudiosos, do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, tem assegurado a manutenção deste Boletim. (...)" (AGB,1944:1)

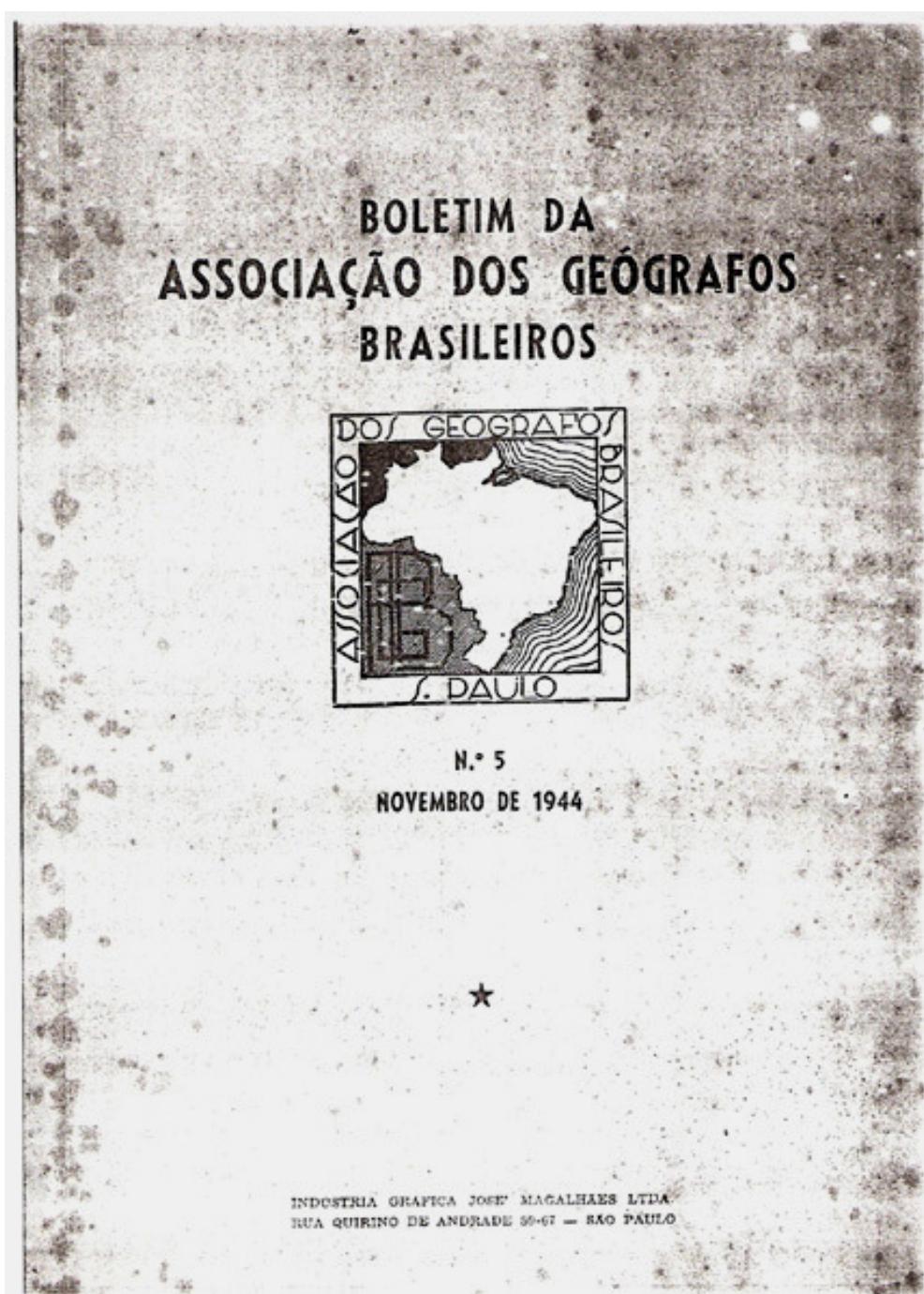
Apesar do conteúdo (textos e noticiários) para publicação saírem do próprio espaço da AGB, ou seja, o resultado e informações das comunicações feitas em suas reuniões quinzenais, a transformação desse material em um Boletim sempre demandou muito trabalho e enfrentou grandes dificuldades. As dificuldades eram geradas principalmente pela falta de recursos financeiros, mas

---

<sup>58</sup> Não foi possível localizar os Boletins da AGB de números 3 e 4.

também somava-se a isso, a pouca experiência de uma associação que acabava de completar 10 anos de existência. A alternativa para a publicação de seus Boletins sempre foi a da realização de parcerias com as instituições das quais se encontrava próxima. Se num primeiro momento foi o IBGE, através da Revista Brasileira de Geografia (editando o número 1 do Boletim), num momento seguinte a parceria é com a universidade, que colabora com a publicação dos demais números.

**Figura 17**



## **2.2**

### **As Novas Publicações da AGB: ampliando a divulgação da produção acadêmica da emergente geografia brasileira**

A AGB, que na metade da década de 1930 havia publicado a *Revista Geografia*, que mesmo sendo bastante efêmera (durou apenas 2 anos), ocupou importante lugar na história da Associação e da Geografia universitária brasileira em seus primeiros anos de vida, e o Boletim da AGB, em sua segunda fase, no período entre 1941 e 1944 (5 números); agora dá um salto de qualidade e de quantidade com a criação dos Anais da AGB, em 1945 e com a publicação dos Boletins que vão surgindo nas Seções Regionais. Em 1948, Seção Regional do Rio de Janeiro lançou o *Boletim da Seção Regional*, e que depois em 1949, passou a se chamar *Boletim Carioca de Geografia*. Em 1949, a Seção Regional de São Paulo, lançaria o primeiro número do *Boletim Paulista de Geografia*. As Seções Regionais de Minas Gerais e do Paraná criaram os *Boletins Mineiro e Paranaense de Geografia*, respectivamente em 1957 e 1960. O Núcleo de Salvador, da Seção Regional do Rio de Janeiro, cria em 1960 o *Boletim Baiano de Geografia*. Juntos esses Boletins ocuparam importante papel na disseminação do pensamento geográfico no Brasil.

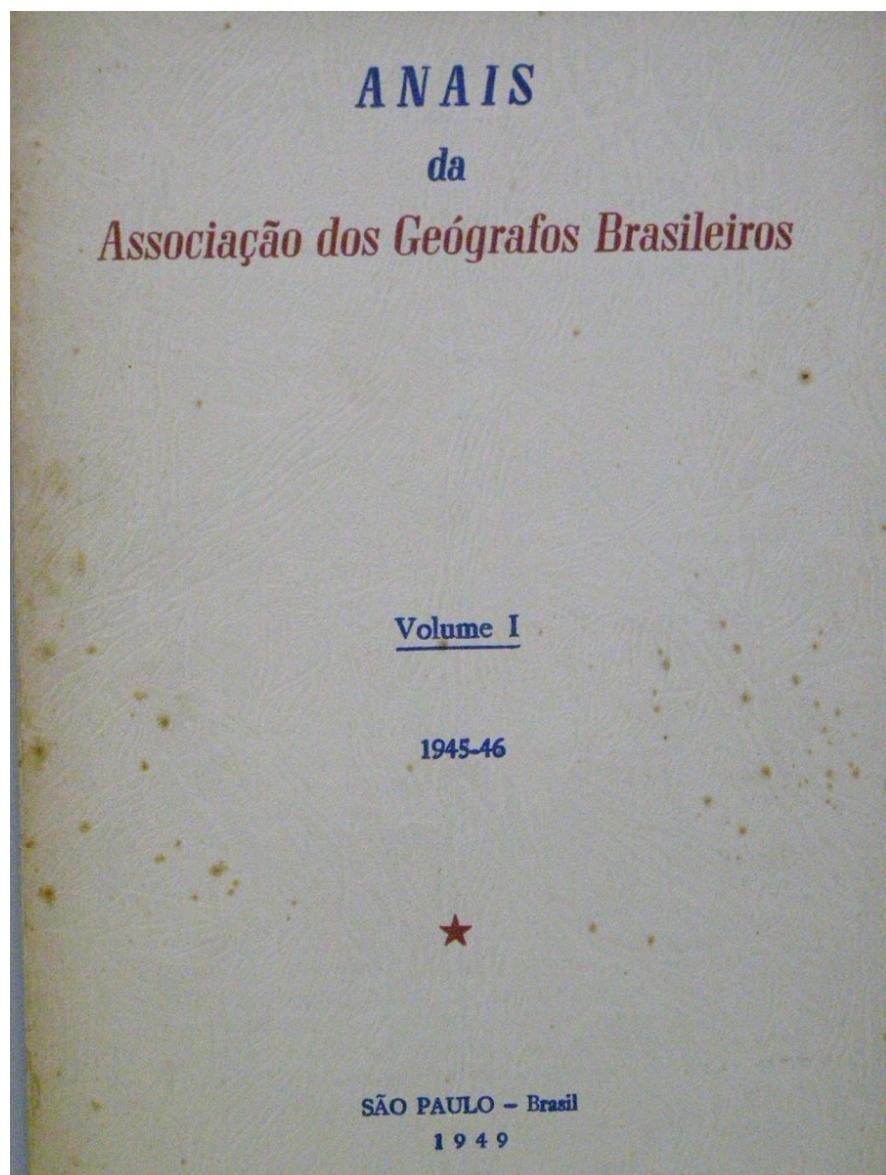
#### **2.2.1**

##### **Os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**

Com o fim do Boletim da AGB e com a Reforma Estatutária realizada em 1945, que instituiu a realização de Assembléias Gerais Ordinárias anualmente, surge a publicação intitulada *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, assim definida novos estatutos da entidade:

*"Art. 24 – Haverá uma publicação periódica da Associação, que terá o título de Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros"*

**Figura 18**



Publicada pela Diretoria Nacional da entidade, trás no seu interior as teses apresentadas e aprovadas<sup>59</sup> nas reuniões, as comunicações, os simpósios e os relatórios dos trabalhos de campo realizados no local da assembléia e arredores; além de um *noticiário* da assembléia realizada e um *relatório* das atividades acontecidas nas seções regionais e núcleos municipais no ano da reunião da associação. Por longos anos foi a única publicação sob responsabilidade da Diretoria Nacional.

<sup>59</sup> As Teses/Estudos, Comunicações Orais ou Comunicações em Simpósios, apresentadas durante as Assembléias Gerais Ordinárias da AGB, apenas eram publicadas nos Anais se tivessem, por parte do respectivo parecerista (no caso das teses) e dos sócios efetivos presentes às sessões para esse fim, a aprovação e indicação para publicação.

Os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros continham as produções dos principais geógrafos brasileiros que participavam das Assembléias Gerais Ordinárias que a entidade realizava a cada ano, de 1946 a 1969. Após 1970, com a reforma estatutária realizada nesse ano, e que instituiu a realização a partir de 1972 dos Encontros Nacionais de Geógrafos, os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, mudaram de forma e passaram a não mais ser a publicação da Assembléia Geral da Associação, mas sim a publicação do Encontro Nacional de Geógrafos e que continham as informações e decisões da assembléia que ocorria em seu interior.

Durante as três primeiras edições dos Anais da AGB, foi publicado para cada um deles, um único volume dos Anais. A partir do Volume IV e permanecendo até o volume XI, foram publicados para cada assembléia dois volumes dos Anais – o Tomo I, englobando o noticiário e os trabalhos aprovados nessa reunião anual (*Estudos, Comunicações e Simpósios*), e o Tomo II, que trazia os *Relatórios das pesquisas* de campo realizados nos locais da assembléia. A partir do volume XII, correspondendo a XIV Assembléia Geral Ordinária, a AGB passou a publicar somente o volume único dos Anais, que continha as teses e comunicações apresentadas e aprovadas para tal, deixando os relatórios dos trabalhos de campo para uma publicação denominada de *avulso*. A professora Dora do Amarante Romariz, então Diretora dos Anais da AGB, na apresentação do XII Volume dos Anais da AGB, justifica assim a mudança no modelo de publicação.

"Acontece, porém, que a demora com que vários chefes de equipe entregam os seus relatórios, acarretava sensível prejuízo, não só à Associação (que não podia divulgar o resultado das pesquisas que se comprometera realizar) como também àqueles chefes de equipe que, tendo cumprido com sua obrigação, precisavam esperar, às vezes anos, que fosse completado o material necessário ao volume, para ver, então, publicado o seu trabalho.

Decidiu assim o Conselho Diretor da AGB, que fosse criada uma nova publicação que, denominada "Avulso", desse pronta divulgação aos relatórios entregues, passando então constar dos ANAIS, apenas a matéria que constituía o Tomo I." (AGB, 1960:1)

Os Anais representavam, junto com a Revista Brasileira de Geografia, as publicações de maior relevância dentro do cenário da Geografia brasileira de então.

Ao longo de mais de vinte anos de existência, foram publicados 16 volumes dos Anais, 6 volumes contendo os relatórios das pesquisas de campo, 6 avulsos (relatório dos trabalhos de campo), e um volume com os resumos das teses e comunicações, e outro com o guia das excursões realizadas no II Congresso Brasileiros de Geógrafos (Rio de Janeiro - 1965). Nas tabelas<sup>60</sup> a seguir, encontraremos as teses (estudos), comunicações e simpósios e seus respectivos autores, e que foram publicadas nos volumes dos Anais da AGB, correspondendo as assembléias anuais realizadas pela associação.

**Tabela 8**

**Anais da II AGO - 1946**

<b>Estudos</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
O município de Ituiutaba	Speridião Faissol
Notas sobre o Rio Tiete na Região de Itu e Salto	Antônio Rocha Penteado
A Vila de Icapara	Nice Lecocq Muller
O Vale do Paraíba	Antônio Teixeira Guerra
O Bairro da Lapa	Aroldo de Azevedo
Pequenas notícias de uma excursão a Angra dos Reis	Pedro Geiger
A Divisão Regional do Brasil / A Divisão Regional do Estado de São Paulo	Sessão Plenária

**Anais da III AGO - 1947**

<b>Estudos</b>		
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>	<b>Parecerista / modalidade</b>
A Vegetação e o Uso da Terra no Planalto Central	Leo Heinrich Waibel	Comunicação Oral
Alguns Aspectos do Relevo no Planalto Central Brasileiro	Francis Ruellan	Comunicação Oral
Geomorfologia da Região do Jaguaraquá, em São Paulo	Aziz Nacib Ab'Saber	Orlando Valverde
Paísagens Rurais no Município de Campinas	Nice Lecocq Muller	Comunicação Oral

**Anais da IV AGO - 1948**

<b>Estudos</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
Contribuição à Geomorfologia da Região Oriental de Santa Catarina	Fernando F. M. Almeida
Os seis fatores da formação dos solos	José Setzer
Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia	Ely Goulart Pereira de Araújo
Vigilengas do Baixo-Amazonas	Antonio Rocha Penteado
O caiçara na região de Itanhaém	José Ribeiro de Araújo Filho
Contribuição ao estudo da vinha no Estado de São Paulo - região de São Roque	Dirceu Lino de Mattos
O Planalto Brasileiro e os problemas da classificação de suas formas de relevo	Aroldo de Azevedo
O Sudoeste Goiano	Aziz Nacib Ab'Saber e Miguel Costa Júnior

<sup>60</sup> As tabelas foram por nós organizadas a partir das informações coletadas nos sumários dos Anais da AGB e nas atas das assembléias, publicados no período entre 1946 e 1964.

### Anais da V AGO - 1950

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
Variações do nível do mar ao longo do litoral da África Ocidental	Antônio Teixeira Guerra	Ruy Osório de Freitas
Vegetación halófila de la costa uruguaya	Jorge Chebataroff	João Dias da Silveira
Aspectos da vegetação de Diamantina	Dora do Amarante Romariz	João Dias da Silveira
Notas sobre a cidade de Diamantina e seus habitantes	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes	Octavio Barbosa
A cultura da banana na Baixada de Itanhaém	José Ribeiro de Araújo Filho	Maria da Conceição Vicente de Carvalho
As chácaras paulistanas	Alice Piper Canabrava	Lucio de Castro Soares
Contribuição ao estudo das feiras de gado - Feira de Santana e Arcoverde	Ney Strauch	Lucio de Castro Soares
Bases geológicas del relieve uruguayo	Alberto Pochintesta	Octavio Barbosa

### Anais da VI AGO - 1951

Estudos	
Tema	Autor
Notas sobre alguns sambaquis e terraços do litoral de Laguna (Santa Catarina)	Antônio Teixeira Guerra
São Luiz do Maranhão (primeiros estudos)	Aroldo de Azevedo
A cidade de Olímpia (estudos de Geografia Urbana)	Ely Goulart Pereira de Araújo
Propriedades de japoneses na região de Cotia	Emília da Costa Nogueira e Francisca M. Nunes
A Região de Santa Isabel	Aziz Nacib Ab' Saber

### Anais da VII AGO - 1952

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
O estado atual dos solos do município de Itapecerica, SP	José Setzer	Jorge Chebataroff
Notas sobre formas aparentes de pequenas "cuestas" na Baixada Fluminense	Pedro Geiger	Jorge Chebataroff
A cidade de Cruzeiro - notas de geografia urbana	Nilo Bernardes	Nice Lecoc Muller
Aspectos da geografia urbana de Londrina	Neyde Prandini	Elza Coelho de Souza
O povoamento do Norte de Paraná	Salllete Magdalena Cambiaghi	Nilo Bernardes
Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí	Pasquale Petrone	Pedro Geiger
Regiones naturales de Rio Grande del Sur y del Uruguay	Jorge Chebataroff	José Setzer
Paisagens do Rio Grande do Sul (impressões de viagem)	Aroldo de Azevedo	Nilo Bernardes

### Anais da VIII AGO - 1953

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
Esquema general de la evolución de las costas platenses	Jorge Chebataroff	Francis Ruellan
A Serra Negra, uma relíquia geomórfica e higrófita nos tabuleiros pernambucanos	Gilberto Osório de Andrade	Aziz Nacib Saber
A Serra Negra, uma "ilha" da caatinga	Mário Lacerda de Melo	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes
Contribuição à geografia carioca: notas sobre a geografia do bairro Laranjeiras	Ruth Matos Almeida Simões	Ary França
Cruz das Almas e Arapiraca, duas zonas produtoras de fumo (estudos preliminares)	Miguel Alves de Lima	Aroldo de Azevedo

### Anais da IX AGO - 1954

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
Contribuição à geomorfologia do litoral paulista	Aziz Nacib Ab Saber	Francis Ruellan
Os tipos de vegetação do Brasil (elementos para uma classificação fisionômica)	Edgar Kuhlmann	Jorge Chebataroff
O uso da terra no leste da Paraíba	Orlando Valverde	Dirceu Lino de Mattos
Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense	Pedro Geiger e Ruth L. Santos	Renato Silveira Mendes
Possibilidades de povoamento na Bacia do São Francisco	Ruth Lopes da Cruz Magnanini	José Ribeiro de Araujo Filho
Observações relativas ao minério de ferro e à siderurgia no planalto de Minas Gerais	Ney Strauch	Octávio Barbosa
Contribuição ao estudo da Campanha Gaúcha	Miguel Alves de Lima	Antônio Rocha Penteado

### Anais da X AGO - 1955

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
Os mais recentes níveis gládio-eustáticos na costa pernambucana	Gilberto Osório de Andrade	Miguel Alves de Lima
O regime fluvial do Tietê na região de São Paulo	Eline de Oliveira Santos	Gilberto Osório de Andrade
Um exemplo de levantamento linear aplicado à geografia	João Soukup	Gilberto Osório de Andrade
Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva)	Aroldo de Azevedo	José Veríssimo da Costa Pereira
A Colonização nos arredores de Curitiba	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes	Ary França
Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo	José Ribeiro de Araújo Filho	Tabajara Pedroso
Contribuição ao estudo da região suburbana de São Paulo	Antônio Rocha Penteado	Dora do Amarante Romariz
Os fatores da industrialização de São Paulo	Dirceu Lino de Mattos	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes
Contribuição ao estudo do Cabo Santo Agostinho	Walter Alberto Egler	Elina de Oliveira Santos
Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano	Milton de Almeida Santos	Odilon Nogueira de Matos

## Anais da XII AGO - 1957

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
A Superfície de Aplainamento Pilocênica do Nordeste do Brasil	Gilberto Osório de Andrade	Mário Lacerda de Melo
O Bordo Oriental da Borborema na Área de Vitória de Santo Antão	Manoel Correia de Andrade	Nilo Bernardes
O Crescimento Recente da Cidade de Salvador	Ana Dias da Silva Carvalho	Odilon Nogueira de Matos
As Indústrias da Cidade de Salvador (distribuição geográfica)	Milton Santos e Ana Dias da Silva Carvalho	Tabajara Pedroso
Ituberá, Porto Cacauzeiro Rejuvenescido pela Indústria	Milton Santos	Ely Goulart Pereira de Araújo
Simpósio		
O "Habitat" Rural no Brasil (presidência: Nilo Bernardes)		
Tema	Autor	
Contribuição para uma discussão sobre problemas de "habitat" rural no Brasil	Nilo Bernardes	
Estado atual do conhecimento sobre "habitat" rural no Brasil	Elza Coelho de Souza Keller	
Considerações sobre o estudo do "habitat" rural no Brasil	Michel Tabuteau	
Apontamentos sobre o "habitat" rural no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo)	Nice Lecocq Muller	
Aspectos do "habitat" rural no Nordeste do Brasil	Mário Lacerda de Melo	
Fisionomia do "habitat" rural no baixo Ceará-Mirim	Mário Lacerda de Melo	
Um tipo de "habitat" rural do litoral paranaense	Lúcio de Castro Soares	
Resultado dos Debates	Nilo Bernardes	

## Anais da XIII AGO - 1958

Estudos		
Tema	Autor	Parecerista
O recife anular das rocas (um registro de recentes variações eustáticas no atlântico equatorial)	Gilberto Osório de Andrade	Antônio Rocha Penteado
Contribuição à geologia da região sul da série Açungui (estado do Paraná)	João José Bigarella e Riad Salamuni	Nilo Bernardes
Praderas de la América del Sur Templada	Jorge Chebataroff	Aziz Nacib Ab'Saber
Acción recíproca entre el viento y los vegetales	Jorge Chebataroff	Gilberto Osório de Andrade
Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes	Nice Lecocq Muller
Contribuição à Geografia urbana de Mogi das Cruzes	José Domingos Tirico	Mario Lacerda de Melo
Aspectos da atividade pesqueira em Pernambuco	Hilton Sette	Ely Goulart Pereira de Araújo
Ocupação humana no Baixo Cassiporé	Nilo Bernardes	José Ribeiro de Araújo Filho
Caracterização da sub-região da "Mata Seca" em Pernambuco	Manoel Correia de Andrade	Dora do Amarante Romariz
Aspectos geográficos de la región litoral platense uruguaya y su relación com el turismo	Gladys Mirta Lima Ipar	Aziz Nacib Ab'Saber

### Anais da XIV AGO - 1959

Estudos	
Tema	Autor
Problemas morfológicos da área drenada do rio Jiquiá e Coruripe, nas Alagoas	Manuel Correia de Andrade
Tipos de floresta de Pernambuco	Dárdano de Andrade Lima
Função do serviço rodoviário em aglomerados sertanejos de Pernambuco	Rachel Caldas Lins
<b>Simpósio (presidente: Mário Lacerda de Melo)</b>	
<b>O "Habitat" Urbano no Brasil: Problemas do Estudo das Metrópoles</b>	
Tema	Autor
Os problemas do estudo das metrópoles brasileiras	Mário Lacerda de Melo
Geografia das metrópoles brasileiras. Os estudos existentes: seus caracteres e sua orientação	Aroldo de Azevedo
Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil	Pasquale Petrone
Relação entre a população e a produção industrial das cidades brasileiras	Pedro Pinchas Geiger
Divisões principais e limites externos do Grande Rio de Janeiro	Maria Terezinha de Segadas Soares
A área suburbana de São Paulo e sua caracterização	Antonio Rocha Penteado
Quadro sumário da nomenclatura das zonas urbanas	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes

### Anais da XV AGO - 1960

Estudos		
Tema	Autor	
Notas para a fitogeografia de Mossoró, Grossos e Areia Branca	Dárdano de Andrade Lima	
Diferentes combinações do meio natural na zona da mata nordestina (introdução ao estudo da variação dos fatores naturais na agro-indústria do açúcar	Rachel Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade	
A cultura do sorgo na várzea do Açu	Terezinha Alves de Melo	
Distribuição dos serviços comerciais no Estado de Pernambuco (ensaio metodológico para um estudo dos serviços no Brasil)	Michel Rochefort	
<b>Simpósio</b>		
<b>Aspectos Geográficos do problema Agrário Brasileiro, Especialmente no Nordeste</b>		
Temas	Autor	
Apresentação	Manuel Correia de Andrade	
A geografia agrária como ramos da geografia econômica	Orlando Valverde	
Interesse de um estudo de orçamentos para a geografia agrária	Michel Rochefort	
Significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales de Paul no Rio Grande do Norte	Bertha K. Becker	apresentado por Nilo Bernardes
A propriedade rural no vale médio do Paraguaçu	Milton Santos	
A irrigação no sertão pernambucano: sua influência na economia regional	Humberto Carneiro	
As migrações internas e as influências da estrutura fundiária como condicionante do fenômeno, no Nordeste	José Francisco de Camargo	apresentado por José Ribeiro Araújo Filho
O Recôncavo açucareiro da Bahia	Norma Ramos de Freitas	apresentado por Ana Dias de Carvalho
Conclusões Gerais	Manuel Correia de Andrade	

<b>Comunicações</b>		
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>	
Posições das superfícies aplainadas no Nordeste	Aziz Nacib Ab' Saber	
Local Climate and city climate	Takeski John Sekiguti	
A importância da cartografia para o geógrafo	João Soukup	apresentada por João Ribeiro Araújo Filho
Pium - japonês no Rio Grande do Norte	Antônio Campos e Silva	
Aspectos geográficos da comercialização do cacau na Bahia	Antônio Dias Erdens e Milton Santos	apresentada por Milton Santos
As chuvas e o escoamento na bacia do Paraguassú - enchentes de 1960	Nilda Guerra de Macedo e Dorcas Ferreira Chagas	apresentada por Teresa Cardoso da Silva
Indústria e consequências urbanas em Brusque, Santa Catarina	Armem Mamigonian	
Uma nova denominação para a região semi-árida do Nordeste	Tertius Rosado Maia	apresentada por João Batista Cascudo Rodrigues
Pela rápida aplicação da lei de irrigação no Nordeste: prioridade para a perenização do rio Açu	Luiz Maranhão e Severino de Oliveira	apresentada por Luiz Maranhão

### **Anais da XVI AGO - 1961**

<b>Estudos</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
A vegetação da faixa costeira sul-riograndense	Irmão Juvêncio
Pescadores das ilhas da Guanabara	Haidine da Silva Barros
Contribuição ao estudo geográfico de um setor hortícola do município de Teresópolis	Aluizio Capdeville Duarte
Uma sistemática para a análise das encostas	Arthur Barthelmess e Heloisa Barthelmess
<b>Simpósio</b>	
<b>Colonização e Valorização Regional</b>	<b>Presidência: Lysia Bernardes - Secretaria: Léa Goldenstein</b>
<b>Temas</b>	<b>Autor</b>
Geografia e Colonização	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes
La Contribution de la colonisation allemande à la mise en valeur du Rio Grande do Sul	Jean Roche (Fac. De Letras da Univ. de Toulouse)
Contribuição da Colonização Italiana para o desenvolvimento agrícola do Brasil	Orlando Valverde
Notas sobre nucleos recentes de colonização nos campos gerais do Paraná	Altiva Pilatti Balhana
Experiência de colonização numa área tropical: a Baixada do Ribeira	Pasquale Petrone
Colonização e utilização da terra no território do Amapá	Nilo Bernardes (apresentado por Nice Licocq Muller)
Criação de colônias agrícolas nos arredores de Salvador	Antônia Décia Erdens
Colônia leiteira de Boqueirão	Sônia Esmeralda Cerqueira Bremer e Helena da Gama Lobo D'Eça
<b>Comunicações</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
O conglomerado do baixo pirapama: um caso de depósito coluvial de blocos elaborados por decomposição sub-aérea	Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins
A Gruta de Itambé e suas relações com o relevo de cuestas	Aldo Anhezini

Métodos de trabalho nos estudos de Geografia Aplicada	Maria Alice dos Reis Araújo e José Bueno Conti
Salvador e a organização de seu espaço imediato	Anna Dias de Carvalho
Ensaio sobre a zona de influência de Belo Horizonte	Yves Leloup
Aspectos da pesca em Natal	Antônio Campos e Silva
Geografia Econômica do Nordeste Potiguar	Orlando Valverde, Myriam Guimarães Coelho Mesquita e Léa Scheinvar
O Ensino de Geografia nas Universidades dos Estados Unidos	Aroldo de Azevedo

## Anais da XVII AGO - 1962

Estudos	
Tema	Autor
O Porto de Paranaguá	José Cézar de Magalhães Filho (apresentada por Lysia Bernardes)
Município de Meridiano	Elisione Ract de Almeida e José Bueno Conti
Simpósio – Presidência de Orlando Valverde	
Geografia e Planejamento Regional	
Temas	Autor
Estudo crítico de planejamentos regionais no Nordeste	Salomão Serebrenick
Nordeste, planejamento e geografia	Mário Lacerda de Melo
Problemas da agricultura San-franciscana: zona do baixo curso	Bispo de Penedo (conferência)
Planejamento na SUDENE	Celso Furtado (conferência)
A contribuição do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais para os trabalhos de planejamento	Milton Santos
A Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia e os Estudos de Planejamento	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes
Cacheta, madeira para lápis, sua extração nas baixadas pantanosas do litoral meridional	Helena da Gama Lobo D' Eça
Comunicações	
Tema	Autor
Aracajú, síntese de geografia urbana	José Alexandre Diniz
Geomorfologia da região de Natal	Antônio Campos e Silva
Plataforma, suburbio ferroviário de Salvador	Walter Sarmento e Cléa de Oliveira
Um exemplo de reconstituição paleogeográfica através dos sedimentos grosseiros	Teresa Cardoso da Silva e Douracy Soares
Bairros rurais no município de Piracicaba	Nice Lecocq Muller
Implantação industrial no Brasil Sudeste	Salomão Turnowski
Juiz de Fora, estudo de um centro industrial	Ignez de Moraes Costa
Juiz de Fora, capital da Zona da Mata de Minas Gerais	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes
Um aspecto da análise pluviométrica no Estado de São Paulo: máximas em 24 horas	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro
Aspectos geográficos da função portuária de Porto Epitácio, tendo em vista a indústria predatória da madeira	Alvanir de Figueiredo
Ocorrências de paleo-pavimentos detriticos no Rio Grande do Sul	Aziz Nacib Ab'Saber

## Anais da XIX AGO - 1964

<b>Estudos</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
Organização Urbana do Estado de São Paulo, analisada pela circulação de ônibus inter-municipais	Juergen Richard Langenbuch
<b>Simpósio – Coordenador Orlando Valverde</b>	
<b>"Problemas de Classificação do Uso da Terra"</b>	
<b>Temas</b>	<b>Autor</b>
A Contribuição dos Estudos do Uso da Terra para a Geografia Agrária	Orlando Valverde
Estrutura Agrária e Condições morfo-clímato-edáficas	Dirceu Lino de Matos
Contribuição metodológica aos estudos de uso da terra	Elza Coelho de Souza Keller
A utilização da terra em duas áreas serranas do Nordeste	Aluizio Capdeville Duarte
Colonização e uso da terra na Região de Bragantina do Pará	Antônio Rocha Penteado
O estudo atual dos solos no Estado de São Paulo	Guido Ranzani
<b>Comunicações</b>	
<b>Tema</b>	<b>Autor</b>
Evolução recente da paisagem no Nordeste	Kempton Webb
Geografia Rural, Geografia Agrária e Contabilidade Agrícola	Alfredo Zinck
Pesquisa Direta como método para estudo geográfico das grandes correntes de tráfego no Estado da Bahia	Joaquim Júlio de Oliveira
A medida da hierarquia urbana nos países subdesenvolvidos	Milton Santos (apresentada por Sylvio Bandeira de Melo)
Considerações sobre a estratigrafia dos sedimentos cenozóicos em Pernambuco	Gilberto Ozório de Andrade e João José Bigarella
A metodologia da Geografia Industrial	Armém Mamigonian
Características fundamentais do clima de Santos e o problema de sua classificação	Elina de Oliveira Santos
Contribuição ao estudo da hinterlândia de Aracajú	Roberto Lobato Azevedo Correa
As indústrias no Estado da Bahia através do Censo de 1960	Walney Morares Sarmento

### **2.3.2 Os Boletins das Seções Regionais**

Com a criação das Seções Regionais, que na verdade representavam uma espécie de “escola” de Geografia nesses locais do Brasil, com a presença sempre marcante da universidade e seu curso formador, era muito “natural” que surgissem espaços de publicação das pesquisas e trabalhos produzidos nesses lugares, e que foram, inclusive, determinantes para a criação dessas seções regionais e, em momento posterior, para a “elevação” dos núcleos municipais a condição também de seções regionais. Nesse contexto de movimento, surgiram os boletins, Carioca, Paulista, Baiano, Mineiro e Paranaense.

### **2.2.2 O Boletim Carioca de Geografia**

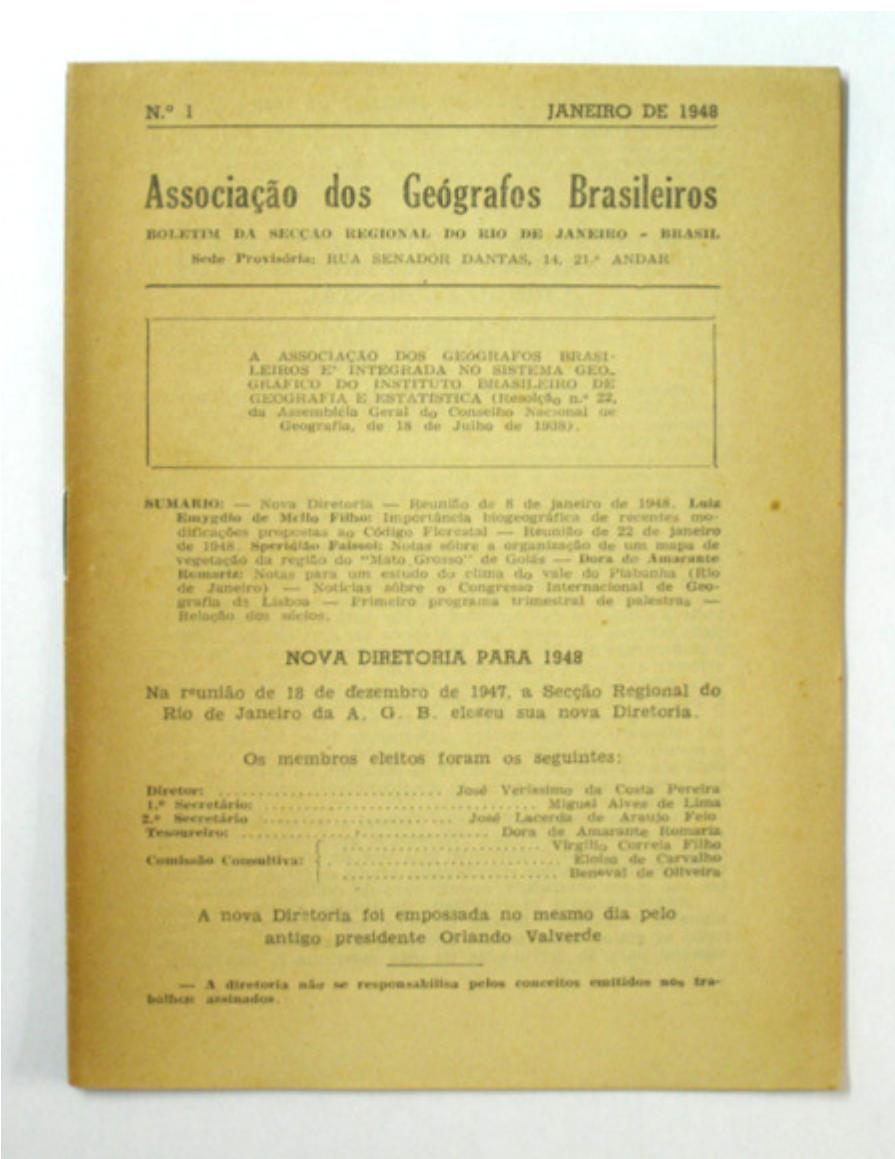
Editado pela primeira vez em 1948, com o nome de Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro, o Boletim Carioca (ganhou esse nome já em 1950), tem uma história de existência que vai até o ano de 1982<sup>61</sup>.

O Boletim Carioca de Geografia<sup>62</sup>, foi a primeira publicação de uma Seção Regional da AGB. Ao longo de sua existência publicou artigos de toda a ordem. No entanto, tal como os outros boletins das demais seções regionais que foram sendo criados, publicou em sua maior parte produção dos principais associados de sua área de influência, ou seja, eram os geógrafos do Rio de Janeiro associados à AGB que ocuparam a maior parte do que aparece em suas páginas.

<sup>61</sup> No ano de 1982, é publicado o último número do Boletim Carioca de Geografia. Com a reforma estatutária ocorrida em 1979, a agora Seção Local Rio de Janeiro, vai finalizar a publicação do Boletim. Para a Seção não se trata apenas de uma mudança de nome, uma vez que a publicação passa a se chamar “Espaço e Sociedade”, mas, sobretudo uma mudança de concepção no projeto da publicação. A mudança do nome significava uma oportunidade de deixar para traz o passado e tudo o que ele representava na AGB e para a Geografia brasileira e assim dar lugar as novas formas de expressão que ganharam força no final da década de 1970.

<sup>62</sup> Estaremos chamando de Boletim Carioca a publicação da Seção Regional do Rio de Janeiro desde 1948, incorporando assim, o período do Boletim da Seção do Rio de Janeiro.

**Figura 19**

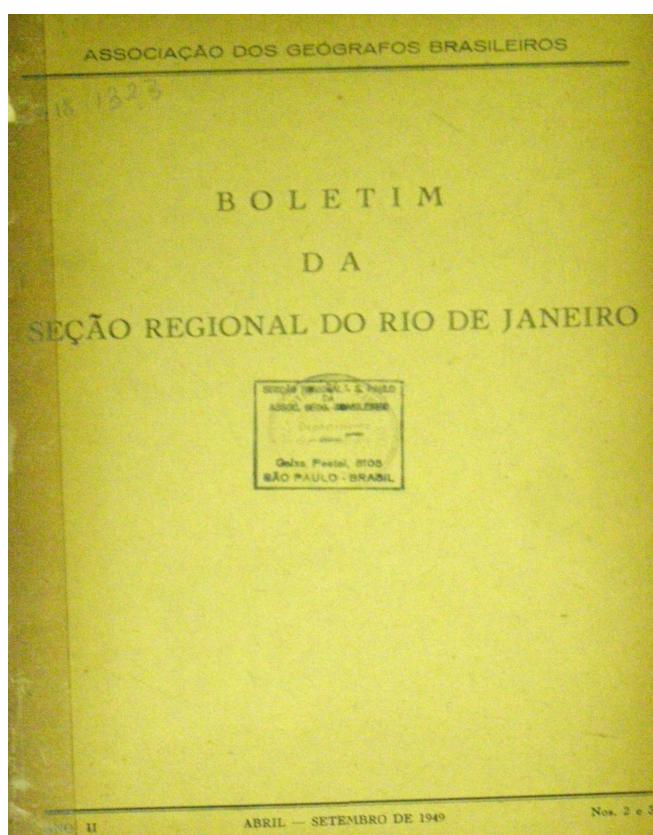


O Boletim nasce com a ousada proposta de ser bimestral. No entanto, já partir de 1949 o Boletim passa a ser trimestral. O primeiro número, publicado em janeiro de 1948, ainda no seu primeiro formato, pequeno, trazia no seu interior três artigos: *Notas para um estudo do clima do Vale do Piabanga (Rio de Janeiro)*, de autoria de **Dora do Amarante Romariz**; *Notas sobre a organização de um mapa de vegetação da região do "Mato Grosso" de Goiás*, de autoria de **Speridião Faissol**; e *Importância biogeográfica de recentes modificações propostas ao Código Florestal*, de autoria de **Luiz Emygdio de Mello Filho**; noticiário da seção e do Congresso Internacional; além da lista de sócios da seção e da composição da nova Diretoria. Com esse primeiro formato – padrão gráfico e periodicidade, foram publicados seis (6) edições no ano de 1948. Os

números 5 e 6 (setembro e novembro de 1948), são publicados numa única edição e trazem no seu expediente pela primeira vez uma composição de Comissão do Boletim, composta pelos professores Alfredo José Porto Domingues, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Nilo Bernardes e Elza Coelho de Souza; e a figura de um Redator-Secretário, que era o professor Speridião Faissol.

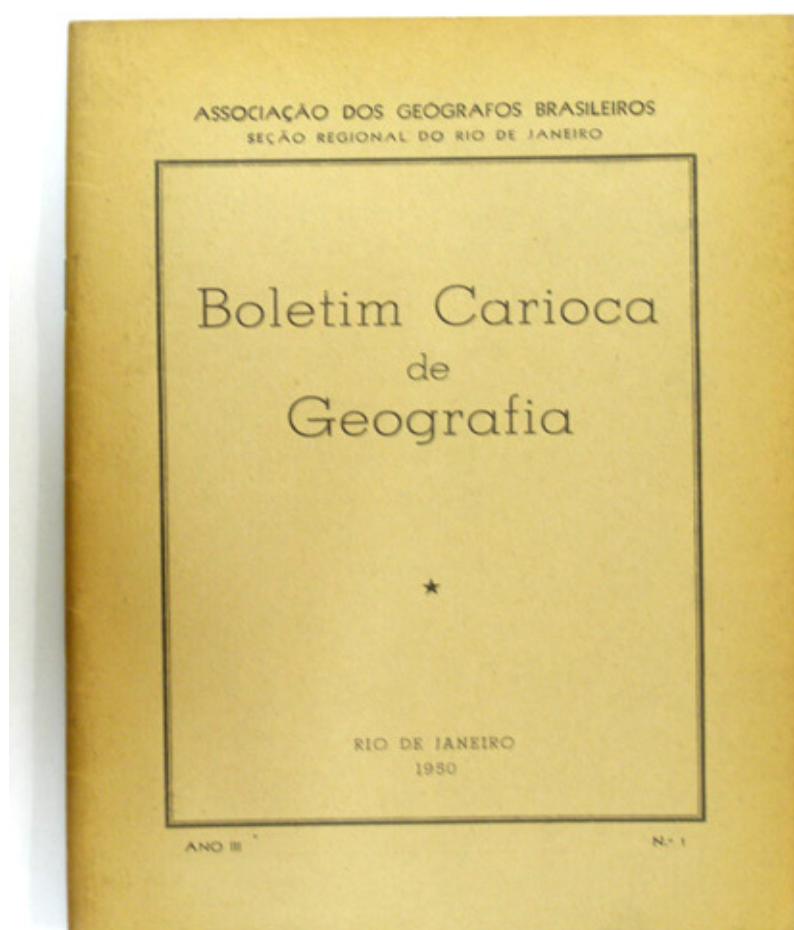
No ano de 1949, o Boletim, ainda com o nome de Seção Regional, ganha novo formato, agora um pouco maior (formato esse que vai durar até a sua extinção), e uma nova composição da Comissão responsável pela sua publicação - Lucio de Castro Soares assume a função de Redator-Secretário, e os professores Ney Strauch e Edgard Kuhlmann assumem os lugares de Nilo Bernardes e Alfredo José Porto Domingues, publicou quatro (4) números. Nesse mesmo ano, a Seção do Rio de Janeiro, por intermédio de seu Conselho Diretor, definiu as normas e procedimentos para publicação no Boletim, através do documento intitulado "Regulamento do Boletim" - um conjunto de regras dispostas em 16 artigos, que agrupados em quatro capítulos (Do Boletim, Do Redator-Secretário, Da Comissão do Boletim e Das Disposições Finais e Transitórias), regulavam a publicação, desde sua concepção até sua tiragem.

**Figura 20**



Em 1950, o Boletim, já em seu terceiro ano de existência, ganha o nome que o vai fazer ficar conhecido – Boletim Carioca de Geografia - nome esse que vai levar até 1982, quando é extinto. A primeira edição de 1950, tem como Redator-Secretário a professora Elza Coelho de Souza, e na Comissão os professores Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Antônio Teixeira Guerra e Ruth B. Lopes da Cruz. A nova estrutura desse boletim vai apresentar a seguinte composição: resumo das comunicações (textos das apresentações durante as reuniões da seção), contribuições (que eram textos mais densos, semelhante aos artigos), comentário bibliográfico, noticiário e atividades da seção regional. Essa estrutura de organização do conteúdo do boletim prosseguiu até 1957, quando foi introduzida uma interessante seção intitulada "*aspectos da geografia carioca*", que apresentava sempre um artigo sobre a cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 21**



O Boletim Carioca foi até o ano de 1962 publicado sempre muito bem acabado, diagramação especial e papel de ótima qualidade, fruto de trabalho profissional e financiamento do IBGE e, algumas vezes somado a patrocínio advindo de publicidade em suas páginas. A partir do volume XVI, publicado em 1964, passou a ter, por motivos financeiros, uma diagramação e uma impressão mais simples, conforme observação presente nesse número.

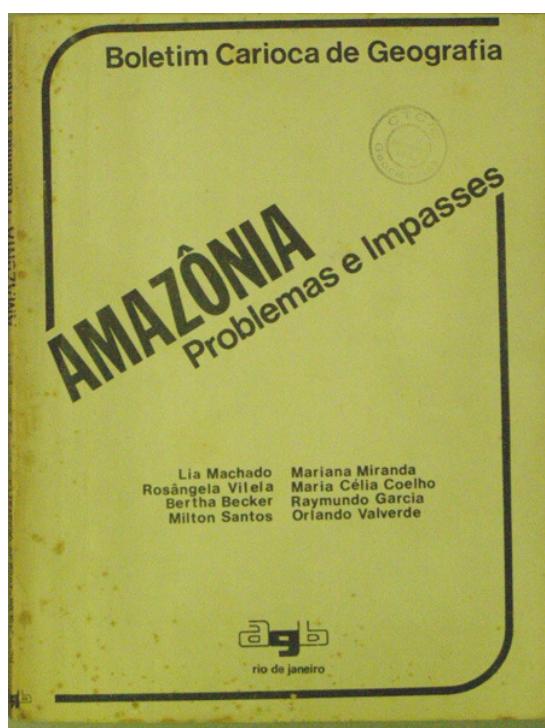
"Por motivos de ordem financeira e numa tentativa de atualizar o BOLETIM CARIOCA DE GEOGRAFIA, a Diretoria da SRRJ houve por bem publicar, em um mesmo número, a matéria referente a DOIS anos.

Pelos mesmos motivos, o Boletim será apresentado, temporariamente, dentro de padrões de impressão mais modestos" (BCG, 1964)

Essa impressão em padrões mais modestos vai durar até o início da década de 1970, quando o Boletim vai recuperar, em parte, a qualidade de sua diagramação, impressão e publicação.

O último Boletim Carioca publicado no ano de 1982, correspondendo ao 32º ano de sua existência, foi seu primeiro número temático, onde foi destaque "Amazônia: problemas e impasses". Nesse número é possível encontrar artigos de autoria de Lia Osório Machado, Milton Santos, Orlando Valverde e Bertha Becker, entre outros.

**Figura 22**



**Tabela 9**  
**Boletim Carioca de Geografia (1948-1971)**

AUTOR	TÍTULO	Nº	ANO	VOL
Dora de Amarante Romariz	Notas para um estudo do clima do Vale do Piabanha (Rio de Janeiro)	1	1948	I
Speridião Faissol	Notas sobre a organização de um mapa de vegetação da região do "Mato Grosso" de Goiás	1	1948	I
Luiz Emygdio de Mello Filho	Importância biogeográfica de recentes modificações propostas ao Código Florestal	1	1948	I
Lucio de Castro Soares	Função Regional de Formosa	2	1948	I
Alfredo J. P. Domingues	Regiao Centro-Oeste da Bahia	3	1948	I
Beneval de Oliveira	Contribuição para o Estudo do Litoral do Município de Laguna	4	1948	I
Speridião Faissol	Uma Viagem ao Planalto Central	5 e 6	1948	I
Victor Peluso Jr	Duas Vilas no Estado de Santa Catarina	5 e 6	1948	I
Elza Coelho de Sousa	Aspectos Geográficos do Bas Languedoc: Região de Montpellier	5 e 6	1948	I
Pierre Gourou	O Problema Geográfico Chinês	5 e 6	1948	I
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Notas sobre o desenvolvimento da pesca no litoral do Rio de Janeiro	1	1949	II
Edgar Kuhlmann	A Flora do Distrito de Ibiti, município de Amparo (Moysés Kuhlmann e Eduardo Kuhn)	1	1949	II
Myriam Gomes Coelho Mesquita	A Região Econômica de Lyon	1	1949	II
Fábio de Macedo Soares Guimarães	Conceito de Geografia Regional e Terminologia das Divisões Geográficas	4	1949	II
Nilo Bernardes	Notas para o Estudo do Clima de Nova Friburgo	4	1949	II
Annette Ruellan	Geografia Médica e Colonização	4	1949	II
Lúcio de Castro Soares	Contribuição ao Estudo da Ocupação Humana do Território do Amapá	2 e 3	1949	II
Pedro Geiger	Os Alpes Franceses do Norte	2 e 3	1949	II
Carlos Borges Schmidt	Paisagens Rurais	2 e 3	1949	II
Dora de Amarante Romariz	A Comitiva Goiana e o Seu Modo de Vida	1	1950	III
Pedro Geiger	As Veredas e os Gerais na região do Rio Preto na Bahia (estudo de geografia humana)	1	1950	III
Jorge Chebataaroff	Origem das Praias do Uruguai	1	1950	III
Romualdo Ardissoni	Aspectos da Geografia das Cercas Argentinas	1	1950	III
Antônio Teixeira Guerra	Contribuição da Geomorfologia ao Estudo dos Sambaquis	4	1950	III
Elza Coelho de Sousa	Águas da Prata, uma Estância Mineral	4	1950	III
Ruth Bouchard Lopes da Cruz	Notas Sobre a Ocorrência do Caroá no Nordeste	4	1950	III
Daniel Faucher	Géographie Agraire	4	1950	III
Henry Pratt	L'homme Et Le Sol	4	1950	III
Annette Ruellan	Estudo Preliminar Sobre a Distribuição dos Índices Esplênicos e Parasitários da Malária no Estado	2 e 3	1950	III

	de Goiás em Relação com as Condições Geográficas			
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Notas Sobre a Cidade de Diamantina e seus Habitantes	2 e 3	1950	III
Reinhard Maack	Notas Preliminares Sobre Clima, Solos e Vegetação do Estado do Paraná	2 e 3	1950	III
Speridião Faissol	A Colonização no Estado de Goiás	2 e 3	1950	III
Antônio Teixeira Guerra	Litoral da África Ocidental	2 e 3	1950	III
João Gonçalves de Sousa	Custos de Produção e Preços de Venda dos Produtos Agrícolas do Distrito Federal	1	1951	IV
Moacir M. F. Silva	Sentido Geopolítico das Ligações Terrestres Rio de Janeiro-Salvador	1	1951	IV
Jorge Chebataroff	Epigenia do Arroio Maldonado na Serra Balena	1	1951	IV
Antônio Teixeira Guerra	A Noção de "Erosão" no Modelado do Relevo Terrestre	1	1951	IV
J. Fernando Carneiro	"Imigração e Colonização no Brasil"	2, 3 e 4	1951	IV
Walter Alberto Egler	Problemas Agrários do Brasil	2, 3 e 4	1951	IV
Dora de Amarante Romariz	Aspectos da Vegetação de Diamantina	2, 3 e 4	1951	IV
Francis Ruellan	Estudo Preliminar da Geomorfologia do Leste da Mantiqueira	2, 3 e 4	1951	IV
Jean Gottmann	"L'Amérique" Os Caracteres Originais do Novo Mundo	2, 3 e 4	1951	IV
James B. Vieira da Fonseca	O Ensino da Geografia	2, 3 e 4	1951	IV
Gottfried Pfeifer	"Posição do Brasil no Desenvolvimento Cultural-Geográfico do Novo Mundo"	1 e 2	1952	V
Ruth Mattos Almeida Simões	A Cultura da Agave no Brasil	1 e 2	1952	V
Nilo Bernardes	A Cidade de Cruzeiro - Notas de Geografia Urbana	1 e 2	1952	V
André Meynier	"Crítica da Nação de Monções"	1 e 2	1952	V
Heldio Xavier Lenz Cesar	Pralognan - La Vanoise	1 e 2	1952	V
Orlando Valverde	O Sistema de Roças e a Conservação dos Solos na Baixada Fluminense	3 e 4	1952	V
Pedro Pinchas Geiger	Notas sobre formas aparentes de pequenas "cuesta" na Baixada da Guanabara	3 e 4	1952	V
Lindalvo Bezerra dos Santos	Considerações sobre alguns problemas do Nordeste	3 e 4	1952	V
Orlando Valverde	O Sertão e as Serras - O Centro-Norte do Ceará - Estudo Geográfico para localização de uma missão rural	3 e 4	1952	V
André Cailleux	"Paris et l'agglomération parisienne" "La Géologie"	3 e 4	1952	V
João José Bigarella	Contribuição ao estudo da planície sedimentar da parte norte da Ilha de Santa Catarina"	1 e 2	1953	VI
Manuel Diegues Júnior	Bases Econômicas e Sociais na Formação das Alagoas	1 e 2	1953	VI
Walter Alberto Egler	Aspectos Georáficos da Cultura do Cacau na Bahia	1 e 2	1953	VI
Paul Veyret	Géographie de l'Elevage"	1 e 2	1953	VI

James B. Vieira da Fonseca	Interpretação dos Programas de Geografia para Curso Ginásial - Sugestões para o ensino	1 e 2	1953	VI
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Aplicação de Classificações Climáticas do Brasil	3 e 4	1953	VI
Preston E. James	"Trends in Brazilian Agricultural Development"	3 e 4	1953	VI
Francis Ruellan	Estudos Geomorfológicos na Zona Urbana do Rio de Janeiro	3 e 4	1953	VI
Orlando Valverde	Relatório Técnico da Excursão ao Rio Grande do Norte	3 e 4	1953	VI
Pedro Pinchas Geiger	A respeito de "Produtos valorizados"	3 e 4	1953	VI
José Veríssimo da Costa Pereira	Desenvolvimento e Fontes da Geografia no Brasil nos Séculos XVI e XVII	1 e 2	1954	VII
Pierre Monbeig	Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa	1 e 2	1954	VII
José Veríssimo da Costa Pereira	Desenvolvimento e Fontes da Geografia no Brasil durante o Séculos XVIII	3 e 4	1954	VII
Roberto Galvão	Aspectos Gerais de algumas Fazendas no Município de Amapá	3 e 4	1954	VII
Efrain Orbegoso Rodrigues	Considerações em torno da Terra e do Homem no Peru	3 e 4	1954	VII
Delnida Martinez Alonso	Notas para o Estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção de Piranema)	1 e 2	1955	VIII
Orlando Valverde	Reconhecimento Geográfico no Município de Pompéu, M.G.	1 e 2	1955	VIII
José Veríssimo da Costa Pereira	Análise preliminar dos tipos de povoamento no Brasil, principalmente sob o ponto de vista de sua morfologia	3 e 4	1955	VIII
José Veríssimo da Costa Pereira	Contrastes Regionais da terra norte – americana	3 e 4	1955	VIII
E. Teixeira Leite, Affonso Várzea e Maria Conceição Vicente de Carvalho	Veríssimo: o Homem, o Professor, o Geógrafo	3 e 4	1955	VIII
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Alguns problemas da aplicação do sistema de Köppen ao Brasil	1 e 2	1956	IX
Amélia Alba Nogueira	Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)	1 e 2	1956	IX
Hilgard O'Reilly Sternberg	Die europäische Kolonisation Südbrasiliens de Leo Waibel	1 e 2	1956	IX
Hilton Sette	Origem e evolução urbana de Garanhuns	1 e 2	1956	IX
Maria do Carmo Corrêa Galvão	Sistemas Agrícolas no Congo Belga	1 e 2	1956	IX
Gilberto Osório de Andrade	A via do rio Formoso, na costa sul de Pernambuco	3 e 4	1956	IX
Pierre Deffontaines	As invernadas: Tipos de migrações do gado na América do Sul	3 e 4	1956	IX
F. A. Van Baren	Problemas relativos à gênese dos solos tropicais	1 e 2	1957	X
Jayme Sta. Rosa	Fundamentos geográficos da indústria química brasileira	1 e 2	1957	X
Nilo Bernardes	O problema do estudo do habitat rural no Brasil	1 e 2	1957	X
Pedro Pinchas Geiger	Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil	3 e 4	1957	X
Maria do Carmo Corrêa	Lavradores brasileiros e	3 e 4	1957	X

Galvão	portugueses na Vargem Grande			
Jean Tricart	Alguns problemas geomorfológicos da Bahia	3 e 4	1957	X
Michel Blochu e Pedro Pinchas Geiger	A respeito de "Mapas econômicos das cidades e regiões do Rio de Janeiro e São Paulo"	3 e 4	1957	X
Maurício Silva Santos	Como encarar o ensino da Geografia do Brasil no terceiro ginásial	3 e 4	1957	X
Mônica Mary Cole	A savana brasileira	1 e 2	1958	XI
Aluízio Peixoto Boynarde e Maria Thereza Soares	Santa Teresa, um bairro residencial no centro do Rio de Janeiro	1 e 2	1958	XI
Jean Roche	Alguns problemas sugeridos pelo estudo da colonização alemã no Rio Grande do Sul	1 e 2	1958	XI
M. T. de Segadas Soares	A primeira vila portuguesa no Brasil	1 e 2	1958	XI
Hilgard O'Reilly Sternberg	Uma nova paisagem agrária	3 e 4	1958	XI
Nilo Bernardes	Sobre a roça e a fazenda no Brasil	3 e 4	1958	XI
M. T. de Segadas Soares	O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro	3 e 4	1958	XI
Mário Lacerda de Melo	Tipos de Localização de Cidades em Pernambuco	3 e 4	1958	XI
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX	1 e 2	1959	XII
Milton Santos	Notas de viagem à Costa do Marfim: economia comercial e transformações da paisagem geográfica na A. O. F.	1 e 2	1959	XII
Myriam Gomes Coelho Mesquita	Aspecto Geográfico do Abastecimento do Distrito Federal em gêneros alimentícios de base	1 e 2	1959	XII
Amélia Alba Nogueira e J. Tricart	Contribuição ao estudo dos sedimentos litorâneos do sul do Brasil	3 e 4	1959	XII
Pierre Deffontaines	Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro	3 e 4	1959	XII
Lilia Veirano	Aspectos característicos da colonização menonita	3 e 4	1959	XII
Michel Rochefort	A organização urbana da Amazônia Brasileira	3 e 4	1959	XII
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original	1 e 2	1960	XIII
Michel Tabutlau	Notas sobre a região de Ponte Nova e Viçosa	1 e 2	1960	XIII
Orlando Valverde	O Noroeste da Mata Pernambucana ( A região Timbaúba )	1 e 2	1960	XIII
Alceu Magnanini	Origem e distribuição do Cerrado da Caatinga e do Pantanal no Brasil	3 e 4	1960	XIII
Armen Mamigonian	A Indústria em Brusque ( Santa Catarina ) e suas consequências sobre a vida urbana	3 e 4	1960	XIII
Mario Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade	Um Brejo de Pernambuco: A Região de camocim de São Felix	3 e 4	1960	XIII
José Cézar de Magalhães	A lenha e o carvão vegetal no abastecimento e consumo do Estado da Guanabara	1 e 2	1961	XIV
José Hesketh Lavareda	Abastecimento da cidade do Recife em carne e leite	1 e 2	1961	XIV
Michel Rochefort	O problema da classificação do	1 e 2	1961	XIV

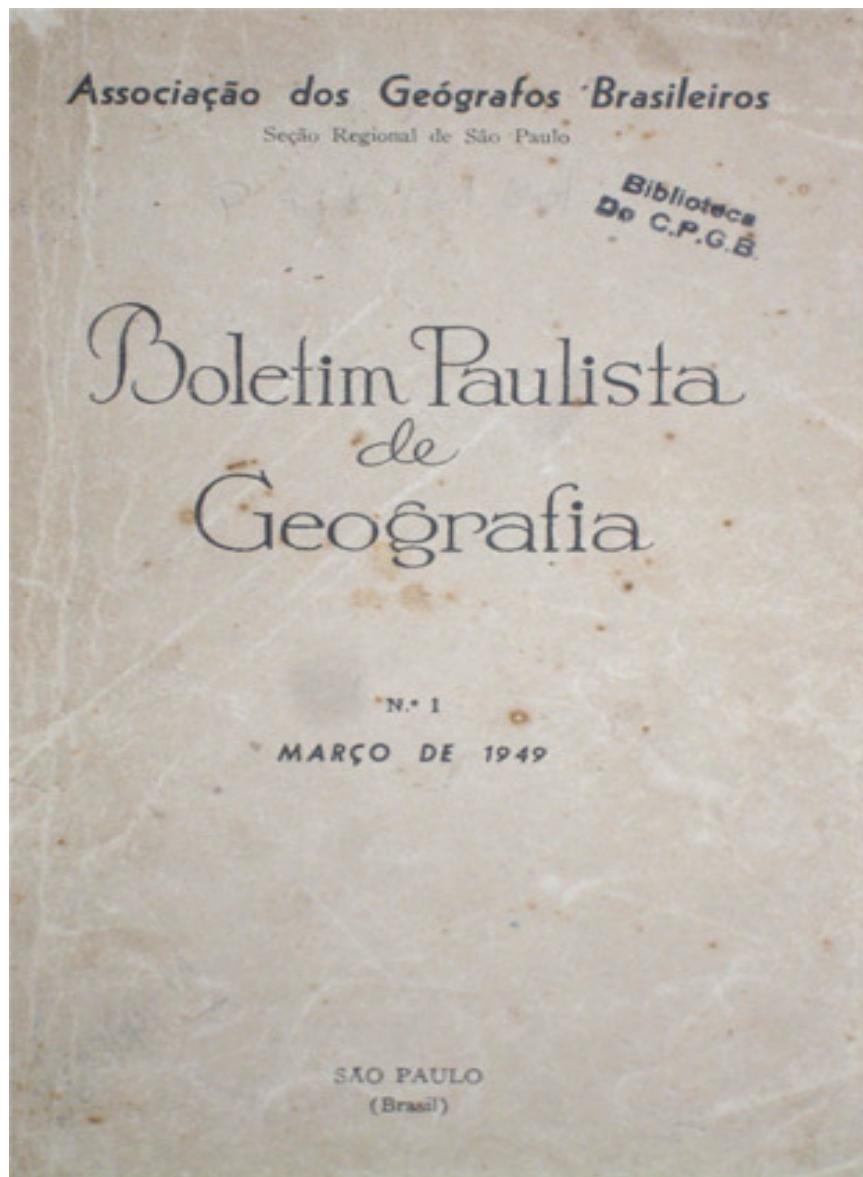
	habitat			
Lysia Maria Cavalcante Bernardes	As grandes vias de comunicações do setor ocidental da Baixada da Guanabara, nos primeiros séculos da colonização	3 e 4	1961	XIV
Walter Alberto Egler	O sertão de Pernambuco	3 e 4	1961	XIV
Walter Alberto Egler	Problemas Agrários do Brasil	3 e 4	1961	XIV
Walter Alberto Egler	Zonas pioneiras do oeste de Santa Catarina	3 e 4	1961	XIV
Roberto Lobato Corrêa	Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense	1	1962	XV
José Alexandre Felizola Diniz	Aracajú, síntese de Geografia Humana	1	1962	XV
Milton Santos	Alguns problemas das grandes cidades nos países subdesenvolvidos	1	1962	XV
Paulo Norberto Hack e Lucy Pinto Gallego	O Criatório Leiteiro no Vale Médio do Paraíba do Sul - A Fazenda SL	1	1963-1964	XVI
Orlando Valverde	O Arroz no Maranhão	1	1963-1964	XVI
Gerard Prost	As Grandes Obras nos Países Baixos	1	1963-1964	XVI
Maria Francisca Tereza Cavalcanti Cardoso e Maria Emilia Teixeira de Castro Botelho	Madureira - Tentativa de determinação da área de influência de um sub-centro da metrópole carioca	1	1965-1966	XVII
Alceo Magnanini	A Recuperação de Solos nos Cerrados	1	1965-1966	XVII
Salomão Turnowski	A Ocupação Agrícola no Médio São Francisco - a área de Cabrobó	1	1965-1966	XVII
Írio Barbosa da Costa	Geografia do Brasil (David Márcio)	1	1967	XVIII
Maria da Conceição de M. Coutinho Beltrão e Lina Maria Kneip	Arqueologia e Geomorfologia: tentativa de uma abordagem interdisciplinar	1	1967	XVIII
Ângela de Biase Ferrari	Notas sobre os alemães no Espírito Santo	1	1967	XVIII
Jorge Chebataroff	Geomorfologia da Uruguai	1	1967	XVIII
Pedro Pinchas Geiger	O que é Regionalização	1	1967	XVIII
Antônio Teixeira Guerra	Ocorrência de Lateritos no Alto Purús	1	1968	XIX
Antônio Teixeira Guerra	Notas sobre as habitações rurais do Território do Rio Branco	1	1968	XIX
Antônio Teixeira Guerra	Contribuição ao estudo da geomorfologia e do quaternário do litoral de Laguna (Santa Catarina)	1	1968	XIX
Antônio Teixeira Guerra	Conceito de Poder Nacional e Segurança Nacional	1	1968	XIX
Michel Rochefort	Mecanismos Econômicos e sua Influência para a Geografia Humana	1	1969	XX
Anaik Volkin	Sobre os Métodos da Climatologia Tropical, ramo da Geografia	1	1969	XX
Mauricio de Almeida Abreu e Maria do Socorro Diniz	As causas do crescimento recente de Itaboraí - Vendas das Pedras	1	1970	XXI
Diretoria de Pesquisa sa SRRJ da AGB	Uso da Terra em Guaratiba	1	1970	XXI
Brian J. L. Berry	Relações entre o Desenvolvimento Econômico Regional e o Sistema Urbano - O caso do Chile	1	1970	XXI
Speridião Faissol	Regionalização - análise Quantitativa	1	1970	XXI
Ruth Lopes da Cruz Magnanini e Olga Maria Buarque de Lima	Uma Medida da Função de Direção das Cidades Brasileiras	1	1971	XXII

Hilda Campos	CAMPOS - Notas decorrentes de uma pesquisa sobre migrações	1	1971	XXII
Elisa Mendes de Almeida e Olga Maria Buarque de Lima	Analise Fatorial de 3 areas Metropolitanas - Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre	1	1971	XXII
Ian Burton	A Revolução Quantitativa e a Geografia Teórica	1	1971	XXII
David Harvey	Explanation in Geography - Comentário Bibliográfico e Notas a margem por Speridião Faissol	1	1971	XXII
Zila Mesquita Melo	A Política de Desenvolvimento Urbano no Processo de Desenvolvimento Nacional	1	1972	XXIII
Ana Maria de Souza Bicalho e outros	Transformações na Periferia Urbana do Rio de Janeiro: crescimento e diversificação da pecuária leiteira	1	1972	XXIII
Gilda Campos Impellizieri de S. Martins	Contribuição ao Estudo da Estrutura Interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. O caso de Xerém (Duque de Caxias)	1	1972	XXIII
Maria do Socorro Diniz	A Rede de Localidades Centrais do Rio Grande do Sul, determinada através da Teoria dos Grafos	1	1972	XXIII
Maria do Socorro Diniz	Um Aspecto da Urbanização no Estado do Espírito Santo	1	1972	XXIII
Irio Barbosa da Costa	Contribuição para o Estudo da Pesca no Nordeste	1	1972	XXIII
Pedro Pinchas Geiger, Joao Rua e Luiz Antonio Ribeiro	Notas sobre aplicações de Modelo Probabilístico de Distribuição Poisson ao Sistema Urbano	1	1972	XXIII
Irio Barbosa da Costa	Comentário do Livro Didático intitulado "Geografia Ativa"	1	1972	XXIII
Edmon Nimer	Importância das florestas para a qualidade do meio ambiente	1	1973/1974/1975	XXIV
Marina Sant'Anna	Análise do crescimento econômico da região Centro-Sul no século XVIII baseada nos elementos fornecidos pela teoria da base de exportação	1	1973/1974/1975	XXIV
José Cézar de Magalhães	A energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro	1	1973/1974/1975	XXIV
Rivaldo Pinto de Gusmão	Características gerais da organização agrícola do Estado do Rio de Janeiro - um estudo através de análise fatorial	1	1973/1974/1975	XXIV
Marlene Teixeira e William G. Soares	Integração de Maricá à área metropolitana do Rio de Janeiro	1	1973/1974/1975	XXIV
Edmon Nimer	Os fatores meteoroclimáticos e os processos naturais de meio ambiente	1	1976	XXV
Edmon Nimer	Organização do espaço e ecologia	1	1976	XXV
Maria Luiza Fernandes Pereira e Jorge Xavier da Silva	Estruturas e texturas subsuperficiais na praia de Grumari	1	1976	XXV
Antônio José Teixeira Guerra	Fusão Guanabara-Rio de Janeiro	1	1976	XXV
Iná Elias de Castro, Naria Helena Lacorte e Nelza Araújo	O processo de urbanização no continente africano	1	1976	XXV
Miriam Limoeiro	O mito do método	1	1976	XXV
Maria Cecília de Oliveira Micotti	Estruturalismo	1	1976	XXV
Maria das Graças Oliveira	Noções de Estatística	1	1976	XXV

Hilda da Silva	O Povoamento do Nordeste	2	1976	XXVI
Hilda da Silva	O Sistema Urbano do Nordeste	2	1976	XXVI
Hilda da Silva	Mudanças de população: um estudo de pequenas cidades nos estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo no Brasil	2	1976	XXVI
Hilda da Silva	A natureza da política habitacional para grupos de baixa e média renda no Rio de Janeiro e seus efeitos no modelo residencial da referida cidade	2	1976	XXVI
Fábio Macedo Soares Guimarães	Divisão Regional do Brasil	1	1977-1978	XXVIII
Maria Francisca Thereza C. Cardoso	Desequilíbrios regionais - formulações teóricas	1	1977-1978	XXVIII
Haidina da S. B. Duarte e William Gonçalves Soares	Análise de critérios de população na identificação de zonas internas na região metropolitana do Rio de Janeiro	1	1977-1978	XXVIII
Leila Christina Dias Carvalho	Levantamento bibliográfico sobre desenvolvimento e política regional no Brasil - 1960/1978	1	1977-1978	XXVIII
Lia Osório Machado	Urbanização e migração na Amazônia Legal : sugestão para uma abordagem geopolítica	1	1982	XXXII
Rosângela Araújo Vilela	Mobilidade ocupacional e espacial dos pequenos produtores camponeses na fronteira agrícola da Amazônia	1	1982	XXXII
Lia Osório Machado e Bertha Becker	Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição	1	1982	XXXII
Milton Santos	Organização do espaço e organização social : o caso de Rondônia	1	1982	XXXII
Mariana Miranda	Padrões de uso da terra na área da Belém - Brasília	1	1982	XXXII
Maria Célia Nunes Coelho e Raymundo Garcia Cota	Carajás: processo decisório e impacto espacial	1	1982	XXXII
Orlando Valverde	Desenvolvimento e equilíbrio ecológico	1	1982	XXXII

**2.2.3**  
**O Boletim Paulista de Geografia**

**Figura 23**



O Boletim Paulista de Geografia (BPG) surge em 1949, tendo seu primeiro número publicado em março desse mesmo ano, e permanecendo até os dias de hoje publicando a produção geográfica brasileira. O Boletim Paulista de Geografia é a única publicação da AGB, daquelas que nasceram nos anos das décadas de 1940 a 1960, que continua a ser publicada.

Para o professor Aroldo de Azevedo, que escreve a apresentação do primeiro número, o BPG, como vai ficar conhecido no interior da comunidade

geográfica o Boletim Paulista de Geografia, apesar de um nome novo, era, como projeto de publicação, uma continuidade de publicação anterior da Associação, quando esta ainda não havia feito a reforma estatutária que criou a possibilidade de formação das seções regionais.

"Com efeito, o BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA nada mais é do que uma continuação do *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, publicado nos anos de 1941 a 1944. Com a reforma dos Estatutos da A.G.B., processada em junho de 1945, seu núcleo original veio a se transformar na atual Seção Regional de São Paulo, tendo sido suspensa a publicação daquele Boletim, por motivos óbvios." (BPG, 1949:1)

Mesmo sendo publicações diferentes, e após a reforma estatutária, de escalas de influência também diferentes, pelo menos no que se propõe, o professor Aroldo de Azevedo, que por mais de uma década foi responsável pela organização do BPG, ao tratá-lo como uma continuidade do boletim da AGB, evidencia em seu discurso uma certa centralidade da Seção Regional de São Paulo, ou mesmo uma certa dificuldade em definir o que é uma associação com um nome nacional com sede em São Paulo, ou uma associação paulista com um nome e um projeto nacional.

O primeiro número do BPG, trás junto com ele, uma história de quinze anos de Geografia universitária paulista e de igual tempo de existência da AGB. Essas duas instituições que tiveram até então suas existências articuladas entre si, estiveram presentes em outras publicações da própria AGB – a *Revista Geografia* e o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, que de alguma forma publicaram os produtos da pesquisas, dos pensamentos e observações de uma "geração" de geógrafos que se formava então em São Paulo, e que falava sobre São Paulo e sobre o Brasil. No entanto, segundo Azevedo (BPG, 1949:1), "a Seção Regional de São Paulo não poderia deixar de possuir seu órgão próprio, apesar de modesto, a fim de permitir que os geógrafos que lhe são filiados tenham maiores oportunidades de apresentar o resultado de seus estudos e de seus trabalhos de campo". A responsabilidade de publicação de um Boletim, nesse determinado momento da história da Associação e da Geografia paulista era ainda maior, uma vez que havia de se considerar a contribuição do até então construído e apontar importantes perspectivas para o futuro, não só da

Associação, como também da própria Geografia paulista e de seus interlocutores. Assim

"Com o presente número, inicia-se a publicação do BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, órgão da seção de São Paulo da *Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Sua responsabilidade é um pouco maior do que a de outras publicações de seu gênero: em primeiro lugar, porque será o espelho de nova geração de geógrafos, que, à sombra da A.G.B., vem trabalhando conscientemente, embora de maneira silenciosa, em terras paulistas; em segundo lugar, porque já traz consigo uma tradição de cultura geográfica, que não deve nem pode desonrar." (BPG, 1949:1)

Os objetivos relacionados ao Boletim Paulista de Geografia ficam bastante claros, muito embora pareça também bastante amplos, o que pode ser facilmente entendido dado o contexto de sua época, ou seja, de início de vida de uma Associação e de uma ciência em sua versão institucional e formativa em âmbito universitário, onde as referências de diálogo se fazem na busca do encontro de caminhos, tanto epistemológicos, como metodológicos, e mesmo políticos.

"Ao colocar-se ao lado de outras publicações geográficas já existentes no país, às quais saúda muito cordialmente, não aspira senão concorrer, na pequenez de seus esforços, **pelo levantamento e pelo progresso da Geografia brasileira**. Dentro deste objetivo, procurará oferecer aos seus leitores contribuições originais de valor, quer dentro do quadro da Geografia Física e Biológica, quer dentro do âmbito da Geografia Humana, em seu mais amplo sentido, sem esquecer o campo fascinante da Geografia Regional. A par disso, visará diretamente o ensino de geográfico, através de debates sobre temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos. **Refletirá, enfim como é justo, um pouco da vida e das atividades internas da Seção Regional**, de que é órgão." (BPG, 1949:1) **[grifos nossos]**

Dentre os objetivos explicitados pelo professor Aroldo de Azevedo, têm destaque aqueles que seriam mais comuns a uma publicação de caráter geográfico em sua época, ou seja, a noção de que o Boletim iria oferecer as contribuições nos mais diferentes campos da Geografia. No entanto, duas importantes passagens "saltam aos olhos" e merecem destaque nesse fragmento de texto de Azevedo, e que foram por nós grifados. O primeiro diz respeito ao esforço "*pelo levantamento e pelo progresso da Geografia brasileira*", onde a

expressão "Geografia brasileira" começa aparecer como um substantivo de maior freqüência e onde a idéia de progresso se afirma diante a possibilidade de um certo rigor metodológico, com uma marca positivista de ciência. O segundo, diz respeito ao lugar que ocupará o Boletim, que, ao mesmo tempo, que se propõe a somar esforços na busca do posicionamento da Geografia brasileira num plano mais elevado no interior das ciências, afirma em outro tempo que esse Boletim refletirá "como é justo" as atividades internas e a vida da Seção Regional. De certo, parece fato comum na dinâmica das Seções Regionais e de seus Boletins, a explicitação da produção acadêmica dentro de uma inexorável relação entre a Seção Regional, a universidade principal daquela localidade onde estava a maioria dos seus principais sócios, e o Boletim dessa Seção.

**Tabela 10**  
**Boletim Paulista de Geografia (1949-1968)**

AUTOR	TÍTULO	Nº	ANO
Aziz Nacib Ab'Saber	Regiões de circundesnudação pós-cretácea no Planalto Brasileiro	1	1949
F. L. d'Abreu Medeiros	A feira de burros de Sorocaba	1	1949
Nice Lecocq Müller	Uma vila do litoral paulista - Icapara	1	1949
Renato da Silveira Mendes	Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara	1	1949
Antônio Rocha Penteado	Vigilengas do Baixo Amazonas	2	1949
Aroldo de Azevedo	O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relêvo	2	1949
J. R. de Araújo Filho	O caiçara na região de Itanhaém	2	1949
Nice Lecocq Müller	Oxford, cidade de ontem e de hoje	2	1949
Paul Le Cointe	A Floresta Amazônica	2	1949
Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira	O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	3	1949
Aziz Nacib Ab'Saber	Algumas observações geológicas e geomorfológicas - Notas prévias	3	1949
Carlos Borges Schmidt	A habitação rural na região de Paraitinga	3	1949
Fernando F. M. de Almeida	Relêvo de "Cuestas"na Bacia sedimentar do rio Paraná	3	1949
João Dias da Silveira e Aroldo de Azevedo	O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	3	1949
João Soukup	Mapas em projeção asimutal equidistante e oblíqua	3	1949
Odilon Nogueira de Matos	Evolução nas vias de comunicação no Estado do Rio de Janeiro	3	1949
Aziz Nacib Ab'Saber	A Serra do Mar e a Mata Atlântica em São Paulo	4	1950
Aziz Nacib Ab'Saber e Miguel Costa Júnior	Contribuição ao estudo do Sudoeste Goiano	4	1950
Dirceu Lino de Mattos	Contribuição ao estudo da vinha do Estado de São Paulo - A Região de São Roque	4	1950
José Veríssimo da Costa Pereira	O espírito geográfico na obra de	4	1950

	<b>Euclides da Cunha</b>		
Paulo C. Florençano	A Serra do Mar e a Mata Atlântica em São Paulo - Fotografias aéreas comentadas por Aziz Nacib Ab'Saber	4	1950
Aroldo de Azevedo	"Os Sertões"e a Geografia	5	1950
Aroldo de Azevedo	São Paulo, metrópole moderna - Comentários de fotografias aérea de Paulo C. Florençano	5	1950
Aroldo de Azevedo	"La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II"- Fernand Braudel	5	1950
Aroldo de Azevedo	"Contribuição à Geologia dos Derrames Basálticos do Sul do Brasil" - Viktor Leinz	5	1950
Ary França	Novas diretrizes em Geografia Humana	5	1950
Ely Goulart Pereira de Araújo	Alguns aspectos da paisagem rural do município de Olímpia	5	1950
Humberto de Campos	Os "vareiros"do Rio Parnaíba	5	1950
Josué de Camargo Mendes	O problema da idade das camadas de São Paulo	5	1950
Nice Lecocq Müller	"La Géographie Humaine - Maurice Le Lannou	5	1950
Paulo C. Florençano	São Paulo, metrópole moderna - Fotografias aéreas comentadas por Aroldo de Azevedo	5	1950
Renato da Silveira Mendes	"Les principales puissances et la vie économique du monde" Meynier, Perpilou, François et Mangin	5	1950
Antônio Rocha Penteado	Paisagens do Tietê - Fotografias comentadas	6	1950
Aroldo de Azevedo	Regiões climato-botânicas do Brasil	6	1950
Carlos Borges Schmidt	Povoamento ao longo de uma estrada paulista - Resultado de um caminhamento realizado entre a Serra de Quebra-Cangalha e a cidade de Cunha	6	1950
J. R. de Araújo Filho	A "vila"de Itanhaém	6	1950
Louis Papy	Os sistemas de cultura e suas modalidades	6	1950
Paulo C. Florençano	Paisagens do Tietê - Fotografias aéreas comentadas por Antônio Rocha Penteado	6	1950
Ary França	Paisagens do litoral norte de São Paulo - comentários de fotografias aéreas de Paulo C. Florençano	7	1951
Aziz Nacib Ab'Saber	Paisagens rurais do Sudoeste goiano entre Itumbiara e Jataí	7	1951
Dirceu Lino de Mattos	Bases geográficas da vida econômica no Vale do Itapicurú - Maranhão	7	1951
Miguel Costa Júnior e Aziz Nacib Ab'Saber	Paisagens rurais do Sudoeste Goiano entre Itumbiara e Jataí	7	1951
Paulo C. Florençano	Paisagens do litoral norte de São Paulo - Fotografias aéreas comentadas por Ary França	7	1951
Ruy Ozório de Freitas	Relevos policiclicos na tectônica do Escudo Brasileiro	7	1951
Alfonso Trujillo Ferrari	Traços essenciais da Geografia Física do Peru	8	1951
Antônio Teixeira Guerra	Notas sobre alguns sambaquis e terraços do litoral de Laguna Santa Catarina	8	1951

Aroldo de Azevedo	Teresina, capital do Piauí - Comentário de fotografias	8	1951
Aroldo de Azevedo	"Paisagens Culturais da Baixada Fluminense" - Renato Silveira Mendes	8	1951
Aziz Nacib Ab'Saber	"Cours de Géomorphologie"- J. Tricart	8	1951
João Dias da Silveira	Considerações em torno da Geografia Tropical	8	1951
Odilon Nogueira de Matos	"A baixada do Rio Itanhaém: estudo de geografia regional" J. R. de Araújo Filho	8	1951
Odilon Nogueira de Matos	"Viagem ao Maranhão" - Aroldo de Azevedo e Dirceu Lino de Mattos	8	1951
Roger Bastide	O Folclore brasileiro e a Geografia	8	1951
Roger Bastide	"Photographies aériennes" - P. Chombart de Lauwe	8	1951
Roger Bastide	"La formation de la population parisienne em XIX ème. Siècle" - Louis Chevalier	8	1951
Antônio Rocha Penteado	Belém, metrópole da Amazônia - Fotografias comentadas	9	1951
Ely Goulart Pereira de Araújo	A cidade de Olímpia (Estudo de Geografia Urbana)	9	1951
Emília da Costa Nogueira e Francisca M. Nunes	Propriedades de japonês na Região de Cotia	9	1951
Fernando F. M. de Almeida	A propósito dos "Relêvos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro	9	1951
Francisca M. Nunes e Emília da Costa Nogueira	Propriedades de japonês na Região de Cotia	9	1951
Ruy Ozório de Freitas	Sobre a origem da Bacia de São Paulo	9	1951
Aroldo de Azevedo	Relevo e estrutura da Cadeia dos Cárpatos	10	1952
Ary França	As paisagens humanizadas da ilha de São Sebastião	10	1952
Aziz Nacib Ab'Saber	Paisagens e problemas rurais da região de Santa Isabel	10	1952
Fernando F. M. de Almeida	Contribuição à geomorfologia da região oriental de Santa Catarina	10	1952
Ignácio Nobutaka Takeda	A feira de Campina Grande, na Paraíba - Fotografias comentadas	10	1952
José Mauro de Vasconcelos	A vida nas salinas de Macau	10	1952
Nice Lecocq Müller	A feira de Campina Grande, na Paraíba - Fotografias comentadas	10	1952
Aziz Nacib Ab'Saber	A cidade do Salvador - Fotografias comentadas	11	1952
Dirceu Lino de Mattos	Contribuição ao estudo da Vinha no Estado de São Paulo - A região de Jundiaí	11	1952
Monteiro Lobato	Cidades mortas	11	1952
Pasquale Petrone	Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí	11	1952
Pierre Monbeig	"Photographies Aériennes" - Chombart de Lauwe	11	1952
Pierre Monbeig	"Histoire du Commerce" - Lacour-Gayet	11	1952
Ruy Ozório de Freitas	Textura da drenagem e sua aplicação geomorfológica	11	1952
Antônio Rocha Penteado	Problemas da zona rural na região de Caraparú e Inhangapí (Baixo Amazonas)	12	1952
Aroldo de Azevedo	Paisagens do Rio Grande do Sul (Impressões de viagem)	12	1952

Elina O. Santos	Geomorfologia da região de Sorocaba e alguns de seus problemas	12	1952
João Dias da Silveira	Aspectos do Marrocos francês - Fotografias comentadas	12	1952
Léon Foucault	Demonstração experimental do movimento de rotação da Terra	12	1952
Aroldo de Azevedo	Cinco anos de existência	13	1953
Aziz Nacib Ab'Saber	O Planalto da Borborema, na Paraíba - Fotografias comentadas	13	1953
Gustavo Barroso	O drama da seca no Sertão Nordestino	13	1953
Josué de Camargo Mendes	Tabuleiros de arenito mesozóico a nordeste de Cuiabá (Mato Grosso)	13	1953
Karl Heinrich Paffen	A Geografia científica na Alemanha de hoje	13	1953
Aziz Nacib Ab'Saber	Na região de Manaus - Fotografias comentadas	14	1953
João Soukup	Os diagramas geográficos e sua aplicação	14	1953
Pasquale Petrone	As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão	14	1953
Raimundo Moraes	O fenômeno da inundação na Amazônia	14	1953
Aroldo de Azevedo	Cuiabá, capital de Mato Grosso	15	1953
Aziz Nacib Ab'Saber	A Cidade de Manaus (Primeiros estudos)	15	1953
Fernando F. M. de Almeida	Considerações sobre a geomorfogênese da Serra do Cubatão	15	1953
João Soukup	Os cartogramas e sua aplicação em Geografia	15	1953
Monteiro Lobato	O drama das geadas nos cafés paulistas	15	1953
Pierre Monbeig	Os modos de pensar na Geografia Humana	15	1953
Francis Ruellan	O papel das enxurradas no modelado do relevo brasileiro (Primeira parte) Conclusão	13 /14	1953
Aroldo de Azevedo	A Geografia em São Paulo e sua evolução	16	1954
Nice Lecocq Müller	Em menos de um século, a cidade de São Paulo viu alterar-se profundamente sua fisionomia urbana - Fotografias comentadas	16	1954
Olavo Baptista Filho	Ecologia e aspectos demográficos do Estado de São Paulo	16	1954
Pierre Monbeig	Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo	16	1954
Aziz Nacib Ab'Saber	O Planalto dos Parecis, na região de Diamantino (Mato Grosso) - Fotografias comentadas	17	1954
Carlos Drumond	Uma "ilha"borôrro na toponímia brasileira	17	1954
Pierre Deffontaines	Ensaio de geografia urbana de New York	17	1954
Tadeu Rocha	A Geografia moderna em Pernambuco	17	1954
Antônio Teixeira Guerra	Pluviação e enxurrada	18	1954
Fernando F. M. de Almeida	Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805	18	1954
Francis Ruellan	Primeira excursão geográfica inter-universitária brasileira - Notas prévias	18	1954
Kanji Kagami	Contribuição à geografia urbana de	18	1954

	Nagoia		
Luís Schwalbach	O problema da emigração humana no quadro contemporâneo	18	1954
Oswaldo Benjamim de Azevedo	O Brasil em face do comércio mundial	18	1954
José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Viagem mineralógica na Província de São Paulo - (Primeira parte)	16/17	1954
Martim Francisco Ribeiro de Andrada e José Bonifácio de Andrada e Silva	Viagem mineralógica na Província de São Paulo – (Conclusão)	16/17	1954
Caio Prado Júnior	A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal	19	1955
Jean Roche	Porto Alegre, metrópole do Brasil Meridional	19	1955
Luiz Melo Rodrigues	Duas décadas a serviço da Geografia	19	1955
Pasquale Petrone	Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará	19	1955
João Soukup	Levantamentos expeditos em pesquisas de Geografia	20	1955
Mário Lacerda de Melo	Os estudos regionais e o papel das Universidades	20	1955
Pasquale Petrone	Crato, "Capital" da região do Cariri	20	1955
José Setzer	Os solos do Município de São Paulo (Primeira parte)	20	1955
Aroldo de Azevedo	A Geografia a serviço da política	21	1955
João Soukup	A prancheta e sua utilização em trabalhos geográficos	21	1955
Pierre Deffontaines	Mediterrâneo Americano e Mediterrâneo Europeu	21	1955
Viktor Leinz	O petróleo de Nova Olinda	21	1955
Aziz Nacib Ab'Saber	Depressões periféricas e depressões semi-áridas no Nordeste do Brasil	22	1956
Kurt Hueck	Mapa fitogeográfico do Estado de São Paulo	22	1956
Nice Lecocq Müller	Contribuição ao estudo do Norte do Pará	22	1956
Pasquale Petrone	A propósito da cultura do abacaxi em Brodósqui	22	1956
José Setzer	Os solos do Município de São Paulo (Segunda parte)	22	1956
Aroldo de Azevedo	Os geógrafos paulistas e o XVIII Congresso Internacional de Geografia	23	1956
Aziz Nacib Ab'Saber	A Terra Paulista	23	1956
J. R. de Araújo Filho	O café, riqueza paulista	23	1956
Pasquale Petrone	O homem paulista	23	1956
Aroldo de Azevedo e Pierre Deffontaines	Paisagens de Mato Grosso	24	1956
Elina O. Santos	Ponta Grossa, capital regional do oeste do Paraná	24	1956
Fernando F. M. de Almeida	O Planalto Basáltico da Bacia do Paraná	24	1956
Oswaldo Benjamim de Azevedo	Blocos econômicos internacionais	24	1956
Pierre Deffontaines e Aroldo de Azevedo	Paisagem de Mato Grosso	24	1956
José Setzer	Os solos do Município de São Paulo (Conclusão)	24	1956
Aroldo de Azevedo	Embriões de cidades brasileiras	25	1957
José Francisco de Camargo	Pequeno vocabulário de Demografia para usos dos geógrafos	25	1957

Josué de Camargo Mendes	Grutas calcáreas na Serra da Bodoquena, Mato Grosso	25	1957
L. Dudley Stamp	O levantamento dos recursos terrestres	25	1957
Antônio Rocha Penteado	Aspectos atuais da Geografia francesa	26	1957
Aziz Nacib Ab'Saber	O problema das conexões antigas e da separação da drenagem do Paraíba e do Tietê	26	1957
J. Tricart	O café na Costa do Marfim	26	1957
Josué de Camargo Mendes	Notas sobre a Bacia sedimentar Amazônica	26	1957
Aroldo de Azevedo	Arraiais e corrutelas	27	1957
J. R. de Araújo Filho	A cultura da banana no Brasil	27	1957
José Veríssimo da Costa Pereira	A moderna produção geográfica do Brasil e seus aspectos metodológicos	27	1957
Pasquale Petrone	No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guaíra - Relatório de viagem	27	1957
Ana Dias da Silva Carvalho	Feira de Santana e o comércio do gado	28	1958
Antônio Rocha Penteado	Geografia e Sociologia, segundo Max. Sorre	28	1958
J. Tricart	Notas sobre as variações quaternárias do nível marinho	28	1958
Jean Roche	As bases físicas e a ocupação do solo no Rio Grande do Sul	28	1958
N. G. Chprintsine	A primeira Expedição Russa ao Brasil	28	1958
Antônio Rocha Penteado	Novos estudos da Geografia Humana Brasileira - Pierre Monbeig	29	1958
Harry Taylor	Uma região produtora de sorgo nos Estados Unidos	29	1958
João José Bigarella e Riad Salamuni	Contribuição à geologia da região sul da Série Açuenguí (Estado do Paraná)	29	1958
José Domingos Tírico	Rua da Consolação, uma das artérias da Capital paulista	29	1958
Riad Salamuni e João José Bigarella	Contribuição à geologia da região sul da Série Açuenguí (Estado do Paraná)	29	1958
Antônio Rocha Penteado	Aix-en-Provence, uma cidade do Mediterrâneo francês	30	1958
Aroldo de Azevedo	Dez anos de existência	30	1958
Aziz Nacib Ab'Saber	Aptidões agrárias do solo maranhense (Notas prévias)	30	1958
Dirceu Lino de Mattos	Impressões de viagem à Zona Bragantina do Pará	30	1958
José Francisco de Camargo	Migrações internas e desenvolvimento econômico no Brasil	30	1958
Aroldo de Azevedo	Contribuição para um Vocabulário Geológico	29/30	1958
J. Tricart	Divisão morfoclimática do Brasil Atlântico Central	31	1959
Michel Tabuteau	A Circulação Urbana	31	1959
Milton Santos	A Cultura do cacau na Costa do Marfim	31	1959
Aroldo de Azevedo	Alexander von Humboldt, naturalista e geógrafo	32	1959
Carlos Borges Schmidt	Tropas e tropeiros	32	1959
João Soukup	A I Reunião de Consulta sobre Cartografia	32	1959
Milton Santos	Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade de Salvador	32	1959
Pierre Deffontaines	Posição da Geografia Humana - Por que Geografia Humana	32	1959

Antônio Rocha Penteado	A agricultura itinerante e o problema da fixação do homem ao solo, no Congo Belga	33	1959
Aroldo de Azevedo	Aldeias e aldeamentos de indios	33	1959
J. R. de Araújo Filho	O centro da cidade de Salvador	33	1959
José Francisco de Camargo	Características e tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização	33	1959
Nice Lecocq Müller	Carl Ritter, o homem e o geógrafo	33	1959
Aziz Nacib Ab Saber	Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo (1934-59)	34	1960
Egon Shaden	Humboldt e a Etnologia americana	34	1960
João Soukup	Um Atlas de Portugal	34	1960
José Domingos Tírico	A paisagem natural na região de Mogi das Cruzes (primeiros estudos)	34	1960
Orville A Derby	Relevo, estrutura e drenagem no Brasil	34	1960
Oswaldo Benjamim de Azevedo	Posição do Brasil em face do comércio internacional	34	1960
Pierre Vennetier	Brazzaville: alguns aspectos de uma cidade da África Negra Francesa	34	1960
Aroldo de Azevedo	Estrutura econômica do Rio Grande do Norte	35	1960
José Domingos Tírico	Sousas, subúrbio de Campinas	35	1960
Ruy Ozório de Freitas	Geologia aplicada à barragem do Rio Saracuruna, no município de Duque de Caxias (RJ)	35	1960
Antônio Rocha Penteado	Aspectos geográficos, paisagens e problemas de Angola	36	1960
Armando Navarro Sampaio	A importância da Geografia nos planejamentos florestais	36	1960
Aroldo de Azevedo	A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia	36	1960
Dyrceu Teixeira	Relevo e padrões de drenagem na soleira cristalina de Queluz (São Paulo)	36	1960
Pierre Vennetier	Uma aldeia de pescadores na costa conquesa	36	1960
Aroldo de Azevedo	Notas sobre o ensino da Geografia em Universidades dos Estados Unidos	37	1961
Dyrceu Teixeira	Relevo e padrões de drenagem na chaminé vulcânica do Itatiaia	37	1961
Milton Santos e Antônia Déa Erdens	Aspectos geográficos da comercialização do cacau na Bahia	37	1961
National Research Council e Association of American Geographers	Uma carreira em Geografia	37	1961
Nilda Guerra de Macedo, Teresa Cardoso da Silva e Dorcas Ferreira Chagas	As chuvas e o escoamento na Bacia do Paraguaçu, BA	37	1961
Oswaldo Benjamim de Azevedo	As crises mundiais e o Brasil	37	1961
Antônio Rocha Penteado	Considerações em torno de um Atlas de Santa Catarina	39	1961
Aroldo de Azevedo	São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional	39	1961
Dyrceu Teixeira	Uma barcana na Praia do Pontal em Cabo Frio, RJ	39	1961
Oswaldo Benjamim de Azevedo	Intercambio mercantil do Brasil após a Segunda Guerra Mundial	39	1961
Pasquale Petrone	Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP	39	1961

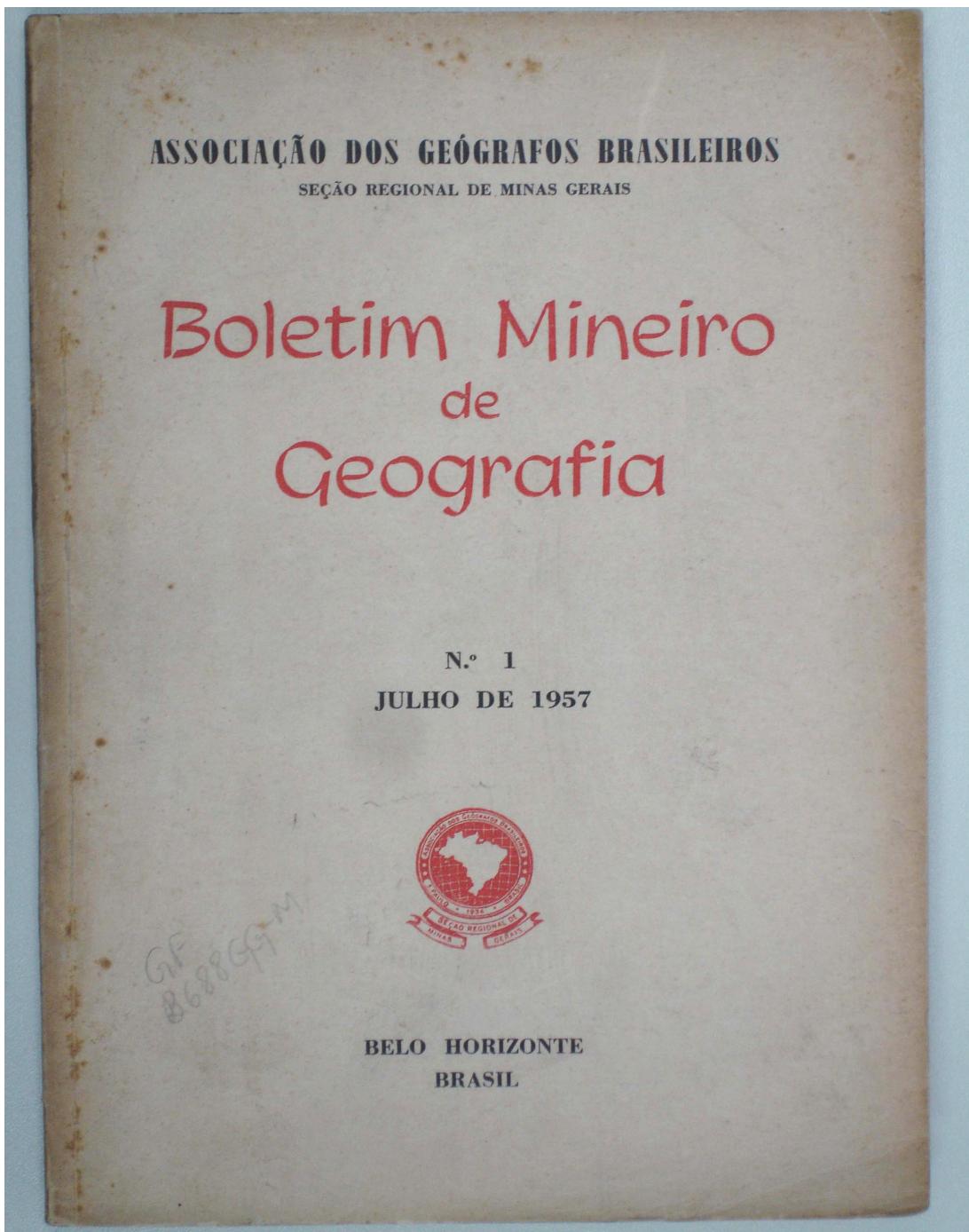
Alceu Maynard de Araújo	Áreas culturais e folclore brasileiro	40	1964
J. R. de Araújo Filho	Nota Explicativa	40	1964
João Bertoldo de Oliveira	Aspectos físicos da área abrangida pela seção de extensão agrícola de São João da Boa Vista	40	1964
Josué de Camargo Mendes	Aspectos da Sedimentação nas Praias (Praia Grande, Estado de São Paulo)	40	1964
Nelson de la Corte	"Hommes et Terres Du Nord"	40	1964
Oswaldo Benjamim de Azevedo	O comércio do Brasil com os países socialistas	40	1964
Adilson Avansi de Abreu	A colonização ítalo-germânica no Espírito Santo	44	1967
André Libault	Tendenciais atuais da Cartografia	44	1967
Erasmo D' Almeida Magalhães	Geografia e Linguística: sugestão de ensino	44	1967
José Bueno Conti	A intensidade do efeito orográfico sobre as precipitações na região do Puy-de-Dome (França)	44	1967
Manoel Correia de Andrade	Condições naturais e sistema de exploração da terra no Estado de Pernambuco	44	1967
Pasquale Petrone	O problema Rodesiano	44	1967
Uvyão Antônio Pegaia	Estudo Geográfico dos cemitérios de São Paulo	44	1967
Antônio Olivio Ceron	As categorias dimensionais de propriedades agrícolas: técnicas de agrupamento	45	1968
Elsione E. Ract de Almeida	Capivari - Cachoeira: a grande hidrelétrica paranaense	45	1968
José Pereira de Queiroz Neto e Antônio Cristofolitti	Ação e escoamento superficial das águas pluviais na Serra de Santana (Estado de São Paulo)	45	1968
Liliana Lagana Fernandes	Aspectos da organização do espaço no bairro rural dos Pires, município de Limeira (Estado de São Paulo)	45	1968
Manoel Correia de Andrade	Latifúndio, cana-de-açucar e côco no norte de Alagoas	45	1968
Pierre George	Reflexões sobre a noção de região em Geografia e sua aplicação	45	1968
Antônio Olivio Ceron	Alguns padrões de utilização da terra agrícola no Planalto Central de São Paulo	47	1972
Lea Goldenstein e Rosa Ester Rossini	O bairro industrial do Jaguaré, SP	47	1972
Dieter Jahn	Recenseamento na União Soviética (Relatório)	47	1972
José Pereira Queiróz Neto	O Simpósio sobre o Quaternário do Brasil de Sudeste	47	1972
José Pereira Queiróz Neto	Considerações sobre o VIII Congresso INQUA, Paris 1969.	47	1972
José Pereira Queiróz Neto e Paulo Nakashima	Observações sobre os solos da região de Parelheiros: Contribuição ao estudo da pedogênese regional	48	1973
Antônio Olivio Ceron e Miguel Cesar Sanchez	Alguns problemas de análise das distribuições espaciais: exemplos de variáveis agrícolas no espaço paulista	48	1973
Ligia Celoria Poltroniéri	Aspectos da economia agrícola na porção centro-oeste do Estado de São Paulo	48	1973
João Baptista Soares de Gouvêa	Correlações e algumas considerações a respeito do ecossistema da floresta	48	1973

	perenifólia paludosa litorânea na região cacauíra baiana		
Elina de Oliveira Santos	João Dias da Silveira	48	1973
José Bueno Conti	Maria de Lourdes Pereira de Souza Radesca	48	1973
Armando Corrêa da Silva	Características dos espaço econômico industrial	48	1973
Adilson Carvalho e carlos Laerte Rotta	Estudos das formações superficiais do município de Atibaia, SP	49	1974
Beatriz Maria Soares Pontes	Os centros industriais do Estado de São Paulo	49	1974
João Baptista Soares de Gouvêa	Considerações e reconhecimento fitogeográfico em áreas do baixo curso do Vale do Rio Doce (Espírito Santo)	49	1974
Antonia Maria Ferreira Monteiro, Ana Luiza Coelho Netto e Maria Regina Mousinho de Meis	Formação Macacu - Variações texturais e aproveitamento econômico	49	1974
Armando Corrêa da Silva	Desenvolvimento industrial e Geografia (Comentário sobre uma abordagem geográfica)	49	1974
José Pereira Queiróz Neto	Tendências atuais das pesquisas de solos em São Paulo	50	1976
José Ribeiro de Araújo Filho	O café em São Paulo	50	1976
Armen Mamigonian	O processo de industrialização em São Paulo	50	1976
Maria Adélia A de Souza	Regionalização: tema geográfico e político - O caso paulista	50	1976
Antônio Olivio Ceron	Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo	50	1976
Aroldo de Azevedo	A geografia francesa e a geração dos anos setenta	50	1976
José Bueno Conti	Aroldo de Azevedo	50	1976

Fonte: Boletim Paulista de Geografia (1949-1976)

**2.2.4**  
**Boletim Mineiro de Geografia**

**Figura 24**



A Seção Regional de Minas Gerais comemorava pouco mais de dois anos de vida quando publicou a primeiro número do Boletim Mineiro de Geografia, fruto de grande empenho da seção, que em seu período de afirmação,

expressava a tentativa de ampliar o alcance da experiência geográfica no campo da pesquisa e da divulgação científica.

O Diretor da Seção Regional de Minas Gerais, o professor Tabajara Pedroso, que assinou o primeiro texto de apresentação do número inicial do Boletim Mineiro de Geografia (BMG), destacou as dificuldades e também as expectativas com a publicação da Seção.

"Afinal, aí está o primeiro Boletim da Seção Mineira da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Não foram poucos os sacrifícios para atingirmos esse "desideratum", porque as nossas verbas, ainda escassas, não nos têm permitido a largueza necessária à iniciativa. Esperamos publicar, doravante, dois números por ano. Este será o nosso ensaio. Na qualidade de Diretor da AGB Mineira, cumpre-me destacar a dedicação do prof. Élzio Dolabela, a quem devemos, quase que exclusivamente, o presente número. Esperamos que os colegas brasileiros revelem as imperfeições que porventura se encontrem em nosso primeiro boletim, na certeza de que chegaremos, um dia, à regularidade atual das nossas congêneres" (BMG/AGB, 1957:1)

Importante lembrança fez o Diretor da Seção do empenho do professor Élzio Dolabela, que, segundo suas palavras, vai ser o grande responsável pela edição do primeiro número do Boletim. Élio Donabela foi o Diretor do Boletim apenas em seu número inicial, função depois assumida pelo professor David Márcio, e em seguida por mais dois outros associados<sup>63</sup>.

A grande expectativa com o Boletim Mineiro, que é também expressa na apresentação do primeiro número, é a de sua regularidade e da possibilidade de chegar à longa vida de outros Boletins, como o Carioca e o Paulista. No entanto, a existência do BMG foi mais curta e irregular que o desejado. Entre os anos de 1957 e 1966, foram 12 números editados, no entanto em sete edições e com um longo intervalo (4 anos) entre o primeiro e o segundo número. O BMG conseguiu uma existência mais longa do que alguns outros Boletins da AGB (Paranaense e Baiano), mas longe da expectativa nele depositada. Nesses quase dez anos foram publicados quase trinta trabalhos que deram importante contribuição para afirmação da AGB e da Geografia em Minas Gerais.

Na tabela a seguir os artigos publicados no Boletim Mineiro de Geografia, com seus respectivos autores.

---

<sup>63</sup> Guiomar Goulart de Azevedo e Getúlio Vargas Barbosa

**Tabela 11**  
**Boletim Mineiro de Geografia (1957-1963)**

<b>Título do Artigo</b>	<b>Autor</b>	<b>Nº</b>	<b>Volume</b>	<b>Ano</b>
Favelas de Belo Horizonte	Roger Teulières	1	I	1957
A cidade industrial	Alisson P. Guimarães	1	I	1957
O Tupi na Geografia mineira	Fausto Teixeira	1	I	1957
Advertência de Cressey	Tabajara Pedroso	1	I	1957
O problema dos formadores do Amazonas	Alberto Vanderley	1	I	1957
Um eclipse total do Sol	Ézio Dolabela	1	I	1957
"Migomaspa", meteorito dos mais raros	Marcos M. Rubinger	1	I	1957
<hr/>				
Noticia sobre o Karst na Mata de Pains	Getúlio V. Barbosa	2 e 3	II	1961
A zona pioneira do norte do Paraná em 1920	Tabajara Pedroso	2 e 3	II	1961
La commune de la Roche-Blanche	Guiomar G. Azevedo	2 e 3	II	1961
<hr/>				
Um trecho do litoral central do Espírito Santo	Getúlio V. Barbosa	4 e 5	III	1962
Tipos de aglomerações e hierarquia das cidades de Minas Gerais	Yves Leloup	4 e 5	III	1962
A pecuária no nordeste de Minas	Alisson P. Guimarães	4 e 5	III	1962
Comentário Bibliográfico: "L Epiderme de la Terre"	David Márcio S. Rodrigues	4 e 5	III	1962
<hr/>				
Alguns aspectos e problemas da industrialização do Estado de Minas Gerais	Pierre George	6 e 7	IV	1963
Os primórdios do povoamento e a evolução econômica da região de Sete Lagoas, Minas Gerais	Guiomar G. de Azevedo	6 e 7	IV	1963
Evolução Morfológica do horst cristalino de Champeix, França	David Márcio S. Rodrigues	6 e 7	IV	1963
Comentário Bibliográfico: "Les hautes terres du Massif Central, Tradicion paysanne et économie agricole"	Raymond Pébayle	6 e 7	IV	1963
<hr/>				
A horticultura no Vale do Barreiro, Minas Gerais	Faraildes Vale Marques	8 e 9	V	1964
A propagação das usinas de gusa em Minas Gerais	Alisson P. Guimarães	8 e 9	V	1964
A solução do problema da região contestada entre Minas Gerais e Espírito Santo	Getúlio V. Barbosa	8 e 9	V	1964
<hr/>				
O Quadrilátero Ferrífero e seus problemas geomorfológicos	Getúlio V. Barbosa e David Márcio S. Rodrigues	10 e 11	VI	1965
A Geografia no Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais	Paulo Rogério J. Alvim e Olga C. Pacheco	10 e 11	VI	1965
A Rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul	Raymond Pébayle	10 e 11	VI	1965
<hr/>				
Condições climáticas de Minas Gerais	David Márcio S. Rodrigues	12	VII	1966
O significado da estrutura geológica para o mapeamento geomorfológico de Minas Gerais	Getúlio V. Barbosa	12	VII	1966
Aspectos da cultura do abacaxi na região de Lagoa Santa, Minas Gerais	Fabiano Marques dos Santos e Ivo das Chagas	12	VII	1966

Fonte: Boletim Mineiro de Geografia (1957-1963)

## 2.2.5

### **Boletim Paranaense de Geografia**

O Boletim Paranaense de Geografia, publicação da Seção Regional do Paraná, foi editado pela primeira vez em 1960, quando foi posto ao público seu número inicial, sob os cuidados do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná. O então diretor da Seção, o professor João José Bigarella fez a apresentação desse primeiro número, onde destacou a importância do Boletim, as dificuldades sempre encontradas em empreitadas como essa e a relação de construção recíproca entre o Boletim e a Seção Regional.

"O presente número inicia, dentro de suas limitações, a publicação do Boletim Paranaense de Geografia, órgão da Secção Regional do Paraná da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Não obstante o aspecto modesto, que a circunstância do aparecimento forçosamente impõe a uma publicação desta natureza, a sua concretização implica na necessidade de um meio científico local já amadurecido.

Apesar de várias tentativas anteriores, somente agora começa a se formar um ambiente geográfico propício, local, que promete um desenvolvimento ponderável. Tal desenvolvimento, condicionado à maior seriedade com que se vem encarando o ensino da Geografia em nosso meio, ultimamente, tem possibilitado uma reorganização paulatina desta Seção Regional. Todavia, reconhecemos a existência de grandes deficiências, particularmente na parte didática da Geografia, no Paraná, que sem dúvida constitui um óbice à livre e ampla evolução das pesquisas geográficas neste Estado.

Contudo, muitas das dificuldades estão sendo superadas aos poucos, de tal sorte que a Secção Regional do Paraná da A.G.B. tem podido realizar pelo menos uma parte das suas finalidades.

Ultrapassada esta fase, esperamos que este primeiro número do Boletim Paranaense de Geografia seja o prelúdio de uma seqüência normal de outros neste esforço para o soerguimento das pesquisas geográficas no Paraná".  
(BPG,1960:2)

Não resta dúvida sobre as dificuldades de produção de um Boletim ou uma revista de Geografia, principalmente a partir de uma Associação que dispunha de poucos recursos, e que no caso de suas seções regionais, contava também o fato de ter pouca história de existência. A Seção Regional do Paraná, embora tenhamos notícias de movimentações desde o final da década de 1930, quando

era apenas um grupo de interessados na ciência geográfica, que ao fim das contas, constituíam um núcleo da AGB, só vai se constituir com um pouco mais de consistência na década de 1950. Assim, a criação de um Boletim é sim um instrumento de auto e retro-alimentação.

O ambiente a que se refere Bigarella, diz respeito não somente as articulações em torno da retomada do movimento da AGB no Paraná, mas também a existência, agora com mais corpo, de uma comunidade de geógrafos, que poderia alimentar a AGB e em consequência o Boletim.

O Boletim Paranaense de Geografia existiu enquanto publicação da AGB, entre os anos de 1960 e 1963. Neste período publicou 9 (nove) edições. A partir do ano de 1964, em função do fechamento da Seção Regional da AGB no Estado do Paraná, passou a ser publicado pela Universidade Federal do Paraná, e nesse ano publicou em uma única edição os números 10, 11, 12, 13, 14 e 15, rompendo, assim, seu vínculo com a AGB e parte de suas ligações com a Geografia.

A partir do número 21, editado em 1966, o Boletim Paranaense de Geografia teve seu nome modificado para Boletim Paranaense de Geociências, rompendo, assim, seu segundo vínculo, agora com a Geografia paranaense, pelo menos em seu nome e em sua relação com um dado campo científico.

**Tabela 12**  
**Boletim Paranaense de Geografia (1960-1963)**

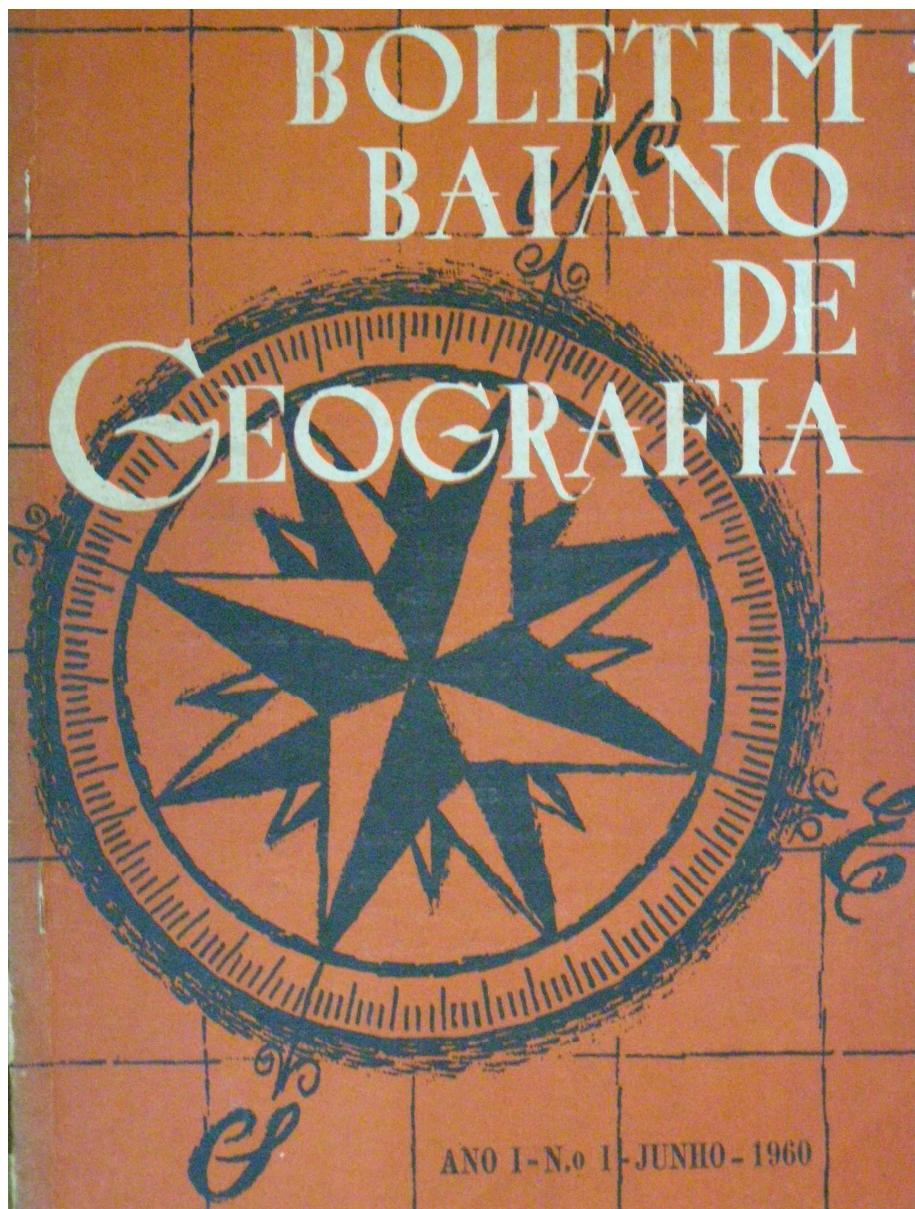
<b>Autor</b>	<b>Artigo</b>	<b>ano</b>	<b>nº</b>	<b>data</b>
Instituto de Geologia	Paísagens Paranaenses I - Escarpa devoniana	1	1	1960
Heloisa Barthelmess	Comentário geomorfológico sobre o Vale do Ivaí	1	1	1960
João José Bigarella	A propósito da "contribuição ao estudo dos sedimentos litorâneos do sul do Brasil (Nogueira e Tricart)	1	1	1960
Altiva Pilatti Balhana	Duas pequenas indústrias agrárias de Santa Felicidade	1	1	1960
Artur Barthelmess	Interpretação do padrão de drenagem econômica do Estado do Paraná	1	1	1960
Comentário Bibliográfico	A cronologia do Quaternário em função das oscilações do nível do mar, na obra de F.E. Zeuner "Dating the past"	1	1	1960
Instituto de Geologia	Paísagens Paranaenses II - Interflúvio Passauna-Barigui (Curitiba)	2	2 e 3	1961
Heloisa Barthelmess	Interferências do comportamento de uma drenagem	2	2 e 3	1961
Wladimir Cavallar Kavaleridze	A estratigrafia do quaternário no Marrocos. Paleosolos e paleoclima	2	2 e 3	1961
Reinhard Maack	A modificação da paisagem natural pela	2	2 e 3	1961

	colonização e suas consequências no norte do Paraná			
Olodemar Blasi	Algumas notas sobre a jazida arqueológica de 3 Morrinhos - Querência do Norte - Rio Paraná	2	2 e 3	1961
Gilberto Kurowski	Aspectos gerais da erosão no Norte do Paraná	3	6 e 7	1962
Roberto M. Klein	Notas sobre algumas pesquisas fitosóciológicas no sul do Brasil	3	6 e 7	1962
Rubens Braga	Contribuição ao estudo fitogeográfico do Estado do Paraná: Serra dos Dourados	3	6 e 7	1962
Artur Barthelmess	Ocupação e organização do Paraná Velho	3	6 e 7	1962
Antonio Christofeletti	Estudos hidrológicos	3	6 e 7	1962
Reinhard Maack	Considerações sobre Spitzbergen	3	6 e 7	1962
Altiva Pilatti Balhana	Roteiro para estudo da casa rural no sul do Brasil	3	6 e 7	1962
Patrick J. V. Delaney e Juan Goñi	Correlação preliminar entre as formações Gondwânicas do Uruguai e Rio Grande do Sul, Brasil	4	8 e 9	1963
Walter F. Piazza	O italiano e a sua contribuição à agricultura em Santa Catarina (Notas preliminares)	4	8 e 9	1963
Antonio Christofeletti	Aspectos geográficos da cidade de Araras (SP)	4	8 e 9	1963
Oldemar Blasi e Igor Chmyz	Jazida arqueológica de J. Lopes (rio Avaí, Paraná)	4	8 e 9	1963
M. I. Neistadt e V. Gudelis	Problemas do Holoceno - traduzido do sumário em inglês por Rubens Viana	4	8 e 9	1963
H.P. Veloso e Roberto M. Klein	As comunidades e associações vegetais da mata pluvial do sul do Brasil. Comentário de João José Bigarella	4	8 e 9	1963
H.P. Veloso e Roberto M. Klein	Aspectos fitofisionômicos da mata pluvial da costa Atlântica do sul do Brasil. Comentário de João José Bigarella	4	8 e 9	1963
Gilberto Osório de Andrade e João José Bigarella	Contribuição à Geomorfologia e Paleoclimatologia do Rio Grande do Sul e do Uruguai	4	8 e 9	1963

Fonte: Boletim Paranaense de Geografia (1960-1963)

**2.2.6.  
Boletim Baiano de Geografia**

**Figura 25**

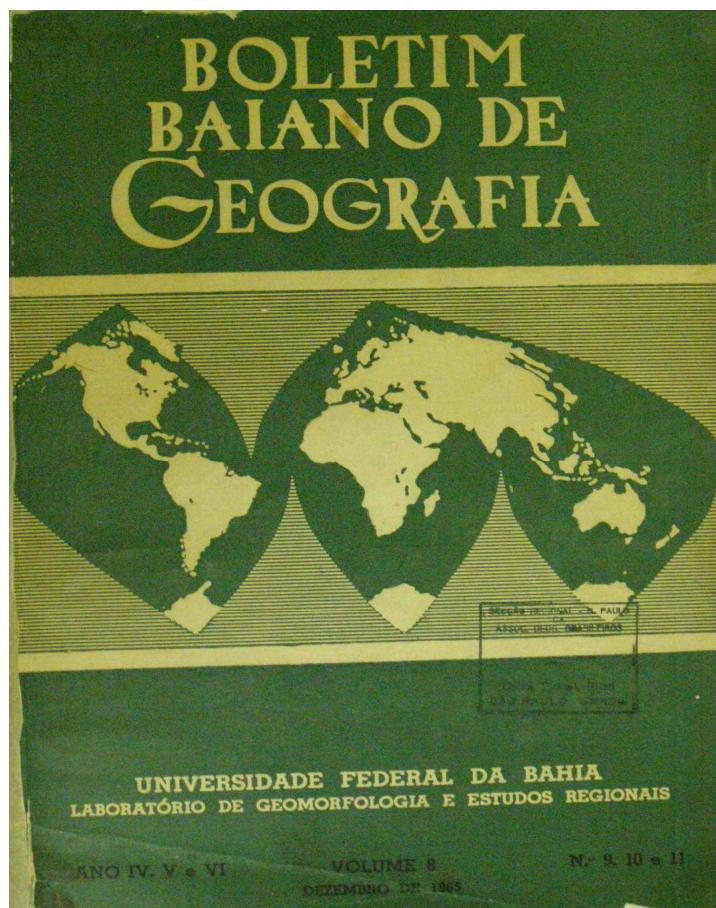


O Boletim Baiano de Geografia é a primeira das publicações de fôlego criado por um Núcleo Local da AGB - o Núcleo Salvador, vinculado a Seção Regional do Rio de Janeiro. O Boletim Baiano, assim como o Boletim Paranaense, teve também uma existência efêmera enquanto publicação sob responsabilidade da AGB – ambos nasceram como publicação da AGB e depois de algumas edições passaram a ser editados pelas universidades as quais estavam àquela seção regional ou núcleo municipal, mais próximos e articulados.

Inicialmente o Boletim Baiano de Geografia (BBG) foi publicado pelo Núcleo de Salvador, e depois Seção Regional da Bahia (1963), com a colaboração da Reitoria e do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. Nessas condições são publicados sete números em seis edições, entre os anos de 1960 e 1962. A partir do ano de 1965, quando da publicação do volume 8, números 9,10 e 11 (os três números em um único volume), do BBG, passa ser uma publicação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia com a colaboração da AGB, a situação e as posições de importância se invertem, o que parece, nesse caso, uma tentativa de continuidade do Boletim. No que se refere aos agentes do caso em questão, as articulações em torno do Laboratório são anteriores à do núcleo da AGB, e, em função dos acontecimentos políticos no Brasil na década de 1960, acabaram também sendo posteriores.

A imagem a seguir, na capa do Boletim Baiano de Geografia, volume 8, não se identifica qualquer referência à AGB. As informações sobre a colaboração da AGB vão aparecer no expediente desse volume.

**Figura 26**



O Boletim Baiano de Geografia foi

"Mais uma publicação periódica, dedicada a Geografia no Brasil... Mais um fruto da grande árvore que é a Associação dos Geógrafos Brasileiros. E, exatamente na alma dessa organização modelar que buscamos inspiração e exemplo, ao lançarmos ao público este primeiro número do Boletim Baiano de Geografia.

(...)

Este Boletim Baiano de Geografia quer, pois, ser mais de Geografia que Baiano... Não estamos deslebrados da advertência de Vidal de La Blache, para quem geógrafo é "um homem de sua região". Mas não queremos sacrificar a preocupações de aldeia a ambição de contarmos com a colaboração efetiva de outros geógrafos, que não os da Bahia, quer escrevam quer não sobre as paisagens e aspectos geográficos do nosso Estado. Nem queremos esquecer as lições e conselhos que nos assistiram e animaram, desde as primeiras atividades geográficas baianas, em 1950, até a organização do grupo de trabalho que agora se acha reunido no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia e derredor do núcleo local de Salvador, da Associação dos Geógrafos Brasileiros." (BBG,1960:3-4)

Bastante significativa a apresentação do primeiro número do BBG editado. Num primeiro instante a demonstração de articulação com o processo de construção da AGB, construção essa que se manifestava, principalmente com a criação de núcleos locais e seções regionais nos mais diferentes Estados do país; depois pela proposição de ser um Boletim baiano apenas no limite de seu nome, e não na essência da produção e autores que nele serão divulgados, caso dos outros Boletins das demais Seções Regionais da AGB, pelo menos no tocante aos autores.

**Tabela 13**  
**Boletim Baiano de Geografia (1960-1961)**

AUTOR	TÍTULO	Nº	ANO
Jean Tricart	Problemas geomorfológicos do litoral oriental do Brasil	1	1960
Milton Santos	Aspectos geográficos da concorrência entre diversos meios de transporte na zona cacaueira da Bahia	1	1960
Teresa Cardoso da Silva	Repercussões da sedimentação cretácica sobre o relevo baiano	1	1960
Michel Rochefort	Como a presença de uma grande cidade diversifica as aglomerações de uma região	2	1960
Jean Tricart, Nilda Guerra de Macedo, Paul Le Bourdiec	Tentativa de melhoria do método de estudo das areias	2	1960
Anna Carvalho	Contribuição para um estudo da Geografia industrial	2	1960
Orlando Valverde, Myriam Gomes Coelho Mesquita	Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema	3	1960
Milton Santos	Uma comparação entre as Zonas Cacaueiras do Estado da Bahia (Brasil) e a Costa do Marfim	3	1960
Jean Tricart	A contribuição do Centro de Geografia Aplicada para a "mise en valeur" do Estado da Bahia	3	1960
Jean Tricart, Teresa Cardoso da Silva	Um exemplo da evolução kárstica em meio tropical seco: o morro de Bom Jesus da Lapa (Bahia)	5 e 6	1961
Milton Santos	Alguns problemas do crescimento da Cidade de Salvador	5 e 6	1961
Anna Carvalho	Salvador e a organização de seu espaço imediato	5 e 6	1961
Norma Ramos de Freitas	As estruturas agrárias pretéritas e causas de sua modificação no recôncavo açucareiro da Bahia	5 e 6	1961

## 2.3

### **Publicações da AGB: autores e temas recorrentes num momento de conformação do campo científico na geografia brasileira**

Um balanço das publicações da AGB nos permite construir um quadro, nesse momento ainda simples, das características dessa produção, que vai desde a quantidade de material produzido até a identificação de alguma temática mais recorrente, ou mesmo da presença mais efetiva de algum autor e sua possível influência no forma de pensar e produzir na AGB. Desse modo, um ponto de partida útil e importante para se pensar a trajetória de cada publicação, e por conseguinte da AGB, na construção do campo de conhecimento da Geografia brasileira é o mapeamento do conjunto de produtos dos diversos autores presentes nos Boletins e Anais da AGB.

As Revistas, Boletins e Anais, ao serem concebidos e representadas pelos sujeitos do campo, como o espaço oficial, legítimo, e um dos de maior representatividade, coloca-se como uma das instâncias fundamentais e próprias para a compreensão do conhecimento do campo científico. Desse modo, as publicações impõem-se como fonte importante de dados na medida que através delas foram recriados, socializados e cristalizados concepções, ideologias e *habitus*, constituindo material empírico imprescindível para o conhecimento da constituição do campo em estudo.

O uso da terminologia “*campos*” pertence ao senso comum e à conceituação científica. Em termos de senso comum, utilizamos, no espaço acadêmico, sem muito questionar, as expressões “campo da geografia”, “campo da educação” etc. para nos referirmos à especificidade de um agrupamento social, mais ou menos vinculado ao mundo profissional ou, se quisermos, a um agrupamento que desenvolve, na divisão social do trabalho. Mas há também a utilização dos termos conforme os conceitos desenvolvidos na sociologia crítica de Pierre Bourdieu. É, a partir desse autor, que utilizaremos o nosso conceito de campo científico.

Uma das virtudes da teoria do campo é que ela permite romper com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário – cada um vê o campo com uma certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do

campo, que ele próprio não vê. A incerteza, a indeterminação presente no social é o que legitima a pluralidade das visões do mundo (Bourdieu, 2000). Ainda

Os campos são os lugares de relações de força que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto a sua realidade. Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (Bourdieu, 2003:25).

Cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital. O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de partes-concorrentes no interior do campo científico.

A estrutura do campo é, *grosso modo*, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço.

É nesta perspectiva que pensaremos a constituição do campo científico da Geografia brasileira forjado, nesse caso, no interior da AGB e ainda, perceber o desafio de construir uma reflexão de um campo a partir de outras reflexões, às vezes até concorrentes, oferecidas pelos próprios agentes, os mesmos que constituem o campo em sua forma e conteúdo. Ainda mais, em se tratando de um “campo científico”, em que se pressupõe que os agentes que dele participam também procuram recorrentemente refleti-lo. Bourdieu assim comprehende a noção de “campo científico”:

(...) enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (Bourdieu, 1994:122)

Nesse sentido, embora para muitos não pareça assim, a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros é caracterizada em larga escala por ter formado, em curso, ao longo e ao largo dos processos e estruturas formais de aprendizagem das Escolas e Universidades, um numero bastante expressivo de estudantes e profissionais. Essa formação, embora para outros possa parecer, não esteve ou está, desvinculada das instituições de educação formal e, portanto, não pode ser dissociada também de suas formas. É nos lugares onde se realiza aquilo que concebemos por escola que os se realizam, essa estrutura e suas muitas facetas são seu território primário, embora posteriormente – como veremos adiante – possibilite uma educação além das fronteiras dos muros institucionais.

Uma das perspectivas emergentes e necessárias de estudo no campo da Geografia brasileira nos últimos anos tem sido a tentativa de análise de sua história como forma de compreensão tanto do processo de estruturação de seu campo quanto do processo de construção dos agentes que o compõem. Buscasse, desse modo, compreender a história social de sua produção e consolidação.

Estudar a história de um campo é fundamental para a compreensão do processo de constituição desse campo. Assim, a história deve contribuir para que os sujeitos se conscientizem do papel desta no passado, para, a partir daí, conquistar a liberdade. Toda história deve ser analisada de forma a captar e compreender qual a sua contribuição para se fazer avançar o conhecimento.

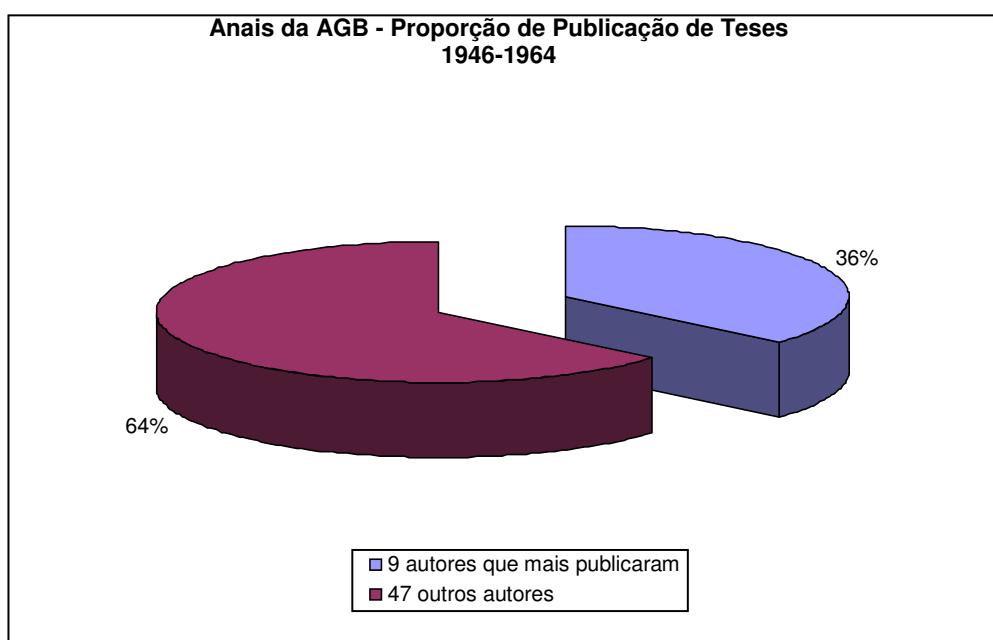
Assim, o que pretendemos nesse momento, além dos levantamentos já realizados das publicações da AGB e suas produções, é fazer alguns ensaios de análise da recorrência de elementos nessa produção – temas (escalas) e autores.

Os Anais da AGB em sua história de existência enquanto a principal publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e uma das mais importantes do Brasil, publicaram teses, textos referentes às Comunicações Orais apresentadas individualmente pelos associados e Comunicações Temáticas apresentadas durante os Simpósios. Essas foram as contribuições e resultados de investigações científicas levadas a cabo por diferentes pesquisadores, de diferentes instituições no Brasil, e que tinham em comum o fato de pertencerem a alguma Seção Regional ou Núcleo da AGB. Foram ao longo de quase 25 anos, publicados 16 volumes dos Anais contendo as contribuições acadêmicas.

As teses, consideradas como as contribuições mais importantes dos Anais, representam o maior número de textos presentes na publicação. Foram 91 teses

publicadas, de 56 autores diferentes. Apesar de um aparente equilíbrio na relação entre de número de teses e número de autores, encontramos alguns autores, àqueles que notadamente gozavam de maior influência e maior presença na AGB, que tiveram uma quantidade de teses publicadas acima dessa média. São os mesmos autores que, nos Boletins das Seções Regionais, vão confirmar esse domínio, sendo novamente os responsáveis pela maior concentração de artigos editados. Foram os autores de maior participação nos Anais: Gilberto Osório de Andrade (PE) e Jorge Chebataroff (Uruguai), ambos com cinco teses cada; Aroldo de Azevedo (SP) e Aziz Nacib Ab'Saber (SP), com quatro teses cada; Antônio Rocha Penteado (SP), José Ribeiro Araújo Filho (SP), Lysia Bernardes (RJ), Manoel Correia de Andrade (PE) e Milton Santos (BA), todos com três teses cada. Esses nove autores publicaram juntos trinta e três do total de noventa e uma teses. No gráfico 1 podemos identificar o peso da participação desses nove autores no total das teses publicadas nos Anais da AGB.

**Gráfico 1**

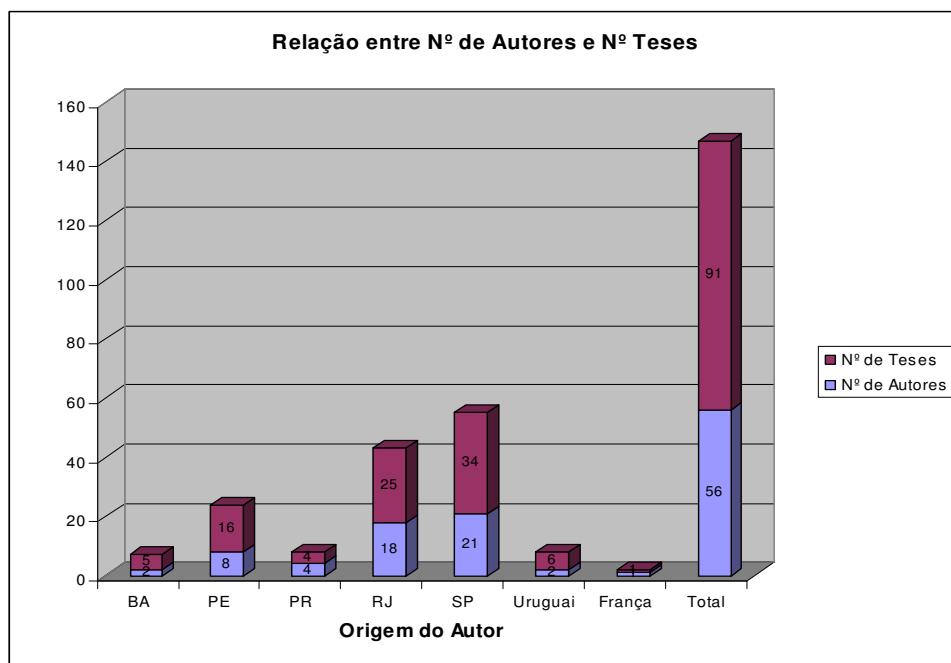


Fonte: Anais da AGB / 1946-1964

Outro dado importante é o que sinaliza a relação entre o número de teses e o número de autores. Os números que surgem dessa relação tornam-se bastante significativos e reveladores quando a origem dos autores (Estados e países) é tomada como base de referência. Os autores das teses têm origem em apenas cinco Estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Bahia) e dois outros países diferentes do Brasil (França e Uruguai), o que vem

reforçar a tese de uma extrema concentração, menos da produção geográfica no Brasil e mais da participação no fórum principal da AGB – as Assembléias Gerais Ordinárias, reservada à poucos em função do modelo instituído.

**Gráfico 2**



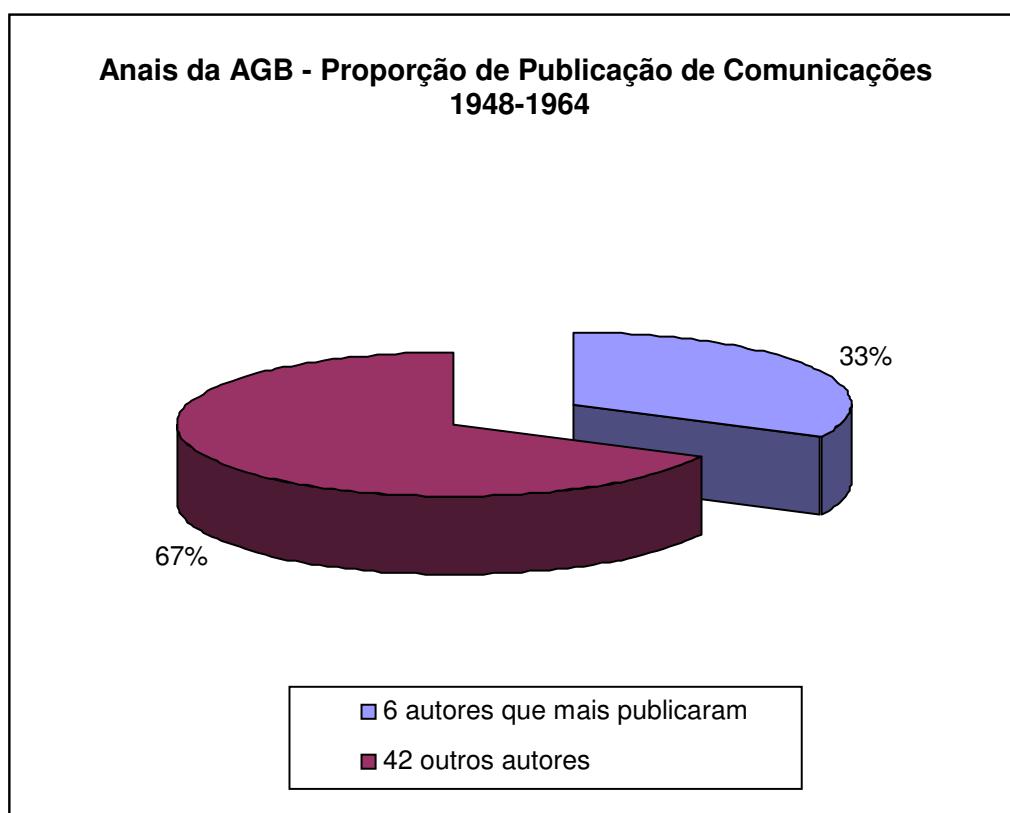
Fonte: Anais da AGB / 1948-1964

As teses, em seus conteúdos, abordam diferentes temáticas dentro de um largo espectro disponível naquilo que podemos chamar de “geográfico”. Os trabalhos que foram publicados versam sobre temas numa escala bem definida, mais especificamente de assuntos dentro de um determinado estado ou mesmo município brasileiro. Com destaque para os trabalhos sobre o Estado de São Paulo, com 25 teses; Pernambuco, com 10 teses; Rio de Janeiro, com 6 teses; Bahia e Paraná, com 5 teses cada. Ainda podemos destacar a presença de 6 teses sobre temas uruguaios e 4 que tratam o Brasil numa perspectiva de totalidade.

Outra modalidade presente nos Anais são as Comunicações Orais. Essas Comunicações começaram a fazer parte efetivamente das Assembléias, e consequentemente, dos Anais da AGB, somente a partir de 1960, quando da realização de sua 15<sup>a</sup> edição. No entanto, algumas Comunicações foram apresentadas e publicadas, de forma esporádica, em 1948, 1953 e 1954. Nas oito edições das AGOs onde essa modalidade se fez mais presente, foram

apresentadas 46 Comunicações, com 48 autores diferentes (muitas comunicação foram apresentadas por vários autores juntos). Tal como nas Teses, alguns associados tiveram mais do que uma Comunicação publicada, entre eles: Antônio Campos e Silva (BA), Milton Santos (BA), Aziz Nacib Ab'Saber (SP), cada um com três publicadas; Lysia Bernardes (RJ), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (SP) e Gilberto Osório de Andrade (PE), com duas cada. Esses seis autores juntos foram responsáveis por quinze do total de quarenta e seis comunicações. Todos os outros autores, diferentes desses já citados, foram responsáveis pela publicação de uma Comunicação cada.

**Gráfico 3**



Fonte: Anais da AGB / 1948-1964

As Comunicações tinham como principal característica ser o resultado de um estudo que tivesse como referência o tratamento de determinados assuntos na escala estadual, ou seja, questões referentes aos estados da federação, que na maioria das vezes, era o estado de pertencimento do autor. Do total de 46 comunicações apenas uma dizia respeito ao Brasil como um todo, oito são temáticas e uma outra tratava da questão do ensino de Geografia nos Estados

Unidas da América, o restante (36), tratava de alguma forma dos estados brasileiros, isoladamente ou em conjunto.

Alguns autores que aparecem na lista daqueles que mais publicaram textos referentes às comunicações apresentadas nas AGOs, são os mesmos que também apareceram na lista dos que mais publicaram teses, isto é em si um fato importante para compreendermos o processo de predomínio e/ou influência de um determinado grupo de intelectuais na produção levada à público pela AGB, e em consequência, a formação de um certo tipo de pensar/produzir Geografia no Brasil em função da importante contribuição da Associação.

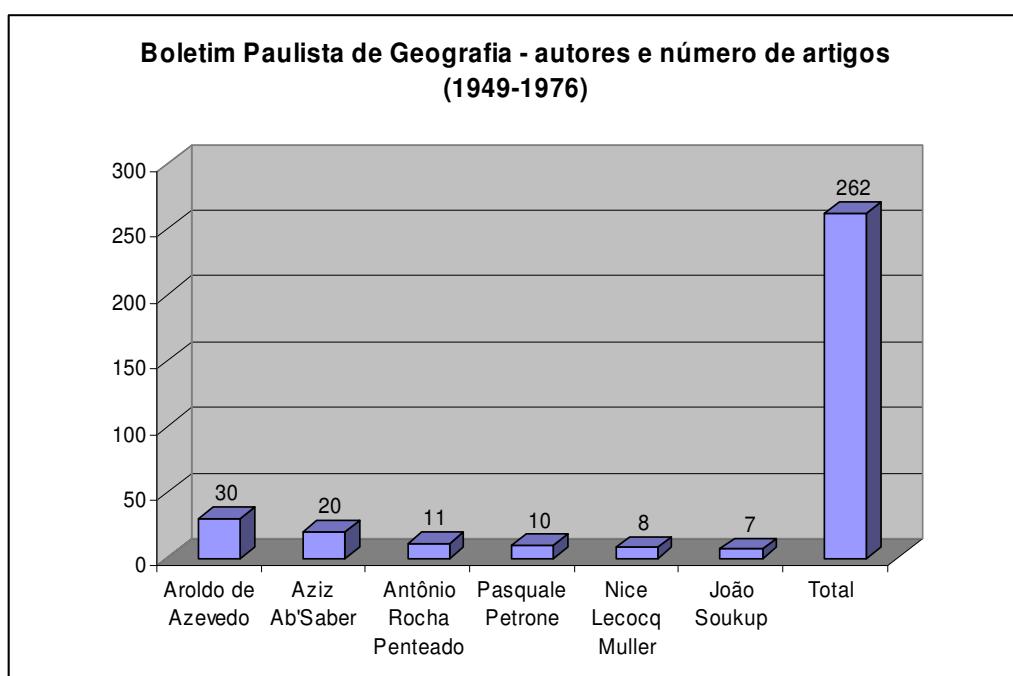
O Boletim Paulista de Geografia, como a mais antiga publicação da Geografia brasileira em funcionamento merece algum destaque na análise de sua produção. O BPG, não só é importante pela sua existência de cinqüenta anos de atividades ininterruptas, como pela qualidade daquilo que foi colocado em suas páginas, e com isso, do papel que assumiu em diferentes momentos históricos como um lugar de produção geográfica destacada. O BPG, foi assim uma das publicações da Geografia no Brasil que exerceram o papel de formação de diversos intelectuais da Geografia, pelo caminho do lugar de publicação e como lugar de leitura sobre o que se produzia, principalmente em São Paulo. Através da presença destacada de alguns autores em seus números editados, é possível afirmar que o BPG serviu não só para alavancar um certo tipo de fazer geográfico, como também para legitimar a produção de alguns profissionais, que sem dúvida, construíram influências e definiram caminhos do ensino/pesquisa geográfica.

Ao longo do período que escolhemos para a nossa análise, de 1949 (quando foi criado o BPG), até 1976 (quando os primeiros sinais do movimento de renovação crítica apareceram no BPG), foram editados 50 números do Boletim. O que vale, nesse momento destacar nessas cinqüenta edições? Em primeiro a quantidade de artigos – foram 262 publicados nessas edições, produzidos pelas mãos de 212 autores diferentes. Esses números iniciais, por eles mesmos já causam grande impressão. Afinal é não é possível desconsiderar a força de uma publicação que em vinte e sete anos publica essa quantidade de artigos e envolvendo tantas pessoas.

É notório o domínio de alguns profissionais no BPG. Quando avaliamos a significativa expressão na presença de alguns autores no Boletim, alguns nomes tomam o lugar de destaque, e o primeiro deles é o de Aroldo de Azevedo. O

professor Aroldo de Azevedo publicou nas primeiras duas décadas do BPG um total de 30 artigos, sendo 28 individualmente e 2 outros em parceria com mais um autor. Outro que se destaca é o professor Aziz Nacib Ab'Saber, que no mesmo período contribuiu para a vitalidade do BPG, com 18 artigos individuais e 2 em parceria. Esses dois profissionais, sem sombra de dúvida, não só dominaram numericamente a produção do Boletim, como a partir dessa produção definiram rumos da pesquisa influenciando muitos outros profissionais e estudantes. No gráfico 4 aparecem destacados os seis profissionais que mais artigos publicaram no BPG.

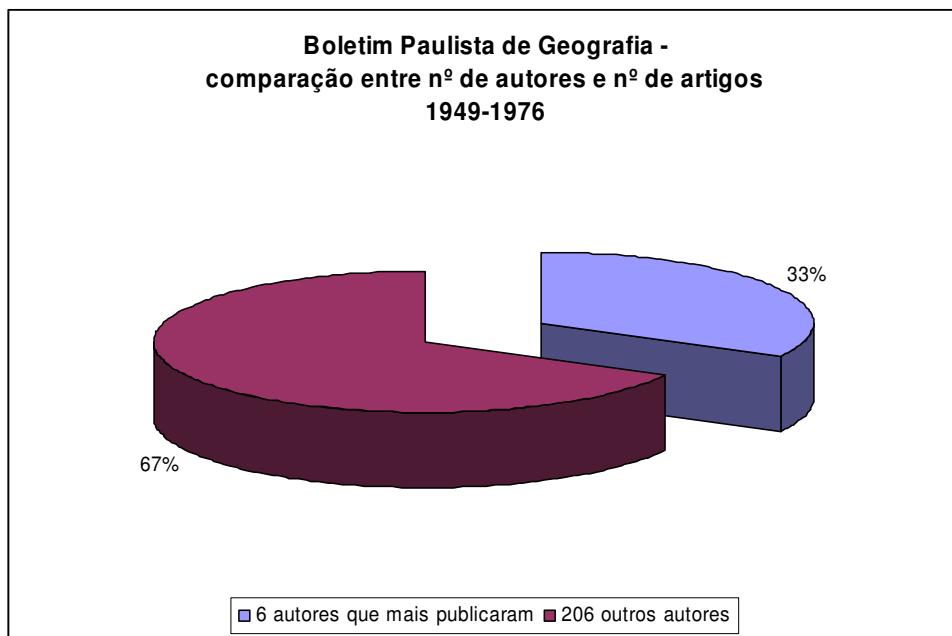
**Gráfico 4**



Fonte: Boletim Paulista de Geografia / 1949-1976

O impacto desses seis profissionais na relação entre o número de artigos publicados e o número de autores é surpreendente. Juntos Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber, Antônio Penteado, Pasquale Petrone, Nice Lecocq Muller e João Soukup, publicaram 86 artigos (de um total de 262), enquanto os outros 206 autores (que completam os 212 autores) publicaram 176 artigos. O gráfico 5 mostra a proporção dessa comparação.

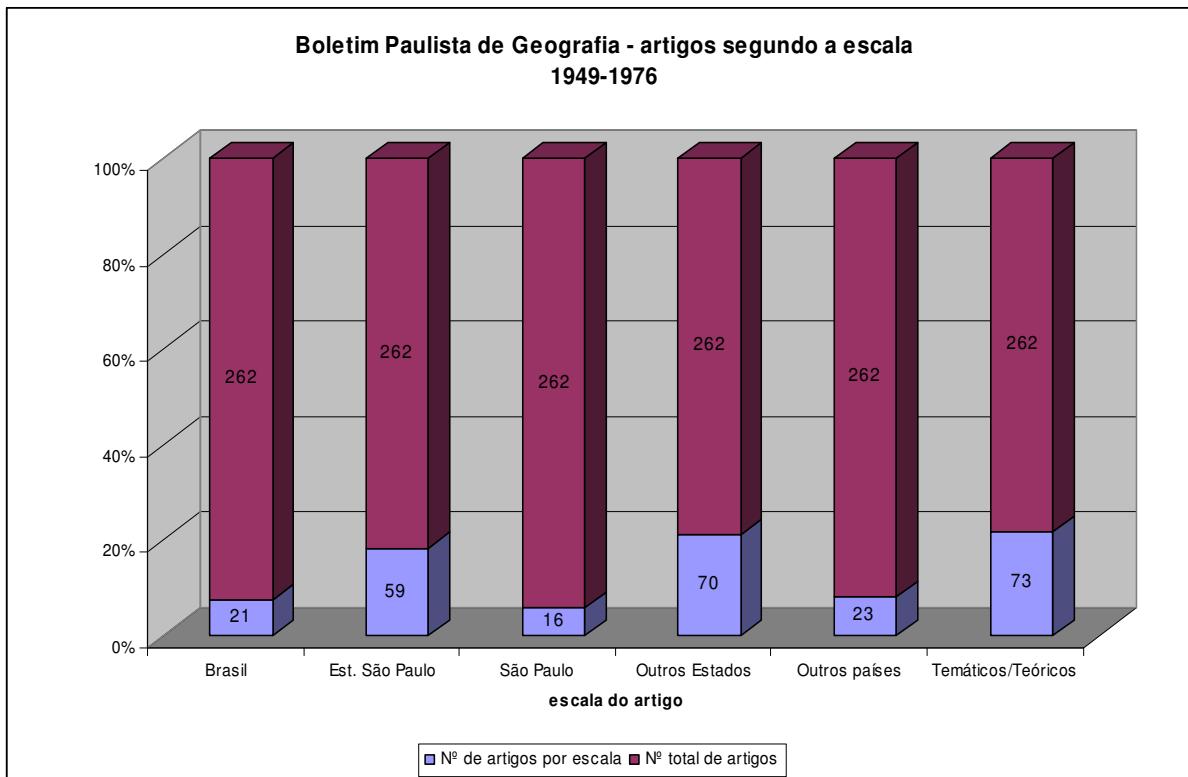
**Gráfico 5**



Fonte: Boletim Paulista de Geografia / 1949-1976

Outro dado importante a ser destacado na análise do BPG, é sobre qual a escala predominante nos artigos publicados. Algumas produções da AGB assumiram o projeto de divulgação de produções científicas mais vinculadas ao Estado de origem da publicação, ou seja, mais vinculadas à produção da área de influência daquela Seção Regional ou Núcleo Municipal. Pesou sobre a Seção São Paulo e o BPG, em função do que foi a AGB nos seus primeiros anos, em sua atuação quase que restrita a São Paulo, a marca de produzir e, principalmente, colocar a público uma geografia paulista.

**Gráfico 6**



Fonte: Boletim Paulista de Geografia / 1949-1976

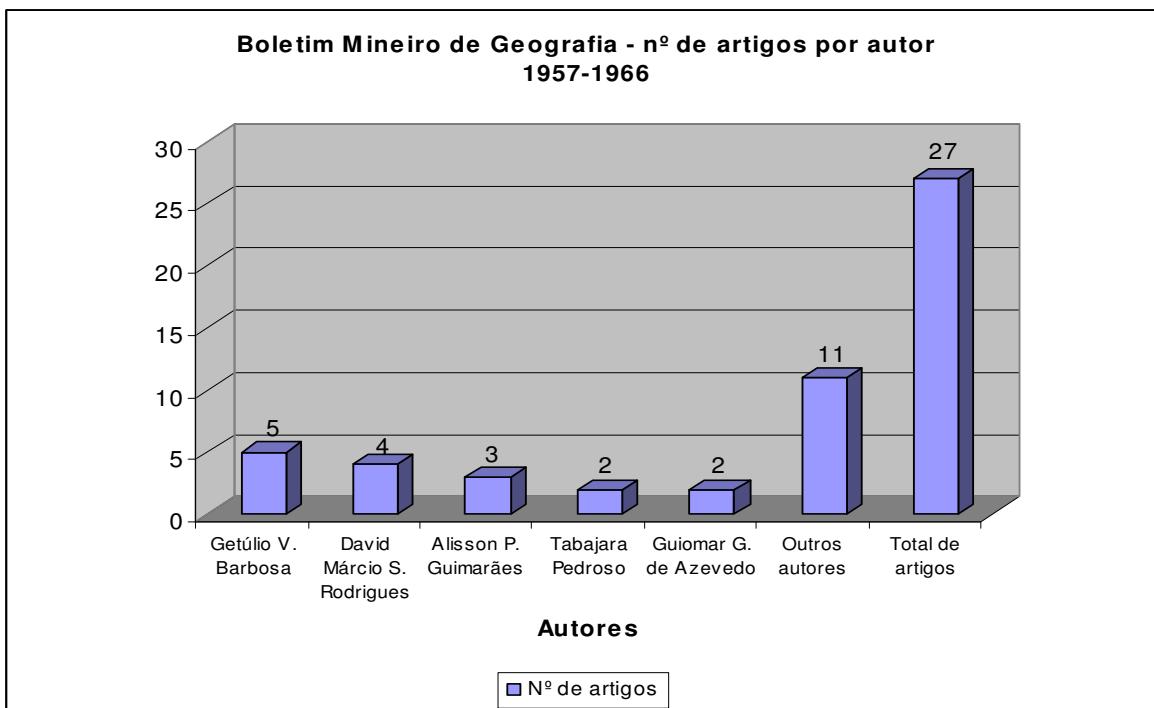
É possível perceber, a partir do gráfico 6 , que a despeito do significativo número de artigos que tratam do Estado e da Cidade de São Paulo, não dá para caracterizar, pelo menos no tocante à quantidade da produção do BPG, que este foi um veículo de uma geografia que tratava exclusivamente de São Paulo. Na ordem, os artigos do Boletim assim apresentam-se divididos: temáticos/teóricos, 27%; outros estados, 27%; Estado de São Paulo, 23%; outros países, 9%; Brasil, 8% e Cidade de São Paulo, 6% do total de artigos publicados no período analisado. É certo que quase um terço dos artigos tratam de São Paulo (Estado e Município), e é a pouca expressão dos trabalhos que fazem uma análise que privilegiasse o Brasil em sua totalidade. Apesar dessa primazia, o BPG ocupou mais de 70% de seus artigos para tratar de “lugares diferentes de São Paulo”, só para aproveitar a expressão muita usada pelo professor Aroldo de Azevedo, e que aqui não tem a carga pejorativa presente nos discursos do professor em questão.

No entanto, é bem diferente quando analisamos a origem dos autores. O BPG foi no período que estamos considerando, um Boletim de pouquíssimo

espaço para autores vinculados a outras Seções Regionais e Núcleos Municipais, sendo, nesse caso, uma publicação paulista de fato.

O Boletim Mineiro de Geografia, ao longo de seus poucos anos de existência, tornou público apenas sete edições, correspondendo a 12 números. Nessas edições estão presentes 27 artigos escritos por 18 autores diferentes, conforme distribuição que segue no gráfico 7.

**Gráfico 7**



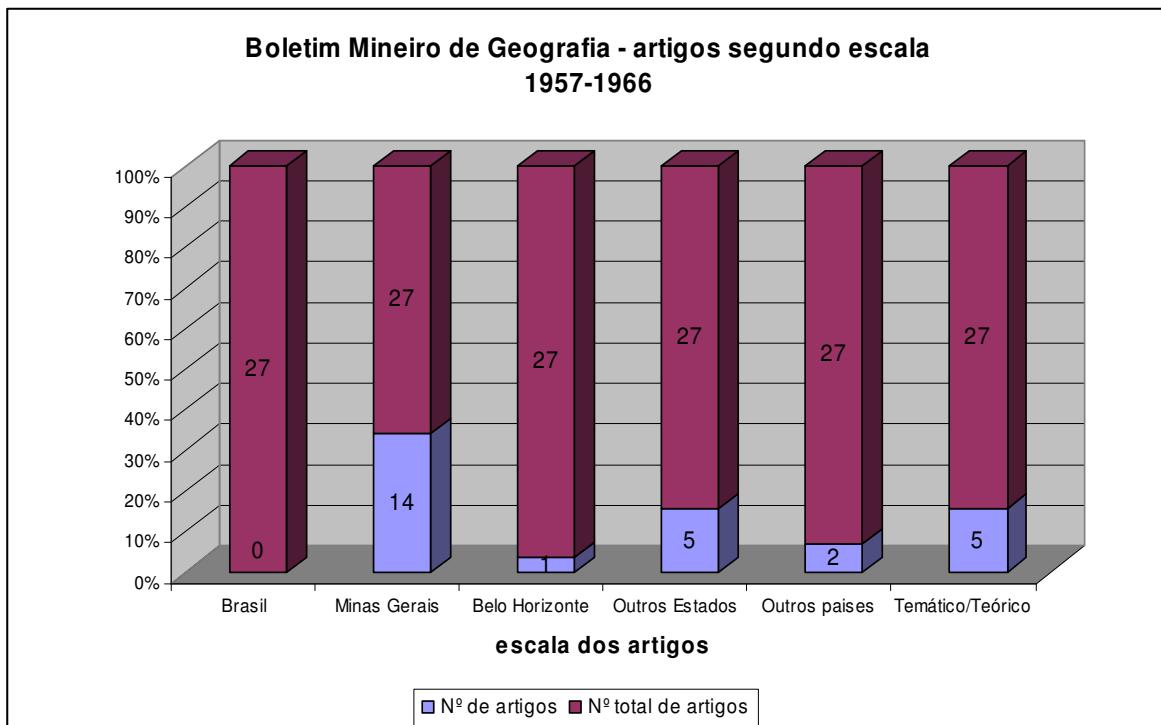
Fonte: Boletim Mineiro de Geografia / 1957-1966

Em um Boletim de tão curta existência (os nove anos de intervalo entre a primeira e última edição representam menos tempo do que parece, uma vez que entre o primeiro e o segundo número foram quatro anos de espera), e que teve tantas dificuldades para garantir a sua publicação, é passível de entendimento o fato de seus autores serem quase sempre vinculados a Seção Regional de Minas Gerais. Essas circunstâncias acabaram gerando um boletim de características bem domésticas.

Acompanhando o perfil regional (de Seção) dos autores, os temas e suas respectivas escalas também não fugiram à regra. O Boletim Mineiro de Geografia apresenta, quase que exclusivamente, temas referentes ao Estado de Minas Gerais. Do total de 27 artigos publicados em seus nove anos de atividades, 55% tratam do Estado e nenhum trata do Brasil em sua totalidade. A marca de ser

boletim destinado aos estudos do lugar da Seção Regional responsável, que aparece em outras publicações da AGB, também é do BMG.

**Gráfico 8**



Fonte: Boletim Mineiro de Geografia / 1957-1966

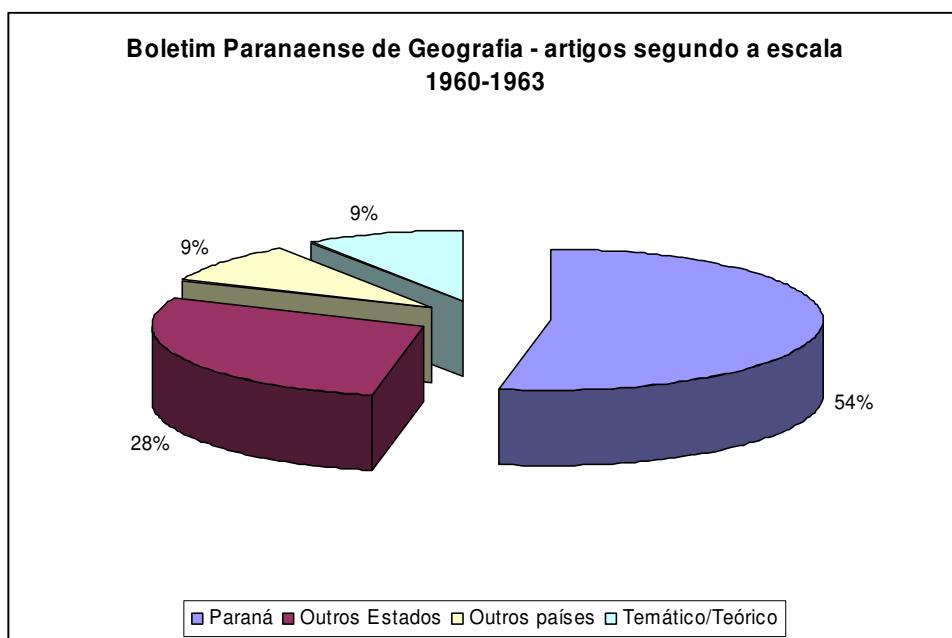
O Boletim Baiano de Geografia em seus apenas dois anos de existência enquanto publicação da AGB, tornou público sete números, entre os anos de 1960 e 1961. No entanto, tivemos acesso a apenas cinco números, que foram publicados em quatro edições. Esses números representam 13 artigos, de responsabilidade de 10 autores diferentes. Entre os autores presentes no BBG, destacam-se o professor Jean Tricart com 4 artigos, o professor Milton Santos com 3 artigos e as professoras Anna Carvalho e Tereza Cardoso da Silva com dois artigos cada.

O BBG é mais um dos Boletins da AGB que assume um lugar regional quando tratamos do conteúdo de seus artigos. Talvez a influência do Laboratório ao qual estava ligado, e que depois o assumiu, tenha sido o grande responsável por esse perfil. Entre os 13 artigos que tivemos acesso, 9 fazem referência ao Estado da Bahia, ou seja, quase 70% do total publicado.

O Boletim Paranaense de Geografia no período em que esteve sob domínio da AGB (1960-1963), publicou apenas nove números, em cinco edições. Apenas o primeiro número correspondia uma única edição, as demais foram edições correspondendo a dois números cada. Ao final foram poucos artigos nessa curta história - vinte e seis, sendo produzidos por 21 autores diferentes, uma relação muito equilibrada, onde nenhum autor publicou mais do que dois artigos.

A maioria dos artigos estava inscrito no campo da chamada Geografia física. Outra marcante característica do Boletim é o fato dele ter mais metade do total de artigos tratando do Estado do Paraná, o que contrasta com a escala Brasil, que nos números que avaliamos, não teve nenhum artigo nessa dimensão. O Boletim Paranaense constituiu-se numa publicação de caráter regional bastante evidente.

**Gráfico 9**

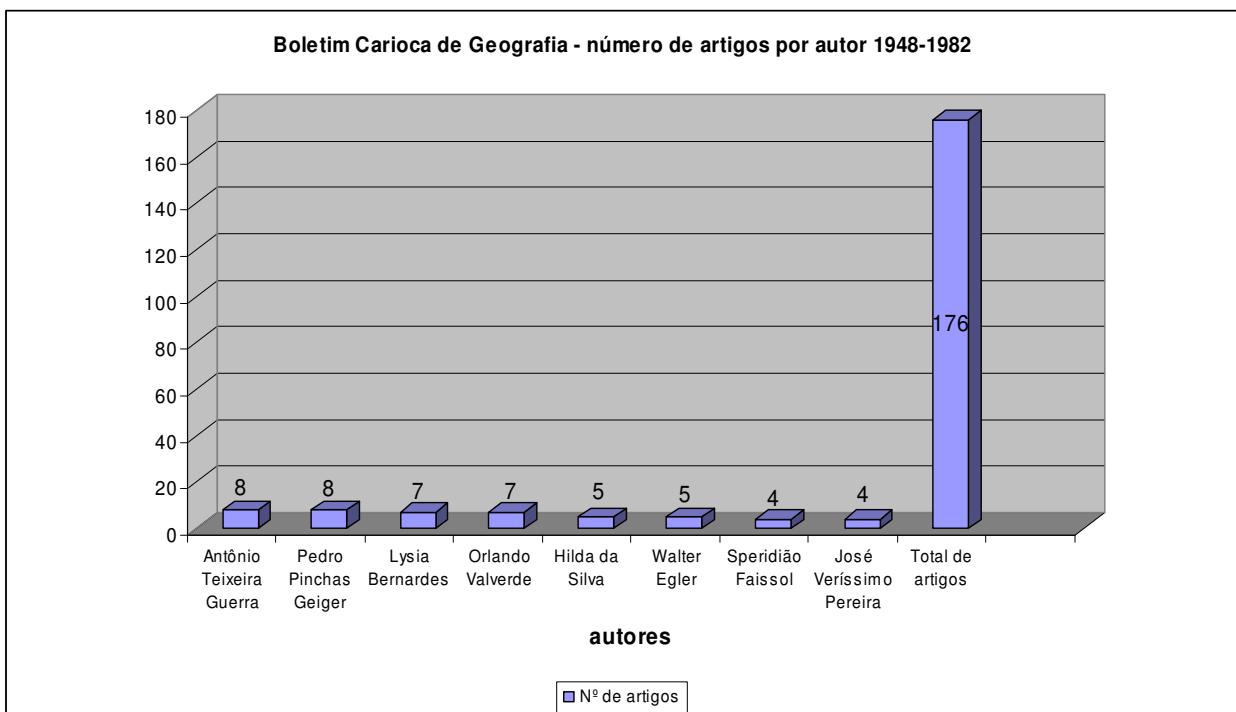


Fonte: Boletim Paranaense de Geografia / 1960-1963

O Boletim Carioca de Geografia em seus 34 anos de existência (1948-1982), 47 edições, contendo 176 artigos de 120 autores diferentes, vai representar importante e diversificada contribuição para a produção do conhecimento geográfico no Brasil. O BCG é uma das publicações sob responsabilidade de Seções/Núcleos, de maior vitalidade da história da Associação, posição que dividiu com o BPG.

Tal como em outros Boletins, no BCG também encontramos autores responsáveis por um número maior de artigos publicados do que a média histórica da publicação. Entre os autores que se destacaram no Boletim, encontramos alguns que também tiveram importante participação na Associação, assumindo inclusive sua Presidência (José Veríssimo da Costa Pereira, Lysia Bernardes e Orlando Valverde), e que também publicaram com relevância nos Anais da AGB.

**Gráfico 10**



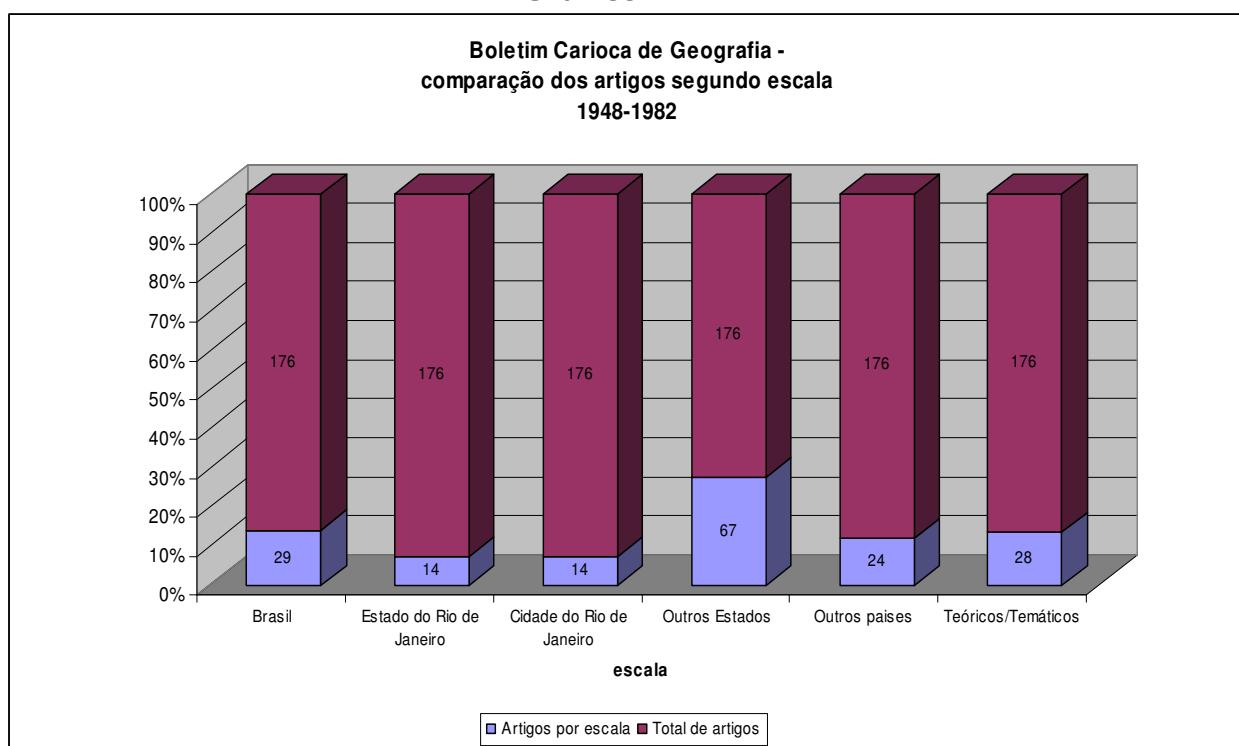
Fonte: Boletim Carioca de Geografia / 1948-1982

Uma diferença marca a concentração do número de artigos publicados no BCG por alguns autores frente a outros Boletins, principalmente o Paulista, que é sua intensidade. No primeiro, os três autores de maior presença foram responsáveis pela publicação de 23 artigos (13% do total), enquanto no BPG, os três maiores publicaram 61 artigos (23% do total). No geral, o BCG é o menos

concentrado em alguns nomes do que o BPG e outros boletins da AGB. Apesar dessa diferença não para não dizer da importância desses autores mais destacados no BCG para a AGB, principalmente na Seção do Rio de Janeiro, uma vez que foram profissionais nos quais a Seção se apoiou por longo tempo, tendo sido influenciada de maneira bastante significativa em seus rumos.

Outra característica do BCG que o coloca numa situação de diferenciação frente aos demais boletins da AGB, diz respeito ao que aqui estamos chamando de “escala dos textos” que foram publicados. A escala de tratamento dos temas propostos em cada texto, e que diante da classificação apresentada nesta tese, mostra uma configuração bastante interessante, e que pode ser observada no gráfico 11.

**Gráfico 11**



Fonte: Boletim Carioca de Geografia / 1948-1982

Diferente de outras publicações, no BCG a escala Brasil ocupa lugar privilegiado, sendo a segunda em números de artigos, fato que talvez possa ser explicado pela relação entre a AGB e o IBGE, estreitas pela presença na AGB de profissionais ligados ao Instituto, sendo inclusive esses os que mais publicaram no Boletim. Ainda nessa questão, outro ponto de diferença, aparece nas escalas Estado e Cidade (no caso, Rio de Janeiro), que ocupam os lugares de menores quantidades de referências, bem diferentes de outros boletins.

A análise dos autores e sua recorrência internamente aos Boletins revela o domínio e a influência que esses senhores e senhoras tiveram em cada uma dessas publicações e nas Seções da AGB às quais estavam vinculados.

Outra possibilidade de entendimento do perfil de cada um dos Boletins da AGB e do papel desempenhado pelos seus mais diferentes autores, é analisar a presença/recorrência desses autores em mais de uma publicação.

Numa comparação entre os Boletins Paulista e Carioca de Geografia, chegamos aos reveladores números: entre os 212 autores do BPG, que publicaram 262 artigos e os 120 autores, que publicaram 172 artigos no BCG, apenas 14 - sendo 6 estrangeiros e 8 brasileiros, tiveram a possibilidade de publicar seus trabalhos nos dois boletins. Os números em si revelam a inexistência de articulação entre as duas Seções Regionais, pelo menos no tocante a disponibilidade para o intercâmbio entre suas publicações. O mais expressivo é que entre os 8 brasileiros, apenas dois eram do Rio de Janeiro e um de São Paulo.

**Tabela 14**

<b>Autores que publicaram nos Boletins Paulista e Carioca</b>	
<b>Brasileiros</b>	<b>Estrangeiros</b>
Antônio Teixeira Guerra (RJ)	Francis Ruellan (França)
Carlos Borges Schmidt (SP)	Jean Tricart (França)
José Veríssimo da Costa Pereira (RJ)	Jean Roche (França)
Mário Lacerda de Melo (PE)	Pierre Monbeig (França)
Manoel Correia de Andrade (PE)	Pierre Deffontaines (França)
Milton Santos (BA)	Michel Tabuteau (França)
João José Bigarella (PR)	
Armen Mamigonian (SC)	

Fonte: Boletim Paulista de Geografia/1949-1976 e Boletim Carioca de Geografia/1948-1982

Ampliando a análise desses dados à comparação com outros Boletins (Mineiro, Paranaense e Baiano), não encontramos situação diferente: somente dois autores brasileiros e um estrangeiro, tiveram seus trabalhos publicados em mais de dois Boletins – professores Milton Santos e Jean Tricart, que além do BPG e BCG, publicaram também no Boletim Baiano; e o professor João José Bigarella, que publicou no Boletim Paranaense, além dos dois já citados.



# **Capítulo 3**

**Transformações:  
da construção da institucionalidade à renovação  
em movimento**

**"A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da Geografia brasileira, ... decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do País, para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não haviam cursos de pós-graduação em Geografia, contribuindo para consolidar a formação dos geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo a que se conhecesse melhor estas áreas e os seus problemas."**

(Manoel Correia de Andrade, 1987).

**A**AGB é uma daquelas entidades, que pela sua longa existência já poderia marcar presença de maneira indiscutível na história das instituições científicas do Brasil. No entanto, a própria história da AGB, desde sua fundação até os dias atuais, não só reforça sua presença nesse seleto grupo de entidades, como também sua permanência com destaque. A AGB é uma associação de porte nacional que construiu sua história em busca de reconhecimento e de uma forte institucionalidade, e que passados mais de quarenta anos de atividades viu-se transformada num movimento de grande diversidade, e por vezes, de intensa radicalidade dentro de uma ciência, onde foi palco e protagonista de inúmeras histórias transformações e construções. As transformações sofridas, provocadas e assumidas pela AGB foram muitas ao longo de sua história.

As primeiras transformações se remetem ao próprio tempo de nascimento da AGB no distante ano de 1934, quando, ao ser fundada, rompe, mesmo que modestamente, com algumas das tradições na relação entre a sociedade brasileira e as suas “regras” no tocante a existência e ao funcionamento das associações culturais e científicas (o que, a princípio não será uma regra da AGB em suas primeiras décadas de existência). O professor Aroldo de Azevedo em seu discurso na abertura da quinta Assembléia Geral Ordinária da AGB, em 1950, lembra algumas dessas questões, quando relata alguns episódios da criação da associação.

“Quando a notícia foi aos poucos chegando ao conhecimento dos homens cultos da cidade de São Paulo, formularam-se muitas perguntas, que escondiam críticas ou dúvidas honestas: por que fundar-se uma sociedade geográfica, se já São Paulo possuía seu venerando Instituto Histórico e Geográfico? Por que se lhe dava um nome tão amplo, nacional, se sua sede não era no Rio de Janeiro e só congregava geógrafos residentes em terras paulistas?... Perguntas razoáveis, sem nenhuma dúvida, mas que puderam ser respondidas sem grande dificuldade. De fato, a existência do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não poderia constituir uma razão para a não fundação de uma Associação de Geógrafos; e isto porque já constituíra uma tradição o fato de dedicar-se aquele venerando sodalício muito mais à História do que à Geografia.

(...)

Restava justificar a denominação escolhida por aquele grupo de idealistas, congregados em 1934 – Associação dos Geógrafos Brasileiros, tendo por sede a cidade de São Paulo. Tratava-se, aqui, de destruir uma espécie de tabu, que

ordenava que toda sociedade de nome nacional deveria ter sua sede na capital da República. Ao que me consta, realmente, nunca ante fora fundada uma sociedade cultural de âmbito nacional com sede fora da cidade do Rio de Janeiro. Coube ao prof. Deffontaines, na sua qualidade de europeu eminent e possuidor de visão bem mais larga que muitos de nós outros, dar a palavra decisiva: ponderou ele, em primeiro lugar, que não existe lei alguma à face da Terra que obrigue a esse exclusivismo e demonstrou que, muito pelo contrário, em várias nações, e das mais cultas do globo, haviam sido fundadas associações com nomes nacionais, embora sediadas em cidades outras que não eram as capitais dos respectivos países. Na verdade, limitar-me-ei a vos apresentar um exemplo expressivo, porque se refere a uma nação tão vasta como a nossa: a "American Geographical Society" tem sua sede em Nova-York e, não, na capital dos Estados Unidos. Por outro lado, lembrou o prof. Deffontaines um argumento rigorosamente geográfico em favor da localização da sede da recém-fundada associação: sendo a cidade de São Paulo o maior centro urbano do Planalto Brasileiro e constituindo este, por sua vez, a maior e mais importante das porções do nosso país, nada mais justo que tivesse a honra de conter a sede da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Parece-me que não será preciso acrescentar cousa alguma a argumento tão repleto de cristalina lógica, com vantagem de ser estritamente geográfico..." (AGB, 1953:6-7)

As questões a que se refere o professor Aroldo de Azevedo, embora não tratem de transformações necessariamente operadas no interior da AGB ao longo de sua existência, fazem referência ao nascimento da Associação, que de certa forma, promove algumas rupturas, mesmo que não possíveis de serem analisadas externamente ao ato em si. Se o próprio nascimento da AGB é um ato de ruptura, o que dizer de seus dois primeiros anos de existência, onde boa parte dos associados era formada por estudantes do Curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, e não havia ainda, nos estatutos da AGB, qualquer distinção<sup>64</sup> entre os associados.

Sem nos preocuparmos, nesse momento, com qualquer ordem cronológica que combine a existência da AGB com as transformações operadas em seu interior, lembremos de outro significativo exemplo de transformação ocorrida na Associação. Embora aparente, pois se remete à forma, a transformação das imagens de identificação da AGB são bastante importantes, pois se remetem as

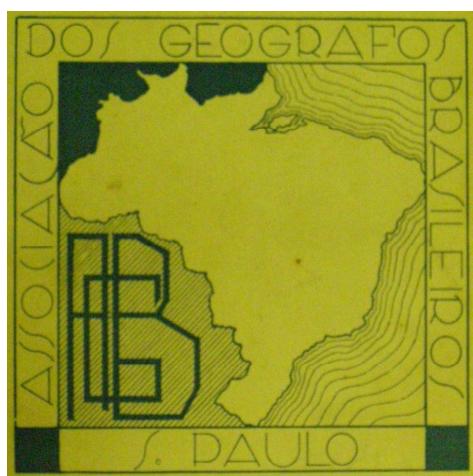
---

<sup>64</sup> O que vai acontecer na Reforma Estatutária de 1936.

formas de representação dessa associação. Representações que podem ser desde a sua simples marca impressa de sua logomarca, até os significados dos símbolos impressos por sua marca na Geografia brasileira.

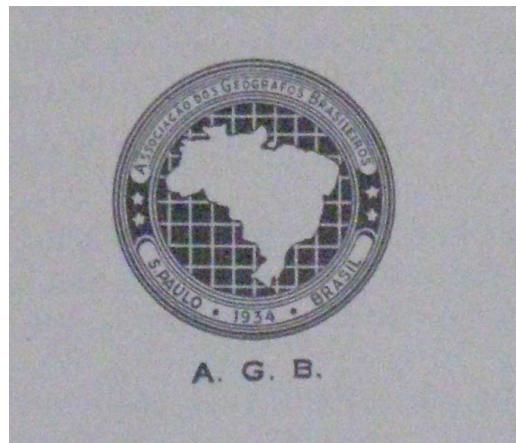
No ano seguinte a sua criação, a AGB apresenta o seu primeiro logotipo, tentando assim imprimir sua marca de existência através de suas publicações (Revistas, Boletins, Informativos). Esse primeiro logotipo vai existir até o período da reforma estatutária de 1945 (embora é possível notar a presença do logotipo em alguns eventos da AGB até os anos da década de 1950, como uma espécie de bandeira da AGB). Esse primeiro logotipo, traz, e não poderia ser diferente, em se tratando de Geografia, nos anos trinta, um mapa na sua representação. Apesar do nome de identificação nacional – brasileiros, do mapa do Brasil, o que poderia representar a idéia de nacional, e todos os significados que isso pode ter, a referência a São Paulo também está presente.

**Figura 27**  
**1º logotipo da AGB**



O segundo logotipo, que da mesma forma do primeiro, traz nome da Associação, sua sigla, o mapa do Brasil, o nome São Paulo, mostra também o ano de fundação, além é claro de um desenho com um acabamento mais preciso. O círculo vai dar uma noção de simetria. Esse logotipo vai estar presente na Associação, em todas as suas publicações, de suas Seções e Núcleos até o final da década de 1970, quando é substituído pelo atual logotipo, com a três letras iniciais de seu nome.

**Figura 28**  
**2º logotipo da AGB**



O logotipo atual da AGB, que vai ocupar esse lugar a partir do final da década de 1970, vem impregnado de significados. Primeiro, representa do ponto de vista político a ruptura com aqueles símbolos e seus sentidos do passado de diferenças e segregação na AGB. Segundo porque, do ponto de vista estético, representava algo novo, mais moderno, de transformação, e isso se ajustava ao momento que a AGB estava experimentando. Depois de dois logotipos tarzendo referências do mapa do Brasil e de São Paulo, uma ruptura visual também era necessária<sup>65</sup>.

**Figura 29**  
**3º logotipo da AGB**



As transformações mais significativas promovidas na/da AGB foram marcadas em suas reformas estatutárias, principalmente as de 1945, 1970 e 1979. E é isso que veremos tratado nos próximos passos desta tese.

<sup>65</sup> No ano de 2006, o Boletim Paulista reeditou o segundo logotipo, mas o fez a título de publicação de edição histórica.

### 3.1

#### **A Reforma Estatutária de 1945: projetando a instituição nacional**

Entre 1934 e 1945, a AGB teve uma atividade incipiente e irregular. Manteve-se dentro de um âmbito regional, praticamente restrita aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, embora figurasse no seu quadro social alguns geógrafos do Paraná. Durante esse tempo, suas atividades deram-se, principalmente, no interior da USP, envolvendo seus participantes num cotidiano essencialmente acadêmico, intenso, mas interno, e no interior do Conselho Nacional de Geografia (CNG), onde os geógrafos cariocas se encontravam.

A verdade é que, de início, como bem lembrou Monbeig (1946:119), “a despeito de seu nome, não conseguiu a Associação dos Geógrafos Brasileiros estender sua atividade além das fronteiras do Estado de São Paulo”. Ainda Monbeig, por volta de 1943, avaliava a existência da AGB “(...) modestamente uma AGB que funciona em São Paulo, com filial em Curitiba, mantém reuniões regulares e publicação irregular (revista Geografia)” (Apud Seabra, 2004:14)

Aroldo de Azevedo, em seu discurso, na abertura do I Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em 1954, na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, fez referência à criação da AGB e a escolha de seu nome como um ato audácia.

“Por isso mesmo, embora se encontrasse na Capital paulista e tivesse a seu lado apenas três pessoas, não deu ouvidos à observação daqueles que achavam que a nova Associação deveria ser exclusivamente paulista; num rasgo de audácia, num gesto que talvez pudesse ter algo de quixotesco naquele ano de 1934, desprezando tradições enraizadas, não titubeou em lhe dar o nome, realmente pretensioso para a época, de *Associação dos Geógrafos Brasileiros*”.(Azevedo,1954:12)

Os estudiosos da história do pensamento geográfico brasileiro, e que, em algum momento, debruçaram-se sobre a história da AGB, são unâimes em apontar a existência de uma AGB antes e outra pós-1945. Para a AGB, 1945 é marcado pelo reforma estatutária que muda completamente a forma de organização da associação e que cria as condições para que seu projeto nacional, ou pelo menos, a atuação se dê para além das fronteiras do Estado de São Paulo. Em 1945, a Geografia brasileira não está apenas restrita às duas instituições formadoras – USP e UDF (a atual UFRJ), vários cursos e em várias partes do Brasil já haviam iniciado suas atividades.

**Tabela 15**

<b>Cursos de Geografia no Brasil, segundo ano de criação 1934-1945</b>	
<b>Universidade</b>	<b>Ano de Criação</b>
Universidade de São Paulo	1934
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1936
Universidade Federal do Paraná	1938
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1940
Universidade Federal da Bahia	1941
Universidade Federal de Minas Gerais	1941
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1941
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1941
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1942
Universidade Católica de Pernambuco	1943
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1943
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1945

Fonte: Censo do Ensino Superior/INEP-2002

Com o crescimento do número de geógrafos licenciados em universidades, a AGB se multiplica e sofre uma considerável mudança. A mudança institucional veio a partir de 1945 com a reforma estatutária.

O professor Aroldo de Azevedo, em discurso na sessão de abertura da X Assembléia Geral Ordinária da AGB, realizada na cidade de Garanhuns, em 1955, destaca a importância e o caráter estruturante das mudanças operadas pela Reforma Estatutária de 1945.

"Através da reforma dos estatutos realizada em 1945, eu vi a Associação estruturar-se sob novas bases, ao adotar uma espécie de sistema federativo, com a criação das Secções Regionais, cujo trabalho de união, mais forte, encontra-se em Assembléias Gerais (...) algo que se assemelha a um Congresso Nacional de Geógrafos de todo o Brasil. A obra de expansão e de enraizamento da nossa A.G.B. faz-se de maneira lenta, sem açodamento, porque exige, antes de tudo, a firmeza do terreno, a constituição de uma base sólida (representada por um grupo escolhido de geógrafos), para que a nova unidade venha a instalar-se." (AGB, 1959:12)

A mudança ocorrida na AGB pode ser entendida como sua primeira significativa mudança de fase. Lembramos que outras mudanças de fase institucional e política ainda marcaram a/n/a história da associação. A AGB saiu de seu período de infância para entrar na adolescência, conforme avaliação

apresentada pela professora Nice Lecocq Muller em alguns artigos publicados em jornal<sup>66</sup>.

"Fundada em 1934, por obra e graça de Pierre Deffontaines, mantida através de onze longos difíceis e heróicos anos pelo trabalho e fé de Pierre Monbeig, a Associação dos Geógrafos Brasileiros saiu em 1945 de sua infância para enfrentar o sempre delicado período de adolescência, passando, então, por verdadeira "crise" de crescimento. A mudança de situação fez-se em função da criação de ambiente já mais favorável às suas atividades, graças ao funcionamento, então de alguns anos, da Faculdade de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia." (Muller, 1961:46)

Apesar do romantismo, e por vezes de certo exagero ao tratar da AGB em seus primeiros anos e da importância de alguns de seus principais personagens, a apresentação da professora Nice Lecocq Muller vai ilustrar de maneira bastante interessante o momento de mudança e, por que não, de algumas rupturas na dinâmica organizacional da associação.

Ainda, a professora Nice Lecocq Muller avalia, no mesmo tom, essa nova fase da AGB, quando a associação chega ao que ela vai denominar de "maturidade". Assim

"Bem distante já estava dos tempos heróicos, das reuniões com três pessoas... A A.G.B. adquiria personalidade, definindo-se em sua função nacional, criando forças para enfrentar a maturidade. Como em todas as crises de crescimento, também ela teve seus períodos difíceis. Mas soube enfrentá-los, sabendo continuar a crescer, como um todo harmônico, como um organismo sadio" (Muller, 1961:46).

Um aspecto da maior relevância para caracterizar esse período repousa no início da intensa atividade global da AGB, realizando uma verdadeira "cruzada" de divulgação científica e difusão profissional da Geografia pelo território nacional. A realização das Assembléias Gerais Ordinárias e Congressos em diversas cidades e estados do país, os trabalhos de campo e suas pesquisas decorrentes, a publicação dos Anais e Boletins, a participação em eventos internacionais e a criação das secções regionais, são aspectos da maior

---

<sup>66</sup> A professora Nice Lecocq Muller, então sócia efetiva da AGB e Assistente da Cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na qualidade de Secretária-Geral da Associação, escreveu uma série de artigos que foram publicados na "Folha de Londrina", PR, entre junho e julho de 1961. Em linguagem acessível ao grande público, procurou contar um pouco da vida da AGB. Esses artigos foram agrupados e depois publicados no Boletim Paulista de Geografia nº38 (1961).

relevância para o entendimento da construção do projeto de âmbito nacional da AGB. Parte significativa desses acontecimentos se deu em função da reforma estatutária realizada em 1945, quando a partir daí, podemos dizer que se inicia uma nova fase na vida institucional/acadêmica e política da AGB. Vale destacar que a reforma não se deu em si mesma, ou seja, na verdade, o estatuto e qualquer que seja sua estrutura ou reformulação, refletem as condições e imposições vividas em seu momento pela associação, seus membros e a realidade sócio/econômica/ e política no qual se encontra inserida. Resumidamente, os estatutos refletem vida que os iluminam e não somente o contrário.

Em 1945, a AGB conhece sua segunda reforma estatutária. A segunda de um total de seis reformas<sup>67</sup> em sua história – umas de maiores repercussões e alterações no formato organizacional e político da associação, e outras de poucas alterações, podendo ser entendidas como pequenos ajustes no percurso.

Em sessão realizada no dia 4 de junho de 1945, em uma das salas da Biblioteca Municipal, na capital paulista, depois de ampla e cuidadosa discussão, aprovaram, os sócios da AGB, os novos estatutos. A discussão sobre a necessidade de reforma dos estatutos da AGB foi realizada tanto pelos sócios em São Paulo, como pelos sócios que residiam no Rio de Janeiro, que

“(...) Graças à iniciativa de Jorge Zarur, Fábio Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, apoiados por Cristóvão Leite de Castro, tiveram início as “dermarches” no sentido de se processar uma reforma nos Estatutos da A.G.B., a fim de que pudesse esta realizar, de maneira completa, suas grandes finalidades”. (AGB, 1946:5)

Ou ainda, segundo Muller (1961)

“Estudiosos da nova disciplina iam percebendo o interesse das reuniões da ainda modesta agremiação de São Paulo, desejando que em outros centros do país algo semelhante fosse criado. Do Rio de Janeiro partiu a iniciativa, em grande parte por inspiração de Jorge Zarur; um grupo de geógrafos cariocas reunindo-se aos paulistas estudou uma estruturação da A.G.B. que permitisse fosse se formando uma rede nacional de centros de estudos geográficos: foi a reforma estatutária de 1945.” (Muller, 1961:46)

---

<sup>67</sup> A AGB em sua história iniciada em 1934 realizou até o ano de 2007, seis reformas estatutárias, a saber: a primeira em 1936, a segunda em 1945, a terceira em 1963, a quarta em 1970 e a quinta em 1979. e a sexta e última em 1992.

Sob a presidência do professor Pierre Monbeig, a assembléia da AGB especialmente convocada para a discussão e reforma dos Estatutos em vigor desde 1936, teve início na noite do dia 04 de junho. No início da assembléia, além do professor Monbeig, estavam presentes os seguintes associados: Odilon Nogueira de Mattos, Joaquim Alfredo da Fonseca, Maxim Tolstoi Carone, Astrogildo Rodrigues de Mello, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Ruy Ribeiro Franco, Ruy Ozório de Freitas, Ary França, Renato Silveira Mendes, Nice Lecocq Muller, José Ribeiro de Araújo Filho, Maria Henriqueta Fonseca, Elí Piccolo, Elina Oliveira Santos, Eduardo Alcântara, Antônio Rocha Penteado, João Dias da Silveira, Dirceu Lino de Mattos, Fernando Flávio Marques de Almeida e Aroldo de Azevedo. Algumas ausências foram notadas e justificadas, como por exemplo, dois dos principais articuladores da AGB no Rio de Janeiro – os professores Fábio de Macedo Soares Guimarães e Jorge Zarur. Seguindo a ordem estabelecida para o processo de reforma estatutária presente nos estatutos em vigência, o presidente da AGB fez a leitura dos nomes dos associados que se encontravam em pleno gozo das suas prerrogativas, por se acharem quites com a tesouraria, chegando a um total de 36 (trinta e seis) associados. Nessas condições, o presidente da AGB declarou que com a presença dos vinte e dois associados garantiriam a legalidade para a assembléia deliberar sobre a reforma dos estatutos da associação, uma vez que dentro dos termos do estatuto em vigor seriam necessários, pelo menos, a metade dos sócios efetivos para a realização plena do processo.

Em rápida exposição de motivos apresentada na abertura dos trabalhos de reforma estatutária, e depois publicada nas atas da mesma, o professor Pierre Monbeig apresenta algumas das razões da necessidade de mudança dos estatutos da AGB.

"A Associação tem tido seu campo de ação praticamente limitado à cidade de São Paulo, uma vez que os Núcleos Filiados não produziram os esperados resultados, e que a sugestão de mais estreita colaboração, apresentada pelo grupo de geógrafos do Rio de Janeiro, abria uma oportunidade para se colocar a Associação dentro de um âmbito mais largo, de modo poder receber a colaboração de estudiosos da Geografia residentes noutros pontos do país." (AGB, 1948:2)

O professor Monbeig esclareceu ainda que o projeto de modificação dos estatutos, embora tenha sido apresentado apenas com a assinatura dos membros da Diretoria da AGB, foram resultado de prolongada discussão entre diversos associados, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Apresentada a proposta de reformulação, a mesma foi sendo discutida ponto a ponto, a partir das indicações dos associados presentes. O Estatuto aprovado numa organização de 9 títulos – artigos, consolidou uma estrutura organizacional mais sofisticada que na sua primeira versão, com um formato mais detalhado e procurando demonstrar um projeto de associação mais maduro e organizado. Podemos destacar entre os artigos dos novos estatutos aqueles que são os estruturantes do projeto que se inicia nessa nova fase da AGB. Em resumo, os novos estatutos regulam cinco grandes eixos: dos objetivos da associação, da composição de seu corpo associado, do formato do seu corpo diretor, das formas e periodicidade das reuniões e publicações da associação, e da forma de organização da associação.

Quanto aos objetivos da associação, destacam-se os seguintes artigos:

Art.2º - "Para atingir seus objetivos, a Associação promoverá o conhecimento e o intercâmbio de idéias entre seus associados, através de reuniões periódicas e outros meios; realizará e auxiliará pesquisas geográficas; manterá publicações periódicas; proporá medidas para o aperfeiçoamento do ensino geográfico em todos os seus graus; e procurará, por meio da fundação de Secções Regionais e Núcleos Municipais ou em cooperação com organizações similares, irradiar suas atividades pelo território do país"

Art 3º - "A Associação não poderá tomar parte em manifestações políticas ou religiosas, nem tratar de qualquer assunto estranho aos seus objetivos"

O artigo 2º, na verdade apresenta um espectro bastante amplo das finalidades da associação, que vão desde o intercâmbio de idéias até a proposição de medidas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino da Geografia, desde os níveis mais elementares da escola até os escalões mais destacados da vida universitária. Nesse, vale ressaltar a preocupação da AGB e de seus associados com a questão do ensino da Geografia, que era então, visto como lugar importante para a produção da pesquisa geográfica, e também de sua própria existência como disciplina.

O artigo 3º é o que, daqueles que integram o título dos objetivos da associação, o que merece maior atenção. Primeiro pela determinação de impedimento de participação da associação em atividades políticas e religiosas, o que parece ser uma falsa busca á uma posição de neutralidade que a AGB, na verdade, nunca desempenhou, vide suas articulações políticas<sup>68</sup> para a realização das reuniões anuais, ou mesmo das pesquisas e trabalhos que a associação desenvolveu sob encomenda<sup>69</sup>, principalmente para o poder público.

Outro importante eixo de estruturação dos estatutos é o que vai tratar da forma e dos critérios de associação à AGB. No título “Dos Associados”, o estatuto aprovado nessa reforma vai regular a questão em tela. O estatuto aprovado cria para a AGB, três categorias de sócios: os efetivos, os cooperadores e os honorários. A classificação é claramente de caráter meritocrático e excludente, onde a entrada em uma ou outra categoria dependia tanto da indicação de outros associados diplomados na categoria superior, como também numa avaliação do desempenho acadêmico do solicitante.

Os sócios efetivos seriam aqueles que possuíssem titulação acadêmica e trabalho geográfico de comprovado valor e que tivessem seu nome indicado por pelo menos 3 sócios efetivos. O nome desse associado indicado seria avaliado em uma assembléia geral da AGB, juntamente com um exemplar do seu trabalho, que caso considerado relevante, e aprovado pela maioria dos sócios efetivos presentes á Assembléia, esse seria considerado aprovado, e então passaria a compor o quadro dos sócios efetivos depois da devida diplomação. Os sócios cooperadores seriam aceitos entre os interessados na Geografia e em ciências afins e entre professores auxiliares, estudantes universitários e, grande número de professores secundários de Geografia. Deveriam ser indicados e aceitos em reunião da Seção Regional a que pretendesse associação. Os sócios honorários seriam os grandes beneméritos da Associação. Teriam que ser indicados por um mínimo de cinco sócios efetivos, e aceitos por pelo menos três quartos dos sócios efetivos da Associação.

Essa classificação de associados, diferente da que então vigorava na AGB nos seus dois primeiros anos de existência – que distinguiu apenas sócios e

---

<sup>68</sup> A realização das Assembléias Gerais Ordinárias da AGB contava sempre com o apoio de políticos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, estaduais e municipais, do local de realização do evento. Não raro, essas autoridades assumiam a presidência de honra da Assembléia. A escolha dos locais, também não raro, levava em consideração essas articulações prévias.

<sup>69</sup> Trabalho de Levantamento das Características Geográficas da região da Bacia do Paraná-Uruguai para a Comissão Inter-Estadual da Bacia do Paraná-Uruguai.

sócios correspondentes; da segunda classificação, resultado dos estatutos aprovados em 1936 - que criou os sócios efetivos e sócios de honra, além da manutenção dos sócios correspondentes; vai permanecer até a reforma estatutária, em 1979. É possível a partir dessa categorização de sócios, fazer um paralelo da AGB, com seus efetivos e colaboradores; com a estrutura dos cursos universitários, com suas cátedras e assistentes.

A reforma estatutária altera também a composição da direção da Associação, bem como a forma e local de sua escolha, agora por eleição direta. A partir desse momento a AGB seria dirigida por um Conselho Diretor, que seria composto por uma Diretoria, uma Comissão Consultiva e dois ex-presidentes. A Diretoria teria a seguinte formação: Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro-Geral e Diretor dos Anais; e que teriam mandato de um ano, sendo sempre eleitos na Assembléia Geral da Associação. A Comissão Consultiva teria mandato de três anos, sendo renovada anualmente em um terço de sua composição. Somente os sócios efetivos poderiam votar e ser eleitos para o Conselho Diretor da AGB. Questão importante no processo de eleição da Diretoria era a obrigatoriedade de que dois, dos quatro cargos existentes – o de secretário-geral e de tesoureiro-geral, fossem da Seção Regional da cidade sede e foro da AGB, ou seja, de São Paulo, o que de fato garantiria, mesmo com a presidência sendo ocupada por integrantes de outras seções regionais, uma hegemonia paulista a frente da Associação. Detalhe curioso nesse processo de eleição do Conselho Diretor é a possibilidade de fazer o voto por correspondência.

É nessa reforma que tem origem a principal publicação da Associação - Anais<sup>70</sup> da AGB, conforme o *Título V – das publicações*, em seu artigo 24, que decide que "haverá uma publicação periódica da Associação, que terá o título de *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*". Inicia-se então um período que tem seu começo em 1946 e se estende até 1964<sup>71</sup> de domínio, do vigor dos Anais da AGB.

O projeto inicial da AGB, de ser de fato uma associação brasileira, e não apenas de São Paulo, ou mesmo, do Rio de Janeiro, começa a despontar na alteração de sua estrutura organizacional, que agora vai permitir a criação de

---

<sup>70</sup> Ver capítulo 2, item 2.3, dessa tese, para maiores informações sobre os Anais da AGB.

<sup>71</sup> Embora as assembléias gerais da AGB no formato definido na reforma de 1945, tenham ocorrido até 1969 é, somente até o ano de 1964, que a AGB publica os Anais correspondentes às suas reuniões ordinárias.

Seções Regionais e Núcleos Municipais<sup>72</sup>. Esse passo permite a efetivação da presença orgânica da associação em diferentes estados da federação. A criação das Seções Regionais foi definida e regulada pelo reformulado estatuto da seguinte forma: para criar uma Seção Regional, de existência autônoma e que poderia abranger mais de um estado, deveria ser apresentado um requerimento assinado por no mínimo 10 pessoas. Junto a esse requerimento deveria seguir informações a respeito das atividades culturais dos seus signatários e uma proposta de projeto de regulamento para a Seção. A Seção seria dirigida por uma Diretoria, com mandato de um ano (composta por um diretor, um secretário e um tesoureiro), mais uma Comissão Consultiva formada por três membros (que opinaria sobre a adesão ou não de novos sócios cooperadores). As Seções Regionais deveriam fixar normas para a organização dos Núcleos Municipais a ela vinculados.

Concluindo, a reforma estatutária determinou que todos os sócios que a AGB possuía até essa data, passariam a condição de cooperadores, como assim mostra seu art. 40

"Aprovados os presentes Estatutos, os atuais sócios efetivos da Associação dos Geógrafos Brasileiros passarão, automaticamente à categoria de sócios cooperadores, devendo declarar imediatamente qual a Seção Regional a que desejam pertencer".

Processo é continuado pelo artigo 41 que define que

"Para efetivar-se a readaptação do atual quadro social da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a Assembléia que aprovar os presentes Estatutos elegerá, dentre os associados, uma comissão de cinco membros, credenciados de acordo com o artigo 5º dos presentes Estatutos e dos quais pelo menos dois residentes fora da sede"

Assim, por força dos novos Estatutos, a própria assembléia que os aprovou realizou a eleição dos membros da Comissão Especial - os primeiros cinco "sócios efetivos", destinada a iniciar a readaptação do quadro social da Associação. Após apuração, o resultado foi o seguinte: Pierre Monbeig (20 votos), Fabio Macedo Soares Guimarães (20 votos), Jorge Zarur (20 votos), Aroldo de Azevedo (18 votos), Fernando Flávio Marques de Almeida (10 votos), João Dias das Silveira (9 votos), Maria da Conceição Vicente de Carvalho (3 votos), Francis Ruellan (2

---

<sup>72</sup> Os núcleos já apareciam tanto na reforma estatutária de 1936 – sob a denominação de núcleos filiados, quanto numa normatização própria e específica do assunto discutido e aprovado em 1940 e intitulado "Regulamento dos Núcleos Filiados".

votos), Ary França (1 voto), Odilon Nogueira de Matos (1 voto) e Ruy Osório de Freitas (1 voto). Diante desse resultado, o Presidente da AGB proclamou membros da referida Comissão Especial os srs. Aroldo de Azevedo (SP), Fábio de Macedo Soares Guimarães (RJ), Fernando Flávio Marques de Almeida (SP), Jorge Zarur (RJ) e Pierre Monbeig (SP). Coube a eles, também por força dos Estatutos, indicar quinze outros nomes (7 de São Paulo e 8 do Rio de Janeiro), que foram os seguintes: Alberto Ribeiro Lamego (RJ), Ary França (SP), Caio Prado Júnior (SP), Carlos Miguel Delgado de Carvalho (RJ), Cristóvão Leite de Castro (RJ), Everardo Backheuser (RJ), Fernando Raja Gabaglia (RJ), João Dias da Silveira (SP), José Stezer (SP), Lucio de Castro Soares (RJ), Maria da Conceição Vicente de Carvalho (SP), Orlando Valverde (RJ), Renato Silveira Mendes (SP), Rui Osório de Freitas (SP) e Silvio Fróes Abreu (RJ). Ficou, assim, constituído no dia 27 de junho de 1945 o primeiro quadro de sócios efetivos da AGB.

No dia 4 de agosto de 1945, na cidade de São Paulo, de acordo com o novo estatuto, reuniu-se a primeira Assembléia Geral Ordinária, cuja finalidade consistia em eleger os membros do novo Conselho Diretor da AGB. A eleição do Conselho Diretor se deu de forma secreta e tendo como votantes apenas os sócios efetivos. Ao final do processo eleitoral chegou-se a seguinte resultado e composição do primeiro Conselho Diretor da AGB após a reforma estatutária: Presidente, Pierre Monbeig; Secretário-Geral, Aroldo de Azevedo; Tesoureiro-Geral, Fernando Marques de Almeida; Diretor dos Anais, Jorge Zarur; e membros da Comissão Consultiva: João Dias da Silveira (com mandato por três anos), Silvio Fróes Abreu (com mandato por dois anos) e Carlos Delgado de Carvalho (com mandato de um ano). A Composição do Conselho atendeu as expectativas de representação dos dois grupos – o de São Paulo, mais atuante e influente, e o do Rio de Janeiro, que começava a se organizar enquanto grupo na AGB.

A reforma de 1945, foi sem dúvida alguma fundamental para cimentar o caminho da construção do projeto de uma AGB, com caráter institucional amplo e de dimensões nacionais, prometido e esperado desde sua fundação. A possibilidade de criação, sob controle, de Seções Regionais e Núcleos municipais, foi passo importante dado rumo ao projeto de colocar não só a AGB, mas também a Geografia brasileira no cenário nacional, ou de um Brasil que precisava e estava sendo “descoberto”, conforme não raro era ouvido nas palavras por demais conservadoras de Aroldo de Azevedo, quando evocava o

“bandeirantismo” da AGB, ou nas linhas da letra da “Canção da AGB” que reproduzia o mesmo ideário onde “A AGB redescobre a Nação”.

### 3.1.1

#### **A criação das seções regionais: ampliando as bases da comunidade e iniciando um projeto nacional de entidade**

Não se pode dizer que um estatuto dirige exclusiva e solitariamente o fazer político de uma associação. No entanto, esse estatuto expressa esse mesmo fazer, promove, aprova ou rejeita a ação política da associação, em sua diversidade e contradições. A reforma estatutária realizada em 1945, que apontava para a criação de partições da AGB e que naquele momento eram denominadas de Seções Regionais ou Núcleos Municipais, não só ampliavam as bases de presença e atuação da AGB, e assim tecendo seu campo de forças; como também poderiam ser entendidas como um instrumento de aproximação da estrutura organizativa da associação com a forma de estruturação federativa do Brasil, com seus estados, territórios e municípios.

O artigo 2º dos estatutos da AGB aponta para a criação dessas Seções e Núcleos numa evidente relação condicional com seus objetivos definidos.

Art.2º - **“Para atingir** seus objetivos a Associação promoverá o conhecimento e o intercâmbio de idéias entre seus associados, através de reuniões periódicas e outros meios; realizará e auxiliará pesquisas geográficas; manterá publicações periódicas; proporá medidas para o aperfeiçoamento do ensino geográfico em todos os seus graus; e procurará, **por meio da fundação de Secções Regionais e Núcleos Municipais ou em cooperação com organizações similares, irradiar suas atividades pelo território do país”**. [grifos nossos]

Ao lado desse aspecto juntava-se outro, tão importante quanto - a cada nova Assembléia, realizada anualmente em diferentes localidades e diferentes regiões brasileiras, eram recrutados novos sócios entre os professores locais e, à medida que se iam implantando novas universidades, públicas e particulares,

instalavam-se novos centros ou seções regionais da AGB. Naquela época, os participantes contavam-se ainda às dezenas.

E assim foi se formando a rede das seccionais, com o tempo recobrindo, parte dos estados da Federação, e então ajudando a consolidar na formação do que viriam a ser os núcleos regionais, a partir das famosas “escolas locais” de geógrafos.

Com a realização de duas assembléias, Campina Grande-PB (1952) e Garanhuns-PE (1955), e a incorporação dos docentes de Geografia da Região Nordeste, a AGB ampliava-se com a criação da Seção Regional de Pernambuco; tal como já ocorrera em Minas Gerais, que sediara a Assembléia de 1950, gerando, assim outra Seção Regional da AGB; desse modo surgindo a “escola de Recife” e a “escola mineira”, para ficarmos em dois conhecidos exemplos.

No período compreendido entre os anos de 1945 e 1970, período esse estabelecido entre duas importantes reformas estatutárias, a AGB construiu seis seções regionais: São Paulo, Rio de Janeiro – ambas já com bastante história de existência, mas só formalmente instaladas no ano de 1945; Paraná, Minas Gerais e Pernambuco, criadas nos anos da década de 1950 e Bahia, criada nos anos iniciais da década de 1960.

Cada uma dessas seções carregava histórias em comum e singularidades que valem a pena serem destacadas nessa tese.

**A Seção Regional de São Paulo** foi criada diretamente pelos Estatutos da AGB, reformados em 1945. Embora pudesse parecer que a Seção Regional de São Paulo já existisse, o que existia era a Associação dos Geógrafos Brasileiros que tinha sido criada em São Paulo, por profissionais em sua maioria originários de São Paulo, e que teve sua atuação até a data da reforma estatutária, prioritariamente em São Paulo, mas que contraditoriamente a tudo isso tinha em seus discursos a intenção em ter uma atuação maior do que as restrições estabelecidas pelas condições materiais e de articulação. Assim, a Seção Regional de São Paulo, junto com a do Rio de Janeiro foram as primeiras a serem criadas nesse novo projeto de instituição, e foram também as primeiras e únicas a serem assim criadas. No entanto, no caso de São Paulo, as condições de organização já estavam postas, já havia uma comunidade de geógrafos e de associados a AGB bastante relevante, o que sem dúvida facilitou o processo de adaptação a nova realidade funcional da Associação.

**A Seção Regional do Rio de Janeiro**, como já destacado, foi criada na forma administrativa no mesmo processo que estabeleceu a reforma estatutária de 1945. No entanto, também tal como a seção de São Paulo, a Seção do Rio de Janeiro passou por um processo próprio de criação e de escolha de sua primeira Diretoria. O processo teve início tão logo terminada a reforma dos Estatutos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada na cidade de São Paulo em julho de 1945, mas somente cerca de dois meses mais tarde foi realmente instalada no Rio de Janeiro essa Seção Regional.

Por iniciativa do professor Jorge Zarur, foi convocada uma Assembléia para tratar da fundação de uma Seção Regional da Associação dos Geógrafos no Distrito Federal, depois de ter ele entendimentos superficiais com algumas das principais figuras das atividades geográficas nessa unidade federada. A Assembléia foi realizada no dia 15 de setembro, conforme indicado nas atas da Seção publicadas nos Anais da AGB.

"Aos quinze dias do mês de setembro, respondendo à convocação feita por todos os meios de comunicação, reuniram-se na sede do Conselho Nacional de Geografia, Praça Getúlio Vargas, 15, 5º andar , às quinze horas, vinte e uma pessoas que assinaram a lista de presença e tomaram as primeiras deliberações". (AGB,1945)

Nos primeiros momentos da Seção Regional do Rio de Janeiro, alguns nomes se destacaram, entre eles os professores Jorge Zarur, Everardo Backheuser, Miguel Alves de Lima, João José Maria Kox, Hilgard O'Reilly Sternberg, Antônio José de Matos Musso, Lysia Maria Cavalcanti e Eloísa de Carvalho. No entanto, é possível, sem cometer nenhuma injustiça, que os dois primeiros foram personagens de destaque nesse primeiro momento de criação da Seção nos moldes da reforma estatutária, principalmente pela liderança no processo, o que pode ser lido nas atas disponíveis.

"Assumiu a presidência o professor Everardo Backheuser que, após algumas palavras introdutórias, apresentou o professor Jorge Zarur, que fez uma ampla explanação sobre as normas e objetivos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, historiou suas atividades e, finalmente, explicou o que se pretendia fazer no Distrito Federal, com a criação de uma entidade cujas finalidades também foram esclarecidas". (AGB,1945)

Fez parte também dessa assembléia a eleição de uma comissão para a elaboração de um anteprojeto do Regimento da Seção Regional Rio de Janeiro. Para essa comissão foram eleitos os professores Everardo Backheuser, Antônio

José de Matos Musso e Miguel Alves de Lima<sup>73</sup>. Ficou ainda, estabelecido que a comissão se reuniria em futuro próximo para a elaboração do trabalho e que convocaria tão depressa fosse possível uma nova reunião de todos os interessados para o exame do seu trabalho e, se possível, a eleição da primeira Diretoria e instalação da Seção Regional.

A nova assembléia para instalação da Seção Regional foi realizada no dia 27 de setembro de 1945, na sede do Conselho Nacional de Geografia. Nessa ocasião foi apresentada e aprovada a proposta de regimento para a Seção, devendo esse regimento, vigorar por um semestre, conforme texto da ata da referida assembléia. Procedeu-se ainda, nessa mesma assembléia a eleição do primeiro Conselho Diretor da Seção Regional, que ficou constituído pelos seguintes sócios: Diretor - Everardo Backheuser; Secretário - Miguel Alves de Lima; Tesoureiro - João José Maria Kox; Comissão Consultiva - Jorge Zarur, Hilgard O'Reilly Sternberg e Antônio José de Matos Musso.

---

<sup>73</sup> Os nomes eleitos para a Comissão, bem como suas atribuições estão registradas na Ata da Assembléia, que foi, em parte, transcrita no volume II dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicado em 1952.

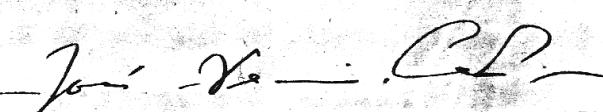
Figura 30

FUNDADORES DA SEÇÃO DO RIO

(Presentes à primeira assembleia para a fundação da Secção Regional do Rio de Janeiro, realizada a 15 de setembro de 1945)

Everardo Backheuser  
Miguel Alves de Lima  
Ary da Matta  
Dora de Amarante Romariz  
Lysia Maria Cavalcanti  
Elza Coelho de Souza  
Lea Quintière  
Neusa Abreu Castro  
Dora M. Wanderley  
Raifa Tauile  
Speridião Matssol  
Benedicto José de Souza  
Antonio José de Mattos Musso  
Fábio Crissiuma de Oliveira Figueiredo  
Gilda de Andrade Pinto  
Nilo Bernardes  
Romilde Tavares  
Olga Brandão Cordeiro de Almeida  
Yolanda Navarro Lins  
Amaury Benevenuto de Lima  
Pe. Ambrósio Kox  
Héldio Xavier Lenz Cesar  
Jorge Zarur

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1951.

  
\_\_\_\_\_  
José Veríssimo da Costa Pereira  
Diretor da SRRJ da AGB

**A Seção Regional do Paraná**, que tinha como sede a cidade de Curitiba, foi instalada oficialmente no dia 31 de janeiro de 1953, tendo nessa mesma data tomado posse a sua primeira Diretoria, com a seguinte composição: Diretor – Reihard Maak; Secretário – Arthur Barthelmess; Tesoureiro – Augusto Waldriges; Comissão Consultiva Regional – José Loureiro Fernandes, Oldemar Blasi e Felipe de Souza Miranda Júnior; Diretor de Pesquisas – João José Bigarella e Diretor do Boletim – Jacyra Godói Barbosa Pupo.

Apesar de fundada apenas em 1953, a Seção Regional do Paraná, tem junto com São Paulo e Rio de Janeiro, uma das mais antigas histórias de organização, que remonta os primeiros anos de existência da AGB. Sua história começa ainda como um “núcleo”, na cidade de Curitiba, no distante ano de 1936, quando um grupo de profissionais se reunia numa espécie de extensão da AGB que funcionava em São Paulo, assumindo um caráter mais parecido com um fórum científico de reuniões acadêmicas livres.

A idéia inicial da formação de uma **Seção Regional da AGB em Minas Gerais** surgiu em setembro de 1947, quando um grupo de interessados, principalmente professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais reuniu-se com tal intuito. Essa aspiração embrionária, no entanto, encontrou obstáculos intransponíveis e a base inicial exigida não foi constituída (Lourenço, 2004)

Um novo impulso à possibilidade da instalação de uma seção regional em Minas Gerais veio com a realização da V Assembléia Geral Ordinária da AGB em Belo Horizonte, ocorrida em 1950. Cumprindo a função “pioneira” (Monteiro, 1980), a AGB aglutinou esforços e militantes, demonstrando a necessidade da organização da AGB em Minas Gerais. O discurso de Aroldo de Azevedo, proferindo um apelo para a criação da Seção e para a ampliação e desenvolvimento do conhecimento geográfico em território mineiro indica a natureza desse momento.

“Por tudo isso, sinto-me inteiramente à vontade para vos lançar um caloroso apêlo, a vós todos – geógrafos militantes, professores de Geografia ou simples interessados pelo progresso de nossa ciência: colaborai conosco nesta obra eminentemente cultural; congregai-vos a este grupo de idealistas sem formalismos, mas conscientes do trabalho que

vêm realizando; ajudai-nos a fundar a seção Regional de Minas Gerais" (AGB, 1953:9)<sup>74</sup>

Consolidavam-se assim as necessidades que colocariam na ordem do dia a instalação de Seção AGB em Minas Gerais.

A Seção Regional de Minas Gerais foi instalada provisoriamente a 14 de janeiro de 1955<sup>75</sup>, tendo sua diretoria inicial, eleita nessa data, a seguinte constituição: Diretor – Tabajara Pedroso; Secretário – Alisson Pereira Guimarães; Tesoureiro – Onofre Gabriel de Castro; Comissão Consultiva Regional – Olinto Orsine de Castro, Floriano de Paula e Waldemar Lobato.

A instalação solene da Seção Regional de Minas Gerais teve lugar no dia 26 de março de 1955. Nessa solenidade as Seções Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro fizeram-se representar, respectivamente, pelos professores Aroldo de Azevedo e José Veríssimo da Costa Pereira. Estiveram ainda em Belo Horizonte para participar dessa solenidade, os doutores Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia e Nilo Bernardes, Secretário Assistente do CNG, prestigiando, com sua presença, o início dos trabalhos da Seção Regional de Minas Gerais (Lourenço, 2004).

**A Seção Regional de Pernambuco** teve origem no Núcleo de Recife da AGB, que era vinculado a Seção Regional do Rio de Janeiro. Por ocasião da Assembléia realizada na cidade de Campina Grande, em 1952, um grupo de geógrafos presentes e com o aval da Diretoria da AGB, deu o primeiro passo para a formação do Núcleo Municipal e que logo em seguida viu-se formalmente instalado. Passados pouco mais de dois anos e depois de avaliada a situação do referido Núcleo que já havia realizado várias atividades científicas-culturais, onde seus sócios já tinham participado de Assembléias Gerais Ordinárias e já possuindo sócios efetivos em seus quadros, pode o Núcleo reivindicar a elevação à categoria de Seção Regional. Assim, a Seção Regional de Pernambuco, foi instalada provisoriamente a 26 de junho de 1954, e teve a sua diretoria inicial constituída pelos professores: Gilberto Osório de Andrade, como Diretor; Mário Lacerda de Melo, como Secretário; e Hilton Sette, como Tesoureiro. A constituição da diretoria foi modificada pela eleição realizada a 2 de abril de

---

<sup>74</sup> AGB – Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Volume IV – 1949-1950. São Paulo. 1953. p. 9.

<sup>75</sup> A seção regional foi criada com sede na cidade de Belo Horizonte regida pelo regulamento da AGB, nos termos de seus estatutos, aprovados em São Paulo em 4 de julho de 1945.

1955, quando passaram a integrá-la os seguintes sócios efetivos: Diretor – Mário Lacerda de Melo; Secretário – Manuel Correia de Andrade; Tesoureiro – Hilton Sette; Comissão Consultiva Regional – Gilberto Osório de Andrade, Tadeu Rocha e José Lavareda.

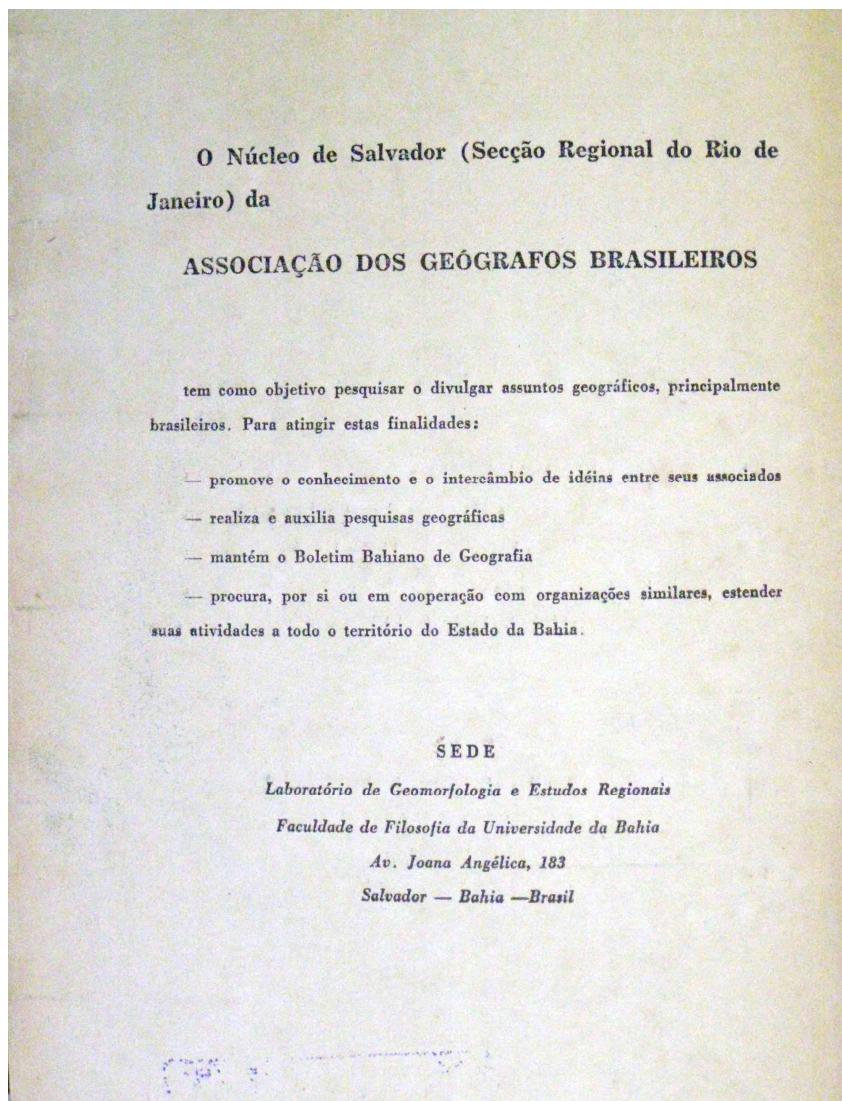
A instalação solene, entretanto, só teve lugar por ocasião da X Assembléia Geral Ordinária da AGB, realizada na cidade pernambucana de Garanhuns. Coube ao professor Aroldo de Azevedo, em cujo período da presidência havia sido fundada a Seção Regional de Pernambuco, declará-la solenemente instalada, momentos antes de pronunciar o discurso oficial de inauguração da X Assembléia Geral. (AGB,1957)

**A Seção Regional da Bahia**, foi oficialmente instalada quando da realização da XVIII Assembléia Geral Ordinária da AGB, ocorrida em Jequié-BA, em 1963. A Seção foi organizada a partir do Núcleo Local de Salvador, que então era vinculado à Seção Regional do Rio de Janeiro, e vinha de atividades desde o final da década de 1950, tendo inclusive editado o Boletim Baiano de Geografia, ainda na condição de Núcleo. O fato de o processo de transformação do núcleo em Seção Regional ocorrer no ano de 1963, durante a Assembléia de Jequié, justifica-se não só pelo estado de realização da AGO, mas também pelo fato do professor Milton Santos, um dos maiores articuladores da geografia e da AGB no Estado da Bahia, estar ocupando a presidência da AGB no período.

O Núcleo Salvador e depois Seção Regional da Bahia, mantinham estreitas relações com o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, que tinha o professor Milton Santos como um dos seus principais articuladores. Essas relações permitiram que a sede da AGB fosse no Laboratório e que o Boletim Baiano de Geografia fosse feito em parceria e depois fosse assumido por ele.

Alguns nomes se destacaram na condução do núcleo/seção da AGB na Bahia, entre eles Anna Carvalho e Nilda Guerra, além do próprio Milton Santos.

**Figura 31**



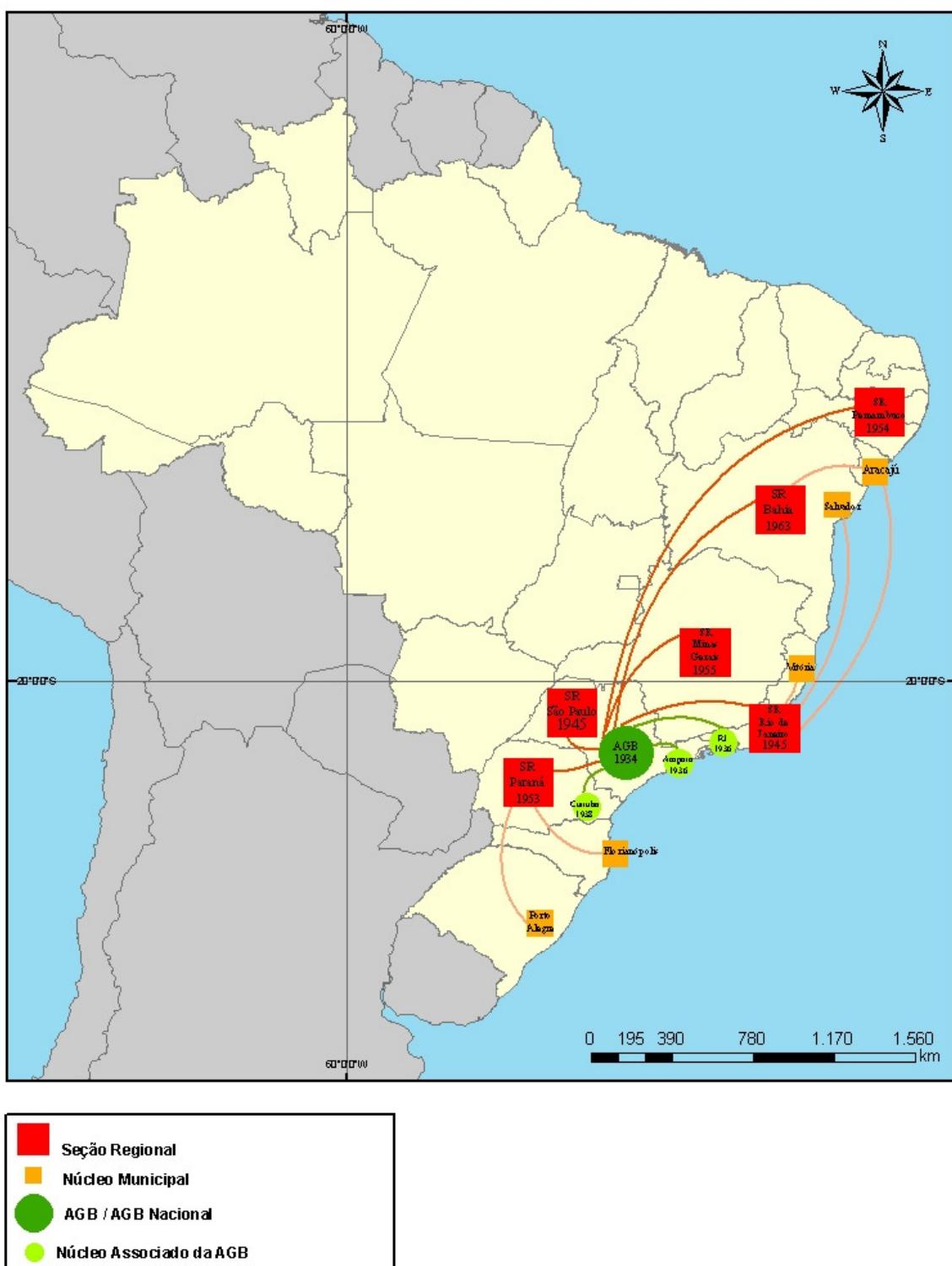
Além dessas já lembradas Seções Regionais, a AGB contou ainda nesse seu processo de construção de uma base nacional, com os Núcleos Municipais organizados em Natal (RN), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB) e Aracajú.

A AGB agora com seu novo corpo administrativo e estrutura funcional, segue realizando suas atividades quase quinzenalmente em cada uma das seções regionais, e também as atividades de caráter mais nacional, tentando dar os passos mais decisivos em direção ao projeto que se inicia em 1934, mas que somente a partir de 1945 é que assume formas mais próximas daquilo que se pretendia como um projeto de associação nacional, pelo menos em seu início de atuação. Assim, a partir da ação da AGB e de suas duas Seções Regionais e da

criação e consolidação dos cursos de Geografia nas nascentes Universidades brasileiras, vão surgindo em diferentes pontos do país núcleos de formação na ciência geográfica que reúnem profissionais e estudantes e que, posteriormente, darão a luz a novas seções regionais e núcleos locais.

**Mapa 2**

## Seções Regionais e Núcleos da AGB



Fonte: Anais e Atas da AGB / 1934 - 1964 - Organizado por Charlles da França Antunes e Felipe Andrade Rainha (LEME).

### **3.1.2**

#### **As Assembléias Gerais Ordinárias: os encontros da Associação e seus associados**

A reforma estatutária ocorrida em 1945 criou na estrutura da AGB duas modalidades de Assembléias Gerais - as Ordinárias, que deveriam ocorrer a cada ano, e sempre que possível, em diferentes localidades do país; e as Extraordinárias, que deveriam ocorrer sempre que necessário na sede da Associação, ou seja, na cidade de São Paulo, conforme indicam os artigos do reformulado estatuto.

"Art. 20 – A Associação dos Geógrafos Brasileiros realizará reuniões ordinárias e extraordinárias, em assembléia geral"

"Art. 21 – Haverá anualmente uma reunião ordinária da Assembléia Geral em data e local fixados pelo Conselho Diretor, de preferência no período de férias escolares"

É considerada como a primeira Assembléia Geral Ordinária aquela ocorrida na cidade de São Paulo, em 1945, na ocasião da reforma estatutária.

A segunda Assembléia Geral Ordinária aconteceu na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, em janeiro de 1946. Essa é de fato a primeira assembléia que vai dar início ao modelo de reunião que a AGB vai consolidar como sendo aquele pretendido, ou seja, que tenha as condições de reunir os sócios efetivos e cooperadores para se fazer o debate acadêmico de suas produções e ao mesmo tempo, realizar as atividades necessárias para a efetivação da associação em seu novo projeto.

As Assembléias Gerais Ordinárias de Lorena (1946) e do Rio de Janeiro (1947) ensaiaram um modelo de reunião que, além da apresentação de estudos ou teses – submetidas à análise crítica de relatores mais experimentados, havia a realização de trabalhos de campo, efetuados durante alguns dias por grupos trabalhando sob orientação de um coordenador. A experimentação desse período inicial atingiu uma aprovação que, a partir da Assembléia Anual de Belo Horizonte (1950) já se constituía num modelo que iria continuar com crescente êxito.

No período compreendido entre o ano de 1945, quando da primeira assembléia, e o ano de 1970, quando da reforma estatutária que modifica a organização interna da AGB instituindo os Encontros Nacionais de Geógrafos

(ENG), e data final de análise das assembléias no presente trabalho foram realizadas 25 edições das mesmas, sendo: 3 (três) administrativas – 1945, 1956 e 1970, onde, na primeira e na última, ocorreram reformas estatutárias; 2 (duas) realizadas junto com Congressos Brasileiros de Geógrafos (CBG) – em 1954 e 1965; e 20 (vinte) conforme o modelo proposto, que acomodava trabalhos de campo, apresentação de teses e comunicações, simpósios e decisões administrativas.

As 25 assembléias que serão tratadas neste trabalho ocorreram anualmente entre 1945 e 1970, com exceção para o ano de 1949. Aconteceram em 22 cidades diferentes do país, compreendendo 14 Estados da Federação, o que vem demonstrar uma disposição bastante grande da AGB e de seus associados em conhecer e se fazer presente em diferentes lugares do Brasil, e ainda a efetivação do projeto de construção da Associação em sua dimensão nacional. Os 14 estados que sediaram as Assembléias da Associação, foram assim distribuídos<sup>76</sup>: 3 da Região Sul, 4 da Região Sudeste, 2 da Região Centro-Oeste e 5 da Região Sudeste. Maiores detalhes sobre datas, cidades, natureza e localização das assembléias são possíveis de serem visualizadas na tabela e no mapa a seguir.

---

<sup>76</sup> Foi usado como referência nessa distribuição, as atuais 5 regiões oficiais do Brasil. Tendo sido desconsiderado a divisão regional em vigor à época de cada assembléia.

**Tabela 16**  
**Assembléia Geral Ordinária (AGO) da AGB / 1945-1970**

<b>Assembléia</b>	<b>Data</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	<b>Natureza da Assembléia</b>
I	1945	São Paulo	SP	Administrativa/Reforma Estatutária
II	1946	Lorena	SP	Acadêmico-administrativa
III	1947	Rio de Janeiro	RJ	Acadêmico-administrativa
IV	1948	Goiânia	GO	Acadêmico-administrativa
V	1950	Belo Horizonte	MG	Acadêmico-administrativa
VI	1951	Nova Friburgo	RJ	Acadêmico-administrativa
VII	1952	Campina Grande	PB	Acadêmico-administrativa
VIII	1953	Cuiabá	MT	Acadêmico-administrativa
IX / I CBG	1954	Ribeirão Preto	SP	Acadêmico-administrativa
X	1955	Garanhuns	PE	Acadêmico-administrativa
XI	1956	Rio de Janeiro	RJ	Administrativa
XII	1957	Colatina	ES	Acadêmico-administrativa
XIII	1958	Santa Maria	RS	Acadêmico-administrativa
XIV	1959	Viçosa	MG	Acadêmico-administrativa
XV	1960	Mossoró	RN	Acadêmico-administrativa
XVI	1961	Londrina	PR	Acadêmico-administrativa
XVII	1962	Penedo	AL	Acadêmico-administrativa
XVIII	1963	Jequié	BA	Acadêmico-administrativa
XIX	1964	Poços de Caldas	MG	Acadêmico-administrativa
XX / II CBG	1965	Rio de Janeiro	RJ	Acadêmico-administrativa
XXI	1966	Blumenau	SC	Acadêmico-administrativa
XXII	1967	Franca	SP	Acadêmico-administrativa
XXIII	1968	Montes Claros	MG	Acadêmico-administrativa
XXIV	1969	Vitória	ES	Acadêmico-administrativa
XXV	1970	São Paulo	SP	Administrativa/Reforma Estatutária

Fonte: Anais da AGB/adaptado por Charles da França

**Mapa 3**

## **Assembléias Gerais Ordinárias (AGO) 1945 - 1970**



Fonte: Anais da AGB / 1945 - 1970 - Organizado por Charles da França Antunes e Felipe Andrade Rainha (LEME).

As assembléias, em sua dinâmica organizacional, apresentavam proposições que combinavam diferentes componentes organizacionais. O primeiro momento era o da reunião preparatória administrativa, onde eram tratadas as questões administrativas e operacionais que dariam funcionalidade ao restante da assembléia, como: escolhidos os relatores dos estudos/teses; distribuídas as equipes de trabalho de campo, com a escolha dos respectivos coordenadores; leitura e aprovação da ata da assembléia anterior; apresentação e aprovação de resoluções e moções. Outro momento desse conjunto seria a sessão de abertura, onde também eram diplomados os novos sócios efetivos, que eram apresentados e defendidos nesse processo de promoção a essa nova categoria. As contribuições acadêmicas que definiam um pouco desse perfil da AGB tinham lugar nas sessões de estudos, onde eram apresentadas as teses/estudos, as comunicações e conferências, os simpósios e relatórios das pesquisas de campo; trabalhos de campo, organizados por equipe e por área de atuação.

Nas sessões de estudos, as teses e as comunicações eram apresentadas e debatidas, e a partir da indicação do relator/parecerista, as teses apresentadas eram indicadas ou não para a publicação nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. As comunicações e os textos produzidos para os simpósios também eram indicados para a publicação nesses mesmos Anais.

Os relatórios dos trabalhos de campo realizados pelas diferentes equipes e que eram apresentados e discutidos também nas sessões de estudos, também mereciam publicação nos Anais da AGB. Num primeiro momento, apareceram junto com os estudos; depois como o volume II dos Anais, referente a cada assembléia; num terceiro momento, em função da dificuldade de recebimento dos relatórios, o que atrasava a publicação do volume I, esses relatórios passaram a serem publicados na forma de "avulsos", conforme já informado anteriormente.

As Assembléias, que na verdade eram os encontros que a AGB realizava com os seus sócios, constituíam os espaços de circulação e debate de idéias e da produção da Geografia que se fazia no Brasil, e vez por outra, da produção ocorrida em outros países, principalmente aqueles com os quais o Brasil tinha mais relações estabelecidas – a França, em função de sua presença no país, seja através dos intelectuais aqui radicados, seja através da matriz teórico-

metodológica de grande influência em nosso país naqueles momentos iniciais; os Estados Unidos, num momento posterior, também por influência teórica-metodológica; o Uruguai, pela presença sempre marcante da Associação dos Geógrafos Uruguaios nos eventos realizados pela AGB. Mas era, sobretudo, o Brasil, o tema/assunto mais tratado nos estudos e comunicações apresentadas nas assembléias.

As assembléias anuais aconteceram entre os anos 1945 e 1970. Com a reforma estatutária levada a cabo em 1970, na cidade de São Paulo, quando da realização da XXV Assembléia Geral Ordinária, de caráter administrativo, as assembléias não terminaram, o que ocorreu foi a mudança da operacionalidade dessas reuniões. As assembléias anuais passaram a serem realizadas a cada dois anos, agora, conjuntamente com eventos denominados “Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs)”, e mantendo-se os “Congressos Brasileiros de Geógrafos”, realizados a cada dez anos, tendo por data de referência o primeiro congresso realizado em 1954, na cidade de Ribeirão Preto, e substituindo os ENGs quando de sua realização. Assim, em cada um desses eventos, e que se realizam a cada dois anos, é realizada a Assembléia Geral Ordinária da AGB. O que de fato foi alterado foi a percepção do associado, que, se num primeiro momento tinha a “reunião” da AGB como seu lugar de referência acadêmico-institucional, isso agora é repassado para o ENG.

Das 25 edições da Assembléia Geral Ordinária da AGB, em quatro<sup>77</sup> delas não houve publicação dos Anais, o que de fato constitui-se uma perda para a memória da associação e da geografia brasileira, e de certa maneira, um pequeno problema para esse trabalho.

A seguir apresentaremos um breve resumo das particularidades de cada Assembléia realizada, destacando suas principais discussões e contribuições.

**A I Assembléia Geral Ordinária**, foi realizada na Cidade de São Paulo, no dia quatro de junho de 1945, em uma das salas da Biblioteca Municipal de São Paulo, sob a presidência do professor Pierre Monbeig. Essa primeira Assembléia Geral foi convocada especialmente para a discussão dos estatutos da Associação. Com a presença de vinte e dois (22) associados, foi feita a discussão a partir de um projeto de estatutos elaborado pelos membros da Diretoria. Ao final da Assembléia, estava aprovado um novo estatuto para a Associação, em

---

<sup>77</sup> XXI AGO, Blumenau, 1966; XXII AGO, Franca-SP, 1967; XXIII AGO, Montes Claros-MG, 1968 e XXIV AGO, Vitória-ES, 1969.

substituição àquele que vigorava desde 1936. O professor Pierre Monbeig foi eleito presidente para o primeiro mandato de uma Diretoria, agora sob a nova forma de organização da Associação, que previa a existência de uma AGB Nacional e, num primeiro momento de duas seções regionais (de São Paulo e do Rio de Janeiro).

**A II Assembléia Geral Ordinária**, foi realizada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1946. A escolha da cidade de Lorena para sede da primeira Assembléia após a reforma dos estatutos, se deu em função de ser essa cidade a terra natal do professor Aroldo de Azevedo (figura de forte influência na AGB, em São Paulo), e por esse ter ali uma enorme rede de relacionamentos construídos pela inserção de sua família nos círculos principais da vida política e econômica da cidade. Outra justificativa para a realização da AGO na cidade de Lorena, e que aparece em alguns documentos da AGB, é o fato de estar, a cidade, no meio do caminho entre os dois centros principais de formação em Geografia, onde estavam localizadas as duas Seções Regionais. No entanto, apesar da importância desse fato (localização), acreditamos que a primeira justificativa (rede de relacionamentos) tenha sido a decisiva.

A Assembléia foi oficialmente instalada em sessão realizada na noite do dia 21 de janeiro de 1946, na sala do tribunal do Júri, no edifício da Prefeitura Municipal de Lorena, sob a presidência do professor Pierre Monbeig, então presidente da AGB, e secretariada pelos professores Aroldo de Azevedo e Fernando Marques de Almeida, respectivamente secretário-geral e tesoureiro da Associação. O prefeito da cidade de Lorena, o sr. Brás de Olivas, esteve pessoalmente fazendo a recepção dos participantes da assembléia. Estiveram presentes nessa assembléia 31 (trinta e um) associados, um número ainda bastante reduzido de pessoas quando comparado com o que a AGB ainda iria reunir em seus eventos, mas ao mesmo tempo, um número significativo de associados diante o caráter bastante elitista da associação e do histórico de “sobrevivência” nos últimos anos, principalmente no período compreendido entre os anos de 1937 e 1944. Nessa reunião foram oficialmente proclamados os primeiros sócios honorários da AGB, o professor Francis Ruellan e o Embaixador José Carlos de Macedo Soares. A seguir foram lidas e debatidas as três primeiras teses da história das Assembléias da AGB: *O Município de Ituiutaba*, de autoria do professor **Speridião Faissol**, sócio cooperador da Seção Regional do Rio de

Janeiro; *Notas sobre o Rio Tietê na Região de Itu e Salto*, de autoria do professor **Antônio Rocha Penteado**, sócio cooperador da Seção Regional de São Paulo; e *A Vila de Icapara*, de autoria da professora **Nice Lecocq Muller**, sócia cooperadora também da Seção Regional de São Paulo. Algumas comunicações orais foram apresentadas: “*O Vale do Paraíba*”, de autoria do sócio cooperador **Antônio Teixeira Guerra**, da Seção Regional do Rio de Janeiro; “*A Região da Lapa, bairro subúrbio da cidade de São Paulo*”, de autoria do sócio efetivo da Seção Regional de São Paulo, **Aroldo de Azevedo**; e “*Angra dos Reis*”, de autoria de **Pedro Pinchar Geiger**, sócio cooperador da Seção do Rio de Janeiro.

A segunda Assembléia Geral foi ainda palco de uma importante discussão acerca da divisão regional do Brasil, que acabara de ser aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia. Nessa mesma ocasião o professor Pierre Monbeig apresentou os resultados dos estudos realizados pela Seção Regional de São Paulo sobre a divisão regional do Estado de São Paulo (trabalho iniciado nos primeiros anos de vida da AGB).

A assembléia contou com a presença de nomes ilustres da Geografia francesa e com grande influência na Geografia brasileira: Francis Ruellan e Pierre Dansereau. O primeiro elevado a condição de sócio honorário, e o segundo, que em assembléia próxima, também seria indicado para a mesma categoria, uma vez que a proposta foi apresentada ainda nessa assembléia. A assembléia contou com a colaboração do Conselho Nacional de Geografia que aí se fez representar pelo seu secretário-geral, o engenheiro Christovam Leite de Castro e pelo coronel Frederico Rondon, membro do Diretório Central, além da equipe de geógrafos do Conselho.

Os presentes à assembléia, nas pesquisas de campo percorreram a cidade de Lorena e seus arredores, e ainda, a serra da Bocaina e a serra da Mantiqueira, divididos em três equipes: Geomorfologia, Biogeografia e Geografia Humana, que foram chefiadas pelos professores Miguel Alves de Lima, Pierre Dansereau e Lísia Maria Cavalcanti (e depois, pelo professor Aroldo de Azevedo), respectivamente. Após a realização das pesquisas de campo, os relatórios foram apresentados em sessão da assembléia, onde cada chefe de equipe apresentou as considerações sobre o que haviam realizado, sendo seguidos pelas secretárias científicas – professoras Mariam Tiomno e Dora do Amarante Romariz, que deram uma visão de conjunto das regiões percorridas, sendo completada pela palavra do professor Francis Ruellan. Foram realizadas ainda, uma excursão com os participantes da

assembléia à Serra da Bocaina (Lorena-Silveiras-Barreiro), e uma visita à Fábrica de Pólvora Presidente Vargas (em Piquete).

A AGO foi marcada pela realização de várias atividades sociais envolvendo os associados da AGB e a sociedade de Lorena, face às relações estabelecidas na cidade e a importância do evento, que reunia professores universitários e pesquisadores de importantes instituições das duas principais cidades do país. Entre as atividades sociais do evento, destacaram-se: visita ao Solar Batista de Azevedo, missa rezada pelo padre Ambrósio Cox, banquete oferecido no Cassino dos Oficiais e jantar na residência da família Arnolfo de Azevedo (esse último somente para alguns participantes).

Na sessão de encerramento (presidida pelo professor Ruellan), após a leitura do relatório da gestão que se encerrava, foi aprovado um voto de aplauso à ação da Diretoria cujo mandato estava acabando e ainda o envio de mensagem de simpatia aos sócios fundadores da AGB, na qual lhes participasse o êxito da II AGO e o apreço pela importância assumida por cada nesse importante momento vivido pela associação. Foi realizada ainda a eleição dos membros do Conselho Diretor da AGB, tendo sido o professor Pierre Monbeig reconduzido a presidência da AGB por mais um período, tendo os professores Aroldo de Azevedo, como Secretário-Geral; Fernando Marques de Almeida, como Tesoureiro; Jorge Zarur, como Diretor dos Anais; e Alberto Ribeiro Lamego, como membro da Comissão Consultiva.

**A III Assembléia Geral Ordinária da AGB**, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, no período de 24 a 30 de novembro de 1947, teve seus trabalhos realizados na sede do Conselho Nacional de Geografia. A assembléia foi solenemente instalada no dia 24 de novembro de 1947, sob a presidência do professor Aroldo de Azevedo, presidente interino da Associação (uma vez que o presidente, o professor Pierre Monbeig, havia viajado de regresso à França, em dezembro de 1946); e secretariada pelo professor Rui Osório de Freitas, também interino no cargo de secretário-geral da AGB (ocupando o cargo que era do professor Aroldo de Azevedo).

O número de sócios efetivos e que se fizeram presentes ainda era bastante pequeno. Achavam-se presentes: o professor Francis Ruellan, sócio honorário; os sócios efetivos: Alberto Ribeiro Lamego (RJ), Aroldo de Azevedo (SP), Christovan Leite de Castro (RJ), Fábio de Macedo Soares Guimarães (RJ), Fernando Flávio Marques de Almeida (SP), João Dias da Silveira (SP), José Setzer (SP), José

Veríssimo da Costa Pereira (RJ), Maria da Conceição Vicente de Carvalho (RJ), Orlando Valverde (RJ), Renato da Silveira Mendes (SP), Rui Osório de Freitas (SP) e Silvio Fróes de Abreu (RJ). Além de alguns sócios cooperadores das seções regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo e outros interessados.

A assembléia continuou com a entrega dos respectivos diplomas aos sócios efetivos presentes. Foram apresentadas e aprovadas as propostas de diplomação à categoria de sócios-efetivos os seguintes associados: Reinhard Maak, José Loureiro Fernandes e Virgílio Correia Filho. A diplomação do professor Leo Waibel, como sócio-honorário<sup>78</sup>, embora apresentada, acabou não ocorrendo pela falta de quórum suficiente para tal aprovação, embora os presentes tenham sido favoráveis a proposta.

Foram realizadas três sessões para discussão de teses e comunicações orais, onde os trabalhos a seguir foram apresentados<sup>79</sup>: “A Vegetação e o Uso da Terra no Planalto Central”, por Leo Heinrich Waibel; “Alguns Aspectos do Relevo no Planalto Central Brasileiro”, por Francis Ruellan; “Paisagens Rurais no Município de Campinas”, por Nice Lecoc Muller; “Geomorfologia da Região do Jaguaraguá, em São Paulo, de Aziz Nacib Ab'Saber; “Crescimento da Cidade de São Paulo”, de Pasquale Petrone; “A Noção de Região Geográfica e sua Aplicação ao Brasil”, de Antônio Rocha Penteado.

Durante três dias os associados presentes a Assembléia puderam participar de pesquisas de campo realizadas na Baixada Fluminense, e que foram coordenadas pelos professores João Dias da Silveira e José Veríssimo da Costa Pereira, que, em sessão destinada para esse fim, fizeram a apresentação do relatório preliminar.

Nessa assembléia, o Conselho Diretor da AGB apresentou um conjunto de normas de trabalho que deveriam definir o funcionamento da assembléia em questão e de outras que seguiriam a ela. As normas foram discutidas e após aprovação pelos presentes à assembléia foram registradas na em sua ata:

**1º** - Os trabalhos escritos deverão ser examinados por um relator nomeado pelo Presidente da Associação e, só depois de terem o respectivo parecer, serão lidos e postos em discussão.

---

<sup>78</sup> A nomeação do professor Leo Waibel como sócio-honorário nunca veio a ocorrer. Não foi possível encontrar nos documentos e demais registros da AGB os motivos dessa não nomeação. Não sabemos se a questão nunca mais foi apresentada, ou então a teria sido apresentada e rejeitado a indicação.

<sup>79</sup> Os três últimos trabalhos constantes da lista são teses, e que foram devidamente relatadas por um sócio-efetivo indicado pelo Conselho Diretor.

**2º** - Os trabalhos de autoria de sócios cooperadores deverão ser apresentados à Assembléia por um dos sócios efetivos.

**3º** - As comunicações orais poderão ser feitas tanto pelos sócios efetivos como pelos sócios cooperadores, entrando em debate imediatamente após sua realização.

**4º** - Todos os sócios que fizerem comunicações verbais comprometem-se a apresentar, dentro do prazo de sessenta (60) dias, à Diretoria da Associação, o texto completo ou um resumo por escrito.

**5º** - As excursões serão realizadas dentro de um plano estabelecido por uma Comissão Especial, de que farão parte o Presidente da Associação e três outros sócios efetivos, pelo mesmo designado.

**6º** - Compete à Comissão Especial, referida no item anterior, elaborar o Relatório Final das excursões realizadas.

**7º** - A Diretoria poderá convidar pessoas estranhas ao quadro social da Associação para assistirem aos trabalhos da Assembléia Geral.

As resoluções apresentadas pelo Conselho Diretor e aprovadas pelos sócios presentes, demonstram um caráter bastante direutivo que a associação pretendia para a realização de suas assembléias, bem como da condução dos trabalhos no interior da mesma, além da marcante distinção entre os associados, quanto aos seus direitos e possibilidades, o que fica bem definido e claro, quando o associado cooperador pode ser capaz e competente para fazer um trabalho, mas não tem o direito de apresentá-lo na Assembléia. Essas são regras que iriam vigorar por um bom tempo nas assembléias da AGB, sofrendo, no passar do tempo, apenas algumas pequenas alterações.

A Assembléia foi encerrada com uma manifestação de agradecimento ao professor Pierre Monbeig, que embora não estivesse presente, foi, por solicitação da AGO, comunicado do ocorrido, recebendo cópia do relatório onde constava tal homenagem.

A eleição do Conselho Diretor levou o professor João Dias da Silveira à condição de Presidente da AGB.

**A IV Assembléia Geral Ordinária** da AGB, realizada em Goiânia, entre os dias 15 e 22 de dezembro de 1948, constituiu, por muitas razões, um marco dos mais importantes na história da Associação, principalmente no que diz respeito ao caráter e ao funcionamento das assembléias. A dinâmica das assembléias, proposta esboçada em Lorena e experimentada no Rio de Janeiro, tem em Goiânia um ponto de culminância, onde são fixadas normas de trabalho

geográfico e de orientação de pesquisa (formato das apresentações das comunicações e teses), e a metodologia para a realização dos trabalhos de pesquisa de campo e sua posterior apresentação. Essas definições tiveram grande repercussão nas demais assembléias realizadas.

A assembléia foi instalada em sessão solene realizada no auditório do Museu do Estado, na noite do dia 15 de dezembro de 1948. O então Governador do Estado de Goiás, o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, alcado a categoria de Presidente de Honra da Assembléia, coordenou os momentos iniciais da AGO, declarando-a oficialmente aberta. A presença de autoridades do Estado de Goiás e da prefeitura de Goiânia foi expressiva na solenidade de abertura do evento, que contou com a participação de 10 sócios efetivos e 25 sócios cooperadores, além de um numeroso público interessado nas discussões, mas ainda não associado à AGB. Nessa mesma sessão, agora sob coordenação do professor Ary França, Secretário-Geral da Associação, foi lida, discutida e aprovada a ata da terceira Assembléia Geral Ordinária, realizada no Rio de Janeiro, no ano anterior; a divisão dos grupos para as pesquisas de campo e a organização das comunicações que seriam apresentadas nos dias seguintes.

No dia 16 de dezembro, segundo dia de realização da AGO, foi realizada a primeira pesquisa de campo dessa assembléia. Os participantes, sob a coordenação geral do professor José Veríssimo da Costa Pereira, dividiram-se em cinco equipes, chefiadas pelos professores: Aroldo de Azevedo, Lucio de Castro Soares, Maria da Conceição Vicente de Carvalho e Fernando Marques de Almeida e fizeram pesquisa sobre a geografia urbana de Goiânia. Os resultados das pesquisas, foram como previa o regulamento, apresentados em sessão na AGO. Outras duas excursões foram realizadas com os participantes da AGO – a primeira até uma fazenda, em Inhaúmas (GO), e a segunda aos municípios de Jaraguá e Anápolis.

Em sessões para fins acadêmicos foram apresentados os seguintes trabalhos<sup>80</sup> na AGO: "Contribuição à Geomorfologia da Região Oriental de Santa Catarina", de Fernando Flavio Marques de Almeida; "Os seis fatores da formação dos solos", de José Setzer; "Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia", de Ely Goulart Pereira de Araújo; "Vigilengas do Baixo-Amazonas", de Antonio Rocha Penteado; "O caiçara na região de Itanhaém", de José Ribeiro de

---

<sup>80</sup> Os nove primeiros trabalhos foram aprovados para serem publicados nos Anais da IV AGO.

Araújo Filho; "Contribuição ao estudo da vinha no Estado de São Paulo - região de São Roque", de Dirceu Lino de Mattos; "O Planalto Brasileiro e os problemas da classificação de suas formas de relevo", de Aroldo de Azevedo; "O Sudoeste Goiano", de Aziz Nacib Ab' Saber e Miguel Costa Júnior; "Geomorfogênese da Serra do Espinhaço", de Fernando Flávio Marques de Almeida; Tipos de indústrias dos municípios paulistas (e) Tipologia dos municípios paulistas, ambos de autoria de Lucila Hermann; Contribuição para o estudo das vias de comunicação do Rio de Janeiro, de Odilon Nogueira de Matos; Notas sobre a cultura e o comércio da laranja na região da Guanabara, de Renato Silveira Mendes; Anotações paleogeográficas para servirem à geomorfologia do Brasil, de Aziz Nacib Ab'Saber; Regionalismo e Administração, de Mário Wagner Vieira da Cunha.

No último dia de realização da AGO teve lugar uma palestra sobre a "valorização do Planalto Central e os problemas ligados à mudança da Capital Federal para o Planalto Central", que foi conferida pelo Governador do Estado de Goiás, o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno.

Na sessão de encerramento, realizada na noite do dia 21 de dezembro, a diretoria que encerrava seu mandato, leu e aprovou o relatório da gestão que se encerrava, bem como os relatórios das seções regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na mesma ocasião foi realizada a eleição da nova Diretoria, que ficou assim constituída: Presidente – José Veríssimo da Costa Pereira; Secretário Geral – Fernando Flávio marques de Almeida; Tesoureiro Geral – Ary França; Diretor dos Anais – Aroldo de Azevedo; Membro da Comissão Consultiva – Renato da Silveira Mendes. Essa é a primeira vez, desde a sua fundação, que a presidência da AGB fica com um profissional de outra cidade diferente de São Paulo, no caso o Rio de Janeiro.

**A V Assembléia Geral Ordinária da AGB**, reunida em Belo Horizonte-MG, realizada entre os dias 23 e 31 de janeiro de 1950, foi instalada oficialmente em solenidade ocorrida no Salão Nobre do Instituto de Educação da capital mineira. A sessão de abertura foi inicialmente coordenada pelo professor José Veríssimo da Costa Pereira, então presidente da AGB. A presidência dos trabalhos e principalmente da sessão de abertura foi dada ao Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Milton Campos, então presente na assembléia. A sessão de abertura também foi prestigiada por diversas outras autoridades civis e militares, entre elas: os Reitores da Universidade de Minas Gerais e do Ginásio

Estadual, Comandantes da Policia Militar do Estado, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Presidente e Secretário da Associação dos Geógrafos Uruguaios (Jorge Chebataroff e Alberto Ponchitesta), representantes da Arquidiocese, representante da delegação do Conselho Nacional de Geografia (Fernando Antônio Raja Gabaglia), Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e o Chefe do Departamento de Geografia da Universidade de Siracusa - EUA (Preston James), entre outros. Fizeram uso da palavra além do presidente da AGB e do Governador do Estado, os professores Tabajara Pedroso e Aroldo de Azevedo. Ainda nessa sessão foi lida a carta enviada pelo presidente da União Geográfica Internacional, o professor George B. Cressey, onde fez saudação à AGB e os participantes da AGO.

O discurso oficial da AGB foi feito pelo professor Aroldo de Azevedo, fato ocorrido em muitas outras assembléias. Nesse discurso podemos destacar considerações sobre a visão que predominava nesses primeiros anos de existência da AGB no que se refere aos "lugares diferentes de São Paulo"<sup>81</sup> de ocorrência das reuniões da Associação, marcada por uma dada lógica de compreensão da chegada à outras localidades como fruto de uma ação desbravadora. O professor Aroldo de Azevedo em todos os seus discursos publicados nos Anais da AGB, faz uso, e por muitas vezes - abuso, da comparação dos participantes das assembléias e da própria AGB com os Bandeirantes. Apesar das palavras serem proferidas pelo professor Aroldo de Azevedo, a impressão que fica a partir da leitura dos documentos produzidos pela AGB e pela influência de Aroldo de Azevedo na Associação, principalmente da Seção Regional de São Paulo, é que pelo menos na essência, o seu discurso acaba por representar uma certa visão institucional predominante.

Em várias sessões foram apresentados e discutidos os seguintes trabalhos<sup>82</sup>: "Variações do nível do mar ao longo do litoral da África Ocidental", de Antônio Teixeira Guerra; "Vegetación halófila de la costa uruguaya", de Jorge Chebataroff; "Aspectos da vegetação de Diamantina", de Dora do Amarante Romariz; "Notas sobre a cidade de Diamantina e seus habitantes", de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; "A cultura da banana na baixada de Itanhaém", de José Ribeiro de Araújo Filho; "As chácaras paulistanas", de Alice Piper Canabrava;

<sup>81</sup> Frase presente em vários discursos do professor Aroldo de Azevedo ao se referir a qualquer localidade diferente da cidade de São Paulo.

<sup>82</sup> Os oito primeiros trabalhos foram aprovados para figurarem nos Anais da AGB referente à assembléia em questão.

"Contribuição ao estudo das feiras de gado - Feira de Santana e Arcoverde", de Ney Strauch; "Bases geológicas del relieve uruguayo", de Alberto Pochintesta; "Contribuição à metodologia do trabalho de campo", de Alceu Magnanini; "Notas de uma excursão ao Pantanal Motogrossense", de Sulamita Brito e Castro; "Um estudo de Geografia Humana: veredeiros e geralistas", de Pedro Pinchas Geiger; "Núcleo Colonial de Santa-Cruz", de Speridião Faissol; "Mello Leitão e a Geografia", de José Lacerda de Araújo Feio; "Toponímia: suas regras e evolução", de Everardo Backheuser; "Evolução da cidade de Franca (primeiro estudos)", de Pasquale Petrone; "As regiões climato-botânicas do Brasil", de Aroldo de Azevedo; "Tentativa de delimitação da região cacueira para fim de um estudo econômico", de Milton Santos; "A fazenda do Morro Redondo", de Milton Santos "Étude préliminaire sur la répartition des indices spléniques et parasites de la malaria dans l' Etat de Goiás em relation avec les conditions géographiques", de Annete Ruellan.

Ainda como parte da programação da assembléia foram realizadas cinco palestras sobre assuntos diversos, realizadas por profissionais de destaque, alguns inclusive, no cenário da geografia mundial, a saber: "Métodos e objetivos de pesquisa Geográfica", por Preston James; "Les variations du niveau marin autour de l'Atlantique depuis le Pliocène", por Francis Ruellan; "Observações feitas na excursão à Lagoa Santa e à Gruta da Lapinha", por Francis Ruellan; "Zonas físicas del Uruguay y los Microclimas", por Jorge Chebartaroff; "Limites inter-estaduais de Minas Gerais", por Benedito Quintino dos Santos.

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos em duas fases: a primeira foi uma curta excursão de estudos à região de Lagoa Santa e à Gruta da Lapinha, da qual participaram todos os geógrafos presentes; a segunda foi a realização de duas excursões científicas à região siderúrgica de Barão de Cocais e à região do Alto Maciço Quartzolítico do Caraça, e uma excursão para estudos de geografia urbana na própria cidade de Belo Horizonte. A pesquisa da região de Barão de Cocais foi dirigida pelo professor Aroldo de Azevedo, enquanto as pesquisas de região do Caraça e de Belo Horizonte foram dirigidas por Francis Ruellan e Dirceu Lino de Mattos, respectivamente.

Ao final da Assembléia, o quadro de sócio da AGB foi ampliado com mais sete novos sócios efetivos: Alfredo José Porto Domingues, Aziz Nacib Ab'Saber, Hilgard O'Reilly Sternberg, Speridião Faissol, José Ribeiro de Araújo Filho, Antônio Rocha Penteado e Nice Lecocq Muller.

Ainda na sessão de encerramento procedeu-se, ainda, a eleição da nova Diretoria da AGB para o ano de 1950, reconduzindo o professor José Veríssimo da Costa Pereira na presidência da Associação.

**A VI Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Nova Friburgo, entre os dias 26 de janeiro e 3 de fevereiro de 1951. A Assembléia teve por sede o Ginásio de Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas, que foi posto à disposição da Associação.

Nas sessões de estudos foram apresentadas nove teses, sendo que as quatro últimas teses não foram publicadas: "Notas sobre alguns sambaquis e terraços do litoral de Laguna (Santa Catarina)", de Antônio Teixeira Guerra; "São Luiz do Maranhão (primeiros estudos)", de Aroldo de Azevedo; "A cidade de Olímpia (estudos de Geografia Urbana)", de Ely Goulart Pereira de Araújo; "Propriedades de japoneses na região de Cotia", de Emília da Costa Nogueira e Francisca M. Nunes; "A Região de Santa Isabel", de Aziz Nacib Ab' Saber; "Coluviões da Serra do Cubatão", de José Carlos Rodrigues; "A Barra do Itaípe (BA), de Milton Santos; "A incidência do Arroio Maldonado na Serra Balleña (Uruguai), de Jorge Chebataroff; "Geografia do Curare", de Alberto Jacobina.

As pesquisas de campo foram realizadas no próprio município de Nova Friburgo, onde as equipes foram divididas da seguinte forma para a realização do trabalho: **1) Zona Urbana de Nova Friburgo:** Equipe 1- João Dias da Silveira, Odilon Nogueira de Matos e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (os caracteres do sitio, a origem e a evolução da cidade), Equipe 2 - chefiada por José Ribeiro de Araújo Filho e composta por Ely Goulart Pereira de Araújo, Hilda da Silva, Ignez Amélia Leal Teixeira Guerra, Maria da Glória Carvalho Campos, Milton Santos e Olga Leite Pinto Buarque de Lima ( Estudo das funções de Nova Friburgo); **2) Zona Rural de Nova Friburgo:** 2 equipes orientadas pelo professor Ary França – a primeira de Geografia Humana: Elza Coelho de Souza, Emilia da Costa Nogueira, Heraldo Faria Cidade, José Veríssimo da Costa Pereira, Maria Cecília França, Nilo Bernardes, Paquale Petrone e Speridião Faissol; e a segunda, de Vegetação e Pedologia: Dora do Amarante Romariz, Hélio Ramos da Costa, Jorge Chebataroff e Moacyr Pavageau. As equipes percorreram os distritos sede, Riograndina, Campo do Coelho e Refúgio; **3) Geografia Física:** equipe formada por Aziz Nacib Ab' Saber, Antônio Teixeira Guerra, Lucio de Castro Soares e Murilo Navarro Pereira.

Na sessão administrativa realizada ao final da Assembléia foi escolhido o novo Conselho Diretor, que teve o professor João Dias da Silveira eleito para seu segundo mandato à frente da AGB. Os professores Aziz Nacib Ab'Saber, Antônio Rocha Penteado e José Veríssimo da Costa Pereira, completaram o Conselho Diretor.

**A VII Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Campina Grande – PB, entre os dias 11 e 19 de janeiro de 1952, e contou com a presença de 15 sócios efetivos e 19 sócios cooperadores. A assembléia teve início no dia 11 de janeiro, no Salão Nobre do Aliança Club de Campina Grande, sob a presidência do professor João Dias da Silveira. A sessão de abertura contou com as presenças do Prefeito de Campina Grande, e do Governador do Estado – José Américo de Almeida, e que conforme a tradição da AGB, assumiu a presidência de honra da Assembléia saudando os geógrafos presentes e ressaltando o significado daquela reunião no Estado da Paraíba. Na sessão de abertura falaram pela AGB os associados José Ribeiro de Araújo Filho, Milton Santos e Jorge Chebataroff. A sessão administrativa, que organizou os trabalhos da AGO, aconteceu logo após a sessão solene de abertura e definiu pela realização de 5 sessões plenárias, sendo 3 para debates das teses e 2 restantes destinadas à apresentação dos relatórios preliminares das pesquisas de campo. Outros assuntos tratados na sessão administrativa foram: a leitura e aprovação da ata da AGO anterior (Nova Friburgo, 1951), divisão das equipes de campo e acertos das condições de realização dos trabalhos da própria AGO.

Durante as três sessões para apresentação das teses, 12 trabalhos estiveram no centro dos debates: “Regiões Naturais do Rio Grande do Sul e Uruguai”, de Jorge Chebataroff; “A Cidade de Cruzeiro – notas de geografia urbana”, de Nilo Bernardes; “Centros de população do Distrito de São Paulo, em 1940 e 1950”, de Eduardo Alcântara de Oliveira; “O estado atual dos solos do município de Itapecirica-SP, de José Setzer, e “Paisagens do Rio Grande do Sul (impressões de viagem), de Aroldo de Azevedo; “Aspectos e problemas da região de Corumbataí – Estado de São Paulo”, de Pasquale Petrone; “Coruputaba: uma fazenda do médio vale do Paraíba”, de Roberto Flávio C. Galvão; “Mapa genético do solo – Folha de Jaú”, de José Setzer; “Pequenas cuestas na Baixada de Guanabara”, de Pedro Geiger; “Fazenda da Conceição”, de Miriam Mesquita; “Londrina: estudo de geografia urbana”, de Neyde Prandini; e “População e povoamento do Norte do Paraná”, de Salette Cambiaghi.

Os trabalhos de campo, parte sempre importante das pesquisas realizadas durante uma AGO, foram relatados e discutidos em sessão realizada após aquelas destinadas aos debates das teses. As pesquisas de campo foram realizadas em duas fases distintas: uma em que todas as equipes tiveram por centro de estudos a própria cidade de Campina Grande e outra em que os associados foram para estudar as regiões do Sertão de Curema e do Brejo Paraibano. Na fase destinada aos estudos da cidade de Campina Grande, foram organizadas três equipes – **geografia física**, chefiada pelo professor Aziz Nacib Ab'Saber; **geografia urbana**, chefiada pela professora Nice Lecocq Muller, e dividida em 4 sub-equipas: **a) sítio urbano** - Antônio Rocha Penteado, **b) situação** - Brás Berlanga Martinez, **c) funções urbanas** - Dora de Amarante Romariz, **d) origem e crescimento** - Nice Lecocq Muller; e **geografia rural**, chefiada pelo professor João Dias da Silveira, e dividida em 3 sub-grupos: **a) região de queimada** - José Ribeiro de Araújo Filho, **b) região a NO de campina Grande** - Elza Coelho de Souza, **c) região de Alagôa Seca** - Nilo Bernardes. A fase de Campina Grande contou ainda com estudos das condições pedológicas, realizadas pelo professor José Setzer.

A segunda fase das pesquisas de campo foi realizada em duas áreas distintas, para onde se dirigiram os participantes, divididos em várias equipes. Para as pesquisas na Região do Brejo Paraibano, foram duas equipes. A primeira de *geografia urbana*, sob a chefia da professora Eloísa de Carvalho; a segunda de geografia rural, sob chefia de Nilo Bernardes, dividiu-se em três sub-grupos: *o de leste, o de oeste e o central*, orientados respectivamente por José Veríssimo da Costa Pereira, Pedro Geiger e Nilo Bernardes. Já as pesquisas realizadas na Região do Sertão de Curema, foram feitas por uma só equipe, que trabalhou sempre em conjunto e sob a chefia de Aziz Ab' Saber.

As sessões de apresentação dos relatórios das pesquisas de campo realizadas na segunda fase e de encerramento, ocorreram na cidade de João Pessoa; a primeira ocorreu no salão principal do Grupo Escolar da capital paraibana, e a segunda no Auditório do Instituto de Educação de João Pessoa. A sessão de encerramento contou com a presença do Dr. Luiz Rodrigues – Secretário de Educação e Saúde do Estado da Paraíba, que representando oficialmente o sr. Governador, assumiu a presidência de honra da Assembléia. Na parte administrativa dessa sessão foram lidos e aprovados os relatórios da gestão que se encerrou e realizada a eleição dos novos membros da Diretoria da

AGB, onde o professor José Veríssimo da Costa Pereira foi eleito para o seu terceiro mandato à frente da Associação.

**A VIII Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Cuiabá-MT, no período de 17 a 26 de julho de 1953, e contou com a presença de 50 sócios, assim distribuídos: 1 (um) sócio honorário, da França; 19 sócios efetivos, sendo 9 de São Paulo, 4 do Rio de Janeiro, 1 de Pernambuco e 1 do Uruguai; 30 sócios cooperadores, sendo 9 do Rio de Janeiro, 9 de São Paulo, 6 do Paraná, 1 de Pernambuco, 1 de Minas Gerais, 1 do Mato Grosso, 1 do Rio Grande do Sul e 1 da Bahia. A assembléia teve seu início antes mesmo da sessão preparatória, com as visitas que o Conselho Diretor e alguns outros associados fizeram as autoridades locais e as principais instituições da cidade. No dia 17 de julho, ainda na parte da manhã, cumprindo então o já instituído ceremonial, os associados da AGB fizeram visitas oficiais à Assembléia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, à Prefeitura e ao Palácio do Governo. Na tarde desse mesmo dia 17 de julho, reuniram-se então, em sessão preparatória, a fim de que fossem organizadas as equipes de trabalho e distribuídas as teses aos relatores, conforme deliberação aprovada em assembléias anteriores.

Na noite do dia 17 de julho, no auditório do tradicional Colégio Estadual de Cuiabá, foi instalada pelo então presidente da AGB - o professor José Veríssimo da Costa Pereira, a oitava Assembléia Geral Ordinária da associação. A sessão de abertura contou com a presença do Governador do Estado do Mato Grosso, o Dr. Fernando Correia da Costa, recebeu a presidência de honra da Assembléia e oficializou a abertura da reunião. Em nome dos associados presentes, falou o sócio Mário Lacerda de Melo, e em nome dos geógrafos estrangeiros presentes falou o professor Jorge Chebataroff, presidente da Associação dos Geógrafos Uruguaios.

Após a solenidade de abertura da Assembléia, foram iniciados os trabalhos administrativos da mesma, que foram secretariados pela professora Nice Lecocq Muller (SP), onde foi lida, discutida e aprovada a ata da assembléia anterior (Campina Grande-1952), e repassados os encaminhamentos da sessão preparatória.

A assembléia continuou no dia seguinte, no Palácio da Instrução, quando foi realizada a primeira sessão plenária, onde foram entregues pelo presidente da AGB, os diplomas de sócio-efetivo aos recém eleitos: Mário Lacerda de Melo, Eurípides Simões de Paula, Elina de Oliveira Santos e Paquale Petrone. Ainda

nessa sessão foram feitas as primeiras comunicações, a primeira pelo professor Aziz Nacib Ab'Saber – “Geomorfologia de uma linha de quedas apalachiana típica do Estado de São Paulo”<sup>83</sup>; a segunda apresentação foi feita pelo sócio João José Bigarella sobre “Contribuição ao estudo da planície litorânea do Paraná”<sup>84</sup>.

Na segunda sessão plenária realizada no dia 19 de julho, foram apresentadas duas outras comunicações orais referentes ao trabalho que a Seção Regional de São Paulo estava preparando para o IV centenário da cidade de São Paulo, em parceria com o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. As comunicações, que não foram publicadas nos Anais da assembléia em questão, foram apresentadas pelo professor Aroldo de Azevedo – “Plano de trabalho e os métodos de pesquisa”, e pela professora Nice Lecocq Muller – “Centro da cidade de São Paulo”.

Na noite do dia 19 de julho foi realizada a terceira sessão plenária, onde foram relatadas e debatidas as primeiras duas teses inscritas para essa assembléia. A primeira tese “Contribuição à geografia carioca: notas sobre a geografia do bairro de Laranjeiras”, de autoria de Ruth Mattos Almeida Simões, foi relatada pelo professor Ary França; e a segunda “A Serra Negra, uma relíquia geomórfica e higrófita nos tabuleiros pernambucanos”, de autoria de Gilberto Osório de Andrade, foi relatada pelo professor Aziz Nacib Ab'Saber. No dia seguinte, na continuação da terceira sessão, aconteceu a apresentação da tese de Mário Lacerda de Melo, intitulada “A Serra Negra, uma “ilha” da caatinga”, que foi relatada pela professora Lysia Maria Cavalcanti Bernardes. As três teses, após debate, foram aprovadas para publicação nos Anais da AGB.

Em sessões realizadas alguns dias depois mais três teses foram apresentadas e discutidas: a de autoria de Jorge Chebataroff, intitulada “Esquema general de la evolución de lás costas platenses”, relatada por Francis Ruellan; a de Miguel Alves Lima, cujo título “Cruz das Almas e Arapiraca, duas zonas produtoras de fumo”, e que foi relatada pelo professor Aroldo de Azevedo; e por fim a tese de autoria de Antônio Taddei, relatada pelo Professor Pasquale Petrone, intitulada “Pantanais Matogrossenses”; sendo que esta última não foi publicada nos Anais da AGB referente a essa assembléia.

As sessões seguintes, realizadas nos dias 24 e 25 de julho foram dedicadas à apresentação dos relatórios das pesquisas realizadas nos trabalhos

---

<sup>83</sup> Publicada nos Anais da AGB, volume VII, tomo I, 1955.

<sup>84</sup> Não publicada nos Anais da AGB da assembléia referente.

de campo ocorridos nos dias 21, 22, e 23 do mês em questão. Em quatro equipes foram distribuídos os associados presentes. Ao professor Aroldo de Azevedo coube dirigir o grupo que estudou "A Cidade de Cuiabá". O professor Mário Lacerda de Melo orientou o grupo que estudou a "Região ribeirinha do médio Cuiabá" e a "Área açucareira de Leverger". O professor Francis Ruellan teve ao seu cargo a direção da equipe que estudou a "Chapada dos Guimarães", cabendo finalmente ao professor Aziz Nacib Ab'Saber a responsabilidade da equipe que estudou "O Planalto dos Parecis".

Os presentes a essa assembléia mais uma vez saíram do local onde foram realizadas as sessões de debates acadêmicos para homenagear o general Cândido Mariano da Silva Rondon. Os associados da AGB se reuniram no "Campo de Ourique", junto ao marco que assinala o centro geodésico da América do Sul para prestarem uma homenagem à Rondon, onde foi feita a leitura, pelo presidente da AGB, de uma mensagem<sup>85</sup> enviada pelo próprio general à Associação.

No último dia da assembléia foi realizada sessão onde foram tratadas questões de ordem administrativa (leitura e aprovação do relatório da gestão), além da apresentação, discussão e aprovação de resoluções, que seguem divididas em dois grupos - o primeiro, que diz respeito à própria Associação:

- 1) "Referendar o patrocínio da Associação dos Geógrafos Brasileiros em relação ao I Congresso Brasileiro de Geógrafos, a se realizar em São Paulo, como parte das comemorações do IV Centenário de sua fundação";
- 2) "Sugerir ao Conselho Diretor a ser eleito que a IX Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros seja realizada concomitantemente com o I Congresso Brasileiro de Geógrafos";
- 3) "Determinar que o mandato da Diretoria que será eleita na Assembléia de Cuiabá só terminará com o encerramento dos trabalhos da IX Assembléia Geral, na forma dos Estatutos";
- 4) "Recomendar às Seções Regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros a adoção, em seus assuntos internos, do uso de "RESOLUÇÕES"";
- 5) "Recomendar à Diretoria a ser eleita em Cuiabá que entre em contato com associações idôneas e de finalidades científicas idênticas às da Associação

---

<sup>85</sup> Cópia da mensagem segue em anexo

dos Geógrafos Brasileiros de outros países americanos a fim de ser fundada uma Federação das Associações de Geógrafos das Américas”;

6) “Seja a Diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros autorizada a fazer um caloroso apelo aos órgãos do Poder Público no sentido de aproveitar o conhecimento e a experiência de geógrafos especializados todas as vezes que forem constituídas comissões técnicas destinadas a examinar problemas relativos à terra e ao homem”.

O segundo grupo de resoluções, que tratava de posicionamento da AGB sobre assuntos de interesse da sociedade:

1) “Dirigir-se às autoridades competentes solicitando que sejam adotadas as medidas necessárias de modo a ser preservada como parque florestal a reserva de mata Serra Negra, no município de Floresta”;

2) “Sugerir ao Governo Federal a criação de reservas para a conservação da flora e da fauna, propiciando uma regulamentação para a preservação da fauna útil em geral”.

Nessa sessão também foi eleita e empossada a nova direção da associação que teve o professor Aroldo de Azevedo como seu presidente, que a despeito de sua enorme influência na AGB, assumiu, por eleição, apenas uma vez o cargo principal<sup>86</sup> da associação. Nessa eleição, a professora Dora de Amarante Romariz foi escolhida como Diretora dos Anais, função que vai ocupar por quinze mandatos consecutivos, tornando-se a profissional que mais tempo permaneceu no Conselho Diretor da AGB, em toda sua história.

**A IX Assembléia Geral Ordinária** da AGB, ocorrida em 1954, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, foi realizada simultaneamente com o I Congresso Brasileiro de Geógrafos, conforme deliberado pela assembléia anterior (Cuiabá-1953), assumindo o caráter somente administrativo, reservando a parte acadêmica para o Congresso.

A Assembléia foi realizada em duas sessões, uma no dia 19 e outra no dia 28 de julho e contou com a participação de 2 sócios honorários e 33 sócios efetivos. Na primeira sessão foram empossados os novos sócios, com destaque para a posse do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, como sócio honorário. Foram ainda empossados Eloísa Carvalho (RJ), Ely Goulart Pereira de

---

<sup>86</sup> O professor Aroldo de Azevedo, na gestão do Conselho Diretor de 1946-1947, era Secretário Geral, tendo assumido interinamente a presidência, em substituição ao professor Pierre Monbeig.

Araújo (SP), Gilberto Osório de Andrade (PE), João José Bigarella (PR). Ney Strauch (RJ), Tabajara Pedroso (MG) e Walter Albert Egler (RJ), todos como efetivos.

Nessa sessão discutiu-se ainda a questão da fundação da Federação das Associações dos Geógrafos da América (F.A.G.A.). Outro assunto de grande interesse também abordado foi a da possível colaboração da Associação dos Geógrafos Brasileiros com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai.

Na segunda sessão a Diretoria que estava no final mandato fez a apresentação do relatório da gestão, que foi lido pelo presidente da AGB, professor Aroldo de Azevedo. Em seguida foi efetuada a eleição dos novos dirigentes da AGB, com o seguinte resultado: Mário Lacerda de Mello – Presidente; Pasquale Petrone – Secretário-Geral; Aziz Nacib Ab'Saber – Tesoureiro-Geral; Dora de Amarante Romariz – Diretora dos Anais; e Victor Antônio Peluzo Júnior – Comissão Consultiva.

Ainda nessa sessão, o sócio Tadeu Rocha (PE), ofereceu à Associação, em função do seu 20º aniversário, a CANÇÃO DA AGB, com letra e música de sua autoria, que passou a ser considerado o hino da Associação.

**Figura 32**

## CANÇÃO DA "A. G. B."

O Brasil — a terra e a gente:  
A «A.G.B.» redescobre a Nação,  
Estudando as paisagens imensas,  
Que se estendem da praia ao sertão. | Bis

### I

Germinada em S. Paulo a semente,  
A «A.G.B.» se esgalhou no Brasil:  
Pesquisando em cidades e campos,  
Vai render ao País frutos mil.

### II

Posição, grande espaço, relêvo,  
Climas, rios e vegetação,  
A conquista do solo da Pátria  
E a estrutura da população.

### III

Brancos, índios, pretos, mestiços,  
Povoando da Pátria os quadrantes:  
Sangue velho de três continentes,  
Sangue novo dos bons imigrantes.

### IV

A planície e a floresta do Norte,  
Paulo Afonso e a seca, a Nordeste,  
As riquezas do Leste e do Sul,  
O futuro que aguarda o Oeste.

Recite, Junho de 1954.  
TADEU ROCHA

**A X Assembléia Geral Ordinária** da AGB foi realizada em 1955, mais precisamente no período de 3 a 11 de julho, na cidade de Garanhuns. Essa foi a segunda assembléia da AGB realizada na Região Nordeste (a primeira ocorreu três anos antes, em 1952, na cidade de Campina Grande – PB), e a primeira ocorrida no Estado de Pernambuco – que já possuía uma Seção Regional da AGB, ainda que com uma diretoria provisória. A assembléia foi muito importante para a história da Associação, principalmente pelo fato da instalação solene da Seção Regional de Pernambuco.

A assembléia teve inicio no dia 3 de julho com a realização da sessão preparatória, onde foram organizadas as equipes de trabalho de campo, a distribuição das teses aos respectivos relatores, a discussão e aprovação da ata da IX assembléia, realizada em Ribeirão Preto, além da proclamação de três novos sócios efetivos, eleitos durante o ano social de 1954-1955, os professores João Soukup (SP), Miguel Alves de Lima (RJ) e Heldio Xavier Lenz César (RJ).

A instalação solene da Assembléia se deu na noite do dia 3 de julho, no salão nobre do Colégio Santa Sofia (onde foram realizadas todas as sessões da assembléia), tendo a presença de diversas autoridades locais e do Estado de Pernambuco, com destaque para o prefeito de Garanhuns, o Dr. Celso Galvão, que presidiu a sessão. O professor Aroldo de Azevedo, em cujo mandato como presidente fora fundada a Seção Regional de Pernambuco, por ocasião da solicitação do professor Mario Lacerda de Melo, então presidente da AGB, fez um discurso em nome dos geógrafos presentes a assembléia, onde destacou a importância histórica da AGB e de seus fundadores e primeiros associados, além de fazer um balanço dos primeiros vinte anos da Associação e de sua contribuição para a ciência geográfica no Brasil, onde, para ele “orgulhamo-nos da obra científica e verdadeiramente nacional que vem sendo levada a efeito pela nossa Associação, sem alardes (...)" (AGB, 1959:14) . Ainda no discurso do professor Aroldo de Azevedo aparece uma expressão que vai marcar de maneira significativa a atuação/participação no interior da AGB, que é o chamado “*espírito agebeano*”. Mas afinal, qual o significado de tal expressão? Nas palavras do próprio Aroldo de Azevedo é “não é uma simples figura de retórica nem produto da imaginação dos “apaixonados” pela A.G.B., porque existe realmente, conforme tereis oportunidade de verificar com os próprios olhos.”

Nas sessões que se seguiram foram apresentadas 11 teses, 2 comunicações e 1 relatório de pesquisa, além de uma conferência, a saber:

**1) Teses:** "Os mais recentes níveis gláciais-eustáticos na costa pernambucana", de Gilberto Osório de Andrade; "O regime fluvial do Tietê na região de São Paulo", de Eline de Oliveira Santos; "Um exemplo de levantamento linear aplicado à geografia", de João Soukup; "Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva)", de Aroldo de Azevedo; "A Colonização nos arredores de Curitiba", de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; "Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo", de José Ribeiro de Araújo Filho; "Contribuição ao estudo da região suburbana de São Paulo", de Antônio Rocha Penteado; "Os fatores da industrialização de São Paulo", de Dirceu Lino de Mattos; "Contribuição ao estudo do Cabo Santo Agostinho", de Walter Alberto Egler; "Nazaré, um porto ferroviário do Recôncavo Baiano", de Milton de Almeida Santos; "A Serra de Ororobá", de Manoel Correia de Andrade.

**2) Comunicações:** "Problema da Interferência dos Processos na Caracterização do Relevo Nordestino", por Aziz Nacib Ab'Saber; "A Cidade do Recife", por Mario Lacerda de Melo.

**3) Conferência:** "Região e Cultura", por Dr. Gilberto Freyre.

**4) Relatório de Pesquisa:** Comissão da Bacia do Paraná-Uruguai<sup>87</sup>, por Dirceu Lino de Matos

---

<sup>87</sup> No mês de setembro de 1954, foi assinado na cidade de São Paulo um importante convênio entre a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, de um lado, e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, de outro, através do qual esta última comprometeu-se a apresentar um estudo preliminar a respeito da geografia física, humana e econômica da área abrangida pelas mencionadas bacias fluviais integrantes da Bacia Platina. O Conselho Diretor da AGB criou uma Comissão de Estudos constituída pelos seguintes sócios: Presidente – Dirceu Lino de Matos; Secretário – Blás Berlanga Martinez; Membros – Antônio Rocha Penteado, Dora de Amarante Romariz, Reinhard Maak, Tabajara Pedroso, Vitor Peluso Júnior. Participaram ainda da equipe, os geógrafos: Elza Coelho de Souza Keller, Lysia Bernardes, Nilo Bernardes, Aziz Nacib Ab'Saber, Ney Strauch, Walter Egler, Antônio Rocha Penteado, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, entre outros. Completou a equipe número bastante significativo de outros profissionais, sendo 14 cartógrafos e desenhistas, 12 calculistas, 32 coletores de dados, 1 contador e 18 datilógrafos. O trabalho foi realizado a partir de informações já existentes sobre a área e do envio de questionários a mais de 700 prefeituras dos municípios dos Estados abrangidos pela Bacia. Além dessas informações, a Comissão foi buscar pessoalmente dados em cinco Estados diferentes e em diversos órgãos de governo. No dia 31 de janeiro de 1955, pouco mais de três meses após seu início, a Comissão Especial deu por terminado seu trabalho e o professor Dirceu Lino de Mattos fez a entrega do trabalho encomendado pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai. O resultado foi um verdadeiro atlas da área estudada e numerosos relatórios parciais, resultando em dezenas de mapas e centenas de páginas de relatórios e comentários. O conjunto desse estudo foi constituído da seguinte forma: Regiões naturais da Bacia do Paraná-Uruguai, geologia, relevo, clima, solos, vegetação, hidrografia, população, geografia agrária, produção agrícola e pastoril, problemas agrícolas, energia, indústria, transportes, estudos especiais; todos os itens foram apresentados na forma de mapas e textos explicativos.

A sessão de encerramento foi realizada na noite do dia 11 de julho, e contou com a presença de diversas autoridades do Estado de Pernambuco, entre elas o Secretário de Estadual de Educação, o Dr. Aderbal Jurema, que na qualidade de representante do Governador do Estado, ocupou a presidência de Honra da assembléia em sua sessão solene de encerramento da assembléia.

As seguintes resoluções foram aprovadas na Assembléia:

- 1<sup>a</sup>) Solicitar do Governo Federal seja elevada à Estação Meteorológica de 1<sup>a</sup> classe, a atual Estação de 3<sup>a</sup> classe em funcionamento na cidade de Garanhuns, devido às características particulares e altamente favoráveis do clima do planalto de Garanhuns;
- 2<sup>a</sup>) Solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco que seja pavimentada com asfalto ou concreto, no mais breve prazo possível a estrada de rodagem de Recife a Garanhuns, tendo em vista que esta cidade está fadada a ser das mais importantes “estações de saúde” do Estado e, mesmo, de todo o Nordeste;
- 3<sup>a</sup>) Solicitar ao Governo do Estado que tome as necessárias providências no sentido de ser cumprido o art. 15 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de Pernambuco no qual se prevê a transformação de Garanhuns em “estância medicinal”;
- 4<sup>a</sup>) Solicitar ao Governo do Estado a construção de estradas que venham facilitar o escoamento da produção da área rural dos municípios de Garanhuns e Bom Conselho, notadamente a produção cafeeira, a maior de todo o Nordeste.

**A XI Assembléia Geral Ordinária**, prevista para 1956, na cidade do Rio de Janeiro, não aconteceu nos moldes consagrados, em função da realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que ocorreu na mesma cidade, mês de agosto, e onde a AGB e seus diretores e principais associados estiveram amplamente envolvidos. Assim, o Conselho Diretor da AGB decidiu pela realização de uma assembléia de cunho meramente administrativo, com a presença dos membros do referido Conselho e Diretores das Seções Regionais.

A Assembléia que foi realizada no dia 8 de julho de 1956, foi antecedida por uma visita ao túmulo do professor José Veríssimo da Costa Pereira<sup>88</sup>, onde, em nome da Associação, falou o sócio Odilon Nogueira de Matos.

A Assembléia, que teve como sede do Conselho Nacional de Geografia (CNG), e que contou com a participação de 37 (trinta e sete) sócios, foi instalada na tarde do dia 08/07/1956, em sessão única, onde foi lida e aprovada a ata da X AGO; a leitura do relatório da gestão que então se encerrava e a eleição para o novo Conselho Diretor para o período 1956-1957. Para a composição da nova gestão foram escolhidos os sócios efetivos: Dirceu Lino de Matos – Presidente; Nice Lecocq Muller – Secretária-Geral; Odilon Nogueira de Matos – Tesoureiro-Geral; Dora de Amarante Romariz – Diretora dos Anais; Maria da Conceição Vicente de Carvalho – Comissão Consultiva.

Uma importante decisão tomada nessa assembléia foi a da realização de uma seção denominada “Simpósio”, no interior das assembléias seguintes. Os sócios presentes avaliaram demandas já demonstradas anteriormente, onde indicavam a necessidade de reorientação acadêmica das AGOs, devendo torná-las mais “produtivas<sup>89</sup>”. Com a decisão de realização do “simpósio” na XII AGO, decidiu-se também que o mesmo trataria do tema “Habitat Rural no Brasil”.

**A XII Assembléia Geral Ordinária**, realizada na Cidade de Colatina, no Estado do Espírito Santo no período de 2 a 11 de julho de 1957. A Assembléia teve início em uma das salas do tradicional Colégio Nossa Senhora do Brasil, com a realização da sessão preparatória dos trabalhos, presidida por Dirceu Lino de Mattos. Nessa sessão, foram feitas a apresentação do programa de trabalho, a leitura e aprovação da ata da Assembléia anterior (realizada em 1956, no Rio de Janeiro), a distribuição das teses que seriam apresentadas aos respectivos relatores. Foram também anunciados os trabalhos que seriam apresentados no “simpósio”, que apareceu pela primeira vez numa assembléia da AGB e que havia sido decidido e escolhido na assembléia anterior. As equipes de trabalhos de campo e pesquisa foram escolhidas e distribuídas para que iniciassem seus trabalhos no dia seguinte. Cada equipe contou com um grupo de associados e coordenadores, distribuídos na reunião.

---

<sup>88</sup> Sócio efetivo da AGB, tendo sido por três vezes Presidente da Associação, o professor José Veríssimo da Costa Pereira, faleceu no dia 06 de agosto de 1955.

<sup>89</sup> Termo presente na Ata da Assembléia em questão.

Na noite do dia 2 de julho de 1957, no Clube Recreativo de Colatina, foi realizada a sessão solene de instalação da XII Assembléia Geral Ordinária da AGB, que foi presidida pelo Dr. Emilio Zanotti, Secretário Estadual de Educação do Espírito Santo, que representava o sr. Governador do Estado. Estiveram ainda presentes nessa sessão, o prefeito de Colatina e diversas outras autoridades locais.

Na sessão de abertura foram proclamados os novos sócios efetivos da AGB: os professores Milton Santos (BA), Hilton Sette (PE) e o Engenheiro Salomão Serebrenick (RJ). Apenas o professor Milton Santos estava presente para receber o diploma de sócio efetivo.

Durante a assembléia, nas sessões de estudos, foram apresentadas e discutidas 6 (seis) teses: *A Superfície de Aplainamento Pilocênica do Nordeste do Brasil*, de autoria de Gilberto Osório de Andrade, e relatada por Mário Lacerda de Melo; *O Bordo Oriental da Borborema na Área de Vitória de Santo Antão*, de autoria de Manoel Correia de Andrade, relatada por Nilo Bernardes; *O Crescimento Recente da Cidade de Salvador*, de autoria de Ana Dias da Silva Carvalho, relatada por Odilon Nogueira de Matos; *As Indústrias da Cidade de Salvador (distribuição geográfica)*, de autoria de Milton Santos e Ana Dias da Silva Carvalho, relatada por Tabajara Pedroso; *Ituberá, Porto Cacaueiro Rejuvenescido pela Indústria*, de autoria de Milton Santos, relatada por Ely Goulart Pereira de Araújo; *A pesca da baleia no litoral do Nordeste*, de autoria de José H. Lavareda, relatada por José Ribeiro de Araújo Filho.

Os trabalhos de campo foram realizadas a partir da definição de cinco grupos que se ocuparam das seguintes pesquisas: 1) Área urbana de Colatina, sob a direção de Lysia Bernardes; 2) Área rural de Colatina, chefiado por Lúcio de Castro Soares; 3) Região de Linhares, sob orientação de Mário Lacerda de Melo; 4) Região de colonização (Santa Tereza e Santa Leopoldina), sob chefia de Pasquale Petrone; e 5) Região Pioneira, chefiado por Ary França.

A sessão de encerramento da Assembléia foi realizada no dia 11 de julho, no Salão do Clube Recreativo de Colatina, contou com a presença de autoridades estaduais e locais e foi presidida pelo sr. Raul Giuberti, Prefeito de Colatina.

**A XIII Assembléia Geral Ordinária** realizada na cidade de Santa Maria-RS, a primeira ocorrida na Região Sul do Brasil e a única ocorrida no Estado, desenrolou-se entre os dias 6 e 15 de julho do ano de 1958.

Utilizando as dependências do Colégio Santana, local onde foram realizadas todas as sessões, a AGB deu continuidade a sua história, reunindo-se em mais uma assembléia. A sessão preparatória foi realizada na tarde do dia 6 de julho e tratou da aprovação da ata da AGO anterior, da apresentação do calendário da assembléia em questão, da organização dos trabalhos de campo e suas respectivas equipes e coordenadores e também da distribuição das teses pelos respectivos relatores.

A instalação oficial da AGO foi realizada no Salão do Centro Cultural de Santa Maria, sob a coordenação do professor Ary França – Presidente da AGB.

Os três dias que se seguiram foram dedicados às pesquisas de campo. Cinco foram as áreas por elas focalizadas: 1) Cidade de Santa Maria, 2) Zona Rural de Santa Maria, 3) Planalto (com centro em Júlio de Castilhos), 4) Depressão do Jacuí (centro em Cachoeira do Sul) e 5) Campanha (centro de São Gabriel). Estiveram essas cinco equipes sob a direção, respectivamente, de: Dirceu Lino de Mattos, Ney Strauch, Gilberto Osório de Andrade, Nilo Bernardes e Nice Lecocq Muller, sendo que a elaboração dos relatórios foi feita no decorrer dos dias 10, 11 e 12 de julho.

Os trabalhos<sup>90</sup> que seguem foram àqueles apresentados, discutidos e avaliados nas quatro sessões realizadas para esse fim: “O recife anular das rocas (um registro de recentes variações eustáticas no atlântico equatorial)”, de Gilberto Osório de Andrade; “Contribuição à geologia da região sul da série Açungui (estado do Paraná)”, de João José Bigarella e Riad Salamuni; “Praderas de la América del Sur Templada”, de Jorge Chebataroff; “Acción recíproca entre el viento y los vegetales”, de Jorge Chebataroff; “Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro”, de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; “Contribuição à Geografia urbana de Mogi das Cruzes”, de José Domingos Tirico; “Aspectos da atividade pesqueira em Pernambuco”, de Hilton Sette; “Ocupação humana no Baixo Cassiporé”, de Nilo Bernardes; “Caracterização da sub-região da "Mata Seca" em Pernambuco”, de Manoel Correia de Andrade; “Aspectos geográficos de la región litoral platense uruguaya y su relación com el turismo”, de Gladys Mirta Lima Ipar; “O Sistema Elétrico de Paulo Afonso”, de Tadeu Rocha; “Nota preliminar sobre medições em arenitos cólicos mesozóicos (Botucatu e Tacuarembé) do Brasil Meridional e Uruguai”, de

---

<sup>90</sup> Apenas não foram publicados nos Anais da AGB de referência da XIII AGO, os quatro últimos trabalhos listados.

João José Bigarella e Riad Salamuni; "Abastecimento alimentar da cidade de Recife", de José H. Lavareda; e "Uruguay, pais en crisis", de Pablo Fierro Vignoli.

Nessa AGO foram diplomados como sócios efetivos os professores Manoel Correia de Andrade e José Francisco de Camargo. Foram eleitos para o Conselho Diretor: Nilo Bernardes – Presidente; Pasquale Petrone – Secretário Geral; Nice Lecocq Muller – Tesoureira-Geral; Dora de Amarante Romariz – Diretora dos Anais; e João Dias da Silveira – Conselho Consultivo.

**A XIV Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, mais precisamente na Escola de Agricultura, entre os dias 6 e 16 de julho de 1959. Na manhã do dia 6 de julho foi realizada a sessão preparatória, onde foi discutida e aprovada a ata da assembléia anterior, constituída as equipes de trabalho de campo e dados os informes sobre o programa da assembléia, das teses e comunicações que seriam apresentadas, e ainda, das mudanças no regimento das AGO, onde se destacava a instituição da emissão de certificados aos participantes da reunião. Na noite do mesmo dia, no Salão Nobre da Escola, sob a coordenação do professor Nilo Bernardes (então presidente da AGB), foi realizada a abertura solene da assembléia, que teve como presidente de honra o sr. Juarez de Souza Carmo – Secretário do Interior, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, que apoiou financeiramente o evento. Em seu discurso de abertura da Assembléia, o professor Nilo Bernardes ressaltou que a reunião em curso estava comemorando os 25 anos de existência da AGB.

Na assembléia em questão foram experimentadas duas resoluções de muito impacto na dinâmica das mesmas e da própria AGB, e que foram definidas e formalizadas pelo Conselho Diretor da Associação. A primeira foi a criação da Comissão de Teses e Comunicações, que passou a exercer, de modo antecipado, o papel dos relatores individuais. A segunda, de ação mais contundente sobre a dinâmica da AGB e seu principal evento, definiu a fixação de número máximo de participantes nas AGOs com cotas para as Seções Regionais (33 de SP, 33 do RJ, 11 de MG, 11 do PR e 11 de PE), deliberação que não só reforçava a idéia de um projeto segregador para fora da AGB, como também internamente entre as Seções Regionais – uma AGB de poucos e para poucos.

As duas primeiras sessões plenárias de caráter mais acadêmico foram destinadas à realização do Simpósio "O Habitat urbano no Brasil – problemas do estudo das metrópoles brasileiras", dirigido pelo professor Mário Lacerda de

Melo, onde foram apresentados diversos trabalhos. As demais sessões desse mesmo caráter foram apresentadas as teses, comunicações e relatos preliminares das pesquisas de campo realizadas nos quatro dias destinados para esse fim.

As pesquisas de campo foram realizadas a partir da divisão dos associados presentes em três grupos: o primeiro grupo, chefiado pelo professor Antônio Rocha Penteado, com 35 membros, estudou a área de Ponte Nova; o segundo grupo, chefiado pelo professor Manoel Correia de Andrade, com 28 membros, estudou a Região de Ubá; e o terceiro grupo, chefiado pela professora Elza Coelho de Souza Keller, com 30 membros, estudou a Região de Viçosa.

Na sessão de encerramento, realizada no dia 16 de julho, durante o expediente de entrega dos certificados de participação na assembléia (fato que ocorria pela primeira vez), foi realizada homenagem ao professor Pierre Deffontaines, sócio mais antigo e fundador da AGB, presente à assembléia.

A **XV Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte no período de 6 a 16 de julho de 1960. A assembléia teve início com a sua sessão preparatória na manhã do dia 6, no Auditório do Colégio Diocesano Santa Luzia. A pauta dessa sessão foi composta dos seguintes itens: 1- Discussão e aprovação da ata da assembléia anterior; 2- Definição do Programa da Assembléia; 3-Composição das Equipes de Trabalho de Campo; 4- Apresentação das teses e comunicações orais encaminhadas a Assembléia; 5- Distribuição dos Trabalhos referentes ao Simpósio; 6- Expediente de correspondência e credenciamento de representantes a participação na Assembléia.

A sessão de instalação solene da XV assembléia se deu no dia 6 de julho, no Auditório do Instituto de Educação de Mossoró, com a presença de diversas autoridades, entre elas, o Senador da República o Dr. Dix-Ruit, membro da oligarquia local, que fez, em nome da cidade de Mossoró, saudação a AGB e aos presentes. Nessa mesma sessão, falou em nome da AGB o professor Nilo Bernardes, ressaltando a história e a importância da Associação. Ainda, nessa sessão foram proclamados os novos sócios efetivos: as professoras Ruth Mattos Almeida Simões e Maria Terezinha de Segadas Soares e o professor Edgar Kuhlmann. O presidente da AGB, o professor Gilberto Osório de Andrade, fez o último discurso da noite, declarando instalada a XV Assembléia Geral Ordinária da AGB.

Nos dez dias de duração da XV AGO foram realizadas 16 sessões de trabalhos, sendo 12 sessões plenárias, onde foram discutidas as teses, apresentados os trabalhos do simpósio e comunicações orais, e apresentados os relatórios das pesquisas de campo; duas sessões administrativas; e as sessões de abertura e encerramento do evento.

As três primeiras sessões plenárias da assembléia foram ocupadas para a realização do simpósio "Aspectos geográficos do problema agrário brasileiro, especialmente no Nordeste", que foi presidido pelo professor Manuel Correia de Andrade, tendo por secretária a associada Maria Alice dos Reis Araújo. No simpósio foram apresentados os seguintes trabalhos: "A geografia agrária como ramos da geografia econômica", por Orlando Valverde; "Interesse de um estudo de orçamentos para a geografia agrária", por Michel Rochefort; "Significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales de Paul no Rio Grande do Norte", de Bertha K. Becker (apresentado por Nilo Bernardes); "A propriedade rural no vale médio do Paraguaçu", por Milton Santos; "A irrigação no sertão pernambucano: sua influência na economia regional", por Humberto Carneiro; "As migrações internas e as influências da estrutura fundiária como condicionante do fenômeno", no Nordeste, de José Francisco de Camargo (apresentado por José Ribeiro Araújo Filho); "O Recôncavo açucareiro da Bahia", de Norma Ramos de Freitas (apresentado por Ana Dias de Carvalho).

Na ultima sessão administrativa, dividida em duas ordens do dia, foram discutidas as moções e recomendações, com vistas a próximas assembléias; e lido, discutido e aprovado o relatório de atividades realizadas na gestão que se encerrava.

**A XVI Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Londrina, Paraná no período de 6 a 17 de julho de 1961.

A reunião foi iniciada com a sessão preparatória realizada nas dependências do Colégio Londrinense, sob presidência do professor Pasquale Petrone, Presidente da AGB, e secretariada pela professora Nice Lecocq Muller, Secretária-Geral da entidade. Nessa reunião discutiu-se a ata da assembléia anterior, horários e a programação da assembléia que estava iniciando, bem como a divisão dos sócios participantes pelas diferentes equipes de pesquisa.

Nesse mesmo dia e local teve lugar a sessão solene de instalação da XVI AGO, que contou com a participação de mais de 100 geógrafos de todo o país e teve suas atividades divididas em quatro grandes partes: 1) Simpósio a respeito

da "Colonização e Valorização Regional"; 2) Apresentação e discussão das teses; 3) Apresentação e discussão das comunicações orais; 4) realização dos trabalhos de campo e apresentação dos relatórios preliminares das pesquisas realizadas, e foi presidida pelo Prefeito de Londrina, sr, Milton Teles.

Ainda na sessão de abertura, foram proclamados como sócios efetivos os professores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Anna Dias de Carvalho, Dárdano de Andrade Lima, José Domingos Tírico e Rachel Caldas Lins.

As três primeiras sessões plenárias foram destinadas a realização do Simpósio intitulado "Colonização e Valorização Regional" foi organizado e presidido pela professora Lysia Bernardes, onde foram expostos e discutidos, a partir da apresentação de trabalhos, os seguintes temas: "Geografia e Colonização", de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; "La Contribution de la colonisation allemande à la mise en valeur du Rio Grande do Sul", de Jean Roche (Fac. De Letras da Univ. de Toulouse); "Contribuição da Colonização Italiana para o desenvolvimento agrícola do Brasil", de Orlando Valverde; "Notas sobre núcleos recentes de colonização nos campos gerais do Paraná", de Altiva Pilatti Balhana; "Experiência de colonização numa área tropical: a Baixada do Ribeira", de Pasquale Petrone; "Colonização e utilização da terra no território do Amapá", de Nilo Bernardes (apresentado por Nice Licocq Muller); "Criação de colônias agrícolas nos arredores de Salvador", de Antônia Déa Erdens; "Colônia leiteira de Boqueirão", de Sônia Esmeralda Cerqueira Bremer e Helena da Gama Lobo D'Eça.

As seguintes teses foram discutidas: "A vegetação da faixa costeira sul-riograndense", de Irmão Juvêncio; "Pescadores das ilhas da Guanabara", de Haidine da Silva Barros e "Contribuição ao estudo geográfico de um setor hortícola do município de Teresópolis", de Aluizio Capdeville Duarte.

Foram apresentadas ainda as comunicações: "O conglomerado do baixo pirapama: um caso de depósito coluvial de blocos elaborados por decomposição sub-aérea", por Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins; "A Gruta de Itambé e suas relações com o relevo de cuestas", por Aldo Anhezini; "Métodos de trabalho nos estudos de Geografia Aplicada", por Maria Alice dos Reis Araújo e José Bueno Conti; "Salvador e a organização de seu espaço imediato", por Anna Dias de Carvalho; "Ensaio sobre a zona de influência de Belo Horizonte", por Yves Leloup; "Aspectos da pesca em Natal", por Antônio Campos e Silva; "Geografia Econômica do Nordeste Potiguar", por Orlando Valverde, Myriam

Guimar Gomes Coelho Mesquita e Léa Scheinvar; "O Ensino de Geografia nas Universidades dos Estados Unidos", por Aroldo de Azevedo.

As pesquisas em trabalho de campo foram realizadas por quatro equipes que sob orientação percorreram o município de Londrina e também municípios vizinhos. As áreas visitadas e estudadas foram as seguintes: 1) Geografia Urbana de Londrina, dirigida pelo professor Pedro Pinchas Geiger; 2) A Fazenda Monte Alegre, sob a direção do professor Manoel Correia de Andrade; 3) A Região de Jacarezinho, orientada pela professora Ely Goulart Pereira de Araújo; 4) A Região de Maringá-Cianorte, dirigida pela professora Dora de Amarante Romariz. Como de outras vezes, quatro sessões-plenárias foram reservadas para a apresentação e discussão dos relatórios preliminares referentes a tais trabalhos de campo.

Na sessão de encerramento, realizada no Salão Nobre do Colégio Londrinense, foram eleitos os novos dirigentes da AGB, tendo o professor Manoel Correia de Andrade sido escolhido para presidir a Associação.

**A XVII Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, no Salão Nobre do Museu São Francisco. A AGO contou com a participação 114 sócios, sendo 18 efetivos e 96 cooperadores, e onde mais três sócios passaram a condição de efetivos: Brás Berlanga Martinez, Celeste Rodrigues Maio e Teresa Cardoso da Silva.

Durante quatro dias foram realizadas as pesquisas de campo, onde os presentes à Assembléia distribuíram-se pelas seguintes equipes: 1) Geografia Urbana de Penedo, dirigida por Lysia Bernardes; 2) Baixo São Francisco, chefiada por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro; 3) Município de Arapiraca, sob direção de Elza Coelho de Souza Keller e 4) Município de Itabaiana, dirigida por Milton Santos.

Nas sessões de estudos as teses "O Porto de Paranaguá", de José Cézar de Magalhães Filho, e apresentada por Lysia Bernardes; "Município de Meridiano", de Elisione Ract de Almeida e José Bueno Conti, foram apresentadas e discutidas. Também estiveram em debate as Comunicações "Aracajú, síntese de geografia urbana", por José Alexandre Diniz; "Geomorfologia da região de Natal", por Antônio Campos e Silva; "Plataforma, subúrbio ferroviário de Salvador", por Walter Sarmento e Cléa de Oliveira; "Um exemplo de reconstituição paleogeográfica através dos sedimentos grosseiros", por Teresa Cardoso da Silva

e Douracy Soares; "Bairros rurais no município de Piracicaba", por Nice Lecocq Muller; "Implantação industrial no Brasil Sudeste", por Salomão Turnowski; "Juiz de Fora, estudo de um centro industrial", por Ignez de Moraes Costa; "Juiz de Fora, capital da Zona da Mata de Minas Gerais", por Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; "Um aspecto da análise pluviométrica no Estado de São Paulo: máximas em 24 horas", por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro; "Aspectos geográficos da função portuária de Porto Epitácio, tendo em vista a indústria predatória da madeira", por Alvanir de Figueiredo; "Ocorrências de paleo-pavimentos detriticos no Rio Grande do Sul", por Aziz Nacib Ab Saber.

O Simpósio "Geografia e Planejamento Regional", foi presidido pelo professor Orlando Valverde e contou com a presença do Superintendente da SUDENE, o professor Celso Furtado, na qualidade de conferencista. Nesse simpósio foram apresentadas cinco comunicações e ainda uma conferência sob a responsabilidade do Bispo de Penedo.

Em sessão especial foi feita homenagem ao associado Walter Alberto Egler, que havia falecido em agosto do ano anterior.

Na última sessão administrativa foi realizada a eleição do novo Conselho Diretor, que teve o professor Milton Santos como Presidente.

A sessão de encerramento foi realizada com a presença do Governador do Estado de Alagoas e do Prefeito de Penedo. Em nome da AGB falou o consócio Caio Prado Júnior, que depois de longa ausência voltou a participar das Assembléias da Associação que ajudou a fundar.

**A XVIII Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Jequié, Bahia, entre os dias 6 e 16 de julho de 1963. Essa assembléia ocorreu poucos meses após a reforma dos estatutos da AGB (a terceira das reformas da história da associação)<sup>91</sup>. A assembléia em pauta teve seu início no Salão Nobre da Câmara Municipal de Jequié, a partir da realização da sessão preparatória para a constituição das equipes de campo, leitura e aprovação da ata da assembléia anterior, informes sobre a reforma estatutária realizada em abril (na cidade de São Paulo) e informes sobre a criação da Seção Regional da Bahia, a partir da transformação do Núcleo Municipal de Salvador, de acordo com os Estatutos. A sessão solene de instalação da assembléia foi realizada no Cine Jequié, cuja presidência dos trabalhos coube ao Governador do Estado da Bahia – Dr.

---

<sup>91</sup> A realização das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias, foi na referida reforma, confirmada como questão fundamental para a disseminação do projeto institucional da AGB.

Lomanto Junior. A sessão contou também com a presença de várias autoridades, do Estado e do Município de Jequié. O professor Milton Santos, então presidente da AGB coordenou os trabalhos da Assembléia, e o professor Orlando Valverde foi o responsável pela apresentação oficial da AGB.

A primeira sessão plenária da AGO foi realizada na manhã do dia 7 de julho, e nela teve lugar uma mesa-redonda (atividade pouco comum nas AGOs), sobre “O Ensino de Geografia e a Formação Profissional do Geógrafo”, que contou com a participação dos professores José Cezar de Magalhães Filho e Lívia de Oliveira, que falaram sobre o ensino de geografia; e do professor Milton Santos, que falou sobre a profissão do Geógrafo.

Nas sessões de apresentação dos estudos foram discutidas as seguintes comunicações: “Contribuição ao estudo da Escarpa Arenítica-basáltica do Estado de São Paulo”, por Olga Cruz; “O povoado de Várzea Grande”, por Maria Alice dos Reis Araújo; “A fazenda de café escravocrata”, por Orlando Valverde; “A zona fumageira de Cruz das Almas”, por Nicole Lacroix; “Pedogênese e morfogênese nas colinas de Loess Alsaciano”, por Alfred Zinck; “Novas observações sobre vegetação das restingas e dos terraços litorâneos em Pernambuco”, por Inalda Maria de Biase (apresentada por Dárdamo de Andrade Lima); “Notas prévias sobre os taboleiros litorâneos da formação de Barreiras, na Paraíba”, por Bernardo Issler; “O papel da indústria na organização do Espaço Regional”, por Pedro Pinchar Geiger; “A estrutura ocupacional da Grande Buenos Aires”, por Elena Chiozza; “Núcleos de povoamento da Alta Araraquarense”, por José Bueno Conti; “Revisão da Divisão Regional do Brasil”, por Cel. Waldir da Costa Godolphim; “Áreas de influência comercial no Nordeste”, por Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; “Notas prévias sobre pesquisas de migrações internas no Rio Grande do Sul”, por Gervásio Rodrigues Neves. E ainda a palestra proferida pelo professor Jean Dresch, intitulada “Aspectos Geomorfológicos das quatro áreas estudadas pelas equipes de trabalho de campo”.

Entre os dias 8 e 11 de julho, os participantes, divididos em 4 grupos realizaram os trabalhos de campo, focalizando as seguintes áreas: 1) Região de Jaguará-Maracá, sob direção de Amélia Nogueira Moreira; 2) A área de Vitória da Conquista, sob chefia de Tereza Cardoso do Silva; 3) A Cidade de Jequié, sob orientação de Nice Lecocq Muller; e 4) A Região de Itabuna-Ilhéus que teve a orientação de Orlando Valverde.

Fato importante ocorrido nessa assembléia foi a posse da primeira Diretoria da recém instalada Seção Regional da Bahia. O professor Milton Santos, na qualidade de presidente da AGB, coordenou a sessão realizada no dia 15 de julho.

A sessão de encerramento ocorreu no Salão Nobre do Fórum de Jequié, onde ocorreu também a última sessão administrativa onde foram discutidas as diversas propostas e moções, o relatório da gestão que se encerrava e a eleição e posse da nova Diretoria, com o professor José Francisco de Camargo ocupando a Presidência.

**A XIX Assembléia Geral Ordinária**, realizada na cidade de Poços de Caldas, entre os dias 4 e 14 de julho de 1964. A assembléia ocorreu num momento bastante conturbado da história recente do Brasil – poucos meses após o golpe militar, ocorrido em março desse mesmo ano, fato que não aparece tratado ou mesmo citado, em nenhum documento por nós encontrado ou estudado. Fato significativo foi a presença de militares à assembléia e o registro dessa presença, sob o título de **contribuição ativa** (sic).

A assembléia teve lugar no salão do Departamento de Turismo da Prefeitura de Poços de Caldas. A sessão preparatória cuidou de avaliar e aprovar a ata da assembléia anterior, da escala das teses e comunicações que seriam apresentadas, bem como da composição das equipes de trabalho de campo e da tomada de ciência das justificativas dos sócios efetivos ausentes.

Na noite do dia 4 de julho, foi realizada a sessão de instalação oficial da assembléia, sob a coordenação do professor José Francisco de Camargo, então presidente da AGB. A sessão, como já rotina nas cidades por onde eram realizadas, contou com a presença de diversas autoridades locais, que tiveram agradecimento pelo apoio dado para a realização da reunião explicitado pelo presidente da AGB. O professor José de Camargo lembrou ainda que a assembléia comemorava os trinta anos da fundação da Associação.

Nas diversas sessões de trabalho foram apresentadas as seguintes comunicações: “Evolução recente da paisagem no Nordeste”, de Kempton Webb; “Geografia Rural, Geografia Agrária e Contabilidade Agrícola”, de Alfredo Zinck; “Pesquisa Direta como método para estudo geográfico das grandes correntes de tráfego no Estado da Bahia”, de Joaquim Júlio de Oliveira; “A medida da hierarquia urbana nos países subdesenvolvidos”, de Milton Santos (apresentada por Sylvio Bandeira de Mello); “Considerações sobre a estratigrafia dos

sedimentos cenozóicos em Pernambuco”, de Gilberto Osório de Andrade e João José Bigarella; “A metodologia da Geografia Industrial”, de Armem Mamigonian; “Contribuição ao estudo da hinterlândia de Aracajú”, de Roberto Lobato Azevedo Correa; “As indústrias no Estado da Bahia através do Censo de 1960”, de Walney Morares Sarmento; “Notas iniciais de um estudo das industrias de Vitória”, de Clodomiro Moreira Filho; “Estrutura Comercial de Rio Claro”, de Pérola Emilia Liberato. Ainda foram apresentadas três teses pelos seus respectivos autores: “Organização Urbana do Estado de São Paulo, analisada pela circulação de ônibus inter-municipais”, de autoria de Juergen Richard Langenbuch; “A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução”, de autoria de Roberto Lobato Azevedo Correa; e “Características fundamentais do clima de Santos e o problema de sua classificação”, de autoria de Elina de Oliveira Santos. Ocorreu ainda nessa assembléia o simpósio “Problemas de Classificação do Uso da Terra”, onde foram apresentadas seis comunicações de autores diferentes, sob a coordenação do professor Dirceu Lino de Mattos.

Os dias 7, 8 e 9 de julho foram totalmente dedicados aos já tradicionais trabalhos de campo, e outros dois dias para a sistematização das informações e montagem do relatório preliminar. As pesquisas foram realizadas pelas equipes assim divididas: 1) Problemas geomorfológicos do Planalto de Poços de Caldas, sob orientação do professor Fernando Marques de Almeida; 2) Paisagens rurais dos rebordos do planalto de Poços de Caldas, sob orientação do professor Dirceu Lino de Mattos; 3) A indústria vinhateira no sul de Minas Gerais, sob coordenação do professor Manoel Correia de Andrade; e 4) Problemas e possibilidades econômicas de Poços de Caldas, coordenado por José Domingos Tirico.

A semelhança do que já havia ocorrido na Assembléia Geral Ordinária de Jequié, ocorrida no ano anterior, o Conselho Nacional de Geografia participou dessa assembléia não só com o envio de delegação, como pela montagem de uma Exposição dos seus produtos e serviços, no salão onde foram realizadas as atividades culturais.

Esta foi a última assembléia geral ordinária da AGB onde houve a publicação dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Depois dessa assembléia, ainda no formato definido em 1945, foram realizadas mais cinco

edições da AGO, sendo que uma delas foi concomitante ao 2º Congresso Brasileiro de Geógrafos (Rio de Janeiro, 1965).

Em função da não publicação dos Anais da AGB referentes às Assembléias Gerais Ordinárias realizadas nos anos de 1965 (Rio de Janeiro-RJ), 1966 (Blumenau-SC), 1967 (Franca-SP), 1968 (Montes Claros-MG) e 1969 (Vitória-ES), e também da não existência das respectivas Atas no acervo da AGB (em sua sede, em São Paulo), não foi possível resgatar mais do que algumas poucas informações sobre essas reuniões. Assim, o material encontrado limita a compreensão dos fatos e episódios ocorridos em cada uma delas, ficando apenas na identificação de sua ocorrência (tabela 16), e algumas outras informações pontuais.

**A XXIII Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, em julho de 1968.

A assembléia apresentou uma novidade em sua organização – a realização de um levantamento preliminar das condições da região, para que os participantes da reunião pudessem, no transcorrer dos trabalhos, analisá-lo mais detidamente, concordando ou recusando. Tal levantamento preliminar, que orientou a Assembléia, foi elaborado pelas geógrafas Amélia Alba Nogueira Moreira, Bertha Becker, Maria Terezinha Segadas Soares, Maria Aparecida Arruda e Jane Souza e Silva e pelos estudantes e professores do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia da Fundação Universitária do Norte de Minas, todos sob orientação de Lysia Bernardes. O relatório indicou em quais áreas deveriam ser realizadas as pesquisas de campo, a saber: 1) Porteirinha (uma paisagem de transição); 2) Rio Verde (a dinâmica da organização agrária na área de invernadas); 3) Coração de Jesus e Brasília de Minas (um trecho das Gerais na Região de Montes Claros). A quarta equipe estudaria o crescimento de Montes Claros em relação à sua função social.

**A XXIV Assembléia Geral Ordinária** foi realizada na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, entre os dias 6 e 15 de julho de 1969, e contou com amplo apoio do Governo do Estado.

Foi realizado na noite do primeiro dia da assembléia um simpósio sobre “Áreas Metropolitanas”, sob direção da professora Marília Velloso Galvão e relatado pelo professor Speridião Faissol, que teve como sede o auditório da Companhia Vale do Rio Doce.

As pesquisas de campo foram realizadas a partir da distribuição dos participantes da AGO em quatro equipes: 1) Área Metropolitana de Vitória, chefiada por Elza de Souza Keller; 2) Região de Vitória, chefiada por Roberto Lobato Correia; 3) Vale do Itapemirim, chefiada por Ary França; 4) Geomorfologia da foz do rio Doce, chefiada por Aziz Nacib Ab'Saber.

No último dia da reunião, à guisa de conclusão, foi realizada uma mesa-redonda sobre a cidade de Vitória. Na sessão administrativa de encerramento foi eleito o novo Conselho Diretor que trazia no seu principal cargo o professor João Dias da Silveira, em seu terceiro mandato a frente da AGB.

Chegado ao fim das Assembléias Gerais Ordinárias da AGB, e após o breve relato do ocorrido em cada uma das suas edições, é possível tentar construir um “estado da arte” das mesmas - o que foi em comum e/ou singular que permitisse ampliar a possibilidade de entendimento de sua natureza e a sua importância para a AGB.

A realização das reuniões em diferentes partes do país serviu para a organização de Núcleos e Seções Regionais, ampliando a base de associados, mas também de intervenção da Associação e de influência daqueles que ocupavam acadêmica ou politicamente lugar de destaque nas entranhas da AGB. Detalhe que merece ser destacado no tocante aos lugares de realização das Assembléias é a quase inexistência de participação das universidades nesse processo. As Assembléias tiveram como sede os mais diferentes espaços (escolas, clubes, cinemas, museus, câmaras municipais, empresas públicas e privadas), nas mais de duas dezenas de edições, e o espaço das universidades como lugar das principais atividades só vai acontecer na XIV AGO (Viçosa-1959), na Escola de Agricultura (hoje, Universidade Federal de Viçosa); XX AGO / II CBG, realizado na Pntifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na XXIV AGO, onde algumas atividades foram realizadas nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Fato interessante uma vez que a AGB e depois suas Seções Regionais e Núcleos Municipais sempre tiveram forte vínculo com os cursos de Geografia dos seus Estados e Cidades.

As Assembléias foram sem dúvida o ponto alto da AGB nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Lugar da reunião da comunidade geográfica que estava se formando em várias partes do país, lugar de debate acadêmico e de produção de conhecimento. No entanto, as assembléias também foram um lugar de construção bastante antagônico, onde o projeto institucional de consolidação da

comunidade de geógrafos e da geografia no Brasil contrastava com uma prática de diferenciação, catapultada pela categorização dos sócios e por uma prática bem pouco democrática.

### **3.1.3**

#### **Os Congressos Brasileiros de Geógrafos: afirmação de uma identidade**

"Em 1954, celebrou-se o 4º Centenário de fundação da Cidade de São Paulo, o que ensejou a realização, pela AGB, do I Congresso Brasileiro de Geógrafos na cidade paulista de Ribeirão Preto, a partir do que se firmaria a tradição de realizar "Congressos Nacionais" a cada dez anos". Essa é uma frase presente em algumas publicações da AGB e que noticia a realização do I CBG e sua continuidade pelos anos que se seguem.

No entanto, ao estudarmos a AGB, algumas questões nos foram colocadas no desafio de compreender a história dessa associação e de seus eventos. Qual o cenário encontrado na Geografia brasileira e na AGB quando da realização do I Congresso Brasileiro de Geógrafos? Responder a essa pergunta e assim reconstruir esse cenário é fundamental para compreender as razões e os motivos que levaram a realização do referido congresso.

Passados vinte anos, tanto da criação do curso de graduação em Geografia no Brasil quanto da fundação da AGB, o cenário a que nos referimos diz respeito aos fóruns que essa comunidade, fruto dessas instituições e também daquelas outras (IBGE e Escolas), que juntas formavam as bases da chamada institucionalidade geográfica, já havia organizado e, de certa forma, fundamentado como sendo os lugares de interseção da produção geográfica nacional.

Também merece destaque na reconstrução desse cenário a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que embora não faça parte do objeto desta tese, aparece nessa história como a instituição responsável pela organização dos Congressos de Geografia que conhecemos em nossas terras desde o século XIX e que se fizeram presentes até meados do século XX. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no período que corresponde a existência da AGB e da Geografia nas universidades brasileiras, ou seja, o período da construção de uma comunidade de geógrafos no sentido mais definitivo do termo, realizou, entre 1909 e 1954, onze edições do Congresso Brasileiro de Geografia. Em sua concepção original, tais eventos foram concebidos de modo a ocorrerem

anualmente, coincidindo com a semana de comemoração da Independência do Brasil.

"A proposta de realização dos congressos surgira em 1908, quando José Artur Boiteux, secretário da SGRJ, sugeriu que se levasse adiante a iniciativa no país, a começar pelo Rio de Janeiro, então capital da República. A inspiração viera do exterior. Consta que Boiteux teria se impressionado com o brilho com o qual havia se realizado em Genebra, naquele mesmo ano, o IX Congresso Internacional de Geografia, que ele próprio tivera oportunidade de assistir. A partir de tal modelo, iniciou-se a preparação do I Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no ano seguinte sob a coordenação da SGRJ e com apoio substantivo do Governo Federal" (Pereira, 2007).

Entre 1909 e 1926 foram realizados oito Congressos Brasileiros de Geografia: Rio de Janeiro (1909) , São Paulo (1910), Curitiba (1911), Recife (1915), Salvador (1916), Belo Horizonte (1919), Paraíba do Norte (1922), Vitória (1926). Já os outros três Congressos de Geografia, apenas vão acontecer no período entre 1940 e 1954: Florianópolis (1940), Rio de Janeiro (1944) e Porto Alegre (1954).

A AGB que já existia formalmente com um Conselho Diretor Nacional, com duas Seções Regionais - São Paulo e no Rio de Janeiro, e com núcleos municipais que já davam bons sinais em Pernambuco e em Minas Gerais, até o ano de 1954 já havia realizado oito Assembléias Gerais Ordinárias<sup>92</sup>, e que correspondiam até a presente data ao que havia de mais significativo em matéria de reunião da comunidade, quantitativa e qualitativamente falando.

As Assembléias realizadas em 1948 (Goiânia-GO) e 1950 (Belo Horizonte-MG), apontavam para uma estrutura de organização que seria definitivamente consolidada naquelas realizadas em 1951 (Nova Friburgo-RJ), 1952 (Campina Grande-PB) e 1953 (Cuiabá-MT), e que garantiria que fossem um lugar de debate (através das teses e comunicações) e produção (através das pesquisas de campo) de conhecimento geográfico de qualidade.

O que teria levado então aos sócios e diretores da AGB à decisão de organização de um Congresso Brasileiro de Geógrafos, uma vez que já existia no âmbito da AGB um evento que permitia o debate a divulgação científica, e que existia, embora fora do cenário próprio de intervenção da associação, um Congresso de Geografia?

---

<sup>92</sup> Ver tabela 16

O professor Aroldo de Azevedo, um dos principais articuladores da AGB em São Paulo, e um dos mais contundentes defensores das instituições fundamentalmente geográficas, apresenta alguns desses motivos em seu discurso na abertura do I Congresso Brasileiros de Geógrafos, realizado em 1954, na cidade de Ribeirão Preto – SP.

"Por que realizar um Congresso de Geógrafos, se já têm sido realizados tantos Congressos de Geografia, o último dos quais o XI, reuniu-se em Pôrto Alegre, em maio do corrente ano?.

A resposta a esta pergunta é muito simples: em um Congresso de Geografia, tomam parte ativa todos quantos nele se inscrevem. Bastando que se interessem pelo seu sucesso, independentemente de sua especialização; geólogos ou economistas, matemáticos ou juristas, militares ou geógrafos profissionais, cirurgiões ou historiadores, sociólogos ou botânicos, odontologistas ou etnógrafos, químicos ou arquitetos, sumidades em qualquer ramo do saber humano ou simples curiosos, — todos, indistintamente, na medida de seus conhecimentos ou de sua audácia, podem oferecer sua contribuição, quer através de tese, quer através de seu voto em plenário. O resultado, como é de se esperar, nem sempre é muito lisonjeiro e a Geografia deixa de receber, via de regra, o ambicionado número de contribuições realmente valiosas e verdadeiramente geográficas. A situação, muitas vezes, torna-se bastante delicada, porque os geógrafos presentes vêm-se, com freqüência, numa difícil encruzilhada: ou fechar os olhos e tapar os ouvidos, deixando que tudo seja aprovado, embora em desacordo com a própria consciência; ou agir com relativo rigor, numa tentativa de separar o jôio do trigo, o que sempre traz contrariedades, quando não máguas que ficam.

Muito pelo contrário, no Congresso que hoje inicia os seus trabalhos, são os Geógrafos que têm voz ativa e dão a última palavra, não podendo jamais ser esquecido o ponto de vista, o interesse e a metodologia da Geografia. O Regulamento e Regimento Interno, em seu artigo 27, são bastante explícitos a este respeito, quando estabelecem que as teses e comunicações (levem, pelo menos: 1. apresentar inegável interesse geográfico; 2. resultar de trabalhos originais de pesquisa ou de interpretação).

Com isso, não se pretende menosprezar ou negar o valor das contribuições dos que se dedicam às ciências com as quais a Geografia tem profundas e indissolúveis afinidades. O que se deseja é que tais contribuições sejam apresentadas em função do ponto de vista e do interesse da Geografia e não, exclusivamente, da especialidade de seu autor. Em última análise: o geógrafo deve sempre aparecer, venhamos nós a examinar um problema ligado ao quadro natural ou à paisagem criada pelo homem; porque, antes de tudo e acima de tudo, este é um Congresso de Geógrafos". (AGB, 1954)

O professor Aroldo de Azevedo, deixa bastante claro em suas palavras os motivos que levaram a construção do I CBG – garantia de um espaço específico dos geógrafos, onde a partir de seus trabalhos e contribuições pode-se-ia fazer a consolidação desse campo do conhecimento, além do claro reconhecimento daqueles que poderiam se aventurar na produção científica qualificada desse campo.

Apesar da participação daqueles principais personagens da Geografia de São Paulo e do Rio de Janeiro, e que estavam a frente da AGB, tanto em seu Conselho Diretor Nacional, quanto das Seções Regionais e Núcleos Municipais, nos Congressos de Geografia, principalmente em suas três últimas edições (1940, em Florianópolis; 1950, no Rio de Janeiro e 1954, em Porto Alegre), as idéias balisadoras que aparecem nos discurso do professor Aroldo de Azevedo é de certa forma reconhecida e assumida por eles.

Os Congressos Brasileiros de Geógrafos, a partir de sua primeira edição em 1954, passaram a ocorrer a cada dez anos (com exceção para o segundo, que ocorreu onze anos após o primeiro). A realização do Congresso não anulava a realização da Assembléia Geral Ordinária da AGB, que passava então a ocorrer simultaneamente ao CBG. Em toda a sua história de existência a AGB realizou seis edições do Congresso Brasileiro de Geógrafos: 1954, Ribeirão Preto-SP; 1965, Rio de Janeiro-RJ; 1974, Belém-PA; 1984, São Paulo-SP; 1994, Curitiba-PR e 2004, Goiânia-GO. A distribuição desses congressos é apresentada no mapa a seguir.

**Mapa 4**

## **Congresso Brasileiro de Geógrafos 1954 - 2004**



Fonte: Anais da AGB / 1954 - 2004 - Organizado por Charles da França Antunes e Felipe Andrade Rainha (LEME).

O I Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Ribeirão Preto, mobilizou de maneira bastante significativa a comunidade geográfica brasileira. A realização das Assembléias Gerais da AGB, que ao fim das contas era um encontro da Associação e seus associados, não comprometia, pelos relatos, documentos e entrevistas, tanto a Associação como o ocorrido com o I CBG. A história de concepção e organização do CBG faz-se necessário contar, uma vez que as intenções e expectativas quanto a proposta da realização de Congressos de Geógrafos, de alguma forma, já conseguimos fazê-lo.

O I CBG, tem sua data escolhida em função de uma agenda externa a AGB – a comemoração do 4º centenário de fundação da Cidade de São Paulo. A intenção era participar dos eventos programados para o ano que marcaria a data, e assim realizar o Encontro nesse mesmo ano e na Cidade de São Paulo, conforme texto publicado no BPG, nº13 (1953:76)

"O ano de 1954 será de grande importância para a cidade de São Paulo, pois a 25 de janeiro a capital paulista completará quatro séculos de existência. No desejo de tomar parte nas comemorações dessa efeméride, a exemplo de outras associações de fins culturais, deliberou o Conselho Diretor da AGB, em reunião levada a efeito em janeiro do ano corrente, convocar o *Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos*, isto é, um conclave de proporções mais amplas do que as costumeiras assembléias gerais, onde tomarão assento não apenas os sócios da AGB, mas todos quantos, no país, vêm se dedicando a trabalhos realmente geográficos. Para isso, contou com o apoio integral da *Comissão do IV Centenário de São Paulo*, que se prontificou, numa demonstração de alto espírito de colaboração e larga visão, a custear parte das despesas necessárias a um empreendimento de tamanha relevância".

Lançada a idéia ela foi logo assumida pela AGB e suas instâncias deliberativas, tanto o Conselho Diretor, como citado anteriormente, como a Assembléia Geral, que reunida no ano anterior (Cuiabá-MT), delibera pela realização do evento e todo apoio necessário para tornar possível o proposto.

Além da participação junto as comemorações do 4º centenário, o texto do BPG destaca um ponto importante, que se remete à concepção do Congresso – evento de proporções mais amplas, tanto na quantidade de participantes, quanto da identificação desses participantes, como aqueles, que mesmo não sócios, estariam produzindo **realmente trabalhos geográficos [grifos nossos]**,

numa clara manifestação de marcação de uma identidade em torno da produção e formação geográfica.

Uma vez tomada essa decisão, resolveu imediatamente o Conselho Diretor da AGB, nomear uma Comissão Organizadora, formada por 21 membros, em sua maioria de São Paulo, mas com outros do Rio de Janeiro e do Paraná, e uma Comissão Executiva, que tinha Aroldo de Azevedo como presidente. Foram, a partir da ação da Comissão Executiva, formadas duas sub-comissões – *Regulamento* e *Regimento Interno*, presidida por Ary França, e *Temário*, presidida por João Dias da Silveira. A sub-comissão montada para esse fim, preparou um minucioso regulamento<sup>93</sup> para o I CBG, contendo oito títulos e trinta e cinco artigos; e a sub-comissão do Temário, preparou uma lista de três títulos gerais, com trinta e quatro sub-títulos. Muita mobilização e sistemática de organização para a realização do Congresso.

No entanto, toda a preparação sofreu um duro revés – houve diferenças no entendimento dos acordos firmados entre a AGB e a Comissão do 4º Centenário, impedindo que o Congresso fosse realizado na cidade de São Paulo, na data prevista e como parte das comemorações que ocorreriam naquele ano, na cidade

"Após prolongadas gestões junto à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, chegou a Comissão organizadora do I Congresso Brasileiro de Geógrafos à conclusão de que seria impossível aceitar o apoio financeiro daquela autarquia e, consequentemente, levar a efeito o citado conclave na Capital paulista, conforme fôra anunciado" (BPG, 1954:89).

Nessa emergência, deliberou aquela Comissão Organizadora transferir a sede do Congresso para uma cidade do interior do Estado, cuja região oferecesse interesse sob o ponto de vista geográfico e onde pudesse encontrar o indispensável amparo para uma iniciativa de tamanha relevância, que exigia necessariamente despesas superiores aos recursos com que contava a AGB. Assim, a Comissão Organizadora tomou a decisão de não mais realizar o Congresso em São Paulo e transferi-lo para a cidade de Ribeirão Preto, cujo apoio foi declarado pelo Prefeito da cidade e pelo Diretor da Faculdade de Medicina, reestruturando suas comissões, regulamento e programação, pois, uma vez sem os recursos da Comissão do IV Centenário, a proposta de

---

<sup>93</sup> O Regulamento do I CBG, segue nos anexos nesta Tese.

programação do CBG teria que ajustar-se à essa nova situação, tornando-se mais modesta no tocante aos seus gastos. Face à essas condições a Comissão Organizadora aprovou a seguinte resolução:

"Considerando as dificuldades insuperáveis que apareceram para a realização do Congresso na cidade de São Paulo, principalmente por não ter sido possível aceitar o prometido apoio financeiro da Comissão do IV Centenário;  
Considerando as facilidades oferecidas, quer quanto à hospedagem, quer quanto ao transporte em excursões, por parte do Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto e por parte do Sr. Diretor da Faculdade de Medicina da mesma cidade;  
Considerando, outrossim, que a cidade de Ribeirão Preto e a região conhecida pelo nome de Nordeste de São Paulo não foram objeto, até à presente data, de nenhum, estudo geográfico sistemático e de conjunto, apesar da importância que apresentam sob o ponto de vista da geografia física e da geografia humana, em seu mais amplo sentido;  
Considerando, ainda, que coube ao Conselho Diretor da AGB tomar a iniciativa de convocar esse Congresso, não sendo conveniente nem justo que se venha a perder a primazia de tão oportuna e feliz idéia;  
Considerando, finalmente, que fazendo realizar o Congresso numa das mais importantes cidades paulistas, símbolo da expansão cafeeira e da força realizadora da gente bandeirante, e procurando levar a efeito o estudo geográfico de uma área tão expressiva do Estado, a AGB presta, em última análise, uma homenagem à Capital paulista, no ano em que comemora seus quatro séculos de existência;  
RESOLVE: escolher como sede do I Congresso Brasileiro de Geógrafos a cidade de Ribeirão Preto, fazendo realizar os seus trabalhos entre 19 e 28 de julho do ano corrente". (BPG, 1954:90)

Em consequência dessa deliberação, foram extintas algumas comissões da organização anterior, sendo criada uma Comissão Executiva com mais amplos poderes que a anterior, tendo como presidente o Presidente da AGB, como vice-presidente o Diretor da Seção Regional de São Paulo, como 1º secretário o Secretário-Geral da AGB, como 2º secretário o Secretário da Seção Regional de São Paulo, como 1º tesoureiro o Tesoureiro-Geral da AGB, e como 2º tesoureiro o Tesoureiro da referida Seção Regional.

Nestas condições, a nova Comissão Executiva foi assim formada: PRESIDENTE - Aroldo de Azevedo; VICE-PRESIDENTE – José Ribeiro de Araújo Filho; 1º SECRETÁRIO – Dirceu Lino de Matos; 2º SECRETÁRIO – Pasquale Petrone; 1º TESOUREIRO – Ary França; 2º TESOUREIRO – Brás Berlanga Martinez.

Realizado no período de 19 a 28 de julho de 1959 e tendo reunido 172 participantes e mais 28 entidades, o I CBG teve seu amplo temário distribuído nas atividades que já eram praticadas nas AGOs – discussão de teses e comunicações, conferências e mesas-redondas, realização de trabalhos de campo e uma exposição de Geografia e Cartografia. Ao longo dos dias foram realizadas as sessões acadêmicas e culturais, onde os trabalhos eram apresentados e debatidos, e as sessões administrativas, correspondentes à IX AGO, que ocorreu simultaneamente ao I CBG.

O Congresso teve início na tarde do dia 19 de julho com a sessão preparatória para a eleição da Mesa Diretora do Congresso, bem como dos Presidentes de Honra do mesmo.

Ficou a Mesa assim constituída: Presidente – Pierre Monbeig; Vice-Presidente – Aroldo de Azevedo; Primeiro-Secretário – Maria da Conceição Vicente de Carvalho; Segundo-Secretário – Tabajara Pedroso.

Para Presidentes de Honra do Congresso foram escolhidos: Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado de São Paulo; Tte.Ce. Alfredo Condeixa Filho, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto e o Desembargador Florêncio de Abreu, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A sessão de instalação do Congresso ocorreu no Salão da Legião Brasileira de Ribeirão Preto, onde após vários discursos, teve início o evento.

**Figura 33**



**Figura 34**



**Figura 35**



Prof. Aroldo de Azevedo fazendo o discurso de abertura do Congresso.



Da esquerda para a direita: Profs. Aroldo de Azevedo, Pierre Monteiro e Hilgard Sternberg.

A programação contou com a contribuição para os debates dos seguintes trabalhos:

**1) Teses:**

"Contribuição à geomorfologia do litoral paulista", de Aziz Nacib Ab Saber;

"Os tipos de vegetação, do Brasil (elementos para uma classificação fisionômica)", de Edgar Kuhlmann;

"O uso da terra no leste da Paraíba", de Orlando Valverde;

"Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense", de Pedro Geiger e Ruth L. Santos;

"Possibilidades de povoamento na Bacia do São Francisco", de Ruth Lopes da Cruz Magnanini;

"Observações relativas ao minério de ferro e à siderurgia no planalto de Minas Gerais", de Ney Strauch;

"Contribuição ao estudo da Campanha Gaúcha", de Miguel Alves de Lima;

"Influências da Bacia do São Francisco na resolução dos problemas rodoviários e hidroelétricos de Minas Gerais", de Benedito José de Souza;

"Algunas particularidades de la evolución del relieve del Uruguay y del Rio Grande del Sur", de Jorge Chebataroff

**2) Comunicações:**

- "O problema geomorfológico nos estudos de relevos policíclicos e epicíclicos nas bordas do Atlântico", por Francis Ruellan;
- "Notas para um estudo do "habitat" rural na zona cacaueira da Bahia", por Milton Santos;
- "Situação atual do ensino e das pesquisas geográficas no Paraná", por Reinhard Maack;
- "Distribuição fitogeográfica e filogenia das orquídeas americanas", por F.G. Brieger

**3) Conferência:** proferida por Pierre Monbeig, intitulada "Geografia e Colonização"

**4) Mesas-Redondas:**

- "O Problema da recuperação dos solos esgotados", com a participação de Hilgard O'Reilly Sternberg (presidente), Francis Ruellan, João Quintiliano de Avelar Marques (representante do Instituto Agronômico de Campinas), Moacyr Pavageau (presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Solo), Jorge

Chebataroff, Dierceu Lino de Mattos, Charles Jacques Jean Hogenboom (presidente da Cooperativa Agro-pecuária da Fazenda Holambra, Pierre Monbeig, Miguel Alves de Lima (Serviço de Educação Rural do Ministério da Educação);

- "O ensino de geografia e seus problemas", que ocorreu sem a participação de convidados.

As pesquisas de campo realizadas Congresso foram previamente programadas, o que envolveu vários associados em sua organização, uma vez que os mesmos foram realizados em diversos municípios da região de Ribeirão Preto. As equipes foram assim divididas:

**1) Ribeirão Preto e arredores**, chefiada por Ary França e sub-dividida em seis grupos: a) Situação e sítio urbano, sob direção de João Dias da Silveira; b) O desenvolvimento da cidade e suas grandes etapas, sob direção de José Veríssimo da Costa Pereira; c) As funções, o centro e os bairros, dirigido por Antônio Rocha Penteado; d) Os problemas urbanos, dirigido por José Ribeiro de Araújo Filho; e) A circulação geral e urbana, sob direção de Renato da Silveira Mendes; f) A zona rural, sob direção de Ary França.

**2) Região Norte de Ribeirão Preto.** A pesquisa, dirigida por Pierre Monbeig foi realizada dividida em dois grupos: a) Geografia Física, sob coordenação de Otávio Barbosa; b) Geografia Humana, sob coordenação de Dirceu Lino de Mattos.

**3) Região Sudeste de Ribeirão Preto.** A excursão foi dirigida pelo professor Mário Lacerda de Mello, e sub-dividida em dois grupos: a) Geografia Física, sob coordenação de Aziz Nacib Ab'Saber; b) Geografia Humana, sob coordenação de Mário Lacerda de Mello.

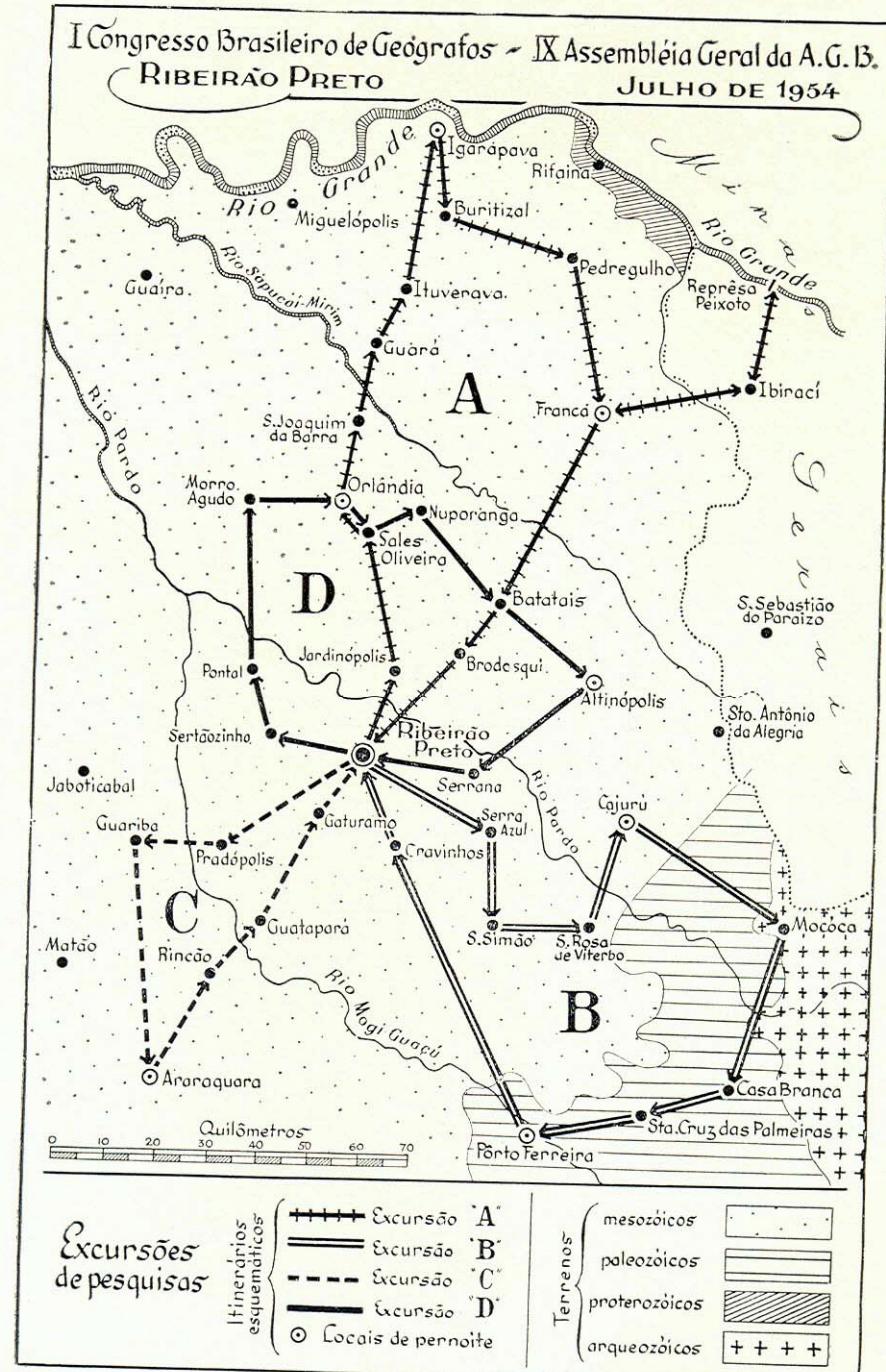
**4) Região Sudoeste de Ribeirão Preto.** A pesquisa foi dirigida pelo professor Nilo Bernardes, e também sub-dividida em dois grupos: a) Geografia Física, sob coordenação de Alfredo José Porto Domingues; b) Geografia Humana, sob coordenação de Lysia Bernardes.

**5) Área de Ribeirão Preto até Franca.** A pesquisa foi dirigida pelo professor Francis Ruellan e sub-dividida em três grupos: a) Petrografia e Geomorfologia, sob coordenação de Ruy Osório de Freitas; b) Geomorfometria; c) Geografia Humana, sob coordenação de Ney Strauch.

**Figura 36**

OUTUBRO DE 1954 — N.<sup>o</sup> 18

75



Mapa das excursões de pesquisa realizadas durante o Congresso

### 3.2

#### **As Reformas Estatutárias de 1963 e 1970: primeiro, ajustes no percurso e depois, mudanças de rumo**

A AGB chegou a década de 1960 já tendo realizada duas grandes reformas estatutárias (1936 e 1945): a primeira iniciou o projeto de institucionalização da Associação, definindo normas e regras de seu funcionamento, além da definição de seu perfil; e a segunda, não só consolidou o perfil acadêmico a ser percorrido, como apresentou para a comunidade de geógrafos o projeto institucional que se pretendia nacional. Após essas duas experiências, a AGB viveu nos anos sessenta e depois, no início da década de 1970, mais duas reformas estatutárias. Uma, a ocorrida no ano de 1963, se apresentou como uma necessidade de ajustes no percurso que havia sido definido no distante 1945; e outra, a realizada em 1970, diferente da primeira, não só consolidou os padrões organizacionais existentes, como promoveu importantes transformações na AGB, o que aqui estamos chamando de mudança de rumos, mas sem perder a direção já estabelecida.

Nos dias 27 e 28 de abril de 1963, numa das salas do Externato Pequenópolis, na cidade de São Paulo, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária da AGB, com a finalidade de discutir o ante-projeto de reforma dos estatutos proposta elaborado pelo Conselho Diretor da Associação a partir de uma comissão composta pelos sócios: Nilo Bernardes (RJ), Dora de Amarante Romariz (SP) e Milton Santos (BA).

A primeira sessão da assembléia foi realizada na tarde do dia 27 de abril. A sessão foi aberta pelo presidente da AGB - o professor Milton Santos, que fez conforme estatutos em vigor, a chamada dos sócios presentes para a verificação do quórum mínimo necessário para a realização da reforma. Estiveram presentes a essa primeira sessão 35 sócios efetivos<sup>94</sup>. Tendo verificado que o quorum era

---

<sup>94</sup> Milton Santos, Nice Lecocq Muller, Dora de Amarante Romariz, Mario Lacerda de Melo, Manoel Correia de Andrade, Elina O. Santos, Blaz Berlanga Martinez, José Domingos Tirico, Odilon Nogueira de Matos, Antônio Rocha Penteado, Celeste Rodrigues Maio, Aziz Nacib Ab'Saber, Renato Silveira Mendes, Edgard Kuhlmann, João Dias da Silveira, Ary França, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Caio Prado Júnior, José Francisco de Camargo, Tereza Cardoso da Silva, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Tabajara Pedroso, Aroldo de Azevedo, Paquale Petrone, Lindalvo Bezerra dos Santos, Orlando Valverde, Lucio de Castro Soares, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Elza Coelho de Souza Keller, Maria Therezinha Segadas Soares, Nilo Bernardes, Ely Goulart Pereira de Araújo, José Ribeiro de Araújo Filho, José Herskoth Lavarédia e Fernando Flávio Marques de Almeida.

suficiente para a realização da assembléia e de seus propósitos, o professor Milton Santos, ao justificar a necessidade de modificações nos estatutos e de explicar os procedimentos que levaram a feitura da proposta pela designada Comissão, propôs que o projeto então apresentado fosse aprovado na totalidade, o que provocou a primeira, e talvez única grande discordância do processo. Orlando Valverde e Nilo Bernardes, sócios da Seção Regional do Rio de Janeiro, se opuseram a proposta do presidente da Associação. Ao final da discussão foi aprovada uma proposta conciliadora, que manteve a redação do projeto elaborado pela comissão e, ao mesmo tempo, garantiu a possibilidade de apresentação de emendas pelos presentes, como assim foi feito. Acertado o rumo, e já possuindo um texto-base, a reforma estatutária seguiu seu curso, a partir das propostas de emendas e alterações dos sócios efetivos presentes e posterior discussão e aprovação das mesmas.

A Comissão responsável pela apresentação da proposta de novos estatutos teve como base os estatutos aprovados em 1945, assim sendo foram, ao final das contas, apresentadas algumas alterações do que estava, até então valendo. Entre as proposições mais significativas destacamos:

- 1) A manutenção dos artigos que delimitavam os princípios da AGB e seus limites de atuação;
- 2) No Título DOS ASSOCIADOS, houve uma troca de vocábulo que modificou a forma de identificar e comprovar a produção acadêmica do candidato a sócio efetivo da Associação. No lugar de **trabalho comprovado**, passou a figurar nos novos estatutos a expressão **trabalho de reconhecido valor científico**. Da mesma forma que na redação anterior, a nova redação determina que a avaliação da validade do trabalho ficaria a cargo da Comissão Diretora, no entanto, a nova redação impõe que o trabalho apresentado seja não somente comprovado sobre sua existência e originalidade, mas agora pesa sobre ele a exigência de uma aceitação quanto a seu mérito, seu valor, com toda subjetividade que isso pode ter.
- 3) Ainda no Título DOS ASSOCIADOS, foram definidas as novas condições para a indicação e aceitação dos sócios efetivos, que determinavam que o candidato tivesse pelo menos dois anos de participação na Seção Regional ou Núcleo Municipal ou ter participado de pelo menos duas Assembléias Gerais. Proposta para criação da categoria de sócio benemérito foi rejeitada.

- 4) Houve proposta para alteração da periodicidade das Assembléias Gerais Ordinárias, onde as mesmas seriam realizadas a cada dois anos, diferente do que havia até a data da reforma, que era a periodicidade anual. Foi vencedora a proposta da manutenção da anualidade das Assembléias, proposta defendida pelo presidente da AGB, professor Milton Santos;
- 5) Outra questão importante foi sobre a composição da Diretoria, onde foi proposta e rejeitada a emenda de criação do cargo de vice-presidente. Ainda no ítem COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA, a proposição de permitir que sócios cooperadores pudessem fazer parte da Diretoria da AGB foi apresentada, mas logo foi retirada e sequer foi discutida. Ao sócio cooperador foi permitido apenas a Direção das Seções Regionais ou Núcleos Municipais.
- 6) Quanto a organização das Seções Regionais e Núcleos, os novos Estatutos limitavam as suas existências. Não poderia haver mais de uma Seção Regional em cada Estado e mais do que um Núcleo por município.

Ao final das discussões sobre os artigos dos estatutos, sua redação e emendas, ficou decidido que uma Comissão eleita teria a incumbência de dar a redação final aos novos estatutos, seguindo aquilo que fora aprovado na Assembléia. A Comissão foi formada pelos professores Aroldo de Azevedo, Odilon de Matos e Ary França. Foi decidido ainda que as Seções Regionais e Núcleos Municipais teriam o prazo de um ano para se adaptarem as novas regras de funcionamento. Os novos estatutos aprovados passaram a valer a partir da Assembléia Geral Ordinária ocorrida naquele mesmo ano em Jequié, Estado da Bahia.

Fato importante dessa assembléia, que mesmo fora do objetivo principal de reforma estatutária, foi considerado e aclamado, foi a indicação do sr. Rubem Borba de Moraes, sócio fundador da AGB, como sócio honorário, o que foi proposto pelo professor Aziz Ab'Saber e aceito por todos os presentes.

Ao final do processo de reformas dos estatutos, o que foi aprovado foi confirmar o projeto iniciado em 1945, e que pelo tempo e pela experiência de quase vinte anos de realização de Assembléias e formação de Seções Regionais e Núcleos, ampliando a base social da AGB, necessitava de ajustes de percurso. A reforma não apontou para nenhuma transformação nas estruturas da Associação e tão pouco de sua forma de organização.

No dia 10 de julho de 1970, na Escola de Sociologia e Política da USP, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária que havia sido convocada para reforma dos estatutos da AGB, e da qual participaram 28 sócios efetivos<sup>95</sup>.

A assembléia presidida pelo professor João Dias da Silveira, então presidente da AGB, teve os trabalhos de reforma estatutária iniciados a partir de um ante-projeto de estatutos que havia sido elaborado pela Comissão Especial (designada para esse fim na última AGO), e que foi aprovado em bloco, para depois ser discutido ponto a ponto, conforme sugestões que eram apresentadas por escrito à mesa diretora da assembléia, pelos sócios efetivos presentes. Como previa os estatutos, a assembléia foi considerada aberta e permanente, sendo apenas interrompida para a realização das refeições.

Tendo como pontos de referência os estatutos que vigoravam desde a última reforma realizada em 1963 e o projeto de novos estatutos elaborado pela Comissão Especial, a discussão seguiu sendo feita, sempre com a intervenção de muitos associados a cada ponto apresentado. Assim, ao final da assembléia extraordinária, que durou três dias, tendo se encerrada no dia 12<sup>96</sup> de julho de 1970, foram aprovados os novos estatutos da AGB, onde importantes e significativas mudanças foram feitas frente aos estatutos de 1963. O resultado foi um estatuto dividido em oito títulos e cinqüenta e três artigos, que reproduzia estruturas dos estatutos anteriores, mas que também apontava para profundas transformações. O começo, comum a todos os estatutos, trata **dos objetivos** da associação, onde o que fora aprovado apresenta, além dos objetivos gerais da AGB, outros oito itens que vêm explicitar ainda mais seus intentos, que vão desde “promover o desenvolvimento da geografia no Brasil”, passando por “estimular o estudo e o ensino da geografia, propondo medidas para seu aperfeiçoamento”, e por “promover encontros, congressos, exposições, conferências e publicações (...)”, até “zelar pela ética profissional” e “representar

---

<sup>95</sup> Pasquale Petrone, Aluízio Capdeville Duarte, José Cezar Magalhães Filho, Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Odilon Nogueira de Mattos, José Ribeiro de Araújo Filho, Ney Strauch, João Dias da Silveira, Allisson Pereira Guimarães, José Alexandre Filizola Diniz, José Francisco de Camargo, Lea Goldenstein, Manoel Correa de Andrade, Ely Pereira Goulart de Araújo, Maria Alice dos Reis Araújo, Maria de Lourdes de Souza Radesca, Elina de Oliveira Santos, Berta Koiffmann Becker, Nice Lecocq Muller, Edgar Kuhlmann, Ruy Osório de Freitas, Roberto Lobato Azevedo Correa, Brás Berlanga Martinez, Armem Mamigonian, Eurípedes Simões de Paula, Dora Amarante Romariz.

<sup>96</sup> No dia 12 de julho de 1970, quando encerrada a Assembléia Geral Extraordinária da AGB para fins de reforma estatutária, teve início no mesmo local a XXV Assembléia Geral Ordinária da AGB, que iria tratar dos assuntos administrativos da Associação, como: aprovação do relatório da gestão, encaminhamentos sobre as publicações e eleição da nova diretoria da AGB.

a geografia brasileira e o pensamento dos Geógrafos do Brasil junto aos poderes públicos e às entidades de classe, culturais e técnicas”; esse último objetivo deixou claro as intenções da AGB em assumir, agora de forma mais sistemática e decisiva, o lugar de representação dos profissionais de geografia e a própria ciência diante suas necessidades e imposições. Ainda no título dos objetivos, vai permanecer o artigo que impede a Associação de tomar parte em quaisquer manifestações de ordens políticas ou religiosas.

No título **Dos Associados**, o novo estatuto mantém a estrutura hierarquizada entre seus associados, com a presença agora de quatro categorias: Titulares, Honorários<sup>97</sup>, Cooperadores e Correspondentes<sup>98</sup>. Os sócios titulares vêm ocupar o lugar dos então Sócios Efetivos; os Sócios Honorários e Cooperadores são mantidos e ocorre ainda, o retorno dos chamados Sócios Correspondentes (que existiam na primeira edição dos estatutos, em 1934, e que quando reformados em 1936, deixaram de existir). Os sócios titulares mereceram nesses estatutos um conjunto de quatro artigos e vários itens e parágrafos para sua regulamentação, evidenciado o destaque para tal categoria, e que segundo os mesmos estatutos só poderiam pleitear tal posição àqueles com grau universitário e vínculo “com a pesquisa geográfica”, com pertencimento mínimo de dois anos no quadro social da AGB, com participação em pelo menos uma reunião da Associação, ser apresentado por pelo menos três sócios titulares e submeter seu nome e seu *curriculum vitae* ao Conselho Diretor e depois à Assembléia Geral. O sócio cooperador constituía-se numa categoria “destinada às pessoas que se dediquem a estudos geográficos ou que se interessem pelo progresso da geografia”, e que fosse indicado por um sócio titular, devendo ainda ser encaminhado à Secretaria Regional ou do Núcleo Local a que o candidato iria pertencer. Tal como nas versões anteriores dos Estatutos (1945 e 1963), o sócio cooperador apenas se vinculava à Seção Regional ou ao Núcleo local, diferentemente dos Sócios Titulares que possuíam um vínculo também com a AGB em sua dimensão nacional.

---

<sup>97</sup> O sócio honorário seria aquele que, por ser considerado grande benemerito da Associação ou da Geografia, tenha sido proposto por cinco sócios Titulares (pelo menos), e aceito pela maioria dos Sócios Titulares.

<sup>98</sup> Segundo o estatuto aprovado, o sócio correspondente seria aquele residente no exterior e que estivesse, de alguma forma, vinculado à geografia brasileira. O candidato a sócio correspondente deveria ser indicado por pelo menos cinco sócios titulares e aprovado pelo voto de três quartos dos sócios presentes a uma Assembléia.

Ainda permaneceu, após essa reforma, a decisão que apenas os sócios titulares poderiam votar e ser votados. Somente esses sócios possuíam nos estatutos reformados pela assembléia de 1970 a indicação de seus direitos e deveres, ou seja, qualquer possibilidade de exercício de participação e decisão estava exclusivamente restrito à essa categoria.

Seguindo a análise dos estatutos aprovados após a reforma instalada em 1970, encontramos no seu Título III – **Dos Órgãos de Direção**, algumas mudanças no formato de organização interna do corpo diretor da AGB. Conforme, ainda os estatutos anteriores, a reforma de 1970 manteve a órgãos de direção da AGB da seguinte forma: Assembléia Geral, Conselho Diretor e Comissão Executiva (anteriormente denominada Diretoria). A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, continuaram a ser os lugares máximos de decisão da AGB. As alterações nos órgãos de direção ocorreram principalmente na composição do Conselho Diretor, que passou a ser formado por representantes de cada Seção Regional<sup>99</sup>, por quatro representantes da Assembléia Geral<sup>100</sup>, por um representante dos Núcleos Locais de cada Seção Regional e pelo último presidente da Associação, com um mandato de dois anos. A Comissão Executiva que também sofreu alterações em sua composição, era formada pelos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Executivo, Sub-Secretário, Tesoureiro e Coordenador de Publicações, onde obrigatoriamente, o Secretário-Executivo e o Tesoureiro, deveriam residir em São Paulo. A Comissão era eleita para um mandato de dois anos por ocasião das Assembléias Gerais, de forma indireta, sendo escolhida pelos membros do Conselho Diretor, o que tornava a escolha um processo ainda mais fechado e excludente.

Outra importante transformação imposta por essa reforma foi quanto as formas de reuniões da AGB. No período iniciado com a reforma estatutária de 1945 e terminado com a reforma de 1970, a AGB realizava suas Assembléias Gerais anualmente. Os novos estatutos, em seu artigo 28 definiram que “a Associação dos Geógrafos Brasileiros promoverá a cada dois anos a sua Assembléia Geral, reunião de caráter administrativo, simultaneamente com um Encontro Nacional de Geógrafos, de caráter cultural”.

---

<sup>99</sup> Cada Seção Regional terá como representante no Conselho Diretor, o seu Diretor e um Sócio Titular por ela eleito em Assembléia. As Seções Regionais que contavam com mais de um quinto dos Sócios Titulares da Associação, tinham direito a um terceiro representante, também eleito em Assembléia.

<sup>100</sup> A eleição dava-se por voto secreto.

O modelo institucional da AGB construído em 1945 e reforçado em 1963, perdurou até 1970, quando, entre outras mudanças, as assembleias anuais são substituídas por encontros bienais e congressos decenais. Em que pese a manutenção das estruturas hierárquicas na entidade, mantidas nas figuras dos sócios efetivos, agora titulares, dos sócios honorários, dos sócios cooperadores e dos sócios correspondentes, notava-se já a inflexão da restrição do modelo, pois um conjunto expressivo do contingente cada vez maior de participantes tinha sua condição tolhida ou reduzida nos processos de decisão e ação. Tais tensões, *grosso modo*, implicavam na distinção entre os sócios titulares que estavam no “topo” da pirâmide do conhecimento produzindo pesquisas e os demais participantes relacionados ao ensino e/ou aprendizagem da Geografia (Lourenço, 2004).

**Mapa 5**  
**Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)**  
**1972 - 2008**



Fonte: Anais da AGB / 1972 - 2008 - Organizado por Charles da França Antunes e Felipe Andrade Rainha (LEME).

### 3.3

#### **1978 e a ruptura: somente a ponta do iceberg**

O movimento que se estruturou na Geografia brasileira no final dos anos 70 e avançou pela década de 1980, caracterizou-se por um forte conteúdo ideológico. E isso tinha perfeita razão de ser, em virtude de estarmos em plena luta pela abertura política do país. Almeida (2000:103), ressalta que, no caso da Geografia, três espaços foram prioritários de lutas, "enquanto se aguardava os movimentos do tabuleiro do poder político nacional que se desenrolava no Congresso Nacional". O primeiro desses espaços foi a universidade; o segundo foi AGB; e o terceiro espaço era a "geografia oficial", isto é as instituições de planejamento governamental, e nesse espaço o destaque era o IBGE.

No entanto, foi na AGB, o objeto dessa tese que essas transformações tiveram maior impacto, principalmente se considerarmos o curto intervalo de tempo percorrido nesse processo de transformação. Entre as instituições mais fortemente ligadas à Geografia brasileira, foi sem dúvida a AGB àquela que mais rápida e profundamente sentiu em sua estruturação e projeto político o movimento de transformação/renovação em curso a partir do final dos anos da década de 1970.

"Uma análise de documentos e textos referentes aos encontros e congressos nacionais na área, constata, na década de 1980, expressivo aumento da discussão dos fundamentos da Geografia e seu papel na sociedade, no ensino e em outras instituições sociais. A ampliação de espaço para temas referentes ao questionamento dos fundamentos da Geografia faz parte e um projeto explícito da AGB, que vivenciava também alterações no seu próprio significado e funcionamento". (Cavalcanti,1998)

O Movimento de Renovação pelo qual passou a Geografia é, com certeza, singular no conjunto das ciências no Brasil. E de onde vem esta singularidade? Podemos dizer que vem do olhar histórico do processo, um olhar que envolve os diversos sujeitos/atores que fazem parte dessa história. Duas características são fundamentais para o entendimento da singularidade da renovação recente da Geografia. A primeira refere-se à forma/processo, que tem no ano de 1978 sua referência emblemática. Essa renovação é ao mesmo tempo epistemológica e política. As críticas que eram feitas e as insatisfações que acabaram por gerar a ruptura eram não apenas sobre qual estatuto epistemológico a Geografia deveria

ser produzida nas universidades e nas escolas, remetendo a um olhar científico, mas também sobre qual e para quem seria produzida a Geografia, completando um claro projeto de sociedade, do qual a Geografia deveria participar. A segunda característica refere-se aos agentes dessa renovação. Diferentemente de outras ciências no Brasil, a Geografia não teve nos acadêmicos os principais atores da transformação científica. A Geografia é talvez a única ciência que, no Brasil, em sua história recente, passou por um processo tão radical de transformação do pensar/produzir sem a direção exclusiva, ou mesmo principal, da Academia.

Para a Geografia, o processo de renovação teve início e meio na intervenção daqueles que estavam fora da Academia – os professores do então de 1º e 2º graus –, e naqueles que estavam nas Universidades e que eram tratados como espectadores – os estudantes. Foi a união desses dois segmentos que garantiu o processo de renovação. Ao mesmo tempo, estudantes e professores, que estavam fora da Academia, e também aqueles poucos que, mesmo na Academia, conseguiam realizar a crítica, mostravam sua insatisfação com as bases teóricas que fundamentavam o pensar geográfico, mostravam também sua preocupação com o fazer geográfico, ou seja, a serviço de que projeto de sociedade estaria essa ciência, os intelectuais e suas instituições.

Alfredo Bosi ensina que datas são pontas de *icebergs*, servem apenas para nos fazer sobreviver a um possível naufrágio. Como uma série de números dispostos em uma certa ordem, as datas servem menos para fechar possibilidades do que para abri-las e colocá-las sob a chama de uma profunda iluminação histórica:

Mas de onde vêm a força e a resistência dessas combinações de algarismos? 1492, 1792, 1822, 1922... Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos. (Bosi, 1992, p. 19).

Por isso, entre datas, muitas, 1978 talvez seja uma daquelas que mais marcaram e marcam a Geografia brasileira dos últimos decênios deste século. Entretanto, esse conjunto de algarismos, coincidentemente, gira em torno de outros acontecimentos importantíssimos para a história recente da ciência geográfica no Brasil. Mas, se 1978 aparece como uma grande data, a discussão já vinha sendo feita: as grandes rupturas se preparavam. Aqui e ali, geógrafos

descontentes, sobretudo os mais jovens, mas também os menos jovens, reuniam-se para falar dos novos rumos. A aglutinação, em nível nacional, foi possível graças exatamente aos encontros e publicações promovidos pela AGB e pelos estudantes. A razão dessa importância está na conjuntura vivida à época. Vivíamos no período a ascensão dos movimentos sociais operários, a reconstrução do Movimento Estudantil, a véspera da anistia aos exilados e o surgimento de um sem número de organizações que consubstanciariam a fundação posterior do Partido dos Trabalhadores, o PT.

A importância de 1978 está naquilo que antes já acontecera, a ascensão de uma forte institucionalidade geográfica ligada aos ditames do regime de chumbo; uma Geografia aplicada, voltada para o planejamento, baseada em teorias sistêmicas e locacionais e com fortes ligações com os interesses daqueles que faziam acontecer o *milagre brasileiro*. Assim, seria necessário um breve retrospecto, inclusive para compreender, a partir de certos currículos, a forte matematização e tecnificação do discurso, combatido de modo veemente por aqueles que se propuseram uma verdadeira *guerrilha epistemológica*. Havia, nos anos que antecederam Fortaleza, uma espécie de guerra surda no interior da Geografia brasileira, guerra que exprimia a luta duríssima realizada naquele estado de exceção e de Atos Institucionais. Não se trata, claro, de uma caça aos nomes simplesmente, mas de uma compreensão ao que se pensava e às ações que faziam implementar os círculos de afinidade, dentro das instituições geográficas, e mais, no interior de uma extensa teia de poder político, dentro daquela sociedade.

Caso consideremos muitos dos processos em sua inteira significação, perceberemos que 1978 refletiu, dentro da Geografia, as lutas sociais que se realizavam *fora dela*, representando uma clara opção contra o regime à época constituído e um *front* de disputa política.

Nas palavras dos então jovens autores como Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Antonio Carlos Robert Moraes, era preciso colocar a Geografia a serviço da luta por uma nova sociedade.

"A busca de uma Geografia crítica e atuante deve confundir-se com as lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade. Deve ser orgânica desses movimentos sociais, ao mesmo tempo produto e instrumento deles. O encontro de uma 'Geografia Nova' só pode vir da luta por um espaço novo numa sociedade nova". (Moreira, 1980:24).

"A Geografia Crítica manifesta-se como a da perspectiva de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação instituída" (Moraes, 1982:42).

"Esse compromisso com a transformação da sociedade reserva-nos, certamente, um papel importante junto aos trabalhadores no esclarecimento das muitas formas (espaciais) que a burguesia utiliza para aumentar a sua exploração" (Oliveira, 1980: 17).

Claro que, como campo, já àquela época havia dissensões, que não eram pequenas, entre aqueles que conformaram esse campo da Geografia Crítica. Entretanto, pouco se sabe sobre quais eram os embates políticos e intelectuais entre aqueles que consolidaram a Geografia Crítica como campo, segundo define Moraes (1982: 43): "uma espécie de 'frente ética'".

Hoje, passados 30 anos, é possível ver quais eram as diferenças e no que elas se constituíram, no âmbito institucional e político. Uma das razões advém das transformações sofridas no interior desse mundo rapidamente mutante, na opção por novas abordagens teóricas, na aliança com novos compromissos políticos e, por fim, é claro, na depuração do campo que foi a Geografia Crítica.

O episódio do III ENG, em 1978, em Fortaleza, vem expressar na verdade um processo que já vinha tomando corpo na sociedade brasileira, que, a bem da verdade, nunca o abandonou – a busca pela garantia dos direitos democráticos. O III ENG foi rigorosamente um encontro, não apenas no sentido formal dos profissionais de Geografia, mas também de experiências que vinham se desenvolvendo em todo o Brasil, em diferentes lugares, por diferentes pessoas, dentro de uma perspectiva crítica. Um encontro que aconteceu num momento em que a sociedade brasileira passava por grandes transformações, com o reaparecimento de importantes agentes sociais, como o Movimento Operário e o Movimento Estudantil. Esses desdobramentos que se desencadearam, de forma pública e mais intensa, a partir do III ENG, na verdade foram resultados de um longo período de maturação. Esse evento que, no fundo, se tornou um clássico divisor de águas, refletiu os processos relacionados às insatisfações e preocupações, que já resplandeciam tenuamente sobre os rumos dessa ciência no país. No ano de 1978, na verdade, o que existiu foi um encontro dessas coisas que vinham desenvolvendo-se e, a partir dali, pode-se dizer que se

construiu um movimento com algum nível de articulação. O ano de 1978 é, assim, conforme Armando Corrêa da Silva, uma ruptura:

Como não ocorria a ruptura política, a ruptura teórica descansava no leito da indiferença oficial. No entanto, ambas ocorreram no mesmo ano de 1978, como mudança de poder na Associação dos Geógrafos Brasileiros e como irrupção do debate intelectual para além dos muros das Academias e Institutos, através do livro de Milton Santos, "Por uma Geografia Nova" (Silva, 1983:76).

Ou ainda, como afirma Moraes

"O Encontro da AGB de 78 é um marco. Tem gente até que minimiza isso, mas eu arriscaria dizer que quem o minimiza como marco é porque não esteve lá. É muito rápida essa hegemonia. Parece que você tem um dique contendo, na hora que abre... [...] Foi muito rápido o processo e é o processo de uma geração. De certo modo, a hegemonia cumpre o objetivo inicial que se desenhou em 75/76/77. O objetivo era esse: renovar. Renovou, agora é tocar para frente... (Moraes, apud Scarim, 2001:154).

Essa produção do novo, crítico e elaborado a partir de outros e inovadores pressupostos teóricos, em especial, no Brasil, não encontrou, em princípio, no ambiente da universidade, campo fértil para sua construção. Os Departamentos de Geografia das universidades brasileiras, em sua grande parte com posturas conservadoras e autoritárias, só bem mais tarde vão incorporar em sua agenda o debate sobre os novos rumos que se seguiam na Geografia brasileira e, a partir disso, materializar, através de seus currículos e publicações, a produção dessa Geografia, que ganhou a marca de crítica.

No entanto, através dos congressos, encontros e publicações organizados pela AGB e dos encontros organizados pelos estudantes, o embate científico se fez mais intensamente polêmico e, dessa forma, a renovação ganhou dimensão nacional, e profissionais e estudantes que produziam, de forma ainda marginal, no Brasil, tornaram-se referências importantes desse processo, conforme avalia Moreira:

... o terceiro encontro da AGB foi aquele do marco de mudança da Geografia no Brasil. Os vários grupos, até então clandestinos na Geografia, análogo aos grupos clandestinos na política e na sociedade brasileira, saíram da clandestinidade, com a sociedade abrindo-se um pouco mais democraticamente. Assim, eles vieram à tona, se

apresentaram e disseram: “aqui estamos nós”, e então, vamos começar a fazer uma discussão juntos. A força do Encontro de 1978, em Fortaleza, veio exatamente desta movimentação, deste rio subterrâneo, e não das academias, tanto que quando nos encontramos em 1979, na Assembléia para mudar o estatuto da AGB, mudamos com aquela radicalidade toda, porque não foram os professores universitários que criaram a realidade de 1978 (Moreira, apud Scarim, 2001:107).

Muitos dos geógrafos que tanta influência teórica ou política tiveram no Movimento de Renovação da Geografia não estavam nas universidades, que se afirmavam em sua postura conservadora. Eles estavam nas escolas de 1º e 2º graus, nos cursinhos pré-vestibulares ou, ainda, nos cursos de graduação.

Ao fim de mais de 30 anos, a renovação que, gestada nos Congressos e Reuniões da AGB e nos encontros de estudantes, começou a se firmar como renovação que tentava alcançar a ciência geográfica em todas as suas dimensões e manifestações, desde a pesquisa pura até o ensino nos diversos graus, representou uma busca profunda de novos fundamentos de um discurso teórico. Fundamentos esses que derivam da perspectiva ideológica em que se ponha. Contudo, “qualquer discurso só contribui com a realização de suas propostas ideológicas, quando fundado em sólida base epistemológica. Teoria e Epistemologia geram-se mutuamente (...)” (Moreira, 1980:21)

### **3.3.1**

#### **O Movimento Estudantil de Geografia e a AGB: os novos atores entram em cena**

*"quando os novos personagens entraram em cena, vimos o início de uma sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação e, com isso, "constituíram um espaço público além do sistema de representação política" permitida, ou seja, o espaço da participação cívica e trabalhista". (Sader, 1988:15)*

Qual a importância da participação dos estudantes na construção histórica da Geografia no Brasil após 1970? Quais os efeitos do Movimento Estudantil sobre a renovação da Geografia e sobre a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)? Eis algumas questões que ganham entre nós significado especial, dada a presença marcante desse movimento na história recente de rupturas na Geografia brasileira.

Respostas a essas questões resultam, entretanto, daquilo que a própria história recente da Geografia nos legou - a imensa proximidade entre o Movimento Estudantil de Geografia e as transformações percebidas nos anos posteriores a 1978. A teia que se foi urdindo, como podemos perceber entre os discursos que habitaram os eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e os fóruns dos estudantes, reclama uma investigação, uma vez que, depois daquela Fortaleza de julho, os estudantes passaram a ser considerados como *profissionais em formação* (Antunes & Sousa Neto, 2003).

Os intensos movimentos executados pela ciência geográfica no percurso de sua renovação a partir da década de 1970 floresceram como crítica e renovação internas ao campo científico. Como afirma Moreira, "a renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que têm os seus intelectuais das questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise" (Moreira, 1982:5).

Nessa perspectiva, consideramos fundamental para a compreensão da dinâmica assumida pela ciência geográfica no Brasil, nas últimas décadas, o entendimento da intervenção do Movimento Estudantil de Geografia, num espectro científico e político. Os estudantes que viam na chamada “Geografia Crítica” uma forma de instrumentalização, uma base teórica para poder fazer a sua militância política, não mais concebiam uma Geografia descolada da análise da realidade, de acordo com a qual, segundo Armando Corrêa da Silva: “A Geografia não tem por que continuar a ser um ‘pequeno mundo’ no qual vivem apenas professores, geógrafos profissionais e estudantes, olhando circunspectos e orgulhosos do seu próprio umbigo” (Silva, 1983:134).

A necessidade de democratização da AGB e, conseqüentemente, da reformulação de seus estatutos, que previam uma participação diferenciada no quadro de possíveis associados – aqueles que de alguma forma tinham um envolvimento com a Geografia, profissionais ou estudantes –, foi marcada por importante episódio da vida dos estudantes de Geografia e, por razão direta, de sua organização. Nesse período, compreendido entre os anos de 1978 e 1979, apesar de estarmos vivendo sob armas e amarras impostas pelo regime autoritário que as elites brasileiras nos impunham sob guarda dos militares, os estudantes de todo o país, ainda que de maneira tímida, davam sinais de organização e reivindicação. Era o início de uma nova etapa na organização estudantil.

Nesse processo que, de alguma maneira, colaborou na criação das condições favoráveis para que se acelerassem os debates sobre os rumos e a natureza dos discursos geográficos no Brasil, merecem destaque o Movimento Estudantil e os geógrafos que militaram no âmbito da AGB. Não abandonando o conteúdo e o fio condutor do movimento, ativaram no âmbito geográfico a busca de maior espaço de atuação no interior de seus órgãos representativos, como a AGB, as próprias salas de aulas e outros locais, que, no cômputo geral, pudessem garantir a exposição e debates das questões pertinentes à ciência geográfica. Nessa direção, os estudantes começaram, com outros profissionais descontentes com os rumos da Geografia, a tomar posições estratégicas que ampliassem os locais de atuação. Dentro dessa conjuntura, vamos identificar a ocorrência de acontecimentos e sujeitos históricos que se tornaram os impulsionadores e, em parte, os responsáveis pelas metamorfoses que se iniciaram no interior dos discursos dessa ciência, no final dos anos de 1970 e

início dos de 1980. Isso propõe que o caminho a percorrer em uma investigação sobre o Movimento Estudantil é fundamentalmente o da ação política mais geral, nomeadamente e conjunturalmente situada dentro de um processo social maior.

O Movimento Estudantil teve participação fundamental no processo de renovação da Geografia brasileira. O Movimento Estudantil garantiu, através da possibilidade de intervenção comprometida com um projeto de mudança e, ao mesmo tempo, descomprometida com as estruturas político-administrativas dos Departamentos formadores, as reformas curriculares e a democratização das estruturas internas da Universidade. Foram os estudantes que, literalmente, “colocaram na parede” os “donos das verdades” geográficas de outrora. A ação direta do movimento, que estava a se nutrir dos novos rumos, daqueles professores que apresentavam um novo pensar geográfico, questionando e forçando mudanças curriculares ou de natureza das políticas departamentais, acabou por detonar as transformações.

A análise objetiva da Geografia brasileira e da AGB do presente não pode prescindir da determinação precisa do significado da participação dos estudantes no processo de renovação científica e de transformação da Associação. Nela estão contidas algumas das orientações básicas que dirigem o curso desse processo. Sua atuação só adquire expressão renovadora quando associada a outras forças de renovação; sua força só ganha vitalidade quando integrada a um processo já desencadeado.

Não obstante, é preciso compreender sua luta, esclarecer sua premente necessidade de encontrar um campo de ação. E, mais do que isso, é indispensável elucidar sua importância como força no processo de renovação da Geografia.

O Movimento Estudantil marcou sua presença no cenário político brasileiro desde o início do século. Alguns dirigentes políticos que fizeram a história recente do Brasil à frente de movimentos políticos começaram sua experiência política como dirigentes estudantis. Alguns dos principais profissionais que produzem a Geografia nestas últimas décadas e que exercem forte influência sobre o que é pensado e produzido nas Universidades e nos fóruns da AGB fizeram parte do Movimento Estudantil de Geografia.

O engajamento dos estudantes adquire uma conotação criadora. Converte-os num dos agentes da *práxis* que intenta dinamizar o sistema através da implantação de uma nova ordem social que supere, em definitivo, o *status quo*.

Cabe, todavia, averiguar os caminhos dessa *práxis* e o significado de que ela deverá revestir-se na transformação da Geografia brasileira.

A identidade, portanto, de um dado movimento de área tem como âncora a disciplina que lhe dá suporte. Logo, o fortalecimento do Movimento Estudantil de Geografia depende da renovação e fortalecimento da própria ciência epistemológica e, socialmente, depende do robustecimento da comunidade de geógrafos e da consolidação das instituições que o fazem ser o que é. A crítica dos fundamentos epistemológicos é outro passo fundamental, porquanto a simples proclamação não torna a Geografia uma “práxis” social transformadora, ou um instrumento dessa “práxis”, se os termos são assim mais corretos. Desenvolvê-la implica responder no plano teórico às três questões gerais, postas pela epistemologia às ciências: a Geografia, “o que é”, “para que serve” e “para quem serve” (Moreira, 1980:21). Não se pode fazer movimento estudantil em Geografia se não se faz ciência geográfica. Essa é a condição *sine qua non* para a existência desse movimento: conhecer e produzir, profundamente, a ciência mesma que o faz historicamente ser. Não há movimento estudantil de Geografia sem produção geográfica feita por estudantes. Se é preciso produzir ciência, não como estudantes isolados, mas por dentro do Movimento Estudantil de Geografia, então é necessário que a estrutura organizativa interna do movimento permita esse fenômeno. Permita, em suma, organizar os estudantes, com vistas a fazer uso da ciência geográfica em torno das ações que tenham como fundamento a ciência.

Dois eram os lugares possíveis de fazer ecoar os sons da mudança: os Departamentos de Geografia e os fóruns da AGB. O primeiro estava controlado, em sua maioria, por setores conservadores, os quantitativos e os positivistas; o segundo, pelos mesmos grupos que formavam a oligarquia dos Departamentos. Não restava muito a fazer, se a ação se desse apenas no âmbito do científico. Nesse sentido, as mudanças teriam que se dar tanto no âmbito científico como no político. Podemos até arriscar a dizer que as mudanças políticas, naquele momento, poderiam ser mais importantes. O Movimento Estudantil é o agente que vai proporcionar as transformações nesses dois lugares: na AGB, após a intervenção no III Encontro Nacional de Geografia (ENG), e, posteriormente, na Plenária Estatutária de 1979; nos Departamentos, com as denúncias e lutas diárias pela democratização. Foram os estudantes que levaram para o interior da Academia, por meio de seus encontros, semanas de Geografia, palestras e

publicações, o pensamento daqueles que estavam propondo esse novo pensar/fazer geográfico.

A democratização da AGB, que se agitava desde o início dos anos de 1970, e que culminou em 1978, permitiu que aqueles que estavam fora da Academia e, portanto, fora do eixo mais direto da AGB, pudessem ocupar os seus fóruns de debates para divulgar as idéias da Geografia renovada. O cotidiano das seções locais foi fundamental para esse processo, cotidiano agora permitido pela entrada dos estudantes e professores do então 1º e 2º graus.

Com todos esses ingredientes e fatores assinalados acima, o panorama que estava se configurando, de um lado evidenciava a seara geográfica, onde fosse possível, não ficando impassível à compreensão da natureza de seus discursos. Por outro lado, mas de forma imbricada, o movimento estudantil continuava sustentando as bandeiras gerais da redemocratização da sociedade brasileira, principalmente no que tocava à orientação das políticas educacionais, cujas ações passavam pelo desvendamento do vínculo propagado pelo Estado entre educação e segurança nacional, assim como reformulação dos mecanismos responsáveis pelo cerceamento das liberdades de expressão, como o AI-5 e o Decreto 477.

No meio de toda essa história, com grande impacto sobre ela, estiveram os estudantes. Mas não estiveram apenas como aqueles que, quando mais ninguém esperava tomaram de assalto a plenária final de 1978 e, de súbito, viraram o jogo. Estes estudantes, muitos deles, estavam também no Congresso da UNE em Ibiúna, outros fundavam depois a CUT, alguns viviam os últimos anos do PCB sem Prestes, outros haviam acabado de se tornar professores universitários. Boa parte daquilo que consolidou a Geografia saiu, não por encanto, da cabeça desses jovens que viam na Geografia um instrumento revolucionário e que, em forma de frente ampla, revolucionaram a Geografia Brasileira.

Há uma questão de fundo que é, numa sociedade que constrói um meio técnico-científico-informacional, a demanda de conhecimento ganha em dimensão, o que pressiona pela massificação /democratização da Universidade e, com isso, coloca o problema da qualidade acadêmica tendo que ser debatida no contexto amplo. O elitismo está com seus dias contados. O debate marcadamente ideologizado, também é de uma outra relação de conhecimento com a sociedade que estamos carecendo. Os estudantes de Geografia com

militância mais consistente, insatisfeitos com os encaminhamentos oficiais dos da sua ciência, criaram, com os profissionais mais experientes, um importante movimento de pressão.

Além das discussões que ocorriam em algumas salas de aula dos centros produtores do conhecimento geográfico, a partir da fundamentação política mais ampla, e dos textos que circulavam, inoculando uma série de novas inquietações, o movimento foi se organizando no sentido de fazer parte de órgãos representativos relacionados à difusão da Geografia, como a AGB, instituição que, avaliada na perspectiva estudantil, poderia ser mais bem articulada, transformando-se num condutor a mais para a ampliação dos espaços de problematização tão almejados pelos responsáveis pelo movimento de politização do setor.

Dentro desse quadro mais geral, as ações da militância estudantil e de profissionais em torno da Geografia começaram a apresentar debates relacionados ao contexto político mais geral da sociedade brasileira, mas numa escala mais próxima às problematizações específicas dessa ciência.

Exatamente no momento em que a excitação das discussões sobre os projetos políticos referentes ao caráter da abertura política alcançou graus elevados de temperatura, ocorreu o III ENG, fórum que repercutiu os rumores das ruas. Nesse evento, além das perspectivas mais internas sobre os rumos da Geografia, deram-se as discussões sobre o papel político que a AGB deveria desempenhar.

Modificar inicialmente a natureza da AGB, para consubstanciar uma entidade democrática e resgatar um canal de expressão dirigido para as questões da produção do saber geográfico no plano acadêmico e do ensino no País, esse era o objetivo; em suma, transformar a entidade numa instância aglutinadora dos que fazem do saber geográfico o seu ponto de incursão na sociedade:

A interlocução que tivemos foi essa, a possível, da academia, afinal de contas, o que a AGB reunia? Academia. O que a Geografia reunia? Academia. Quando, dentro da AGB, nós percebemos isso, rapidamente partimos para botar os professores de 1º e 2º graus dentro dela, isso foi no finalzinho de 1980, começo de 1981, porque o que nós queríamos para a Geografia, depois quisemos para a AGB – uma entidade da sociedade civil, envolvida na mesma luta geral da sociedade brasileira, uma sociedade diferente etc. e

tal! Então, olhando para o espectro do segmento da Geografia e mapeando as suas movimentações, na época, percebemos que só haviam dois segmentos que estavam nesta perspectiva de envolvimento geral, no movimento de mudança da sociedade brasileira, os professores do 1º e 2º graus e os estudantes universitários. Deslocamos a AGB para uma espécie de concentração nos professores do 1º e 2º graus, mas não é uma massa que tenha, como os professores universitários, a mesma presença (Moreira, apud Scarim, 2001:111).

Esse fato foi concretizado no ano seguinte (1979), quando, em reunião extraordinária, em São Paulo, se desencadeou a mudança no regulamento interno da AGB. O resultado dessa reorganização no plano administrativo-político permitiu, finalmente, a participação de estudantes e de outros geógrafos que, até então, não tinham sido contemplados com a adesão. Um dos saldos, talvez o mais positivo, provocado pelo fluxo de mudanças iniciadas em Fortaleza, de certa maneira, foi o fortalecimento do processo de intervenção estudantil nas discussões da Geografia. Esses jovens não tomaram à força a AGB de 1934, como muitos, que abandonaram a Associação após as mudanças, ainda hoje querem fazer crer. Fizeram também por sua disposição intelectual, por suas experiências externas à Geografia, por suas perspectivas políticas. A busca do entendimento do papel dos estudantes e de seus movimentos serve para revelar até onde, e de que modo, a plenária de 1978 foi sacudida por aquela onda de novos sócios da AGB.

Ao tentar construir uma idéia quanto à importância e à participação do movimento estudantil de Geografia nas últimas décadas, podemos fazê-lo através das intervenções realizadas por esse movimento dentro dos limites da organização que o mesmo vem desenhando desde 1978, quando da retomada democrática da União Paulista dos Estudantes de Geografia (UPEGE) pelos estudantes de esquerda; da realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG), em 1979, e também da realização da Assembléia Geral Extraordinária da AGB para fins de reformulação de seus estatutos.

O cenário que se configurava no Brasil contagiou o ambiente da AGB e principalmente o dos estudantes de Geografia. Os estudantes, sobretudo os de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás, apresentavam sinais de organização através de entidades que, de maneira ainda discreta, iam dando conta das políticas que, apresentadas pelo discurso da ciência geográfica, estavam na

ordem do dia numa sociedade reprimida. A Geografia, em particular, viveu um estado de efervescência. Em várias partes do país, surgiram movimentos de crítica e renovação que impulsionaram a ciência no caminho de sua redescoberta. Os estudantes tiveram um papel muito importante nesse momento, questionando a ordem autoritária vigente na sociedade brasileira e na AGB. Então a AGB, de certa forma, sofreu a crítica de todo um autoritarismo na forma de aceitação dos sócios. Ela levava a uma crítica pertinente às suas estruturas internas, mas essa crítica veio no bojo geral de todas as formas autoritárias.

Há uma diferença porque na década de 70 queríamos fazer política, era necessário fazer política. Na década de 80 queríamos fazer política, mas com o mínimo de sustentação na epistemologia, já que não nos bastava apenas fazer política, queríamos que a política fosse instrumentada por um discurso com o mínimo de rigor teórico conceitual aceitável, com um mínimo de fundamentação ontológica e epistemológica...(Moreira, apud Scarim, 2001:115-116).

A mudança política, a que se refere Ruy Moreira, foi acompanhada de uma ação de ruptura com a antiga forma de produção do saber em Geografia no Brasil, o que, em outras palavras, quer dizer também uma ruptura epistemológica. Um 'corte epistemológico' só se opera radicalmente em uma ciência se emerge de fundo mergulho crítico nos próprios fundamentos em que a ciência está apoiada (Moreira, 1980:21).

Depois, a AGB, por muitos anos nesse processo, sustentou-se graças à ação dos estudantes e, de certo modo, foi para muitos uma grande escola. Por isso, aí entram algumas questões: Por que os estudantes que conseguiram mudar a AGB precisavam de um movimento estudantil? Qual a diferença de qualidade, em termos de formação política e científica, oferecida pela AGB e pelo Movimento Estudantil de área? Em outras palavras: o que os estudantes aprenderam e aprenderiam no Movimento Estudantil que não era oferecido na AGB? Uma das possíveis respostas é que, no Movimento Estudantil, os estudantes eram detentores de maior autonomia para formular política cientificamente. Além disso, o Movimento Estudantil possibilitava uma ação política direta, sem restrições, sem limites – se na AGB os estudantes faziam a política pela ciência, no caso do Movimento Estudantil de área os estudantes

faziam política e depois buscavam formas de consolidar sua atuação com a produção intelectual específica.

O Movimento de renovação crítica, seus modos, meios e processos constituíram um destacado papel no seio dessa comunidade científica no Brasil, o que pode ser comprovado a partir da análise de documentos e textos referentes aos encontros e congressos nacionais na área, na década de 1980, nos quais se percebe expressivo aumento da discussão dos fundamentos da Geografia e de seu papel na sociedade, no ensino e em outras instituições sociais.

A compreensão desse processo faz-se plena a partir do entendimento das medidas e das maneiras pelas quais o Movimento Estudantil em Geografia foi responsável para consolidação do campo epistemológico da Geografia Crítica no Brasil. Essa construção epistemológica, que foi depois abrigar-se até nas páginas dos livros didáticos, entrar nos circuitos mais conservadores, fazer escola enfim, foi em parte constituída por um grupo de estudantes, muitos recém-egressos dos movimentos sociais, grande parte deles com fortes ligações com a esquerda que arrastou a Ditadura, reconstruindo a UNE, fundando a CUT, mudando os rumos da AGB. Por isso, vez ou outra vão se cruzar os caminhos entrelaçados da AGB e dos estudantes, de uma AGB que, a partir de 1979, passou a contar em seu quadro de sócios com estudantes de graduação, agora considerados profissionais em formação. É possível até afirmar, com algum risco, que sem o Movimento Estudantil de Geografia, a história da Geografia Crítica no Brasil teria sido outra, como outra foi a AGB pós-1978.

### **3.4** **A Reforma Estatutária de 1979: a democratização da AGB**

A reforma de 1979, foi sem dúvida a maior transformação ocorrida na AGB em toda sua história. Talvez rivalize, no aspecto da organização interna da Associação, a reforma ocorrida em 1945. Mas, quando falamos de transformações tanto no aspecto organizacional, quanto de mudança de mentalidade, de objetivos, de natureza, de sentido de existência e do lugar que vai ocupar na/e diante a sociedade, a AGB, sofreu, sem sombras de dúvida, em

1979, sua maior e mais radical transformação. A AGB viveu o que viria a ser um dos momentos de maior expressividade de força daqueles que reivindicavam a emergência democrática da associação. Reunidos em São Paulo, das mais diferentes partes do país, professores universitários e professores secundários, estudantes de graduação e de pós-graduação, sócios efetivos e cooperadores, e ainda aqueles que não eram ou não podiam ser sócios, debateram calorosamente cada ponto daquele que seria o estatuto que vigoraria, na sua essência e maior parte dos artigos, até os dias de hoje.

Mas o que aconteceu naquele julho de 1979? Quais foram de fato as marcas dessa transformação? Um relato da Assembléia, seus acontecimentos e personagens fazem necessário ser conhecidos para chegarmos ao final disso conseguindo responder algumas dessas questões, ou pelo menos, tentando entender um pouco desse processo de transformação.

Conforme deliberado na Assembléia Geral da AGB, ocorrida simultaneamente com o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, em 1978, deveria ocorrer em julho de 1979 uma Assembléia Geral Extraordinária para fins de reforma dos estatutos vigentes, reivindicação clara e contundente daqueles que estavam sendo excluídos diante uma AGB cada vez mais elitista e segregadora. O distanciamento, por opção política, das questões que estavam sendo postas pela sociedade brasileira, no processo de abertura política que estavam em curso à época, reforçou a necessidade de mudanças. É nesse cenário que foi realizada a referida Assembléia.

No dia 28 de julho de 1979, foi iniciada a Assembléia no Anfiteatro do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo. Na manhã desse mesmo dia, o professor Marcos Alegre, presidente da AGB, eleito no 3º ENG, declarou aberta a Assembléia, justificando os motivos de sua convocação através de um pequeno histórico - desde a realização do último Encontro até o processo de regulamentação da profissão de Geógrafo. Nesse primeiro momento estiveram presentes os seguintes sócios titulares<sup>101</sup>: Gervásio Rodrigo Neves, Marcos Alegre, José Alexandre Diniz, Ney Strauch, Manoel Correia de Andrade,

---

<sup>101</sup> A Ata da Assembléia apenas lista os nomes dos sócios titulares, uma vez que a distinção entre os sócios era bastante contundente e apenas os titulares podiam exercer o direito de voto, assim sendo, de decidir os rumos da Associação. No entanto, é possível na leitura da Ata identificar nomes de alguns sócios cooperadores que participaram do processo. A Ata segue como anexo dessa tese.

William Gonçalves Soares, Roberto Schimidt de Almeida, Carlos Walter Porto Gonçalves, José Ribeiro de Araújo Filho, Pedro Roberto Vaghi, José Bueno Conti, José Cezar Magalhães Filho, Dulce Maria Alcides Pinto, Eduardo Pazzer Junior, Yara Marinho da Costa, Casimiro Medeiros Jacobs, Lea Goldenstein, Judith de La Corte, Manoel F. Gonçalves Seabra, Lívia de Oliveira, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Beatriz Maria Soares Pontes, Regina Célia Bega dos Santos, Armem Mamigonian, Silvana Maria Pintaldi, Jorge Soares Marques, Maria Luiza Fernandes Pereira, Mauro Sérgio F. Argento, Fauze Saadi, Euda M. Caldas de Souza, Neyde Maria Santos Gonçalves, Ivaldo Cassemiro Martins, Maurício de Abreu, Salomão Turnowski, Myrna Terezinha R. Viana, Margarida Maria de Andrade, Maria Beatriz Imenez e José Marinho de Gusmão Pinto. Apesar da lista nomes constante da Ata não representar a totalidade dos presentes, ela se faz importante nesse momento para, pelo menos, identificarmos àqueles sócios titulares da AGB que participaram desse processo de reforma. É possível também, através da leitura de Atas de outras assembléias identificarmos a freqüência de alguns nomes que vinham se fazendo representar nas reuniões da AGB desde há algum tempo, e outros que vão aparecer no cenário recentemente. Nomes de longa, e também de curta lembrança, identificados ou não com um modelo de AGB construído na sucessão dos anos e das reformas da Associação.

Na sessão inicial da reforma de 1979 foram apresentados três anteprojetos de estatutos. O primeiro projeto assinado por um grupo de dez sócios titulares e encaminhado pela Seção Regional do Rio de Janeiro; o segundo assinado também por um grupo de dez sócios titulares, e encaminhado pela Núcleo de Presidente Prudente-SP; e um terceiro encaminhado pelo sócio titular José Cezar de Magalhães (que presidiu a AGB no período 1976-1978). Segundo informação dada pelo presidente da AGB, que coordenava a reunião, os dois primeiros projetos estavam em conformidade com os Estatutos vigentes, uma vez que foram apresentados dentro do prazo, sendo que o último havia sido encaminhado fora do prazo estabelecido.

A composição da mesa que dirigiu os trabalhos da assembléia foi o primeiro ponto de divergência daquela que foi a mais disputada das reformas estatutárias realizadas pela AGB. Não há relato de grandes embates na outras reformas, somente pequenas divergências dentro de um grupo muito pequeno de sócios aos quais eram permitidos participação. O Conselho Diretor, para a

reforma de 1979, designou e solicitou que o plenário referendasse os seguintes sócios para conduzirem os trabalhos: Gervásio Rodrigo neves, para Presidente; José Alexandre Diniz, para Vice-Presidente; William Gonçalves Soares e Judith de La Corte, para Secretários. Houve por parte de alguns presentes a solicitação de alteração da composição da mesa com a inclusão de um sócio-cooperador que fosse estudante, tornando-a mais representativa daquele momento. Os proponentes da nova composição da mesa indicaram o estudante Diamantino Pereira, que inicialmente foi rejeitado por alguns sócios titulares, alegando que o mesmo não era sócio-cooperador, a situação foi contornada pelo presidente da mesa que convidou o estudante à participação como representante do Centro de Estudos Geográficos<sup>102</sup>, que era entidade associada à AGB.

A segunda divergência na organização da Assembléia deu-se em torno das normas gerais (regimento interno) que regulariam a mesma, e que foram lidas pelo presidente da mesa. Alguns sócios e não-sócios presentes fizeram o uso da palavra discordando de alguns pontos apresentados. A principal polêmica deu-se em torno de dois pontos: de votação ou não de um ante-projeto em bloco, e do direito à consulta ou o voto daqueles que estavam presentes e não eram sócios-titulares. Com relação ao direito ao voto existiram aqueles que, baseando-se no estatuto vigente até então, defendiam que somente os sócios-titulares poderiam exercer o direito de voto para fazer a reforma, existiam também outros que defendiam que os presentes deveriam ser consultados, a fim que sua opinião fosse levada em consideração. Diante disso, estabeleceu-se intensa discussão, de um lado aqueles resistentes a qualquer forma de mudança e de outro aqueles que entendiam que o momento político era absolutamente diferente (iniciado mais intensamente no ano anterior, em Fortaleza), e que a Assembléia deveria se colocar de forma soberana e, entendendo o momento que a AGB vivenciava, assumir que os presentes, sem distinção, deveriam exercer o direito de votar, assim os sócios-titulares deveriam transferir para o plenário esse direito, como foi proposto por Ruy Moreira. O entendimento dos proponentes, diferente daqueles que resistiam, foi que a proposta não estava ferindo os estatutos, uma vez que a decisão estaria sendo tomada pelos próprios sócios-titulares. Após muito debate, suspensão da sessão e retomada dos trabalhos, o presidente da mesa apresentou a decisão que apenas os sócios titulares teriam direito a voto e

---

<sup>102</sup> Centro de Estudos Geográficos era a denominação do Centro Acadêmico de Geografia da USP.

que qualquer proposta só seria aprovada com se obtivesse dois terços dos votos dos titulares presentes, e em seguida apresentou o novo regimento da assembléia que foi aprovado pela quase totalidade dos sócios titulares presentes. O regimento continha as seguintes questões: 1) A verificação do quorum se daria a partir dos sócios titulares presentes à Assembléia; 2) Consulta aos presentes sobre a necessidade ou não da necessidade de realização da reforma dos estatutos; 3) Apresentação dos ante-projetos seria pela ordem de entrada na AGB; 4) Os projetos seriam votados em bloco para efeito de discussão, sem prejuízo de acréscimos ou alterações. A proposta foi aprovada sob protesto do sentido não democrático da mesma.

Sobre a consulta sobre a necessidade de reforma dos estatutos da AGB houve muita discussão, e o tom imposto foi o da emergência da reforma dos estatutos e da própria AGB uma vez que o modelo que vigorava, construído desde seus primeiros dias e aprofundados em reformas seguintes, era de uma estrutura administrativa anti-democrática e fechada que alienava a maioria de seus sócios (cooperadores) das decisões da Associação, e impedia a participação de muitos outros. As mudanças na sociedade brasileira e as transformações na sua realidade sócio-política, obrigavam a AGB a mudar suas formas de organização e seus objetivos. Não dava mais para admitir a principal associação de geógrafos do país com práticas internas marcadas pela falta de democracia e com um olhar para fora de seus domínios embasados pelo conservadorismo de sua estrutura e pela prática daqueles que se revezavam no seu controle. Após discussão a proposta de fazer a reforma foi aprovada, segundo o regimento da Assembléia, pela totalidade dos sócios titulares presentes.

Dois projetos<sup>103</sup> de mudança dos estatutos foram apresentados. O primeiro, encaminhado pela Seção Regional do Rio de Janeiro, foi apresentado por José Cesar Magalhães Filho; o segundo, encaminhado pelo Núcleo de Presidente Prudente, foi apresentado por Beatriz Maria Soares Pontes. As linhas gerais de cada proposta sobre a categorização dos sócios e estrutura interna de organização e poder foram explicitadas, conforme solicitação. A primeira proposta eliminava o Conselho Diretor e algumas restrições aos sócios não-titulares em ocupar cargos, como o de presidente e vice-presidente, continuando

---

<sup>103</sup> O terceiro ante-projeto, de autoria de José Cesar Magalhães Filho, não foi entregue no prazo definido pelo Conselho Diretor. A mesa diretora da Assembléia decidiu que o mesmo não entraria em votação, no entanto o autor não estaria impedido de apresentá-lo sob forma de emendas durante a discussão dos demais ante-projetos.

a existir as Seções Regionais e Núcleos Locais. A segunda proposta eliminava as categorias de sócios e dava total poder de decisão e mesmo administração às Assembléias Nacional, Regional e dos Núcleos. Houve intensa discussão sobre as propostas e após a votação chegou-se ao seguinte resultado: a proposta encaminhada pelo Rio de Janeiro recebeu 5 (cinco) votos e a proposta encaminhada por Presidente Prudente recebeu 25 (vinte e cinco), do total de 31 (trinta e um) sócios titulares presentes à votação. Assim a proposta apresentada pela professora Beatriz Pontes, foi considerada vencedora e aprovada em bloco, servindo de base para a discussão da reforma dos estatutos.

Entre os pontos tratados na primeira sessão a partir das emendas dos presentes e que posteriormente passaram a compor o estatuto que foi definido na reforma, destacamos aqueles de maior impacto e que maiores transformações impingiram à AGB. O primeiro ponto de destaque foi o relativo a estruturação da AGB. Foi proposta a extinção das Seções Regionais e dos Núcleos Municipais, dando lugar às Seções Locais, o que depois de discussão foi aprovado. O segundo ponto importante no processo de discussão foi sobre a proposta de inclusão nos objetivos da Associação da frase, que correspondia a uma idéia clara de princípios, *"lutar pela democratização da sociedade brasileira em seus vários níveis de poder"*. A proposta de José Zuquim causou amplo debate e foi rejeitada pela maioria daqueles que podiam e estavam votando no momento. O terceiro ponto foi o relativo a categorização dos sócios, onde a proposta da eliminação das categorias de sócios, determinando assim o fim da distinção entre eles, foi debatida com muita convicção entre as partes que apresentavam e defendiam propostas diferentes sobre tão crucial assunto. O calor da discussão resultou inclusive em ameaça de retirada da assembléia daqueles que discordavam dos encaminhamentos que estavam sendo dados, principalmente daqueles que rumavam para um projeto mais democrático e com maior participação na entidade. Ao final foi aprovada a proposta de não existência de quaisquer categorias de sócios.

A assembléia seguiu seu segundo dia de trabalho com a mesa diretora apresentando sua segunda composição. Em função de viagem do professor Gervásio Rodrigo Neves, assumiu a Presidência da mesa o professor Alexandre Diniz, que até então ocupava a Vice-Presidência. A presença de sócios titulares foi um pouco menor nessa segunda sessão, que tratou, entre diversos temas, alguns considerados por nós bastante importantes na consolidação do projeto de

transformação da AGB. O primeiro grande debate do dia foi sobre a estruturação da AGB, onde foi aprovado que a partir daquele momento a AGB a nível nacional seria constituída pela Assembléia Geral Nacional e administrada por uma Comissão Diretora composta por uma Diretoria Executiva e por um Conselho Consultivo e a nível local seria constituída pela Assembléia Geral local e administrada por uma Diretoria Executiva. O segundo ponto de polêmica nessa segunda sessão foi sobre a fixação da anuidade e da distinção de seu pagamento (com desconto de 50%) para os estudantes que se filiassem à AGB. A proposta de diferença de pagamento defendida por Ruy Moreira e Armen Mamigonian, entre outros, foi condenada por outros associados que achavam que não deveria haver nenhuma diferença de pagamento, e aqueles que achavam e defendiam que deveriam pagar menos os associados com menor poder aquisitivo. A Mesa diretora encaminhou a votação da questão em dois momentos: o primeiro que não houvesse nenhuma distinção de valor entre as anuidades, proposta que foi rejeitada por apenas um voto de diferença. Assim sendo, tendo sido aprovado que haveria a diferença faltava definir quem as teria, a mesa encaminhou então o segundo momento de votação, onde foi votado a proposta de que se discriminasse para efeitos de pagamento todos os menos aquinhoados, e a proposta foi rejeitada, ficando a decisão de pagamento diferenciado para todos os estudantes de graduação que se filiarem à AGB.

Após a discussão da anuidade dos sócios, a Mesa Diretora foi outra vez modificada, e novamente em função da necessidade de viagem do Presidente. O professor Alexandre Diniz comunicou sua impossibilidade de continuar à frente dos trabalhos e assumiu em seu lugar a professora Beatriz Maria Soares Pontes, que a conduziu até o seu final.

O professor Marcos Alegre, ainda Presidente da AGB, propôs que no título DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, fosse incluído um novo parágrafo com o seguinte conteúdo: "Com a aprovação do presente Estatuto, fica extinto o mandato da atual Diretoria Nacional e se procede a eleição de uma Comissão Administrativa que dirigirá a AGB a nível nacional pelo período de seis meses, após o que passará o poder à nova Diretoria eleita em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim". Assim a proposta do professor Marcos Alegre, que foi aprovada por unanimidade dos sócios titulares ainda presentes, decretou o fim de uma era na AGB, de onde partiria o começo de uma nova história. A Comissão Administrativa eleita para cumprir um mandato de seis

meses e preparar a transição tão necessária entre o velho e o novo/transformador estatutos e convocar e preparar a AGE para eleição da nova Diretoria da AGB, foi composta da seguinte forma: Presidente – Armen Mamigionian; Secretário – Carlos Walter Porto Gonçalves; Tesoureiro – José Marinho de Gusmão Pinto, que seriam auxiliados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira, Ana Maria Marongoni e mais um estudante-sócio.

Após debates sobre uma série de questões que seguiram sendo apresentadas e votadas, a reforma chegou ao seu final. Foi instituída uma Comissão que deu a redação final do novo estatuto, que tinha a seguinte composição: Beatriz Maria Soares Pontes, Ana Maria Marangoni e Judith de La Corte.

Essa foi a reforma que colocou definitivamente a AGB em seus marcos mais democráticos, principalmente no tocante a forma de representação dos sócios no interior da associação, e apresentou para a AGB a possibilidade de se constituir como uma associação de representação de uma comunidade que é formada na diversidade entre professores, técnicos e estudantes, e que foram complementados mais tarde com a criação da Gestão Coletiva.

O resultado disso tudo, de todo esse processo, com todas as suas dificuldades, conflitos e contradições, é a AGB que temos hoje. A AGB que queremos ainda não é essa, resultado de 74 anos de existência ... mas já foram dados enormes e significativos passos ... só depende do nosso trabalho e compromisso ... só depende de nosso conhecer de sua história, e uma acaba de ser contada ... e quem quiser que conte outra.

## **4 – Concluindo...**

Ocorre muitas vezes em nossa vida de não escrevermos sobre aquilo que costumamos falar. Entretanto, ao longo do tempo o fato de termos dito tantas coisas ao sabor do vento nos obrigou a retirar do silêncio as palavras escritas e escrevê-las é foi única forma de nos livrarmos da repetida tentação de nunca assumi-las, registrar sua paternidade e oficializar em definitivo um certo dizer. Essa colheita das palavras aéreas<sup>104</sup> nem sempre é fácil, mas seu continuado existir uma fala após a outra, acaba por tecer uma teia que se vai construindo no nosso modo de ver e verbalizar as coisas. Isso nos faz sentir que este trabalho foi sendo escrito lenta e sutilmente, abstrata e desagregadamente, até ganhar uma forma quase definitiva, ao ponto de o seu peso, o das palavras, fazê-las, enfim, pousar sobre o papel.

E é claro que essa cimentação temporária tem sua história, seu processo, acabando por se dar em função das coisas que foram se encadeando ao longo do tempo, ao ponto de ganhar ou de requerer historicidade. A história, nesse caso, vai assumindo contornos mais visíveis e oferecendo maior consciência a quem pretende entendê-la.

Ao final dessa longa história, que começou para a AGB em 1934, mas que não começou com a AGB em 1934, que terminou em 1979 nas nossas escolhas para essa tese, mas que também não terminou em 1979 para a AGB, chegamos à algumas considerações acerca de sua própria existência, bem como de sua contribuição para a formação de uma comunidade de geógrafos no Brasil e para a consolidação de um campo científico que aqui podemos chamar de Geografia brasileira.

A primeira das considerações que gostaríamos de fazer é sobre a periodização da história da AGB. Após ler a história da Associação a partir das escolhas metodológicas que fizemos para construir essa tese, chegamos a uma proposta que, assim como as demais já apresentadas no primeiro capítulo, é apenas mais uma tentativa de compreender a história da AGB, seus processos, convergências e rupturas. Assim pensamos a AGB e sua inserção histórica a partir das notas que organizam o trabalho – origens, idéias e transformações. Refletindo a partir das origens chegamos a situação onde a AGB poderia ser pensada como uma associação que teve no período compreendido entre os anos

---

<sup>104</sup> Das Palavras Aéreas é o título do LIII Romance do Romanceiro da Inconfidência, em que Cecília Meireles diz: "Ai, palavras, ai, palavras,/ que estranha potência, a vossa!/ Ai, palavras, ai, palavras,/ sois de vento, ides no vento,/ no vento que não retorna,/ e, em tão rápida existência,/ tudo se forma e transforma!"

de 1934 e 1980 cinco momentos de nascimento/renascimento. O primeiro é aquele que vai de 1934 até 1936 quando a AGB é fundada tem em seu quadro associativo, vários estudantes e onde o espírito dominante era o da criação. Ainda marcam esse período as reuniões quinzenais de apresentação de estudos ou simplesmente relato de viagens (onde o tema São Paulo era predominante). Esse primeiro momento de origens é finalizado pela reforma estatutária ocorrida em 1936. O segundo momento de origem é aquele entre os anos de 1937 e 1945, entendido como uma fase difícil para a AGB, onde esteve muito centralizada na figura do professor Pierre Monbeig (que a presidiu por todo o período), onde os núcleos existente eram dispersos e sem nenhuma articulação. O marco inicial é sem dúvida a reforma estatutária, a primeira de muitas, e que não só define o modelo de associação com marcas institucionais, como surge a primeira categorização entre os possíveis sócios que não tinha a dimensão espacial como a definidora. O terceiro momento de origem é o que foi determinado com a reforma estatutária de 1945 e que durou até o ano de 1969. Nesse período ocorre a afirmação institucional da AGB, a expansão pelo Brasil é vislumbrada como possível e realizável, onde as Assembléias Gerais realizam parte desse papel. O quarto momento foi fincado entre os anos de 1970 e 1978, tendo como determinante inicial a reforma estatutária de 1970 e as mudanças de rumos por ela determinadas, a transformação da associação e seus eventos para um público bastante numeroso (a AGB já é uma associação de "massa"), e a ampliação de seu caráter acadêmico. O quinto e último momento de origem (pelo menos para essa tese), foi duplamente marcado em seu início, primeiro pelos episódios ocorridos no 3º ENG e depois pela reforma estatutária de 1979. Assim a AGB experimenta a tensão das transformações mais radicais, onde o caráter político da Associação é mais explicitado e sua presença no país se faz de maneira mais pulverizada e ampliada com a criação das seções locais. A experimentação de um modelo mais democrático de organização e gestão causa grande impacto na AGB e em seus associados (nos que permanecem e nos que saem).

Em linhas gerais podemos dizer que a AGB tem cinco origens e três nascimentos: o primeiro em São Paulo em 1934 (e poderia ter sido gêmeos – Rio de Janeiro em 1936); o segundo em 1945, quando nasce para o Brasil e já não é mais um bebê (poderíamos dizer que já adolescente); e 1970 não ocorre

nascimento, somente contrações, mas sem dilatação; o terceiro em 1979, só que nesse momento foi a fórceps.

A história da Geografia no Brasil é também aquela acumulada, e socializada nos anais das reuniões e congressos da AGB, nos boletins e demais periódicos, nos manuais, nos livros e revistas, nos símbolos, nos rituais, nos estatutos e regimentos, etc, e que contribuem para a conformação da história da cultura deste campo. Quando avaliamos a existência da AGB através das suas **idéias** (segunda nota dessa tese), encontramos quatro momentos. O primeiro entre os anos de 1934 e 1944. Nos anos de 1935 e 1936, com a publicação da Revista "Geografia", procurando demonstrar a força inicial da Associação e seus sócios, e nos anos entre 1934 e 1944 com a realização das muitas sessões científicas e culturais. O segundo momento vai de 1945 até 1965 com a publicação de diversos Boletins e dos Anais da AGB. As reuniões culturais das Seções Regionais e dos Núcleos afirmam a vitalidade da apresentação e trocas dessas idéias, e que agora não são mais restritas ao Estado de São Paulo. O terceiro momento começa aproximadamente na metade da década de 1960 com o esvaziamento das publicações da AGB – a extinção da maioria dos Boletins (sobrevivendo apenas o Carioca e o Paulista) e dos Anais da AGB. O quarto momento vai de 1965, com a publicação dos resumos do II CBG (não mais os textos completos) até 1979 com a ampliação do caráter de debate e diálogo mais comprometido da AGB. Esse último período tem por marco inicial o início do fim das publicações da AGB e como marca de sua extensão a fragilidade teórica dos seus debates, realizados nas Assembléias Gerais.

As **Transformações** como nota articuladora da história da AGB confundem-se em muito com os momentos das **Origens**, pois cada momento de transformação/ruptura é sucedido de nascimento e marcado por uma reforma estatutária. A partir dessa nota temos a história da AGB apresentada em quatro grandes momentos de transformações. O primeiro em 1936, dois anos após a fundação da AGB, quando é realizada a primeira reforma estatutária, que apresentou à Associação sua primeira regulamentação formal mais definida e detalhada; o segundo momento é o da reforma de 1945, quando a AGB reafirma seu princípio institucional e apresenta seu projeto de existência nacional, tanto para a Associação, quanto para a própria comunidade; o terceiro momento inicia-se em 1970, a luz da quarta reforma estatutária, que marca o início do fim de uma Associação de poucos e para poucos, onde a expansão dos cursos

universitários e por consequência, da comunidade, já apresentava os sinais dessas mudanças. O fim das Assembléias e a instituição dos Encontros Nacionais de Geógrafos, assim como a ampliação dos mandatos dos Conselhos Diretores, foram marcas desse momento. Por fim, o quarto momento, iniciado em 1978, mas somente afirmado em 1979, quando da mais radical reforma estatutária já realizada na AGB, onde as bases que sustentaram a Associação por mais de quatro décadas sofreram forte abalo, tendo inclusive, algumas, vindo literalmente abaixo. A AGB deixa de ser uma instituição, forte marca de seu passado desenhado desde 1936, e passa a ser mais um movimento, que se renova a cada dia, numa contradição de surgimento/crise/ressurgimento que, por vezes, chegamos a ter dificuldade de compreensão dessa vitalidade, que nem sempre é tão explícita e visível.

Outra consideração a título de conclusão dessa tese diz respeito ao papel da AGB na conformação da comunidade de geógrafos no Brasil. Não desprezando a existência daqueles que se pretendiam ou se apresentavam como geógrafos nos anos anteriores a AGB e aos cursos de graduação em Geografia, apostamos na noção de formação de uma comunidade de geógrafos no Brasil, justamente no período da história dessa ciência em nosso país que combina com a existência destas citadas instituições. Assim o papel da AGB, no nosso entendimento, foi fundamental para que ocorresse desse processo de formação de comunidade, que é entendido não apenas pela existência dos formados na disciplina, mas, sobretudo pelo contato, articulação e relação entre os geógrafos e seus pares. Assim sendo, a AGB pelo seu caráter associativo e pelas suas práticas de encontros, seja através das históricas reuniões semanais e nas assembléias e ENGs, seja através de suas publicações, desempenhou um papel fundamental para que os geógrafos pudessem se reunir e se reconhecer, formando assim uma comunidade, fato imprescindível para a constituição e consolidação do campo científico da Geografia no Brasil.

Outra conclusão possível desse estudo é justamente sobre o papel da AGB na formação do campo da Geografia brasileira. O processo de conformação do campo da Geografia brasileira ocorreu de forma similar ao da Geografia em muitos outros cantos do mundo, da Geografia alemã e francesa, de modo especial esta última. Assim, a trajetória se processou: a criação de Escolas de formação de geógrafos, criação de associações de classe ou científicas ligadas, inicialmente às Escolas e, por fim, a criação de periódicos específicos. E, neste

mesmo sentido, processou-se a criação do campo no Brasil (sem a rigidez da forma e dos tempos de execução).

A AGB, ao ser concebida e representada pelos sujeitos do campo, como o espaço oficial, legítimo, e um dos de maior representatividade, coloca-se como uma das instâncias fundamentais e própria para a compreensão da conformação do conhecimento da Geografia brasileira. Deste modo, a AGB impôs-se como fonte importante na medida em que, através dela, foram recriados, socializados e cristalizadas concepções, ideologias e *habitus*, geradores de uma cultura específica, configurando material empírico imprescindível para o conhecimento da constituição do campo em estudo.

Vários campos organizam-se entre as décadas de 1930 e 1950. A temática cientificização, modernização e nacionalização atravessa todos eles. Dentre os campos que buscaram estruturar-se no Brasil, nesse período, está o da Geografia. Assim, utilizamos a noção de campo como espaço de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas), e no qual o espaço das posições ocupadas pelos agentes define-se em função dos objetos que estão em disputa e dos interesses envolvidos, acabando por gerar modalidades específicas de organização e de sobrevivência internas, que funcionam como reguladoras da produção e das relações ao próprio campo.

A criação do Curso de Geografia, na USP e depois na UDF e, concomitante, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, na década de 1930, foram outros investimentos que indicam o movimento do grupo pela inserção no campo científico e demarca, também, as disputas internas que passam a acontecer, pois os diferentes campos bem como os sujeitos que os compõem, estão em constante disputa em busca de diferenciação, de mais espaço e poder. Buscam mudanças de posições, de legitimidade, de reconhecimento e status, mas, esta busca nem sempre aparece de forma explícita. As estruturas de posição dos campos influenciam os *habitus* dos atores que neles se formam.

Ao buscar e conquistar a sua autonomização, cada campo constrói a sua cultura específica, seguindo uma trajetória em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou, que vivenciou. Os campos, neste sentido, não são criados desatrelados e não representam um investimento individual. Eles vão se constituindo, criando a sua lógica, o seu *habitus* num processo de relações

internas e externas com outros campos e movimentos, sendo assim o produto de uma dada história. Neste sentido o campo científico da Geografia brasileira foi se delineando no interior de um contexto mais abrangente, no qual vários outros campos estavam também em busca de autonomia e legitimação. O que queremos aqui destacar é o papel e a importância da AGB nesse processo de delineamento do que estamos chamando de Geografia brasileira. A AGB foi, o que podemos chamar de “escola de formação”, lugar onde gerações inteiras encontraram o espaço de diálogo e também de diferenças e disputas, que as formaram, não só enquanto comunidade, mas também enquanto profissionais e intelectuais.

Essas são algumas poucas considerações sobre o trabalho que acabamos de apresentar sob a forma de uma tese sobre a história de uma associação que representou e representa a mais importante entidade da Geografia brasileira e que tem suas histórias institucionais num envolvimento/movimento impossíveis de serem separadas. Assim, conforme já dissemos em capítulos anteriores, não é possível pensar a história da Geografia no Brasil sem considerar a história de atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

## **5 - Bibliografia**

Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934-1936). Atas das Sessões da AGB.

Associação dos Geógrafos Brasileiros (1936-1979). Atas das Assembléias de Reforma Estatutária da AGB.

Associação dos Geógrafos Brasileiros. "Estatutos." (1938, 1945, 1963, 1970 e 1979)

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1935-1936) Revista Geografia Nº 1-8.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1941-1944) Boletim da AGB.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1945-1965) Anais da AGB.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1949-1976) Boletim Paulista de Geografia.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1948-1949) Boletim da Seção Regional Rio de Janeiro.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1949-1982) Boletim Carioca de Geografia.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1957-1963) Boletim Mineiro de Geografia.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1960-1964) Boletim Baiano de Geografia.

Associação dos Geógrafos Brasileiros.(1960-1964) Boletim Paranaense de Geografia

AGB. Uma página da história da Geografia Brasileira. Anais da AGB, nº 1, São Paulo, 1949.

ABREU, Maurício. Pierre Monbeig e os Primórdios da Geografia Urbana no Brasil. SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – a dinâmica da transformação. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

ABREU, Maurício. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. Revista Brasileira de Geografia. V.56 (1/4). Jan/dez-1994.

ADAS, Sergio. Colonização e Agricultura – a obra de Orlando Valverde (1938-1969). Tese de doutoramento. Departamento de Geografia, USP, 2006.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese de doutoramento. Departamento de Geografia, UFRJ, 2000.

AB'SABER, Aziz Nacib e CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geociências. In: FERRI, Mário e MOTOMAYAMA, Shozo. História das Ciências no Brasil. 3V. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. SANTOS, M. (org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. O pensamento geográfico no Brasil. Revista Terra Livre.nº9, AGB/Marco Zero, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrevista com o professor Manuel Correia de Andrade, GeoSul, Florianópolis, n 12/13,ano VI, 2º sem. 1991, 1º sem. 1992.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da Geografia brasileira. Pernambuco: Editora Asa Pernambuco, 1986.

\_\_\_\_\_. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 68, pp. 125-146, 1991.

\_\_\_\_\_. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 72, pp. 63-82, 1994( a ).

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia - ciência da sociedade: uma introdução... São Paulo: Atlas, 1987

AZEVEDO, Aroldo de – A geografia francesa e a geração dos anos setenta. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 50, pp. 7-28, março de 1976.

AZEVEDO, Fernando de. As ciências no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 5,ed. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1971.

BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. Rio de Janeiro: FIBGE, Revista Brasileira de Geografia nº 44 ( 3 ): 391-413, jul./set. 1982 a.

BERNARDES, Nilo. "A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia* vol. 34 nº 3. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

CONTI, José Bueno . Aroldo de Azevedo. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 50, pp. 31-35, março de 1976.

BERDOULAY, Vincent. Do Contexto ao Relato: revisitar a modernidade. In: CASTRO, Iná Elias de.(org.) Redescobrindo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Faperj, 1999.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (org.).Tempo e História. São Paulo:Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade - lembranças de velhos, 3.ed São Paulo, Cia. das Letras, 1994

BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e Projeto Criador. In: Problemas do Estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar,1968.

BOURDIEU, Pierre. Economia das Trocas Simbólicas. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. Sóciologia. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência – por uma sóciologia crítica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp / INRA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Editora,1983.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo, Editora Unesp, 1997.

CAPEL, Horácio. O Nascimento da Ciência Moderna e a América – o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território, Maringá: EDUEM, 1999.

\_\_\_\_\_. Historia de la Ciencia e Historia de las Disciplinas Científicas. *Geo-Crítica* nº , 1989.

\_\_\_\_\_. "Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos". *Geo-Crítica* nº 8-9, 1977.

\_\_\_\_\_. Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía. Barcanova: Barcelona, 1981

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas:Papiro Editora, 1998.

CROCETTI. Zeno Soares. AGB: desejos de transformação. In: Terra Livre n.22 – 70 anos, trajetórias e contribuições. São Paulo: AGB, 2004.

DAHER, Donizete Vago. A Invenção da "Era Nova": a Revista Annaes de Enfermagem e o Processo de Construção do Campo de Conhecimento da Enfermagem no Brasil – 1932-1950. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do Discurso geográfico. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERRAZ, Claudio B. O. O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes – Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. São Paulo: I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, vol. 1, pp. 131- 138, 1999.

FERRI, Mário e MOTOYAMA, Shozo. História das ciências no Brasil. 3V. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.

FIGUERÔA, Silvia. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Mundialização da Ciência e Respostas Locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). In: ASCLEPIO – Revista de Historia dela Medicina y de la Ciencia, vol. L – fascículo 2, 1998.

\_\_\_\_\_. "Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX". LAFUENTE, A. et alii (eds.) *Mundialización de la ciencia e cultura nacional*. Madrid, Doce Calles / Ediciones de la UAM, 1993.

FORACCHI, Marialice M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. Rev. Teoria e Educação (Porto Alegre), nº 2, 1990.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LEFEBVRE, Jean-Paul. Les Professeurs Français des Missions Universitaires au Brésil (1934-1944). In: Cahiers du Brésil Contemporain, nº 12, 1990.

LOURENÇO, Claudinei. A AGB e a Geografia: notas históricas da Seção Minas Gerais. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: AGB, 2004.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Geografia Universitária Carioca e o Campo Científico-Disciplinar da Geografia Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

MACHADO, Mônica Sampaio - A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. Revista Geographia , revista do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, ano II, n. 3, jan./jun. 2000.

MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, os espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná Elias et alii. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_ - História do pensamento geográfico no Brasil : elementos para um programa de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Sal da Terra / Terra Brasilis – revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Ano I, nº 1, pp. 110-134, jan./jun. 2000.

MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência: Crônica Trovada da Cidade de Sam Sebastiam. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. José Reis e o papel dos cientistas na divulgação científica. In: Revista Digital Ciência & Comunicação. Volume 1, Número 1, Dezembro de 2004.

MONBEIG, Pierre. "O movimento geográfico brasileiro". *Ensaios de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins, 1940. pp. 271-84.

MONBEIG, Pierre. Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo: Ed. Difel, 1957.

\_\_\_\_\_. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo : Ed. Hucitec/Polis, 1984.

\_\_\_\_\_. Os modos de pensar na geografia humana. São Paulo: AGB, seção de São Paulo. . Boletim Paulista de Geografia, nº 68, pp. 45-50, 1991.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. Série Teses e Monografias, n. 37. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1980.

\_\_\_\_\_. "A Geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama". *Borrador 4*. São Paulo: AGB-SP, 2002.

MOTOYAMA, Shozo. História da ciência no Brasil: apontamentos para uma análise crítica. Quipu, vol. 5, n. 2, pp. 167-189, 1988.

MOREIRA, Ruy. Geografia e Práxis. Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 19-30.

MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica; o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA,Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia*.nº 14. Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Presidente Prudente, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Em Busca da Ontologia do Espaço. In: MOREIRA, R. (Org.). Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 65-74.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, nº 08, 1991.

MORAES, Antônio Carlos Robert de - "A sistematização da Geografia Moderna" In A gênese da geografia moderna. São Paulo : Ed. Hucitec, pp. 15-25, 1989.

. Em mesa redonda promovida pelo XII Encontro Nacional de Geógrafos em Florianópolis, 19/7/2000. transcrita pela revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, jul/dez. pp. 113-145, 2000.

MULLER, Nice Lecocq. Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, nº 38, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Regional de São Paulo, 1961.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. É Possível uma "Geografia Libertadora"? Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 13-18.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. AZEVEDO, Fernando (org.). In: As Ciências no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.349-461.

"A Propósito da Evolução, Conceito e Método da Geografia". Boletim Geográfico ano II nº 22. Rio de Janeiro, CNG/IBGE, 1945. pp. 1477-1481.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Geografias. Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1997.

PEREIRA, Sergio Nunes. "Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho". Terra Brasilis ano I nº 1, 2000. pp. 51-78.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário e MOTOYAMA, Shozo. História das Ciências no Brasil. 3V. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.

PETRONE, Pasquale . Os 70 anos de Pasquale Petrone ( memória ). São Paulo: AGB, seção de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 75, dezembro de 1998.

PETRONE, Pasquale. O ensino de geografia nos últimos 50 anos. Revista Orientação (São Paulo), nº 10, 1993

PETRONE, Pasquale. Depoimentos – Pasquale Petrone e a Geografia na USP. Revista Estudos Avançados, Vol. 8, Nº 22, São Paulo, 1994.

PEIXOTO, Fernanda Áreas. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org). História das Ciências Sociais no Brasil.vol 1. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

ROCHA, Genyton Odilon Rego da. A Trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1938-1942). Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1996.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro:Paz e Terra.

SCARIM, Paulo César. Coetâneos da Crítica: uma contribuição ao estudo da renovação da geografia brasileira. 2v. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros - 1934-1945. In: *Terra Livre n.22 – 70 anos, trajetórias e contribuições*. São Paulo: AGB, 2004.

SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teórica. Boletim Paulista de Geografia, n.60. São Paulo: AGB-São Paulo, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo: Editora Nacional/FINEP: Rio de Janeiro, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

SPINK, Mary Jane P. (org.) Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 2ed. São Paulo: Cortez editora, 2000.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – história oral*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Milton. Entrevista com o professor Milton Santos, GeoSul, Florianópolis, n 12/13,ano VI, 2º sem. 1991, 1º sem. 1992.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. "A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil". In: Revista Terra Livre, n.15. São Paulo: AGB, 2000.

\_\_\_\_\_. "Geografia nos Trópicos: memória dos naufragos de uma jangada de pedras?" In: Revista Terra Livre, n. 17. São Paulo: AGB, 2001.

\_\_\_\_\_. "As Outras Histórias ou da Necessidade Delas." In: Revista Terra Brasilis, n.2. Rio de Janeiro, Grupo de História do Pensamento Geográfico, 2000.

VALVERDE, Orlando."Evolução de Geografia brasileira no após-guerra (carta aberta de Orlando a Orlando)". São Paulo: AGB, seção São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 60, pp. 5-20, 2º sem. 83/1º sem. 84.

\_\_\_\_\_. Pré-História da AGB Carioca. Revista Terra Livre – Espaço e Memória, nº 10, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1992.

\_\_\_\_\_. Entrevista com o professor Orlando Valverde, GeoSul, Florianópolis, n 12/13,ano VI, 2º sem. 1991, 1º sem. 1992.

ZUSMAN, Perla Brígida. Sociedades geográficas na promoção do saber ao respeito do território:estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Na procura das origens da AGB ... São Paulo: AGB, seção São Paulo. Boletim Paulista de Geografia nº 78, pp. 7-32, dezembro de 2001.

ZUSMAN, Perla Brígida & PEREIRA, Sérgio Nunes – Entre ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Sal da Terra / Terra Brasilis – revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Ano I, nº 1, pp. 52-82, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. La geografía y el proyecto territorial de la élite ilustrada paulista. la associaçāo de géografos brasileiros (1934-1945). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona . Nº 7, 1 de septiembre de 1997.